

CADERNO DE RESUMOS



V Seminário Internacional

Desafios do Trabalho
e Educação no Séc XXI

**TRABALHO COM DIREITOS, EDUCAÇÃO
PÚBLICA E MEIO AMBIENTE**

17 - 19 | SETEMBRO | UFU

Aline de Jesus Peixinho
Bruna Beatriz Lemes
Carlos Lucena
Cílson César Fagiani
Cleide Francisca Souza Tano
Fabiane Santana Previtali (coordenação geral)
Jacqueline Andrade
Juliene Silva Vasconcelos
Lourenço Pablo Silva Ferreira
Maria Rita Nascimento Pereira
Organizadores



NAVEGANDO

**CADERNO DE RESUMOS DO V SEMINÁRIO DESAFIOS DO
TRABALHO E EDUCAÇÃO: TRABALHO COM DIREITOS,
EDUCAÇÃO PÚBLICA E MEIO AMBIENTE**

Aline de Jesus Peixinho
Bruna Beatriz Lemes
Carlos Lucena
Cílson César Fagiani
Cleide Francisca Souza Tano
Fabiane Santana Previtali (coordenação geral)
Jacqueline Andrade
Juliene Silva Vasconcelos
Lourenço Pablo Silva Ferreira
Maria Rita Nascimento Pereira
Organizadores

**CADERNO DE RESUMOS DO V SEMINÁRIO DESAFIOS DO
TRABALHO E EDUCAÇÃO: TRABALHO COM DIREITOS,
EDUCAÇÃO PÚBLICA E MEIO AMBIENTE**

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2025





www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Copyright © by autor, 2025.

C122 – PREVITALI, F. S. Et al. (orgs.) Caderno de Resumos do V Seminário Desafios do Trabalho e Educação: Trabalho com Direitos, Educação Pública e Meio Ambiente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

ISBN: 978-65-6070-086-4

1. Trabalho 2. Educação 3. Meio Ambiente. 4. Direitos Humanos. Fabiane Santana Previtali; Aline de Jesus Peixinho; Bruna Beatriz Lemes; Carlos Alberto Lucena; Cílon César Fagiani; Cleide Francisca Souza Tano; Jacqueline Andrade; Juliene Silva Vasconcelos; Lourenço Pablo Silva Ferreira; Maria Rita Nascimento Pereira Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático

Educação

370

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia - MG

Brasil

Editores

Lurdes Lucena - Esame - Brasil

Carlos Lucena - UFU - Brasil

José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil

José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani - USP - Brasil

Anderson Bretas - IFITM - Brasil

Anselmo Alencar Colares - UFOPA - Brasil

Carlos Lucena - UFU - Brasil

Carlos Henrique de Carvalho - UFU, Brasil

Gilson César Fagiani - Uniube - Brasil

Dermeval Saviani - Unicamp - Brasil

Elmiro Santos Resende - UFU - Brasil

Fabiane Santana Previtali - UFU, Brasil

Gilberto Luiz Alves - UFMS - Brasil

Inez Stampa - PUCRJ - Brasil

João dos Reis Silva Júnior - UFSCar - Brasil

José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil

José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil

Larissa Dahmer Pereira - UFF - Brasil

Livia Diana Rocha Magalhães - UESB - Brasil

Marcelo Caetano Parreira da Silva - UFU - Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli - Unicamp, Brasil

Maria J. A. Rosário - UFPA - Brasil

Newton Antonio Paciulli Bryan - Unicamp, Brasil

Paulino José Orso - Unioeste - Brasil

Ricardo Antunes - Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França - UFU, Brasil

Tatiana Dahmer Pereira - UFF - Brasil

Valdemar Sguissardi - UFSCar (Apos.) - Brasil

Valeria Lucilia Forti - UERJ - Brasil

Yolanda Guerra - UFRJ - Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky - Universidad de Buenos Aires - Argentina.

Alcina Maria de Castro Martins - (I.S.M.T.), Coimbra - Portugal

Alexander Steffanell - Lee University - EUA

Ángela A. Fernández - Univ. Aut. de St. Domingo - Rep. Dominicana

Antonino Vidal Ortega - Pont. Un. Cat. M. y Me - Rep. Dominicana

Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar - Colômbia

Artemis Torres Valenzuela - Universidad San Carlos de Guatemala - Guatemala

Carolina Crisorio - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Christian Cwik - Universität Graz - Austria

Christian Hauser - Universidad de Talca - Chile

Daniel Schugurensky - Arizona State University - EUA

Elizet Payne Iglesias - Universidad de Costa Rica - Costa Rica

Elsa Capron - Université de Nimès / Univ. de la Réunion - France

Elvira Aballi Morell - Vanderbilt University - EUA

Fernando Camacho Padilla - Univ. Autónoma de Madrid - Espanha

José Javier Maza Avila - Universidad de Cartagena - Colômbia

Hernán Venegas Delgado - Univ. Autónoma de Coahuila - México

Iside Gjergji - Universidade de Coimbra - Portugal

Iván Sánchez - Universidad del Magdalena - Colômbia

Johanna von Grafenstein, Instituto Mora - México

Lionel Muñoz Paz - Universidad Central de Venezuela - Venezuela

Jorge Enrique Elías-Caro - Universidad del Magdalena - Colômbia

José Jesus Borjón Nieto - El Colegio de Vera Cruz - México

José Luis de los Reyes - Universidad Autónoma de Madrid - Espanha

Juan Marchena Fernandez - Universidad Pablo de Olavide - Espanha

Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador - Equador

Lerber Dimas Vasquez - Universidad de La Guajira - Colômbia

Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras

Michael Zeiske - Universität Zu Köln - Alemanha

Miguel Perez - Universidade Nova Lisboa - Portugal

Pilar Caggiao Vila - Universidad de Santiago de Compostela - Espanha

Raul Roman Romero - Univ. Nacional de Colombia - Colômbia

Roberto Gonzáles Aranas - Universidad del Norte - Colômbia

Ronny Viales Hurtado - Universidad de Costa Rica - Costa Rica

Rosana de Matos Silveira Santos - Universidad de Granada - Espanha

Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva - Espanha

Sérgio Guerra Vilaboy - Universidad de la Habana - Cuba

Silvia Mancini - Université de Lausanne - Suíça

Teresa Medina - Universidade do Minho - Portugal

Tristan MacCoaw - Universit of London - Inglaterra

Victor-Jacinto Flecha - Univ. Cat. N. Señora de la Asunción - Paraguai

Yol Cordovi Núñez - Instituto de História de Cuba y Cuba - Cuba

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos/as que direta e indiretamente participaram da organização do V Seminário Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI: trabalho com direitos, educação pública e meio ambiente. Nossos agradecimentos a toda a equipe de trabalho que foi incansável, nos bastidores e na linha de frente, e responsável pelo êxito de nossa atividade.

Nossos agradecimentos especiais aos estudantes, professores, pesquisadores, técnicos administrativos e funcionários terceirizados, profissionais da comunicação que foram responsáveis pelo primoroso trabalho de secretaria, suporte técnico, apoio logístico, de comunicação e audiovisual, de monitoria, no cerimonial, na organização dos grupos de trabalho no seu formato remoto e presencial, na mediação das mesas-redondas, debates fílmicos e atividades de coordenação dos GT.

Agradecemos aos colegas professores/as, pesquisadores e especialistas que aceitaram estar conosco nas conferências e mesas-redondas e nas sessões de debates fílmicos e que muito nos horaram com sua presença.

Aos colegas pesquisadores/as da UFU e das instituições colaboradoras: UFJ, UFTM, IFTM, UFCat, UNIMONTES, UNIUBE, UNICAMP, UFSC, UFPA, UNIOESTE, UNESP, UBA/Argentina e UNL/Portugal, nossos agradecimentos pelo companheirismo e pelas imensuráveis contribuições científico-acadêmicas sobre os temas debatidos.

Agradecemos a inédita e profícua colaboração com os/as colegas da UFU/Pontal, em especial o Prof. Armindo pela coordenação das atividades naquele campus.

Gostaríamos de agradecer imensamente o apoio do Programa de Pós-graduação em Educação e o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Agradecemos também o apoio da UFU que sediou essa atividade, em especial a Propp, a Proplad e ao Gabinete da Reitoria.

Nossos agradecimentos à Capes, pelo apoio financeiro ao evento.

Agradecemos também o apoio da Editora Navegando à publicação dessa obra.

Por fim, nosso muitíssimo obrigado ao público que prestigiou, ao longo de três dias intensos de trabalhos, no formato presencial e remoto, o V Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação do Século XXI. Desejamos que estejamos juntos/as oportunamente!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
GRUPOS DE TRABALHOS	25
GT 1 - EDUCAÇÃO BÁSICA, TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE	28
DISCIPLINAS ELETIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE.....	29
Adelita Pfeifer Pimentel Cílson César Fagiani	
PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS) DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG: MUDANÇAS OU CONTINUIDADE?	30
Amabile Alves de Sousa Cleuza Rezende Macedo Juliene Silva Vasconcelos Michael Luciano das Graças Silva	
IMPACTOS DA PANDEMIA NA SOCIABILIDADE INFANTIL: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	31
Ana Cecília Peçanha Dimas	
O TRABALHO DOCENTE DA REDE PÚBLICA DE UBERLÂNDIA, PANDEMIA, REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A EDUCAÇÃO 4.0	32
Andressa Garcia Castilho Sérgio Paulo Moraes	
AS IMPLICAÇÕES E O IMPACTO PARA O TRABALHO DOCENTE COM AS NOVAS TEC- NOLOGIAS NA ESCOLA.....	33
Andressa Garcia Castilho Antonio Bosco de Lima Bruna Tamara de Souza Ferreira	
PANORAMA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	34
Bethânia Cristhine de Araújo Renata Alessandra dos Santos Ribeiro Chayene Arantes Cotrin Adilson Caetano da Silva Cílson César Fagiani	
REFORMAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2011-2014: (RE)CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE.....	35
Camila Alberto Vicente de Oliveira Maíara Aparecida Alves Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos	

SABERES TEÓRICOS E PRÁTICOS NECESSÁRIOS AO ENSINO DE MATEMÁTICA DESTINADO A PESSOAS SURDAS	36
Camila Rezende Oliveira	
Guilherme Saramago de Oliveira	
EXPRESSÕES DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13415/2017) EM SANTA CATARINA	37
Caroline Dildey	
UM ESTUDO SOBRE JOVENS JUDOCAS E SEUS PLANOS PARA O ENSINO SUPERIOR E MUNDO DO TRABALHO	38
Danilo Abdala Vieira	
Cilson César Fagiani	
IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMACÃO HUMANA NO ENSINO MÉDIO	39
Débora Lourdes Martins	
Cilson César Fagiani	
FORMAÇÃO DOCENTE: PIBID INTERDISCIPLINAR GEOGRAFIA E HISTÓRIA	40
Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues	
PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOCENTE: UM LEVANTAMENTO NO <i>GOOGLE</i> ACADÊMICO (2023-2024)	41
Elizabeth Gottschalg Raimann	
Emília Cristina Vasconcelos Beraldo	
Náfren Ferreira Lima	
IMPACTOS DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES(AS) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	42
Alisson Silva da Costa	
Erlando da Silva Resês	
LETRAMENTO ESTATÍSTICO NOS ANOS INICIAIS: DIÁLOGOS, SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	43
Fabiana Maria Mendes Dutra	
Leandro de Oliveira Souza	
MERITOCRACIA E EMPREENDEDORISMO UMA IMPOSIÇÃO DAS ATUAIS REFORMAS EDUCACIONAIS	44
Fernanda Welter Adams	
Rafael Moreira Siqueira	
Edilson Fortuna de Moradillo	

UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO, NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE	45
Izabela Figueiredo Josué Cilson César Fagiani	
IMPACTOS DO PAEBES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS DOCENTES NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE	46
Jair Gomes de Souza	
CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: DITADURA MILITAR ATRAVÉS DO FILME “MEU TIO JOSE” (2021)	47
Julia Junqueira Antunes Oliveira Arthur Melo	
FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFTM: ANÁLISE DE MATRIZES CURRICULARES	48
Juliene Silva Vasconcelos Ana Clara Melo de Andrade Rodrigues Pedro Henrique dos Santos	
TRANSFORMANDO O ENSINO DE HISTÓRIA: A INTEGRAÇÃO DE ANIMÊS COMO FERRA- MENTA PEDAGÓGICA	49
Kadu de Araújo Pimentel	
A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DESEMPENHO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA MINEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	50
Thais Parreira de Freitas Oliveira Klivia de Cássia Silva Nunes	
A ATIVIDADE PEDAGÓGICA COMO PRÁXIS EDUCATIVA E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA	51
Leonardo Donizette de Deus Menezes Fabiana Fiorezi de Marco	
TRABALHO DOCENTE E SAÚDE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	52
Lidiane Aparecida Alves Gabriel Gonçalves Arantes	
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA	53
Maísa Pereira Gonçalves Cilson César Fagiani	

A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO COM O(A) NO ENSINO FUNDAMENTAL	54
Rosiane Aparecida Oliveira da Silva	
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela	
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO MÉDIO	55
Mariane Ferreira Morlin	
Cílson César Fagiani	
OS IMPACTOS DAS RECOMENDAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE	56
Mariane Gomes Pereira	
Sergio Paulo Morais	
A DIALÓGICA FREIREANA COMO BASE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – O SER HUMANO INTEGRAL EM PAUTA	57
Maria Rita Nascimento Pereira	
Otaviano José Pereira	
DESIGN THINKING NA FORMAÇÃO DE DOCENTES MEDIADORES LITERÁRIOS: UMA PROPOSTA PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES	58
Marissol Ferreira Batista Cavalcanti	
POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS: O NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO MECANISMO DE APAGAMENTO DO SUJEITO HISTÓRICO.....	59
Mayza de Carvalho Faustino	
Marcelo Sousa Alves	
INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	60
Cairo Mohamad Ibrahim Katrib	
Valéria Peres Asnis	
Elaine Mendes de Souza Silva	
Paula Cristina Nunes Avelino	
Verônica Patrícia Alves Pereira	
STRESS OCUPACIONAL: POSSÍVEIS CAUSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	61
Priscilla Andrade Faria Cabral	
Cílson César Fagiani	
OS EFEITOS DA PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	62
Rafaela Cunha Vargas Laureano	
“PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR”: A EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS E O FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM FLORIANÓPOLIS/SC	63
Rebeca Torres Taveira	

CURSO GI-GAMIFICAÇÃO NA INTERDISCIPLINARIDADE	64
Shirlei Santos Cardoso	
Paula Teixeira Nakamoto	
DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/MG.....	65
Tahiana da Silva Sérgio	
Cilson César Fagiani	
A GESTÃO EDUCACIONAL E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ENSAIO TEÓRICO NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	66
Thais Parreira de Freitas Oliveira	
Klivia de Cássia Silva Nunes	
PLANO DE CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DO SETOR EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA.....	67
Teresa Virgínia de Camargos	
Cilson César Fagiani	
A (DES)VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM JATAÍ-GO: AS CONSEQUÊNCIAS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA SOBRE O PLANO DE CARREIRA DE JATAÍ/GO.....	68
Verônica de Assis Gori	
Elizabeth Gottschalg Raimann	
DEMANDAS FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO TRANSPORTE ESCOLAR NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA - MG	69
Yara Borges Franco Rodovalho	
Vladimir Marim	
O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA EM CONTEXTO AMAZÔNICO: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM PROFESSOR EM BELÉM.....	70
Ana Larissa Matos da Silva	
Márcia Malcher	
HISTÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS E NOVAS PERSPECTIVAS	72
Cristiane Angélica Ribeiro	
Maria Geni Pereira Bilio	
O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL	73
Beatriz Vieira Silva Pereira	
Flander de Almeida Calixto	

TENDÊNCIAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NO GT 09 – TRABALHO E EDUCAÇÃO DA ANPED.....	74
Gislaine Lima de Resende	
Camila Alberto Vicente de Oliveira	
SEMINÁRIO REGIONAL DE INCLUSÃO DO PONTAL: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2015-2019).....	75
Lucas Diniz Teixeira	
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela	
CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: AVANÇOS E DESAFIOS NO TRABALHO DOS PROFESSORES DE APOIO	77
Núbia Pereira Cintra	
Klivia de Cássia Silva Nunes	
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: O CENTRO DE ESTUDOS CONTINUADOS DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, MG, BRASIL (2003-2023)	79
Roseline Martins Sabião Sousa	
Selva Guimarães	
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O NEOLIBERALISMO: ALGUNS APONTAMENTOS....	80
Sabrina Coimbra	
Klivia de Cássia Silva Nunes	
REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	81
Victor Hugo José Mirrha Rodrigues	
Adriano R. De La Fuente	
GT 2 - TRABALHO, UBERIZAÇÃO E LUTAS POR DIREITOS	82
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INSTRUMENTALIZADA PARA PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL.....	83
Alexandre Bispo de Aragão Filho	
Qelli Viviane Dias Rocha	
“ALGO NECESSÁRIO PARA SOBREVIVER”: EDUCAÇÃO, TRABALHO E SUBJETIVIDADES NO ENSINO BÁSICO.....	84
Ana Laura de Castro Vieira	
Gustavo Gonçalves Vaz	
Sérgio Paulo Moraes	
A GEOGRAFIA DOS ENTREGADORES POR APLICATIVOS EM CATALÃO: UM ESTUDO SOBRE AS NOVAS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO URBANO	85
Arcilon de Sousa Filho	

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO IFOOD NE ERA DA UBERIZAÇÃO.....	86
Bruna Carneiro de Oliveira	
O TRABALHO DOCENTE NA INDÚSTRIA 4.0: TECNOLOGIA E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA (COVID-19)	87
Bruna Tamara de Souza Ferreira	
Andressa Garcia Castilho	
A INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: O CASO DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO EM UBERLÂNDIA/MG EM 2021	88
Débora Borba	
Fabiane Santana Previtali	
A GREVE DOCENTE FEDERAL DE 2024, AS DISPUTAS SINDICAIS INTERNAS À CATEGORIA E A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA.	89
Eliane Soares	
OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS DO SOCIALISMO POR DIÁLOGOS ENTRE OS FILÓSOFOS KARL MARX E ISTVÁN MÉSZÁROS.....	90
Elisângela de Araujo Rotelli	
Sérgio Paulo Moraes	
O QUE NOS AFETA? AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE FRENTE OS CONTEXTOS EMERGENTES COMO AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL.....	91
Fernanda Silva do Nascimento	
ECONOMIA MORAL E AS GREVES DOS ENTREGADORES (2020-2021): REVOLTA COLETIVA DIANTE DO “EMPREENDEDORISMO DA SUBSISTÊNCIA”	92
Gustavo Gonçalves Vaz	
Sérgio Paulo Moraes	
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE INOVAÇÃO E NOVAS FACES DO TRABALHO NO CAMPO BRASILEIRO: ECOSISTEMA DE <i>STARTUPS</i> E <i>AGTECHS</i> EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS.....	93
Joel de Souza Carvalho Neto	
Isadora Rodrigues de Oliveira	
Laís Ribeiro Silva	
Mirlei Fachini Vicente Pereira	
ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS NA CONJUNTURA NEOLIBERAL DO TRABALHO	95
Rita de Cássia Dias Akegawa	
Adriana Cristina Omena dos Santos	
Maria Geni Pereira Bilio	

ENTRE O NEOLIBERALISMO E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO SETOR DE SAÚDE: OS DESAFIOS DO TRABALHO DO FISIOTERAPEUTA	97
Lara Maria Previtali Fagiani	
Ana Julya Santana Miranda	
Fabiane Santana Previtali	
O TRABALHO DOCENTE SOB OS EFEITOS DAS NORMATIVAS DO CME AO LONGO DA PANDEMIA COVID-19.....	98
Bruna F. B. Machado	
Elizabeth G. Raimann	
A UBERIZAÇÃO DA DOCÊNCIA COMO AFRONTA À POLÍTICA DE BEM-ESTAR, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	99
Françoís Silva Ramos	
Leilane Virgínia Vieto Penariol	
Nayara Beatriz Borges Ferreira	
GT3 - TRABALHO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOB O NEOLIBERALISMO-GERENCIALISMO	100
GERENCIALISMO E O TRABALHO DOCENTE: ASPECTOS RECORRENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	101
Ari Raimann	
DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL DE ITUIUTABA-MG EM 2020.....	102
Carlos Aparecido Soares Filho	
Maria Aparecida Augusto Satto Vilela	
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA.....	103
Claudiane Mara Braga Belmiro	
EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO EM KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS	104
Dayane Silva	
Maria Socorro Ramos Militão	
O PROGRAMA “COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA” E OS DESDOBRAMEN- TOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	105
Diule Cristina Jesus da Costa	
Valéria Moreira Rezende	
TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR.....	107
Drielle Fernanda de Azevedo	
Robson Luiz de França	

EDUCAÇÃO CONTRAHEGEMÔNICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE RESISTÊNCIA À LÓGICA IMPOSTA PELO NEOLIBERALISMO	108
Dileno Dustan Lucas de Souza	
Antônio Cláudio Moreira Costa	
Fabiane Lemes	
OS USOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DOS MATERIAIS NORTEADORES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	109
Francielle Correia Rodrigues	
LUTA DE CLASSES NO ESTADO BRASILEIRO UMA ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS NEOFASCISTA, DURANTE O PERÍODO DE 2018 A 2022.....	110
Gerusa Emília da Silva Lima	
Carlos Alberto Lucena	
PROFISSIONALIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	111
Heitor Humberto do Nascimento Carvalho	
PROGRAMA TRILHAS DE FUTURO NO BOJO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA DE MINAS GERAIS	112
Jacqueline Oliveira Lima	
Robson Luiz de França	
Cristiane Betanho	
Leonardo José Silveira	
Márcio de Queiroz Murad	
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE PARIS	113
Julio Cesar Francisco	
A PANDEMIA DA COVID -19 E O PERMANENTE “LOCKDOWN” DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA.....	114
Kellen Aparecida dos Santos Leal da Fonseca	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
Aldiôney Pereira de Melo	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	115
Laila Maria Medeiros Tavares	
Robson Luiz de França	
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A BNCC NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS.....	116
Laissa Conceição Mota	
Lucineia Scremin Martins	
Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano	

A ESPECIALIZAÇÃO EM TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO HC-UFU DE 2018 A 2022	117
Laura Maria de Araújo Vencio	
Caio Matheus Neves Araújo	
AS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI	118
Luana Paula Nascimento	
Robson Luiz de França	
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA RELAÇÃO COM O NEOLIBERALISMO-GERENCIALISMO	120
Nayara Guerra da Silva	
Mara Rubia Aparecida da Silva	
Maria Geni Pereira Bilio	
Fabiane Santana Previtali	
TRABALHO DOCENTE E A PRODUÇÃO DA IGNORÂNCIA: ENTRE A HUMANIZAÇÃO NECESSÁRIA E A DESUMANIZAÇÃO CONSERVADORA NEOLIBERAL	122
Klívya de Cássia Silva Nunes	
Maria Cristina dos Santos	
O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: OS LIMITES DO ESTADO CAPITALISTA NA GESTÃO DA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA.....	124
Merielle Martins Alves	
Mário Borges Netto	
REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL E SEUS IMPACTOS NO PROFESSORADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	125
Pablo Augusto Ribeiro Santos da Silva	
A NOVA GESTÃO PÚBLICA EM GOIÁS: RELAÇÃO ENTRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS, AS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E AS (TRANS) FORMAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR NO PERÍODO DE 2015 A 2023.....	126
Rosângela Henrique da Silva Farias	
Robson Luiz de França	
A FUNÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	128
Sofia Domingues Carvalhaes	
BÔNUS E PREMIAÇÕES COMO ESTRATÉGIAS PARA CRIAÇÃO DO CONSENSO DO PROJETO EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO.....	129
Valéria Prazeres dos Santos	
Wellington Araújo Silva	
Roseane Oliveira Rios	

A EDUCAÇÃO NA ERA NEOLIBERAL: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO OU MERCADORIA DE CONSUMO?	131
Vanderlei Balbino da Costa	
AS REFORMAS EDUCACIONAIS DO CENTRO PAULA SOUZA NO GOVERNO JOSÉ SERRA (2007-2010): ATUAÇÃO NEOLIBERAL ATRAVÉS DA MERCANTILIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO.....	132
Bruna Juliane Queiroz Tome	
Henrique Tahan Novaes	
IMPLICAÇÕES DOS PROGRAMAS FUTURE-SE E REUNI DIGITAL IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL (2019-2022)	134
Cleide Francisca de Souza Tano	
Robson Luiz de França	
AS CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE	135
Eulália Gonçalves Souza Oliveira	
Fabiane Santana Previtali	
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO RESULTADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS IDEAIS NEOLIBERAIS DE COMPETÊNCIA.....	136
Fernanda Cavalheiro Zecchinelli	
Mario Borges Netto	
METODOLOGIAS ATIVAS E O PARADOXO EDUCACIONAL	137
Mara Rubia Aparecida da Silva	
Cecília Barreto Almeida	
Fabiane Santana Previtali	
TRABALHO E EDUCAÇÃO NO “SÉCULO XXI”: PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO - SP.....	138
Stephanie Fenselau	
EDUCAÇÃO PÚBLICA E INTERESSES PRIVADOS (ENDÓGENOS E EXÓGENOS): PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E CONFLITOS ENTRE CLASSES.	139
Vanessa Batista de Andrade	
GT4 - ENSINO SUPERIOR E LICENCIATURAS E TRABALHO DOCENTE.....	140
CIÊNCIAS SOCIAIS E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS PRESSUPOSTOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO MODO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA.....	141
Bruna Beatriz Lemes Carneiro	
Fabiane Santana Previtali	

A GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO PROCESSO DE MASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO	142
Clébia Reis Mariana Mello	
A CIÊNCIA QUE VOCÊ FAZ SERVE PARA QUÊ E PARA QUEM? REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE NA UNIVERSIDADE	143
Fernando Santos Maria Eduarda Moraes da Silva	
APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	145
Giana Carla Laikovski	
A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL NORTE GAÚCHO	146
Jonas José Seminotti	
GLOBALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE FRAUDE ACADÊMICA.....	147
Mayron Nascimento Boaventura Nayara Beatriz Borges Ferreira François Silva Ramos	
DETERMINAÇÕES TEÓRICO FILOSÓFICAS DO TRABALHO DOCENTE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS.....	148
Jheniffer Sabino Dias Michele Silva Sacardo	
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE CIBERCULTURA NA OBRA DO FILÓSOFO PIERRE LÉVY E A SUA RELAÇÃO COM A SUBJETIVIDADE	149
Maria Cândida de Jesus Santos Dâmaso Armando Quillici Neto	
FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CENÁRIOS DE APAGAMENTO, PRECARIZAÇÃO E NARRATIVAS: REFLEXÕES ATUAIS.....	150
Warley Carlos de Souza Mauro José de Souza Regina Silva Bonfim Ricardo Roberto de Andrade	
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO DAS DCN'S 2002, 2015, 2019 E 2024	151
Rosana Mendes Maciel Moreira Fabiane Santana Previtali	

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O PIBID NAS TESES BRASILEIRAS: AS PESQUISAS NO PERÍODO DE 2012 A 2018	153
Paula Junqueira da Silva Rezende	
Carlos Alberto Lucena	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A LÓGICA DO CAPITAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	155
Raul de Freitas Balbino	
INVENTÁRIO DA REALIDADE, EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADE: OS SABERES E FAZERES DOS POVOS DO CAMPO COMO EIXOS DETERMINANTES DA PRÁXIS DOCENTE	156
Ricardo Alexandre Castro	
Valéria Prazeres dos Santos	
Arlete Ramos dos Santos	
DIFUSÃO TERRITORIAL DE CURSOS A DISTÂNCIA NO BRASIL: O CASO DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA.....	158
Henrique Caetano Vian	
Amanda Silva Almeida	
A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL NORTE GAÚCHO	160
Jonas José Seminotti	
Izelda Todero	
BUSCA EXPLORATÓRIA NO LATTES: PROJETOS DE PESQUISA DE PROFESSORES DE PROGRAMA STRICTO SENSU	161
Ana Laura Borges Ferreira do Nascimento	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
A GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO PROCESSO DE MASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO	162
Clébia Barbosa dos Reis	
Mariana Costa de Mello	
GT5 - TRABALHO, EDUCAÇÃO E TDIC.....	163
POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS ATRAVÉS DE REPORTAGNES SOBRE EDUCAÇÃO.....	164
Adilson Ribeiro	
A EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIAS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS.....	165
Antonio Marcos Pantoja dos Santos	
Maria Desterro Costa Medeiros	
Nádia Cirene Cordovil dos Santos	
Zuila Carvalho dos Santos	

TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO: CRESCENTE DESMONTE DE DIREITOS	167
Belarmina Vilela Cruvinel	
Adriana C. Omena dos Santos	
PRODUÇÃO DE PODCASTS DE QUESTÕES DO ENEM DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	169
Douglas Carvalho de Menezes	
Arlindo José de Souza Junior	
OS DESAFIOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: PARA UMA DIDÁTICA INCLUSIVA OU EXCLUSIVA?	170
Fernanda Mendonça de Oliveira	
CAPITALISMO, TECNOLOGIA E TRABALHO EDUCATIVO: IMPLICAÇÕES DO NEO- TECNICISMO À FORMAÇÃO HUMANA.....	171
Jeferson Anibal Gonzalez	
O HUMANISMO MARXISTA E O CONCEITO DE HOMEM PÓS-ORGÂNICO NO CONTEXTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS.....	172
Marcelo Gomes	
EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA ERA DIGITAL: A INTERSEÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO	173
Maria Geni Pereira Bilio	
Adriana Cristina Omena dos Santos	
Rita de Cássia Dias Akegawa	
Mirna Tonus	
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA PLATAFORMA WORDWALL.....	175
Cristiano Silva Ribeiro	
Patrícia Aparecida da Cunha	
Andréia Heloisa Arantes	
Nadylla Calixto Resende	
Liliane Cristina de Mesquita	
ASPECTOS DE TERRITÓRIO ENTRELAÇADOS ÀS DESIGUALDADES DIGITAIS: ESCOLA E CIDADE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	177
Wesley Avellar Vendola	
GT6 - TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISE AMBIENTAL.....	178
AS BASES FREIREANAS DA EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	179
Aline de Jesus Peixinho	
Mario Borges Netto	

A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA: RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SOCIALISTA.....	180
Lidianny Nascimento Fonseca	
Claudiane Mara Braga Belmiro	
ESPAIALIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NO CAMPO EM SÃO PAULO: AS RELAÇÕES COM OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS	181
Danilo Felisberto de Souza	
Maria Cristina dos Santos	
O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: CONFLITOS E TENSÕES.....	182
Felipe Duarte	
O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2024-2034	183
Fernanda Franz Willers	
Mário Borges Netto	
CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO DO SÉCULO XXI PARA A QUESTÃO AMBIENTAL E PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANTICAPITAL.....	185
Henrique Tahan Novaes	
SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE: EFEITOS TERRITORIAIS DA MINERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO E OUVIDOR (GO).....	186
Patrícia Francisca de Matos	
EDUCAÇÕES AMBIENTAIS EM TEMPOS DE ANTROPOCENO, PLANTATIONCENO E CAPITALCENO: MODOS DE CRIAR E RESISTIR NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	187
Karen Daniela de Souza Custodio	
Mike Nascimento dos Santos	
Tiago Amaral Sales	
GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE A INDÚSTRIA DA MODA E OS DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI.....	189
Tiago Amadeu Borges Diniz	
Magda Valéria da Silva	
AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA DE ITUIUTABA-MG: IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E REGULATÓRIOS.....	190
Diego Oliveira de Aquinos	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CULTIVANDO SABERES E PRÁTICAS PARA TRANSFORMAR REALIDADES	191
Sandra Alves Reis de Queiroz	
Iara Vieira Guimarães	

GT7 - TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS DIMENSÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA.....	193
EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVELAÇÕES A PARTIR DA LUTA DO MOVIMENTO SOMOS TODAS PROFESSORAS	194
Alexandre Tortorella Mandl	
JOVENS, MULHERES, UNIVERSITÁRIOS E A PRECARIZAÇÃO: O PERFIL DOS TRABALHADO- RES DE TELEATENDIMENTO EM CONTACT CENTERS NO BRASIL.....	196
Amanda Silva Almeida	
EDUCAÇÃO E RACISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIEDADE DE CLASSES.....	198
Cheliman Alves Rodrigues	
Drielle Fernanda de Azevedo	
Amabile Maria de Moura Passos	
AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DO PROTAGONISMO NEGRO NOS ESPAÇOS ESCOLARES.....	199
Daniel Antônio Coelho Silva	
RETRATO DA QUESTÃO DA MULHER NO BRASIL DIANTE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DE UMA PERSPECTIVA JURÍDICA.....	200
Fabiane Santana Previtali	
João Pedro Ribeiro Carrijo	
“TE EXPLICANDO, PRA TE CONFUNDIR, TE CONFUNDINDO, PRÁ TE ESCLARECER” OS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CULTURAL DE GÊNERO.....	201
Inambê Sales Fontenele	
Antônio Cláudio Moreira Costa	
A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS RIO VERDE DO IF GOIANO: IMPLEMENTANDO AS BANCAS DE VERIFICAÇÃO	203
Jeanne Mesquita de Paula Leão	
Bruno Cardoso de Menezes Bahia	
Adaildes Bispo Dourado	
QUALIDADE DE VIDA DAS ESTUDANTES TRABALHADORAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	204
João Pedro Ribeiro Carrijo	
Fabiane Santana Previtali	
BEIRADEIROS DO RIO DOCE: AS VOZES DA LAMA. A EVASÃO DOS ESTUDANTES DO IFES PRETOS E INDÍGENAS AFETADOS PELO DESASTRE DE MARIANA.....	205
Maria Dorotea dos Santos Silva	
Astrogildo Fernandes da Silva Junior	

DESAFIOS DE GÊNERO E RAÇA NA DOCÊNCIA NO BRASIL	207
Nayara Rodrigues de Oliveira	
Carlos André Nunes Lopes	
RITMO E POESIA E A LUTA ANTIRRACISTA: O RAP COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO QUE AUXILIA NA COMPREENSÃO DE CLASSE E RAÇA.....	208
Pedro Henrique de Oliveira Tessarin	
PATRIARCADO E RACISMO, PROLETARIADO E SUBORDINADO: MECANISMOS DA EXPLORA- ÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	209
Qelli Viviane Dias Rocha	
Alexandre Bispo de Aragão Filho	
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE SERVIDORAS E SERVIDORES DA UFU, CAMPUS PONTAL	210
Stefany de Lima Alves	
Soraia Veloso Cintra	
RACISMO ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE ÀS ESTRUTURAS RACISTAS.....	211
Marina Esteves Andriotti	
Giovanna Costa Silva	
Antônio Cláudio Moreira Costa	
ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA DO CONCEITO LUGAR: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E DE RELATOS DE VIVÊNCIAS NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA	212
Dorcas Abigail Nunes de Freitas	
Josy Dayanny Alves Souza	
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL.....	213
Larissa de Matos Pedro	
Luciane Ribeiro Dias Gonçalves	
CRIANÇA E NATUREZA: SUBSTANTIVOS FEMININOS	214
Patrícia Martins Gonçalves	

APRESENTAÇÃO

O Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação é promovido pelo programa de Pós-graduação em Educação em colaboração com o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, ambos da Universidade Federal de Uberlândia, de abordagem interdisciplinar e interinstitucional e de abrangência nacional e internacional. Ele ocorre desde 2013, bienalmente e a cada edição propõe-se analisar uma temática que problematize as questões mais candentes da sociedade no que tange a relação trabalho e educação. A quinta edição do seminário ocorreu entre os dias 17 e 19 de setembro de 2024 com o tema: trabalho com direitos, educação pública e meio ambiente. Nesses tempos de mudanças estruturais do capitalismo brasileiro e mundial, sob a égide do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública, urge a defesa dos direitos do trabalho e da educação pública, assim como de uma sustentabilidade ambiental fundada na defesa da vida humana, portanto, contrária a produção lucrativa para o mercado e que é responsável pela crise ecologia e humanitária que vivenciamos.

O evento foi realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e se destacou pela sua relevância acadêmica e social, refletindo o compromisso da universidade pública com a formação crítica e a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Em suas conferências, mesas-redondas, mostra de cinema e grupos de trabalho, o V Seminário buscou promover debates sobre a qualidade social da educação, o papel do Estado na formação da classe trabalhadora, e os movimentos e conflitos sociais que atravessam as dinâmicas locais, nacionais e internacionais na perspectiva da classe trabalhadora, transversalizada pelas relações de gênero, raça/etnia e geracional

O V Seminário consubstancia uma trajetória de colaboração entre grupos de pesquisa de instituições de educação superior, evidenciada através do desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão de abrangência nacional e internacional, como o projeto “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal” (Apoio CNPq) que apresentou seus resultados ao longo das atividades do seminário.

Além da continuidade dessa profícua interface, o V Seminário também marcou a entrada de novos interlocutores internacionais e nacionais, que fortaleceu a integração interdisciplinar e intra-institucional, refletindo o compromisso com a formação de um público diversificado, comprometido com o aprofundamento do conhecimento e a ampliação de perspectivas sobre os temas discutidos.

Um dos principais pilares do evento tem a colaboração com a Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, por meio do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE). Nesta última edição não foi diferente e este vínculo, de caráter extensionista, com vistas à formação continuada de professores da rede municipal de ensino, contou com a presença de mais de 150 professores/as da rede pública de educação básica. A participação dos/as docentes da educação básica engrandeceu o evento e fortaleceu o papel da Universidade Pública na defesa do trabalho docente e da educação pública.

O presente livro traz à público os resumos dos trabalhos que foram apresentados nos Grupos de Trabalhos ao longo dos três dias de atividades do V Seminário no formato presencial e remoto. Foram sete GT temáticos pelos quais passaram mais de 600 pesquisadores/as que tiveram a oportunidade de discutir seus estudos em nível de graduação e pós-graduação sob a mediação de especialistas de todo o país. Os grupos de trabalho proporcionaram um espaço rico de intercâmbio de experiências entre pesquisadores/as nacionais e internacionais através de um amplo e rigoroso debate sobre as novas configurações do trabalho, da educação e da exploração do meio ambiente no contexto atual. O diálogo com os pesquisadores estrangeiros, especialmente da Argentina e de Portugal enriqueceu as discussões e ampliou a troca de conhecimentos, contribuindo para a formação dos pesquisadores/as brasileiros/as e para a internacionalização das pesquisas realizadas no Brasil e na Universidade Federal de Uberlândia, sede do evento.

Assim, o V Seminário alcançou seus objetivos, promovendo o debate científico e a produção de diagnósticos com vistas a subsidiar a formulação de políticas educacionais e ações da sociedade civil organizada em nível regional, nacional e internacional em defesa do trabalho com direitos, da educação pública e da valorização do trabalho docente, e de um novo modo de vida que seja efetivamente sustentável para a humanidade.

Boa leitura!

Um abraço,

Os/as Organizadores/as

GRUPOS DE TRABALHOS

GT1 - Educação Básica, Trabalho e Formação Docente

Coordenação Presencial: Elizabeth Raimann (UFJ), Juliene Vasconcelos (IFTM), Camila Alberto Vicente de Oliveira (UFJ), Cílson César Fagiani (UNIUBE/Uberlândia), Maísa Pereira Gonçalves (UNIUBE/Uberlândia).

Coordenação no formato remoto: Cecília Barreto (UNIMONTES); Sálua Cecílio (UNIUBE/Uberaba).

O objetivo do GT é discutir a educação básica, trabalho e formação docente, abordando as seguintes temáticas: políticas educacionais para (des)valorização do trabalho docente; formação inicial e continuada de professores/as; qualidade social da educação básica pública; reforma do ensino médio e educação para o mercado; novas diretrizes para educação inclusiva; políticas externas de avaliação e desempenho; organizações da sociedade civil (OSCs) e parcerias público-privadas (PPPs) na educação básica; financeirização e empresariamento da educação.

GT2- Uberização do Trabalho, Educação e Lutas por Direitos

Coordenação Presencial: Cláudia Costa (UFCAT); Soraya Conde (UFSC); Eliane Soares (UFU)

Coordenação no formato remoto: Marco González (UNICAMP); Jörg Nowak (UNB).

O objetivo do GT é discutir a uberização do trabalho, educação e lutas por direitos, abordando as seguintes temáticas: plataformas digitais e trabalho uberizado (Uber, iFood e outros apps); movimentos sociais e sindicatos na luta por direitos; consequências da Pandemia Covid-19 no trabalho e na educação; youtuberização do trabalho; teletrabalho e home-office; precarização, intensificação e controle do trabalho; condições de trabalho análogas à escravidão; saúde e adoecimento no trabalho.

GT3- Trabalho e Políticas Educacionais sob o Neoliberalismo-Gerencialismo

Coordenação Presencial: Ari Raimann (UFJ); Ágatha Conde (Analista na Educação Básica), Lúcia de Fátima Valente (UFU), Cleide Tano (UFU); Robson Luis de França (UFU).

Coordenação no Formato Remoto: Mara Rubia (UFU/UNL); Fabiane Santana Previtali (UFU).

O objetivo do GT é discutir trabalho e políticas educacionais sob o neoliberalismo-gerencialismo, destacando os impactos dessas abordagens no trabalho docente e na prática educativa, abordando as seguintes temáticas: mercantilização da educação; a precarização das condições laborais; influência das políticas neoliberais na gestão educacional; qualidade do ensino; acesso à educação e a autonomia das instituições educacionais na educação básica.

GT4- Ensino Superior, Licenciaturas e Trabalho Docente

Coordenação Presencial: Fernando Silva dos Santos (UFJ), Carlos Lucena (UFU); Michele Silva Sacardo (UFJ)

Coordenação no formato remoto: Marcia Malcher (UFPA); Thais Cristina Figueiredo Rego (UFU).

O objetivo do GT é discutir o ensino superior, as licenciaturas e o trabalho docente em instituições públicas e privadas, abordando as seguintes temáticas: trabalhadores e trabalhadoras do conhecimento e precariedade; mercantilização da ciência e do trabalho; globalização e precarização da educação superior; formação docente e EAD; políticas educacionais sob o neoliberalismo; influências internacionais na educação superior; diretrizes para as licenciaturas; trabalho docente, subjetividade e qualidade de vida.

GT5- Trabalho e Educação na Era Digital

Coordenação Presencial - Adriana Omena dos Santos (UFU); Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA); Raul Balbino (UFU); Arlindo José de Souza Júnior (UFU)

Coordenação no formato remoto: Vanessa Batista de Andrade (UNIOESTE)

O objetivo do GT é discutir o trabalho e educação na era digital e seus impactos na formação escolar básica e superior, da classe trabalhadora, abordando as seguintes temáticas: trabalho, educação e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs); trabalho na sua dimensão ontológica e nas suas formas históricas; organização da educação básica e superior; políticas públicas e reformas da educação básica e superior; financeirização e empresariamento da educação; trabalho docente e adoecimento.

GT6- Trabalho, Movimentos Sociais e Meio Ambiente

Coordenação Presencial: Sérgio Paulo Moraes (UFU), Henrique Novaes (UNESP/Marília); Túlio Barbosa (UFU); Cristiane Betanho (UFU/Cieps).

Coordenação no formato remoto: Anderson Bretas (IFTM); Flávio Lima (UNICAMP); Mário Borges Netto (UFU).

O objetivo do GT é analisar a reestruturação produtiva do capital nas sociedades capitalistas contemporâneas, quando se aprofundam as formas destrutivas de exploração do trabalho e do meio ambiente. Assim, serão aceitos os trabalhos com as seguintes temáticas: mercantilização da natureza e agronegócio; produção agroecológica e mercados; ecossocialismo; educação do campo; movimentos sociais do campo; reforma do Estado e privatizações dos recursos naturais; migrações campo-cidade e trabalho precário; (des)regulamentação trabalhista e ambiental; conflitos no campo.

GT7- Trabalho e Educação nas dimensões de gênero e raça/etnia

Coordenação Presencial: Maria Lúcia Vannuchi (UFU); Antônio Petean (UFU); Astrogildo Fernandes da Silva Junior (UFU)

Coordenação no formato remoto: Mariana Roncato (UNICAMP); Jaqueline Zago (UFTM)

O objetivo do GT é analisar a relação trabalho e educação quando se aprofundam as formas de exploração, nas dimensões de gênero, raça/etnia no seio da classe trabalhadora. Assim, serão aceitos os trabalhos com as seguintes temáticas: marxismo e feminismo; gênero, classe e trabalho; sexualidades, trabalho e educação; classe, raça/etnia e educação.

GT 1

EDUCAÇÃO BÁSICA, TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE

DISCIPLINAS ELETIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE

Adelita Pfeifer Pimentel¹

Cílson César Fagiani²

Resumo

Esta pesquisa, inserida no GT1 - Educação Básica, Trabalho e Formação Docente, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - Mestrado e Doutorado, da Universidade Uberaba, e abordou a fragilização do trabalho docente diante da reforma curricular imposta pela Lei nº 13.415/2017. Em seus objetivos investigamos a orientação da Secretaria Estadual de Educação de MG (SEEMG) para a escolha das disciplinas Eletivas; examinamos as disciplinas mais escolhidas nas escolas estaduais de Uberlândia entre 2022 e 2024; analisamos a contratação docente e avaliamos o impacto das Eletivas no trabalho docente. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica e documental com uma abordagem quali-quantitativa, guiada pela epistemologia dialética. A pesquisa bibliográfica envolveu a análise de autores que discutem a educação no Brasil voltada para o Ensino Médio, enquanto a pesquisa documental focou em documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG). A dialética considerou a relação dinâmica entre parte e todo, entendendo a reforma do ensino médio dentro de seu contexto histórico e das intenções políticas e ideológicas que a moldaram. O referencial teórico para a discussão sobre políticas públicas educacionais de Ensino Médio, trabalho e empregabilidade incluiu autores como Ciavatta (2005), Cury (1998), Fagiani (2018), Ferreti (2018), Kuenzer (2010), Oliveira (2004), Previtali e Fagiani (2020), Ramos (2001), Ramos e Paranhos (2022) e Saviani (1994, 2003, 2007). Os principais resultados indicaram que a reforma do Ensino Médio trouxe desafios significativos para o trabalho docente, especialmente na adaptação a novos currículos e práticas pedagógicas. As disciplinas Eletivas mais escolhidas variaram conforme a realidade local e os recursos disponíveis, evidenciando uma diversidade nas escolhas dos alunos e um impacto direto no trabalho docente. A introdução das Eletivas no Novo Ensino Médio promoveu uma grande diversificação curricular. A adaptação das ementas das Eletivas e dos objetivos de aprendizagem ficou a cargo dos professores. Os resultados mostraram uma predominância de escolhas voltadas para a preparação para o ENEM, sugerindo uma continuidade do enfoque tradicional no exame, carecendo, portanto, o enfoque no desenvolvimento de pensamento crítico, criatividade e habilidades para resolver problemas do mundo real. Não obstante, em tais escolhas encontramos uma oferta demasiada de eletivas causando certa confusão pela falta de planejamento, principalmente quanto ao trabalho docente, na implantação das mesmas. A reforma curricular trouxe desafios significativos para os docentes, como a necessidade de constante atualização, adaptação a novas demandas pedagógicas e ampliação do trabalho, resultando em uma sobrecarga para os professores, fragilizando ainda mais sua atuação.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Trabalho docente. Disciplinas Eletivas.

¹ Mestre em Educação, UNIUBE - Campus Uberlândia - Minas Gerais – Brasil, SEE/MG Projeto Trilhas de Futuro - Educadores. E-mail: adelitapfeifer@gmail.com.

² Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS) DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG: MUDANÇAS OU CONTINUIDADE?

Amabile Alves de Sousa¹
Cleuza Rezende Macedo²
Juliene Silva Vasconcelos³
Michael Luciano das Graças Silva⁴

Resumo

Os planos de carreira e remuneração dos(as) professores(as) são instrumentos fundamentais para a valorização do magistério e a melhoria da qualidade da educação, previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), evidenciando o conceito de qualidade da educação ofertada pelo município. Ainda, estabelece diretrizes para a progressão na carreira, definindo critérios de avaliação, incentivos e benefícios financeiros, bem como oportunidades de formação inicial e continuada que podem influenciar diretamente a motivação, a progressão profissional e o desempenho dos(as) docentes. Em Uberaba, o plano de carreira dos(as) servidores(as) do magistério da rede municipal de ensino teve uma alteração recente, que anuncia grandes avanços, que por ora merecem ser analisados. Neste contexto de análise e comparação, o objetivo geral desta pesquisa é comparar os dois últimos planos de carreira dos(as) professores(as) da rede municipal de ensino em Uberaba, visando identificar principais características, semelhanças, desafios e impactos na prática docente. Já os objetivos específicos são: (i) discutir os princípios necessários aos planos de carreiras, que visem atender à legislação vigente na perspectiva da valorização do(a) profissional da educação; (ii) analisar a estrutura de progressão na carreira, critérios de avaliação e incentivos presentes nos planos; (iii) identificar as mudanças contidas no atual plano de carreira que sinalizam a concepção de carreira e valorização. Deste modo, espera-se revelar como esta comparação os avanços ou retrocessos estabelecidos a partir desta política municipal e, ainda, os encaminhamentos a serem discutidos para atualizações futuras. Metodologicamente, classifica-se como *documental* e *bibliográfica*, utilizando como fontes primárias os dois planos de carreira em tela (2015 e 2023) e como fontes secundárias livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e outras publicações relacionados ao tema; para compor, a abordagem e interpretação qualitativa, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, visando a síntese dos alcances. Esta pesquisa busca contribuir com reflexões sobre a valorização dos(as) professores(as), as possibilidades analíticas para a incrementação de políticas públicas numa perspectiva crítica e, especialmente, a melhoria na qualidade da educação oferecida na rede municipal de ensino de Uberaba/MG.

Palavras-chave: Planos de Carreira Docente. Valorização Docente. Análise crítico-comparativa.

¹Especialista em Educação, Prefeitura Municipal de Uberaba. E-mail: amabile.sousa@edu.uberabadigital.com.br.

²Mestre em Educação, Prefeitura Municipal de Uberaba. E-mail: cleuza.macedo@edu.uberabadigital.com.br.

³Doutora em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba. E-mail: juliene@iftm.edu.br.

⁴Mestre em Educação, Secretaria de Educação de Minas Gerais. E-mail: michael.gracas@educacao.gov.br.

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SOCIABILIDADE INFANTIL: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Cecília Peçanha Dimas¹

Resumo

O presente trabalho aborda de forma abrangente os impactos da pandemia de COVID-19 na sociabilidade infantil, relacionando-se ao Grupo de Trabalho sobre Educação e História. O objetivo central é refletir sobre os desafios enfrentados no ensino de História em decorrência das restrições sociais impostas pela pandemia, buscando entender como esses fatores influenciam o desenvolvimento socioeducativo de crianças e jovens. A pesquisa visa também identificar estratégias que possam ser implementadas para mitigar os efeitos negativos da pandemia na formação dos estudantes e promover um retorno mais eficaz às atividades escolares. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental. O método de coleta inclui a análise de artigos acadêmicos, relatórios de instituições educacionais, documentos oficiais que abordam a educação durante e após a pandemia, além de entrevistas com educadores e especialistas da área. O referencial teórico principal é fundamentado nas contribuições de Lev Vygotsky 2001, que enfatiza a importância do ambiente escolar para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, destacando que a interação social é essencial para a construção do conhecimento. Além disso, Suely Amaral Mello 1999 é citada ao discutir as intersecções do ambiente em relação ao desenvolvimento humano, reforçando a ideia de que a aprendizagem é um processo socialmente mediado e que o contexto em que os indivíduos estão inseridos tem um papel crucial em sua formação. Os principais resultados indicam que a pandemia gerou um significativo retardo na sociabilidade infantil, evidenciando lacunas no aprendizado e nas interações sociais. Observou-se que a falta de convivência escolar prejudicou a formação de habilidades essenciais, como a empatia, a comunicação e o trabalho em equipe, comprometendo a educação e a formação de cidadãos críticos e participativos. Além disso, os dados revelam que a reclusão social impactou negativamente a saúde mental das crianças, intensificando questões como ansiedade e depressão, que já eram preocupantes antes da pandemia. A ausência de rotinas escolares e a limitação de interações sociais contribuíram para um aumento do isolamento e da dificuldade em lidar com emoções, fatores que são fundamentais para o desenvolvimento saudável na infância.

As considerações finais ressaltam a necessidade urgente de reestruturação das práticas pedagógicas no ensino de História, visando a promoção de um ambiente que favoreça a sociabilidade e o desenvolvimento integral dos alunos. A implementação de metodologias ativas, como aulas dinâmicas, projetos interdisciplinares e oficinas temáticas, pode ser uma estratégia eficaz para resgatar a interação social e estimular o aprendizado significativo. Essas metodologias não apenas promovem a participação dos alunos, mas também incentivam a criação de um ambiente colaborativo que é essencial para a formação de habilidades sociais. Por fim, este trabalho conclui que, apesar dos desafios impostos pela pandemia, há uma oportunidade para repensar e inovar as práticas educativas, promovendo uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas que também forme cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de contribuir para um mundo mais justo e solidário.

Palavras-chave: Aprendizagem. COVID-19. Ensino Infantojuvenil.

¹ Graduanda da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ceciliapacanha@ufu.br.

O TRABALHO DOCENTE DA REDE PÚBLICA DE UBERLÂNDIA, PANDEMIA, REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A EDUCAÇÃO 4.0

Andressa Garcia Castilho¹

Sérgio Paulo Morais²

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa de doutorado, e é autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFU, e está inserida na linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). O objetivo desta tese é investigar como os processos de reestruturação produtiva do capital no contexto da indústria 4.0 e educação 4.0, impactou o trabalho docente na rede pública municipal e estadual de Uberlândia. Nesta conjectura as proposições teórico-metodológicas são pautadas nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. No ano de 2022, houve a coleta de dez entrevistas, por meio das narrativas da História Oral, com professores em instituições públicas de Uberlândia, em Minas Gerais. Recaiu sobre os docentes a promoção do ensino baseado em novas tecnologias e metodologias ativas. Contudo, as condições dadas para esta implementação, dificilmente, coadunam com a realidade escolar. Logo, educação 4.0 e a indústria 4.0 estão dentro de determinações históricas, mas não estão consolidadas nas práticas e escolas investigadas, elas apresentam-se mais voltadas para a exploração por extensão do trabalho e por baixos salários.

Palavras-chave: Trabalho docente. Indústria 4.0. Escola pública. Covid-19.

¹Doutorado pela Universidade Uberlândia. Prefeitura de Uberlândia e SRE-MG. E-mail: andressa.castilho@educacao.mg.gov.br.

²Doutor pela PUC-SP. Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS/UFU). E-mail: moraisp@yahoo.com.br.

AS IMPLICAÇÕES E O IMPACTO PARA O TRABALHO DOCENTE COM AS NOVAS TECNOLOGIAS NA ESCOLA

Andressa Garcia Castilho¹
Antonio Bosco de Lima²
Bruna Tamara de Souza Ferreira³

Resumo

Essa dissertação é resultado de uma investigação realizada em 2015, no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Ela tem como objetivo analisar qual o impacto para o trabalho docente da inserção das novas tecnologias da informação e comunicação dentro da escola. Investigamos três locais da cidade de Uberlândia-MG: o primeiro uma escola da rede municipal, o segundo da estadual e o terceiro da rede privada. A opção metodológica é baseada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. A coleta de dados constituiu ao todo um *corpora* de sete entrevistas com professores de cada escola, observações e anotações do diário de campo. A redação desse trabalho foi dividida em três capítulos. A introdução propõe discutir as questões metodológicas e abarca a hipótese levantada durante a constituição inicial do trabalho. O primeiro capítulo revela o percurso histórico das novas tecnologias em educação e analisa qual o desafio do trabalho docente na escola com a chegada delas. O capítulo dois é o texto dedicado a apresentação da comunidade, da escola e dos professores investigados. Nele sintetizamos os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa. O último corresponde a uma sistematização dos desafios e possibilidades do uso de novas tecnologias nas escolas a partir das realidades investigadas. Como análise dessa investigação, utilizamos teóricos como Garcia (1980), Balzan (1994), Saviani (2005) Ferretti (1980), Oliveira (2004) Libanêo (2011) e Raimamm (2015). O estudo apresentou as contradições entre o desenvolvimento do trabalho docente e a implementação das novas tecnologias. Identificamos como foi lançada, ao longo do tempo, essa responsabilidade de conduzir o trabalho ao professor mediado por esses recursos.

Palavras-chave: Escola pública. Laboratório de informática. Professores.

¹Doutora em Educação pela Universidade Uberlândia. Servidora da prefeitura de Uberlândia e SRE-MG. E-mail: andressa.castilho@educacao.mg.gov.br.

²Pós Doutor em História e Filosofia pela Unicamp (*in memoriam*).

³ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Servidora da SRE-MG. E-mail: bruna.14101075@educacao.mg.gov.br.

PANORAMA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Bethânia Cristhine de Araújo¹

Renata Alessandra dos Santos Ribeiro²

Chayene Arantes Cotrin

Adilson Caetano da Silva

Cilson César Fagiani³

Resumo

A formação inicial e continuada de professores no Brasil é um processo que menciona, no contexto sociopolítico, a articulação entre conhecimento, prática e engajamento docente. No entanto, tal processo se revela susceptível a múltiplas perspectivas envolvendo dimensões que vão além da profissionalização. Epistemologicamente, há evidências da evolução do processo formativo que vão desde as estruturas institucionais formativas até os currículos da formação de professores. Há múltiplas relações entre o papel e o modelo de professor em distintas épocas, assim como a finalidade da educação atual, transformada pelo cenário mercadológico, pelo crescimento dos cursos de licenciatura ofertados à distância e pela presença das novas tecnologias educacionais. Neste contexto histórico e recente, esse artigo tem como objetivo desenvolver uma visão crítica relacionada à formação de professores na Educação Básica. Para tanto, serão pontuados fatos relevantes no cenário político, as questões centrais da legislação educacional, bem como, a apresentação de dados estatísticos relacionados a essa temática. A abordagem é qualitativa e quantitativa realizada a partir de pesquisa bibliográfica referente aos desdobramentos da formação ao longo do tempo, já que o profissional docente tem uma responsabilidade pública para além da atualização científica, pedagógica e didática. Foram escolhidos como base teórica os estudos de Garcia; Gatti; Imbernón; Luckesi; Nóvoa e Saviani. Para o panorama legislativo e dados numéricos foram utilizados os pareceres técnicos do Conselho Nacional de Educação e as notas estatísticas do Censo da Educação Básica. Os resultados obtidos com a pesquisa mostram que a formação docente, inicial e continuada, demanda políticas educacionais e modelos de formação que valorizem a preparação e o desenvolvimento profissional do professor, através de inovadoras abordagens que contemplem as múltiplas existencialidades da profissão docente, necessária para uma educação de qualidade socialmente referenciada. Sendo assim, as políticas de valorização voltadas para o desenvolvimento profissional docente se firmam como parceiras para o alcance da democratização de um ensino que favoreça a aprendizagem, a humanização, a cidadania crítica participativa e, uma maior mobilidade socioeconômica e educativa.

Palavras-chave: Profissionalização docente. Políticas educacionais. Trabalho docente.

¹Aluna do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, UNIUBE, Professora do Centro Universitário de Patos de Minas, UNIPAM. E-mail: bethania@unipam.edu.br

²Alunos do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, UNIUBE.

³Orientador, docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, UNIUBE. E-mail: cilsoncf@gmail.com

REFORMAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 2011-2014: (RE)CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE

Camila Alberto Vicente de Oliveira¹

Maiara Aparecida Alves²

Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos³

Resumo

O presente trabalho pretende debater as reconfigurações do trabalho docente na Rede Estadual de Goiás no período compreendido entre 2011-2014 como parte de um estudo ligado a dois projetos: i) Reordenamento da Rede Estadual de Educação de Goiás e os efeitos sobre a formação docente (2011- 2022) coordenado pela primeira autora e ii) Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal, sob a coordenação da Professora Fabiane Previtali (UFU) com financiamento do CNPq. Ambos pretendem explorar as mudanças no mundo do trabalho e seus efeitos sob o trabalho e a formação do professor. Neste estudo, realizado por meio de levantamento documental em materiais relacionados a política educacional do Estado de Goiás entre 2011-2014 e pelo aprofundamento por meio da análise crítica do discurso, são debatidos, mais precisamente os documentos Pacto pela Educação e Programa Reconhecer, reconhecidamente relevantes a compreensão das reconfigurações que se iniciaram ou se avolumaram a partir de 2011. O recorte temporal desta comunicação refere-se ao primeiro mandato do Governador Marconi Perillo (2011-2014), eleito sob o slogan de um Tempo Novo, com promessas de modernização da gestão e busca pela eficiência nos serviços públicos. É neste bojo que os programas citados despontam como elementos da reorganização da educação estadual. O Pacto pela Educação continha um conjunto de metas para reconfiguração da educação no Estado de Goiás que envolviam mudanças curriculares, novas práticas de gestão, indução de parcerias e avaliação externa. Nesse decurso, o Programa Reconhecer instituiu o bônus para o professorado do Estado atrelado a critérios de produtividade, assiduidade e entrega de documentos como planos de ensino. Tendo como referência as obras de Saviani (2013, 2015), Antunes (2018) e Previtali (2015, 2022), a pesquisa aponta que os dois programas em tela foram elementos centrais para a reconfiguração do sistema estadual de educação goiano na perspectiva da nova gestão pública, promoveram a responsabilização dos docentes e sobrepujaram a avaliação (externa e de desempenho dos docentes) como baliza para a condução da política educacional goiana. As próximas etapas da pesquisa versarão sobre os próximos mandatos do governo estadual (entre 2015-2018 e depois 2019 – 2022) e o incremento do gerencialismo na gestão da educação no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Formação Docente. Política Educacional. Rede Estadual de Ensino

¹ Doutora em Educação, Universidade Federal de Jataí. E-mail: camila.oliveira@ufj.edu.br.

² Graduada em Engenharia Florestal, Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Jataí, apoio: Prolicen/UFJ. E-mail: maiaraalves@discente.ufj.edu.br.

³ Graduada em História, Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Jataí, apoio: PIBIC/CNPq/UFJ. E-mail: maiza.oliveira@discente.ufj.edu.br.

SABERES TEÓRICOS E PRÁTICOS NECESSÁRIOS AO ENSINO DE MATEMÁTICA DESTINADO A PESSOAS SURDAS

Camila Rezende Oliveira¹

Guilherme Saramago de Oliveira²

Resumo

Esta pesquisa objetivou estudar dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas entre os anos de 2010 e 2020 que trataram da temática Surdez e Matemática no Ensino Fundamental, e identificar e analisar os saberes que os professores necessitam conhecer para desenvolver com eficácia o ensino de Matemática destinado a pessoas surdas. Os sujeitos surdos são aqueles que compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, sendo a língua de sinais, a Libras, uma das mais importantes dessas experiências. O trabalho partiu da seguinte questão investigativa: Quais são os saberes que os professores do Ensino Fundamental necessitam conhecer para desenvolver com eficácia o ensino de Matemática destinado a pessoas surdas? A pesquisa foi sustentada teoricamente por autores da área Surdez, da Educação Matemática e da Inclusão entre eles: Skliar (2001), Fiorentini e Lorenzato (2006), Mantoan (2005), além de pesquisas recentes realizadas na área da Educação Matemática Inclusiva. A opção metodológica foi a Metanálise que buscou dissertações e teses entre o período de 2010 e 2020 que tivessem como foco os professores de Matemática do Ensino Fundamental, os professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE e os Intérpretes de Libras - ILS no banco de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação – BDTD. As palavras-chave utilizadas foram as seguintes na busca: Surdez e Matemática; Professores de Matemática e Surdez; Surdo e Matemática; Anos Iniciais e Surdez; Deficiência Auditiva e Matemática; Professores do AEE e Surdez; Anos Finais e Surdez; Ensino Fundamental e Surdez. Para a análise de dados foi realizada a leitura do resumo, dos capítulos teóricos e por vezes nos resultados e considerações finais das teses e dissertações. Os resultados encontrados nessa pesquisa tiveram como base os seguintes saberes nos trabalhos acadêmicos analisados: saberes da inclusão, saberes da Libras; saberes da formação Matemática; saberes da cultura e dos estudos surdos; saberes da pedagogia visual no Ensino de Matemática; saberes dos conteúdos matemáticos; saberes das concepções e das crenças sobre a Matemática; saberes dos conceitos e das aprendizagens matemática. Ainda sob esse foco a maioria dos trabalhos avaliados teve como principal preocupação a aquisição da Língua de Brasileira de Sinais tanto por parte dos alunos surdos quanto ouvintes. Essa preocupação também perpassa pelos profissionais que lidam especificamente com esse aluno público-alvo da Educação Inclusiva. Tal fato demonstra a necessidade eminente de contribuições mais profícuas com vistas a sanar a lacuna científica ainda existente dos saberes que os docentes necessitam obter para a melhoria da inclusão do alunado surdo presente na Educação Básica.

Palavras-chave: Surdez. Ensino Fundamental. Educação Matemática.

¹Doutora em Educação, UFU. E-mail: oliveira.camila@ufu.br.

²Orientador do trabalho, UFU. E-mail: gsoliveira@ufu.br.

EXPRESSÕES DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13415/2017) EM SANTA CATARINA

Caroline Dildey¹

Resumo

Analisa-se, nesta pesquisa, as expressões de intensificação e precarização do trabalho docente no Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) em Santa Catarina, considerando as determinações históricas e sociais que forjaram esta e outras reformas educacionais. Tal objetivo converge com o GT1 - Educação Básica, Trabalho e Formação Docente na medida em que aborda o trabalho docente no Novo Ensino Médio em um contexto mais amplo de contrarreformas neoliberais que buscam readequar a educação aos novos requerimentos produtivos, promovendo a ampliação das taxas de lucro e o controle ideológico para a formação de uma força de trabalho cada vez mais flexível e resignada. A pesquisa, de caráter exploratório e amparada no materialismo histórico-dialético, foi orientada por quatro passos metodológicos centrais: 1) a identificação, por meio do balanço de produções sobre o tema, da forma como os autores do âmbito acadêmico na educação abordam as condições de trabalho dos docentes que atuam no Novo Ensino Médio; 2) a retomada dos elementos jurídico-normativos que o Novo Ensino Médio incorpora e que contribuem para a intensificação e precarização do trabalho docente; 3) o estudo de referencial teórico do campo marxista para análise das determinações político-econômicas na educação e as consequências ao trabalho docente; e 4) a verificação de como a implementação do Novo Ensino Médio impacta no cotidiano escolar, especialmente para os docentes, por meio da realização de grupos focais com professores do Novo Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. A partir do cotejo do balanço de produção e do referencial teórico foram extraídas quatro categorias de análise centrais, que conduziram a análise dos elementos jurídicos normativos bem como a estruturação e análise dos grupos focais: mercantilização da educação (Motta; Andrade, 2020) intensificação e precarização objetiva (Dal Rosso, 2008; Dal Rosso; Cardoso, 2015) precarização subjetiva e reconversão docente (Evangelista, 2017; Triches, 2010). Constata-se que, além de novas expressões de intensificação e precarização, que elevam o grau de exploração e mudam a identidade do trabalho docente, o Novo Ensino Médio contribui para a difusão do projeto civilizatório dominante, pautado na flexibilização das relações de trabalho e na adaptação dos sujeitos (professores e estudantes) à lógica da concorrência e da competitividade como norma de vida, assim como às instabilidades e incertezas sociais e laborais geradas pelo atual padrão de acumulação do capital.

Palavras-chave: Mercantilização da educação. Reconversão docente. Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE-UFSC). E-mail: carol.dildey@gmail.com.

UM ESTUDO SOBRE JOVENS JUDOCAS E SEUS PLANOS PARA O ENSINO SUPERIOR E MUNDO DO TRABALHO

Danilo Abdala Vieira¹

Cilson César Fagiani²

Resumo

No contexto do grupo de trabalho Educação Básica, Trabalho e Formação Docente, a presente pesquisa parte do pressuposto de que, no ambiente da educação básica, práticas esportivas como o judô desempenham um papel significativo na formação integral dos alunos, contribuindo tanto para o desenvolvimento físico quanto para o fortalecimento de valores educacionais e profissionais. A proposta é investigar as intenções acadêmicas de praticantes de judô entre 15 e 17 anos, residentes na cidade de Uberlândia – MG, com o objetivo de entender como esse esporte pode influenciar nas decisões desses jovens em prosseguir com o ensino superior e se preparar para o mundo do trabalho. A transição da infância para a idade adulta se mostra em grande parte uma fase complexa, desafiadora, cheia de possibilidades e conflitos que colocam adolescentes e jovens numa situação de tomada de decisões importantes. No entender de Novaes (2006), a relação escola/trabalho tende a ser consideravelmente influenciada pela classe social, raça, gênero, entre outros fatores. As desigualdades enfrentadas pela juventude brasileira devem ser levadas em consideração, pois o trabalho não se coloca para todos da mesma forma. Para os que fazem parte dos setores populares, trabalhar tem relação com a sobrevivência e a impossibilidade de viver a condição juvenil. A dificuldade de projetar um futuro está entre as maiores preocupações de jovens brasileiros, tendo o trabalho associação a conceitos de suprir necessidades, auto-realização, crescimento e garantia de independência (CORTI; SOUZA, 2005). De acordo com Fagiani (2018), quanto maior o grau de instrução, menor é o crescimento do desemprego e, quando comparados rendimentos relativos aos graus de instrução de nível superior, nível secundário ou profissional, indicam que tais rendimentos são maiores para adultos que concluíram o ensino superior. Estudos prévios, como os de Emmerick (2019) e Melo et al. (2020), apontaram uma tendência de escolarização acima da média entre atletas de judô em comparação com a população geral. A partir desses dados, a expectativa é verificar se essa tendência se confirma entre os jovens praticantes da modalidade em Uberlândia e se essa predisposição também se manifesta entre não atletas, dado o caráter educacional intrínseco à prática do judô desde sua origem. Para conduzir o estudo, será realizada uma revisão bibliográfica e aplicação de questionários direcionados a discentes praticantes de judô, adotando uma abordagem qualitativa, característica das pesquisas em Educação, com base em Thiollent (1987), Flick (2009), Minayo (2012), entre outros. Os resultados da pesquisa serão apresentados nas instituições onde o estudo será realizado, envolvendo docentes, discentes e demais profissionais. Além disso, os achados serão amplamente disponibilizados ao público em plataformas online de fácil acesso, como o YouTube, garantindo que as informações alcancem um público diversificado e contribuam para o enriquecimento do debate sobre a relação entre esporte, educação e formação profissional.

Palavras-chave: Judô. Educação Básica. Formação.

¹Mestre em Educação, Doutorando na Universidade de Uberaba - UNIUBE, Campus Uberlândia - Minas Gerais – Brasil. E-mail: professordanilovieira@gmail.com.

²Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA FORMAÇÃO HUMANA NO ENSINO MÉDIO

Débora Lourdes Martins¹

Cilson César Fagiani²

Resumo

O desenvolvimento da Inteligência Emocional em alunos do ensino médio é essencial para a formação integral dos sujeitos sociais, preparando-os tanto para o êxito acadêmico quanto para a vida profissional. Este estudo será desenvolvido no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba e tem como objetivo geral analisar a importância do desenvolvimento da inteligência socioemocional na formação humana do adolescente no Ensino Médio. A pesquisa será de abordagem qualitativa, caracterizada pela coleta de dados descritivos e explicativa. A pesquisa documental será realizada no Plano de Recomposição de Aprendizagens de Minas Gerais e nos Projetos Político Pedagógicos de cinco escolas de Ensino Médio de João Monlevade, MG, utilizando a metodologia de análise de categorias de conteúdo conforme desenvolvida por Laurence Bardin. Essa análise permitirá identificar como a Inteligência Emocional é abordada nos documentos oficiais das escolas e revelar as ideologias subjacentes e os discursos ocultos sobre a importância da Inteligência Emocional na educação escolar. Com base na pesquisa documental, será desenvolvido um programa estruturado de Inteligência Emocional, que integrará as aulas de Educação Física de maneira estratégica. As aulas de Educação Física foram escolhidas devido ao seu potencial único de promover habilidades sociais e emocionais através de atividades práticas e colaborativas. Diferentemente de outras disciplinas que se concentram mais no conteúdo teórico, a educação física oferece um ambiente dinâmico onde os alunos podem desenvolver competências como trabalho em equipe, resiliência, empatia e gestão de conflitos. O recorte temporal com revisão bibliográfica será a partir dos anos 2014 e o diálogo com autores que destacam a importância do desenvolvimento da Inteligência Emocional na educação e no desenvolvimento integral dos alunos além da integração desta nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de Ensino Médio tais como Daniel Goleman, Demerval Saviani, Howard Gardner, Lev Vygotsky, Carl Rogers, Maria Montessori, dentre outros. Assim, questiona-se: Como as escolas de Ensino Médio de João Monlevade, MG, incorporam (ou deixam de incorporar) o desenvolvimento da Inteligência Emocional, e quais são os impactos dessa incorporação (ou falta dela) na formação humana, bem-estar emocional e preparação dos alunos para o mundo de trabalho?

Palavras-chave: Inteligência Socioemocional. Projetos Político-Pedagógicos. Educação Básica.

¹ Mestranda da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, SEE/MG – Projeto Trilhas de Futuro – Educadores. E-mail: deboraeducadorafisica@gmail.com.

² Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

FORMAÇÃO DOCENTE: PIBID INTERDISCIPLINAR GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições e a qualificação de conhecimentos adquiridos com as formações docentes do Programa Institucional e Bolsa de Iniciação à docência, subprojeto interdisciplinar História e Geografia com enfoque nas relações étnico-raciais na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, entre dezembro de 2022 e abril de 2024. Utilizou-se, como procedimento metodológico, a análise documental para examinar, dentre outros documentos, o relatório de conclusão do Programa, elaborado pelo supervisor, autor deste trabalho. A análise revelou que as atividades desenvolvidas, ao longo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, fomentaram as três dimensões consideradas neste estudo, quais sejam: a formação continuada, a interdisciplinaridade e a relação teoria-prática. Os resultados sugerem que o programa ampliou a interlocução entre a universidade e a escola-campo contribuindo para a qualidade da formação docente de todos os envolvidos no programa, sejam eles os Iniciantes à Docência, os docentes coordenadores e supervisores.

Palavras-chave: Educação. Formação continuada. Interdisciplinaridade.

¹Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Capes. E-mail: elisangelarodrigues@yahoo.com.br.

PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOCENTE: UM LEVANTAMENTO NO *GOOGLE* ACADÊMICO (2023-2024)

Elizabeth Gottschalg Raimann¹

Emília Cristina Vasconcelos Beraldo²

Náfren Ferreira Lima³

Resumo

Este trabalho está em conformidade com o GT 1 que trata da educação básica, trabalho e formação docente, pois a discussão da temática que ora se propõe condiz com a pesquisa em curso que trata da educação básica pública e trabalho docente no estado de Goiás. A investigação é desenvolvida no NUFOPE/UFJ e se insere na pesquisa interinstitucional “NGP e tecnologias digitais na educação básica e impactos no trabalho docente: uma abordagem internacional Brasil-Argentina e Portugal”, abrangendo instituições nacionais e internacionais, sendo elas: UFJ, UFCAT, UFU, Uniube, UFSC, Universidade de Buenos Aires e Universidade Nova de Lisboa e é financiada pelo edital MCTIC/CNPq. Nesse contexto, elaborou-se uma investigação regional que aborda as relações laborais e a implementação de formas flexíveis de contratação do trabalho docente na educação básica pública no estado de Goiás, objetiva-se analisar as mudanças no trabalho docente no âmbito da difusão da indústria 4.0 e da Nova Gestão Pública sob o aprofundamento das políticas neoliberais. Este trabalho apresenta dados iniciais a partir da problematização que averigua o que as pesquisas apresentadas pela ferramenta do *google* acadêmico ou *Google Scholar*, na função Alertas, disponibiliza sobre o termo de busca “plano de carreira e valorização docente” entre 2023 e 2024, biênio em que a investigação regional se iniciou. A pesquisa é exploratória, de cunho documental, com o uso da internet, no caso específico, do *google* acadêmico que oferece aos pesquisadores agilidade e amplia o acesso à informação. Além disso a funcionalidade “Alertas” emite alertas referente a determinados temas e palavras-chaves e que são enviados quando novas publicações dentro destes critérios são indexadas. Apesar de algumas desvantagens, a ferramenta possibilita um levantamento de publicações referente a temática da pesquisa. Desta forma, entre fevereiro de 2023 a junho de 2024 foram enviadas ao e-mail cadastrado pela pesquisadora 34 trabalhos. Em análise dos títulos e resumos, considerando plano de carreira e valorização docente na educação básica, 26 trabalhos acadêmicos foram selecionados. Os demais títulos e resumos, apesar de listados, não tratavam diretamente dos termos de busca, apenas oito no total. Destes, faziam menção a Residência Pedagógica e ao PIBID, somando 04 trabalhos acadêmicos; um tratando da docência no ensino superior, um sobre narrativas, um referindo-se ao plano decenal e, por fim, um sobre o desenvolvimento da docência de engenheiros. No entanto, nenhum dos 26 trabalhos mencionam o estado de Goiás. Dos estados mencionados são eles: quatro do RJ, três do PA, dois de TO, dois do PR, um de SE, MG, RS, SC, SP, PB e PI. Diante destes dados, a relevância da pesquisa no estado de Goiás se justifica. Ao se desvelar as condições de trabalho, objetivo e subjetivo (Basso, 1998; Shiroma, Evangelista, 2011) e as relações laborais e formas flexíveis de contratação de trabalho (Previtali, Fagiani, 2020) permitirá um mapeamento da realidade goiana.

Palavras-chave: Trabalho docente. Condições objetivas e subjetivas. Relações Laborais.

¹Doutora em Educação, Universidade Federal de Jataí/UFJ, sem apoio. E-mail: elizabeth_raimann@ufj.edu.br.

²Mestranda em Educação/PPGE/UFJ, Secretaria Municipal de Educação de Jataí/GO, sem apoio. E-mail: emiliacvb@gmail.com.

³Mestra em Educação, Secretaria Municipal de Educação de Jataí/GO, sem apoio. E-mail: nafrenufg@gmail.com.

IMPACTOS DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES(AS) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Alisson Silva da Costa¹

Erlando da Silva Resê²

Resumo

As políticas educacionais do Governo do Distrito Federal são um fator crucial que influencia significativamente nas condições de trabalho dos professores temporários, frequentemente desvalorizando o trabalho docente. A contratação temporária é uma prática comum, especialmente devido à falta de reposição de professores efetivos, resultante de aposentadorias e outras vacâncias. Isso leva a um número elevado de professores temporários, que enfrentam uma série de desafios e precariedades no exercício de suas funções. Desta forma, o objetivo deste estudo é compreender a contratação temporária de professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e seus impactos no desenvolvimento do trabalho docente. No desenvolvimento da pesquisa adotamos uma metodologia de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético. Os dados coletados surgem por meio de levantamento realizado junto ao Sindicato de Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF), SEEDF e análise documental. A análise se apoiará em teorias de autores como Kuenzer (2013), Oliveira (2004), Hypolito (2012), Antunes (2009), Codo (1999), Marx e Engels (2007), Frigotto (2000) e Cury (2000). O referencial teórico parte da compreensão do trabalho como princípio educativo (Saviani, 2007) e como um ato histórico essencial para a humanização do ser social (Marx e Engels, 2007). No contexto capitalista, o trabalho docente é caracterizado pela precarização e intensificação, influenciado por reformas educacionais e políticas públicas que aumentam as responsabilidades dos professores sem oferecer condições adequadas para o exercício de suas funções (Oliveira, 2004; Kuenzer, 2013). A precarização é um fenômeno multifacetado, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ideológicos, que impacta diretamente na satisfação e na saúde dos professores (Alves, 2009; Fidalgo e Fidalgo, 2009). Segundo dados de 2023 da SEEDF, existiam cerca de 16,5 mil professores temporários no Distrito Federal, o que representa um quantitativo superior a 70% deste grupo em sala de aula, segundo o SINPRO-DF. Destacamos ainda que, após grande mobilização da categoria em maio de 2023, com uma greve de 22 dias, o governo nomeou 3880 professores de dezembro de 2023 a junho de 2024, número inexpressivo diante do déficit de cerca de 15 mil professores. Os resultados preliminares deste estudo indicam que os professores temporários enfrentam condições de trabalho significativamente mais precárias em comparação com os efetivos. A falta de direitos, como licença médica adequada e assistência à saúde, além da instabilidade contratual, gera insegurança e insatisfação. A atuação do SINPRO-DF é crucial para defender os direitos desses professores, mas enfrenta desafios devido à estrutura das políticas educacionais vigentes. Desta forma, este estudo reforça a importância de valorizar o trabalho docente como fundamental para a qualidade da educação.

Palavras-chave: Contrato Temporário de Professores. Condições de Trabalho. Precarização do Trabalho Docente.

¹Pedagogo, Mestre em Educação, Universidade de Brasília – UnB. E-mail: alisson.dec@gmail.com.

²Sociólogo, Doutor em Sociologia, Universidade de Brasília – UnB, com Pós-doutorado em Educação na Universidade de Londres. E-mail: erlandoreses@gmail.com.

LETRAMENTO ESTATÍSTICO NOS ANOS INICIAIS: DIÁLOGOS, SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Fabiana Maria Mendes Dutra¹

Leandro de Oliveira Souza²

Resumo

Vivemos em uma sociedade que exige indivíduos capazes de ler, estabelecer conexões, levantar e testar hipóteses, interpretar e argumentar. Com foco no Letramento Estatístico, esta pesquisa em fase inicial de elaboração tem em seu projeto o objetivo de compreender como a formação continuada de professores pode ser aprimorada para melhor desenvolver o letramento estatístico nos anos iniciais, identificando práticas eficazes e desafios a serem superados. Para nos aproximarmos mais dessa temática temos como objetivos específicos: constituir um grupo de professores; identificar os desafios enfrentados pelos professores na incorporação do letramento estatístico e suas práticas pedagógicas nos anos iniciais; construir uma proposta coletiva e colaborativa de formação de professores; discutir as possibilidades pedagógicas e desenvolver um produto educacional, no formato de um e-book, com as propostas didáticas dos professores. A metodologia será a pesquisa-ação, com uma abordagem qualitativa. A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa que combina a investigação científica com a ação prática. Ela é caracterizada pelo envolvimento ativo dos pesquisadores e participantes na identificação de problemas, desenvolvimento de soluções e implementação de ações para melhorar uma situação específica. É um processo cíclico que envolve a observação, reflexão, planejamento, ação e avaliação contínua. Entendemos que a pesquisa-ação com uma abordagem qualitativa e uma metodologia poderosa para enfrentar problemas complexos em contextos sociais, educacionais e comunitários. (Trip, 2005). O referencial teórico dessa pesquisa inclui: Buehring (2021), que aborda a educação estatística na educação infantil e nos anos iniciais; Souza (2013) que aborda a pesquisa ação em Estatística; Lopes (2003) que estuda sobre o conhecimento profissional dos professores no campo da Educação; Soares que discute Alfabetização e Letramento. Diante dessas reflexões estudamos um processo de formação que valorize o saber dos professores, que provoque reflexão sistemática sobre as questões em torno do Letramento Estatístico, que os habilite a serem pesquisadores de suas próprias práticas e que lhes dê condições para investirem na produção coletiva do conhecimento. Como o projeto ainda está em fase de desenvolvimento, é crucial que sua implementação seja rigorosamente acompanhado.

Palavras-chave: Letramento. Estatística. Formação de professores.

¹Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: fabiana.dutra@ufu.br.

²Prof. Dr. Leandro de Oliveira Souza, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leandrosouza@ufu.br.

MERITOCRACIA E EMPREENDEDORISMO UMA IMPOSIÇÃO DAS ATUAIS REFORMAS EDUCACIONAIS

Fernanda Welter Adams¹

Rafael Moreira Siqueira²

Edilson Fortuna de Moradillo³

Resumo

A disciplina Química tem grande relevância na formação humana, mas nos últimos anos vem enfrentando um amplo esvaziamento, devido as atuais reformas educacionais. Neste trabalho, problematizamos como o componente Química é apresentado nas atuais políticas educacionais, principalmente a BNCC e a Reforma do Ensino Médio? Sendo o Objetivo discutir como o componente curricular Química se apresenta nas atuais reformas educacionais. Para a realização desta pesquisa teórico-documental, realizamos a leitura e a análise crítica das três versões da BNCC, assim como dos textos da Reforma do Ensino Médio. As categorias de análise de basearam na discussão principalmente da meritocracia e do empreendedorismo. As discussões são realizadas tendo como base a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural, que apresentam uma concepção de mundo que busca a transformação da sociedade reprodutora do capital. Para tal, utilizamos de uma análise de natureza teórico-documental, em uma perspectiva materialista dialética (Martins; Lavoura, 2018; Tozoni-Reis, 2020), dos documentos normativos (leis, resoluções etc.) relativos a tais políticas curriculares. As discussões são realizadas tendo como base a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural, que apresentam uma concepção de mundo que busca a transformação da sociedade reprodutora do capital, oferecendo ao ser social e particularmente a classe trabalhadora acesso ao conhecimento, artístico, filosófico e científico, produzido historicamente pela humanidade. As reformas impostas à educação básica a partir do ano de 2017 foram construídas com pouco diálogo com os professores, tanto da educação básica quanto do ensino superior, mas com o apoio do empresariado da educação. No texto das três versões da BNCC, observamos a busca pela garantia da valorização da meritocracia e do empreendedorismo, articulados à ideia de competência empresarial, o que reforça ainda mais a competitividade entre os indivíduos, além do rebaixamento dos conhecimentos científicos, como ocorre no caso dos conteúdos de Química. Portanto, é urgente que este documento seja revogado e que o ensino de Química ganhe mais espaço no currículo da Educação Básica.

Palavras-chave: Meritocracia e Empreendedorismo. Química. Reformas Educacionais.

¹Doutoranda em Ensino, História e Filosofia da Ciência, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Educação e Licenciada em Química. E-mail: adamsfernanda@gmail.com.

²Doutor em Ensino, História e Filosofia da Ciência, Mestre em Ciências e Licenciado em Química, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rafael.siqueira@ufba.br.

³Doutor em Ensino, História e Filosofia da Ciência, Bacharel em Química, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: edilson@ufba.br.

UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO, NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

Izabela Figueiredo Josué¹

Cilson César Fagiani²

Resumo

O presente trabalho irá analisar o Programa Jovem de Futuro, no Ensino Médio, da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Pretende-se por meio dele; problematizar a parceria público-privada e refletir as implicações do Programa no trabalho docente e na aprendizagem dos estudantes; investigar como se dá o desenvolvimento das ações do Programa nas escolas; elaborar um parecer acerca do seu monitoramento e avaliação das práticas pedagógicas que refletem os indicadores de aprendizagem; discutir sobre as atuações dos docentes diante das propostas do Programa e refletir possíveis intervenções conforme os resultados obtidos na investigação desta pesquisa. Trata-se de um estudo proposto para compor uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba. Como procedimentos da pesquisa, optou-se pela fundamentação baseada no estudo documental das legislações educacionais: Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996, resoluções, decretos, relatórios, revistas, notas informativas e explicativas, programas e outros, e de referenciais bibliográficos de autores que apresentam uma concepção crítica para embasar as reflexões acerca da perspectiva neoliberal das políticas educacionais e de mercantilização da educação escolar, e também sobre a precarização do trabalho docente como GIROUX, H., 1986; MÉSZÁROS, 2008; SAVIANI, 2018; FAGIANI, 2019; FAGIANI e PREVITALI, 2022 e LIBÂNEO, 2012. Será aplicada a metodologia dialética com a abordagem qualitativa nas quais empregou-se a base dos autores SEVERINO, 2013 e MATTAR e RAMOS, 2021 respectivamente. A partir do estudo, pretende-se verificar a relação do trabalho docente e a eficiência do ensino-aprendizagem com as orientações pedagógicas vindas do Programa Jovem de Futuro abordando também indicadores educacionais como PISA, PROEB e IDEB e os recursos oferecidos, pelo Programa Jovem de Futuro.

Palavras-chave: Educação Básica de Minas Gerais. Trabalho docente. Parcerias público-privadas.

¹Estudante do Programa de Mestrado Profissional em Formação Docente para Educação Básica, UNIUBE, campus Uberlândia, financiada pelo Projeto Trilhas de Futuro – Educadores da SEE/MG. E-mail: izabela.josue@educacao.mg.gov.br.

²Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba – Campus Uberlândia – Minas Gerais – Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

IMPACTOS DO PAEBES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS DOCENTES NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE

Jair Gomes de Souza¹

Resumo

Este estudo examina os efeitos do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) nas políticas educacionais do estado, com foco nos desafios e impactos relacionados ao Grupo de Trabalho 1 - Educação Básica, Trabalho e Formação Docente. Analisamos como as informações do PAEBES podem direcionar a valorização do magistério, influenciar na elaboração de políticas para capacitação docente contínua e afetar a qualidade da educação básica, refletindo sobre o impacto dessas avaliações na melhoria das práticas pedagógicas e na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. O objetivo desta pesquisa é analisar a influência dos resultados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) na elaboração e ajuste de políticas educacionais no estado, com foco específico na valorização e no aperfeiçoamento profissional dos professores, na melhoria da qualidade da educação básica pública e na eficácia das parcerias público-privadas. A metodologia usada é um estudo de caso, que inclui a análise dos dados quantitativos fornecidos pelo PAEBES, complementada pela análise documental das políticas educacionais implementadas depois da divulgação dos resultados da avaliação. A pesquisa é qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender a complexidade das relações entre os resultados do PAEBES e as políticas educacionais no Espírito Santo. Os dados públicos disponíveis pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e pelo CAEd/UFJF serão usados para analisar os resultados do PAEBES. Isso inclui avaliações em diferentes disciplinas, taxas de participação e outros indicadores de desempenho educacional. Os dados do PAEBES indicaram uma tendência de aprimoramento da habilidade dos estudantes em áreas fundamentais como Língua Portuguesa e Matemática ao longo dos anos. Essa melhoria sugere uma resposta positiva das escolas e professores às políticas educacionais ajustadas de acordo com as avaliações externas. A pesquisa indicou que os resultados do PAEBES influenciaram políticas estaduais para valorizar o magistério, incluindo iniciativas para o aperfeiçoamento profissional contínuo e ajustes salariais. As instituições de ensino com melhor desempenho no PAEBES frequentemente receberam mais recursos e suporte, destacando uma política de incentivo que se baseia em resultados. O PAEBES, como instrumento de avaliação educacional, demonstrou ser uma ferramenta valiosa para a administração e aprimoramento da educação no Espírito Santo. Os resultados apresentados neste estudo mostram como a avaliação externa pode orientar de forma eficaz as políticas educacionais, influenciando positivamente a qualidade da educação, a prática pedagógica e a valorização do trabalho docente. No entanto, apesar dos progressos percebidos, ainda há desafios relevantes, como a necessidade de políticas mais inclusivas e de apoio constante às escolas com um desempenho abaixo do esperado. Portanto, é recomendável que as políticas educacionais futuras utilizem informações de avaliações externas para aprimorar de forma adaptativa e responsiva os ambientes educacionais, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de excelência. Este estudo reforça a relevância de uma avaliação sistemática e constante no sistema educacional para a promoção de uma educação equitativa e de excelência.

Palavras-chave: Reforma Educacional. Capacitação Profissional. Equidade Educacional

¹Doutorando em Educação, UNIUBE, Bolsista CAPES. E-mail: jaigomesdesouza@gmail.com.

CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: DITADURA MILITAR ATRAVÉS DO FILME “MEU TIO JOSÉ” (2021)

Julia Junqueira Antunes Oliveira

Arthur Melo

Resumo

Nesta comunicação apresentaremos as nuances de se trabalhar cinema e Ensino de História através do filme “Meu tio José”, uma animação lançada no ano de 2021, que se passa no começo da década de 1980, retratando o período final da ditadura militar pelo ponto de vista de uma criança de 10 anos, que teve seu tio assassinado por militares. Ao longo do filme vemos um relato da história de vida do tio do menino, o José, através de seus familiares vivos. Seu engajamento na luta contra a ditadura o levou a morte. A obra possui uma abordagem sensível, mas também realista, e toda a animação traz diversos assuntos que podem ser levados como propostas de discussão em sala de aula, tais como: as profissões dos adultos retratados, os protestos e escritas nos muros, o motivo do filme escolher deixar a cor vermelho em destaque. É uma obra repleta de detalhes, sendo uma excelente porta de entrada para se trabalhar a ditadura militar no 9º ano do Ensino Fundamental. Queremos propor o/a professor/a de História algumas formas de se usar o cinema na sala de aula. É necessário conhecer a obra ali apresentada e suas nuances, conduzindo a turma para as possíveis interpretações sobre a obra. A época em que o filme foi produzido diz muito sobre ele, do período retratado, sobre a escolha de roteiro, de ângulos de filmagens e de linguagens, pois segundo Napolitano (2012), no cinema, como de resto em todas as artes, quanto mais se conhece a sua história e linguagem, mais as obras se tornam encantadoras, e mais nos dizem sobre o passado e sobre o presente do mundo em que vivemos. Sendo de extrema importância utilizar filmes na sala de aula, ajudando a desenvolver o lado crítico dos alunos com orientação correta dos professores, podendo também ser utilizado para que se enxerguem como sujeito histórico, através da identificação com situações ocorridas com personagens do filme. Ao aplicar tais atividades se espera que ao longo dos anos escolares, trabalhando com filmes de temas diversos, que os alunos não veriam por conta própria, estes saiam da bolha social em que estão inseridos no contexto de suas realidades, e conheçam narrativas diferenciadas, novas histórias e culturas, desenvolvendo senso crítico, desconstruindo preconceitos e passem a se ver como sujeitos históricos de seu próprio tempo, tendo maior capacidade de interpretação histórica e se tornando assim cidadãos melhores.

Palavras-chave: Cinema. Ditadura militar. Ensino de história.

FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFTM: análise de matrizes curriculares

Juliane Silva Vasconcelos¹

Ana Clara Melo de Andrade Rodrigues²

Pedro Henrique dos Santos³

Resumo

Em uma sociedade orientada por determinações do capital e regida por políticas de conformação à conjuntura determinada por reestruturações de adequação ao sistema, a formação docente assume importante fluxo investigativo. Neste contexto e repercutido pelas diretrizes de formação docente, as discussões sobre diversidade de gênero fazem-se essenciais no campo curricular. Sendo os cursos de licenciatura importantes espaços para promoção de práticas pedagógicas articuladas a superação das desigualdades, considera-se ser necessário entender como as questões de diversidade de gênero são abordadas nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – sendo eles: Ciências Biológicas e Químicas do Campus Uberaba; Matemática do Campus Paracatu; Matemática, Letras e Computação do Campus Parque Tecnológico; e Computação do Campus Uberlândia Centro, conforme suas atualizações à Resolução n. 02/2015, analisando sua presença no currículo e identificando possíveis lacunas. Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como as discussões de gênero estão inseridas nas matrizes curriculares de cursos de licenciatura do IFTM. Já os objetivos específicos são: (i) analisar as discussões de diversidade de gênero na formação docente a partir de implicações do capital; (ii) discutir sobre as políticas de formação docente em relação ao gênero; (iii) identificar a presença de disciplinas e conteúdos relacionados ao gênero nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura do IFTM. Deste modo, espera-se revelar como esta problemática vem sendo pautada nestes cursos em relação às políticas públicas de formação docente. Metodologicamente, classifica-se como *documental* e *bibliográfica*, utilizando como fontes primárias as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura e como fontes secundárias livros, artigos acadêmicos e outras publicações relevantes; para análise qualitativa das informações, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, visando a síntese dos alcances. Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão e aprimoramento das discussões de gênero nos cursos de licenciatura, promovendo uma formação docente que valorize a diversidade e a igualdade. A análise das matrizes curriculares permitirá identificar boas práticas e áreas que necessitam de maior atenção, oferecendo subsídios para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Formação Docente. Diversidade de Gênero. Cursos de Licenciatura. Matrizes Curriculares.

¹Doutora em Educação, Professora Efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba. E-mail: juliane@iftm.edu.br.

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba. E-mail: anaclaramelo@estudante.iftm.edu.br.

³Graduando do Curso de Licenciatura em Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba. E-mail: pedroh.santos@estudante.iftm.edu.br.

TRANSFORMANDO O ENSINO DE HISTÓRIA: A INTEGRAÇÃO DE ANIMÊS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

Kadu de Araújo Pimentel¹

Resumo

O presente trabalho se trata de um relato de experiência, vinculado ao Programa de Residência Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia, aborda a utilização de animês, especificamente "Yasuke", como recurso didático no ensino de História. A proposta se insere no contexto do Grupo de Trabalho: Educação Básica, Trabalho e Formação Docente, trazendo experiências que visaram engajar os alunos e promover uma aprendizagem significativa. O objetivo principal da pesquisa é explorar como elementos da cultura pop, como os animês, podem ser utilizados para discutir temas relevantes e contemporâneos, contribuindo para a formação crítica dos estudantes. O referencial teórico que fundamenta o trabalho é a História Cultural, conforme explorado por Roger Chartier. O autor enfatiza que a produção e a recepção de textos e objetos culturais são práticas criadoras, onde o leitor ou espectador não é apenas um receptor passivo, mas um produtor de significados. Essa perspectiva é crucial para entender como os alunos podem se apropriar de conteúdos históricos através de narrativas contemporâneas, como as apresentadas nos animês. A utilização de "Yasuke" permite que os alunos se conectem com temas como afrofuturismo e questões sociais, promovendo um diálogo entre o passado e o presente. Os resultados obtidos durante a aplicação das aulas foram significativos. Kadu observou que a introdução de animês nas discussões em sala de aula não apenas despertou o interesse dos alunos, mas também facilitou a compreensão de temas complexos, como o nazifascismo e o Holocausto. A metodologia proposta gerou um ambiente de aprendizado mais dinâmico, onde os alunos se sentiram motivados a participar ativamente das discussões. Apesar de alguns desafios, como a necessidade de adaptação das atividades para atender a diferentes níveis de compreensão, a experiência demonstrou que a utilização de recursos culturais contemporâneos pode enriquecer o ensino de História. Em considerações finais, o relato de Kadu destaca a importância de se reinventar as práticas pedagógicas para atender às demandas de uma geração que consome cultura de forma intensa e diversificada. A experiência com o uso de animês na sala de aula não apenas contribuiu para a formação crítica dos alunos, mas também reafirmou a relevância da História Cultural como um referencial teórico que permite novas abordagens no ensino. Assim, o trabalho evidencia que a integração de elementos da cultura pop no currículo escolar pode ser uma estratégia eficaz para engajar os alunos e promover uma educação mais significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Animês, História Cultural, Residência Pedagógica.

¹Graduando do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Bolsista do Programa de Educação Tutorial em História. E-mail: kadu.pimentel@ufu.br.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DESEMPENHO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA MINEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Thais Parreira de Freitas Oliveira¹

Klívya de Cássia Silva Nunes²

Resumo

Tendo em vista a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), desde a construção e a consolidação das propostas contidas nele, esse estudo tem como objetivo refletir sobre ação da gestão democrática como contribuição para o desempenho dos estudantes da Escola Estadual Governador Bias Fortes, a partir das ações propostas no PPP da escola, que apontam práticas educativas voltadas para a inclusão e igualdade de acesso, visando o sucesso dos educandos. O que remete as questões concernentes a qualidade social da educação básica pública, a gestão da escola, dinâmica curricular, formação e trabalho docente, perpassando pelos elementos constitutivos e constituintes das relações sociais mais amplas, considerando os limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. Este trabalho é um ensaio teórico, que se utiliza da abordagem qualitativa, tendo como procedimentos: estudo bibliográfico de autores que discutem o tema, dentre eles destacamos: Dourado e Oliveira (2009), Paro (2007), Peroni (2003), Rossi (2002), Saviani (1983), Vasconcellos (2002), Veiga (2009, 2010 e 2017), dentre outros que trazem contribuições pertinentes sobre PPP. A relevância é situar a discussão quanto ao PPP tendo como norte a função social da escola e a importância do envolvimento de toda a comunidade interna e externa para a garantia de uma escola democrática e com qualidade. Para tanto, há necessidade de alguns enfrentamentos, como aponta a questão norteadora deste trabalho: é possível uma escola de qualidade para todos a partir da construção coletiva do PPP, considerando os limites e possibilidades? Sobre esta problemática, Veiga (2009) alerta que se precisará enfrenar questões complexas diante do cenário de desigualdade, de exclusão, de reprovação e de permanência do aluno na escola. Nesse sentido, que se considera que o PPP é o caminho democrática e que fortalece a autonomia da escola, pois a situa, dentro de um universo mais amplo em suas relações sociais de múltiplas determinações, como por exemplo: identidade, conflitos e saberes diversos que estão inseridos nas relações das práticas sociais. Com base nessas linhas introdutórias deste trabalho, considera-se que o contexto escolar implica a assumir o PPP em todas as suas dimensões política, pedagógica e social, o que requer considerar a sua organicidade e o atendimento dos anseios da comunidade escolar. Portanto, tratar sobre o PPP não é um assunto esgotado, mas necessário, pois como destaca Saviani (1983, p. 93), ao afirmar que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Neste caso, o PPP ainda carece de ser compreendido e materializado a partir dos interesses reais e concretos do coletivo escolar na indissociabilidade entre a dimensão política, pedagógica e social, sendo estas a base para o trabalho pedagógico acerca da realidade da instituição.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação Básica. Qualidade Social.

¹Mestranda, PPGPEDU_UFU. Professora da Educação Básica. E-mail: thaisparreira45@gmail.com.br.

²Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: klivia.nunes@ufu.br.

A ATIVIDADE PEDAGÓGICA COMO PRÁXIS EDUCATIVA E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA

Leonardo Donizette de Deus Menezes¹

Fabiana Fiorezi de Marco²

Resumo

Este trabalho é produto de uma tese de doutorado, defendida em 2024, e tem como objetivo discutir a qualidade da atividade pedagógica e a função social da escola, considerando o necessário e urgente processo de emancipação política e humana. Nesse sentido, atende ao objetivo do GT 1 – Educação Básica, Trabalho e Formação Docente, ao abordar, mais diretamente, a temática qualidade social da educação básica pública. No movimento de caracterizar a importância do trabalho para o processo de constituição e desenvolvimento do ser humano e da contradição vivenciada pela classe trabalhadora no atual modo de produção social, recorreremos ao conceito de práxis social, na perspectiva do filósofo Sánchez Vázquez, e nos deparamos com o seguinte resultado: Diante da finalidade de avançarmos no processo de emancipação política e humana, sem perder de vista os documentos oficiais, é preciso colocar, na escola capitalista, professores e estudantes da classe trabalhadora em debate ativo com as relações humanas estabelecidas, de modo a se constituírem como sujeitos de criação no necessário e urgente processo de transformação da realidade social. Muito tem-se falado em práxis na Educação Escolar. Contudo, observamos que a organização do ensino e da aprendizagem, nas diferentes propostas teórico-metodológicas, não tem possibilitado, em especial aos alunos/estudantes, colocarem-se como sujeitos de práxis. Entendemos que a atividade pedagógica necessita se realizar no processo de transformar as qualidades das relações humanas dentro e fora do ambiente escolar. Isso implica encontrar as mediações que possibilitam que estudantes e professores modifiquem suas capacidades e funções psíquicas ao buscarem ativa e conscientemente transformar as circunstâncias que determinam sua condição humana na sociedade de classes. Essa relação que expõe a unidade entre apropriação do conhecimento teórico e desenvolvimento das capacidades psíquicas humanas em meio à busca da superação dos problemas típicos da classe trabalhadora é o que consideramos para a atividade pedagógica como práxis educativa.

Palavras-chave: Classe Trabalhadora. Educação Escolar. Desenvolvimento Humano.

¹Doutor em Educação, Escola de Educação Básica, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: menezesldd@ufu.br.

²Doutora em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ffmarco@gmail.com.

TRABALHO DOCENTE E SAÚDE: UMA ABORDAGEM APARTIR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lidiane Aparecida Alves¹
Gabriel Gonçalves Arantes²

Resumo

O avanço do capitalismo neoliberal leva, invariavelmente, à precarização das condições de trabalho, à crescente desvalorização social da educação e ao adoecimento dos docentes, conforme pode ser observado a partir de fatos noticiados em matérias jornalísticas, estudos científicos, dados estatísticos e pela vivência cotidiana. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral: discutir sobre as condições do trabalho docente na educação básica na perspectiva da determinação social da saúde. De modo relacionado tem-se como objetivos específicos: refletir sobre o trabalho docente em instituições públicas e cotejar os impactos das condições do trabalho docente na saúde e qualidade de vida dos/as professores/as. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, cuja metodologia essencial consiste na análise e revisão de bibliografia sobre as temáticas abordadas, de modo associado à experiência dos/as autores/as enquanto docentes da educação básica. Logo, este trabalho assume, também, um caráter de reflexão. Concorde-se com Silva e Fischer (2023) que as condições de trabalho e saúde têm relação com o agravamento dos casos de adoecimentos entre os docentes e com os problemas na relação ensino-aprendizagem (e vice-versa), sendo que os determinantes do adoecimento não são biológicos, mas sim políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, para abordar os impactos das condições do trabalho docente na saúde e na qualidade de vida, em uma abordagem multifacetada e sistêmica, considera-se a determinação social do processo saúde-doença adotado e difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2008), a qual considera que a saúde e a doença são influenciadas por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, ou seja, as condições de vida e trabalho, o ambiente social e as políticas públicas afetam a saúde das pessoas. Já como estratégias e caminhos possíveis aponta-se que é preciso vislumbrar a “utopia”, no sentido de horizonte a ser buscado, e ir na contramão da lógica do capital e que haja políticas públicas que abordem diretamente as condições de trabalho dos professores.

Palavras-chave: Saúde Mental. Qualidade de vida. Trabalho docente.

¹Doutora em Geografia, Cap. UFU. E-mail: lidianeaa@yahoo.com.br.

²Mestre em Geografia, Prefeitura Municipal de Uberlândia. E-mail: gabriel_goncalvesarantes@hotmail.com.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

Maísa Pereira Gonçalves¹

Cilson César Fagiani²

Resumo

Esta pesquisa abordará a precarização do trabalho docente no sistema carcerário brasileiro explorando as bases epistemológicas da precarização do trabalho docente no sistema carcerário no estado de Minas Gerais, particularmente no Município de Uberlândia-MG e será realizada no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba. Temos a educação como um direito fundamental e uma ferramenta crucial para a reintegração social dos presos e sua precarização pode enfraquecer esse objetivo, perpetuando o ciclo de exclusão e marginalização. Consideramos as condições adversas enfrentadas pelos professores e os efeitos dessa precarização sobre a educação dos encarcerados, buscando compreender os principais desafios e impactos enfrentados pelos professores que atuam em unidades prisionais. Esta pesquisa será bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, e entrevistas semiestruturadas para coleta e análise dos dados. As entrevistas serão realizadas com professores que atuam em unidades prisionais e gestores educacionais. A análise documental incluiu a revisão de legislações pertinentes, como a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A precarização do trabalho docente no sistema carcerário é um reflexo das condições socioeconômicas e políticas que desvalorizam a educação como ferramenta de ressocialização. Os conceitos de alienação e exploração do trabalho, conforme discutidos por Karl Marx em seus "Manuscritos Econômico-Filosóficos" (2010) e "O Capital" (1996), fornecem a base teórica para a análise da precarização do trabalho docente. A exploração do trabalho docente é evidenciada pela baixa remuneração e falta de recursos, refletindo a lógica capitalista de maximização de lucro com mínimo investimento. Como essas condições afetam a qualidade da educação oferecida aos encarcerados? E quais são as bases epistemológicas que sustentam a necessidade de uma educação de qualidade nesse contexto? Acreditamos que políticas educacionais específicas devem ser implementadas para assegurar melhores condições de trabalho, remuneração justa e apoio institucional aos professores que atuam em unidades prisionais.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação no sistema carcerário. Análise epistemológica.

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. E-mail: maisapereira.adv@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Pesquisador com apoio CNPq e FAPEMIG. Uberlândia - MG. E-mail: cilsoncf@gmail.com.br.

A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO COM O(A) NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rosiane Aparecida Oliveira da Silva¹

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela²

Resumo

Este trabalho se alinha às discussões do GT 1 - Educação Básica, Trabalho e Formação Docente, com o objetivo de compreender a atuação da equipe escolar, considerando a relação entre o(a) assistente social, o(a) psicólogo(a) e o(a) professor(a), por meio de uma perspectiva inclusiva. A pesquisa é oriunda do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiada pelo CNPq, intitulada “A atuação do(a) Assistente Social na Educação Básica a partir da perspectiva da Educação Inclusiva”. Entendemos que, juntamente com os(as) demais profissionais da equipe multidisciplinar, o(a) assistente social, considerando sua especificidade, contribui não somente no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, mas também em diálogos familiares e relações interpessoais no espaço escolar. Nesse sentido, esse(a) profissional precisa se posicionar em uma perspectiva anticapacitista, em conjunto com psicólogos(as), professores(as), gestão escolar e família, no diálogo em rede: assistência social, saúde e educação. Com base no referencial teórico lido, de acordo com a autora Maria Teresa Mantoan, em seu livro “Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?”, é preciso reivindicar e defender uma escola na qual todos(as) possam compartilhar e estar juntos(as), sem privilegiar alguns grupos em detrimento de outros. Com base nessa perspectiva, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental, com base na leitura de relatórios, dados sobre o quantitativo de estudantes público-alvo da educação especial - PAAE (pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação) da rede pública de Ituiutaba. Com base nos resultados parciais da pesquisa, é possível compreender que O diálogo com os(as) psicólogos(as) e professores(as), supervisores(as) pode potencializar a realização de práticas inclusivas, a partir dos estudos de caso das crianças e jovens com necessidades educacionais específicas contribui para a promoção de ações quanto à adaptação curricular do conteúdo para acessibilidade ao PAAE, no diálogo com professores(as) de apoio, os(as) que atuam na sala de recursos etc. Com base nessa perspectiva, é possível traçar novas intervenções para o atendimento ao PAAE, por meio de produção de material didático, projeto, reflexões e análise do trabalho desenvolvido em um trabalho coletivo, no qual assistentes sociais, psicólogos e professores(as) possam promover sua autoformação e contribuir com a formação dos(as) demais profissionais envolvidos(as).

Palavras-chave: Educação escolar. Serviço Social. Formação Docente.

¹Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, Apoio CNPq. E-mail: rosianieseso@gmail.com.

²Doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Apoio CNPq. E-mail: cidasattoo@gmail.com.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO MÉDIO

Mariane Ferreira Morlin¹

Cílson César Fagiani²

Resumo

A conscientização da amplitude da Educação Financeira na sociedade, a qual buscamos neste trabalho, pode trazer benefícios aos sujeitos sociais diante da utilização da renda proveniente do seu trabalho. Entende-se que há a necessidade de instigar cidadãos para que futuramente saibam lidar com o dinheiro de maneira consciente para adquirirem uma vida financeira saudável, evitando os problemas financeiros que a relação capital e trabalho tem por princípio induzir. A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade de Uberaba e teve como objeto de estudo a Educação Financeira no Ensino Médio e a inserção desta na sociedade. A partir do estudo realizado, acredita-se que a Educação Financeira na Educação Básica contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do sujeito social. O objetivo do estudo foi demonstrar ao docente a importância da conscientização sobre o planejamento financeiro familiar, de seus aspectos mais simples até os mais complexos, possibilitando, tanto aos docentes, quanto aos discentes, a adequação de seu comportamento financeiro e assim o entendimento maior de como funciona a sociedade capitalista. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa no que se refere à necessidade de debate sobre a Educação Financeira nas escolas. Importa evidenciar a importância da conscientização do tema no âmbito da Educação Básica, especificamente, no Ensino Médio, quando os jovens estarão na iminência de ocupar postos de trabalho e fazer o seu planejamento financeiro. Neste contexto a BNCC conjugada ao Novo Ensino Médio condiciona e não determina o ensino da Educação Financeira. Esta pesquisa permitiu avançar no conhecimento sobre a temática e na produção de um material de apoio ao trabalho docente que pode ser reproduzido e distribuído nas escolas, intitulado de “Cartões Educativos sobre Educação Financeira” para docentes e discentes do Ensino Médio, o qual tem a intenção de promover a conscientização acerca da importância e necessidade da Educação Financeira. Autores como Saviani, D'Aquino, Fagiani, entre outros foram utilizados na construção do referencial teórico, juntamente com documentos relevantes na área, como: base de dados da CAPES, CF/88, LDB/96, BNCC, mídia digital, DIEESE, dentre outros.

Palavras-chave: Conscientização. Educação Básica. Educação Financeira Escolar.

¹Mestre em Educação e Doutorado do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. E-mail: marianemorlin@hotmail.com.

²Professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Pesquisador com apoio CNPq e FAPEMIG. Uberlândia - MG. E-mail: cilsoncf@gmail.com.br.

OS IMPACTOS DAS RECOMENDAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Mariane Gomes Pereira¹

Sergio Paulo Morais²

Resumo

A formação docente tem sido impactada pelo neoliberalismo, no qual os organismos internacionais financiam determinadas políticas e traçam quais devem ser as suas características, dentre elas destacam-se as propostas de formação docente aligeirada, sem reflexão, com enfoque utilitarista e também almejando apenas a certificação profissional. Essa discussão origina-se de uma pesquisa de doutorado (2019-2022) realizada no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (Faced) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na linha de Trabalho, Sociedade e Educação, no qual uma das etapas foi a realização de um levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos científicos, encontrados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e também no *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)* que teve como objetivo identificar a atuação do Banco Mundial, no que se refere ao trabalho e formação docente no período de 2000 a 2019. A busca pelos artigos, dissertações e teses se deu por pesquisar nas plataformas as palavras-chave: Banco Mundial, Trabalho Docente, Formação Docente, sendo que foi possível encontrar 57 produções, das quais 45 são dissertações, 12 teses e 13 artigos, dos quais nove são de revistas brasileiras e quatro de revistas estrangeiras. Deste modo, nesse texto será apresentado um recorte da investigação com enfoque na formação docente destacando quais os impactos das recomendações do Banco Mundial para a formação docente. Portanto a partir da pesquisa, foi possível identificar que a formação docente tem sido impactada pela lógica neoliberal com desdobramentos e caracterização de formações sem reflexões, aligeiradas, com foco na prática, sem estudo teórico consistente e que focam apenas na certificação docente. Destacou-se também na pesquisa, que tanto a formação inicial quanto a continuada, se dão mais nas instituições privadas, proposta até desejada pelo Banco Mundial, pois acreditam que essas instituições preparam melhor os (as) professores (as) para as demandas do mercado. Portanto, essa etapa da pesquisa do doutorado foi mais exploratória e possibilitou compreender o debate da formação docente, e do Banco Mundial, por meio das pesquisas e publicações.

Palavras-chave: Formação Docente. Banco Mundial. Neoliberalismo.

¹Doutora em Educação, Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG), Capes. E-mail: marianegpereira21@gmail.com.

²Doutor em História, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: moraisp@yahoo.com.br.

A DIALÓGICA FREIREANA COMO BASE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – O SER HUMANO INTEGRAL EM PAUTA

Maria Rita Nascimento Pereira¹

Otaviano José Pereira²

Resumo

O presente artigo tem como abordagem o tema da formação de professores para atuarem, principalmente, na Educação Básica Pública, para além de uma educação voltada para as propostas neoliberais e mercadológicas. Para tanto, percebemos a necessidade de um investimento teórico-prático mais aprofundado nas relações que se estabelecem entre o ato educativo e a realidade a ser descoberta de maneira profundamente significativa, tanto do educador como do educando. Sendo assim, é de fundamental importância que a formação a ser trabalhada seja fundamentada em um núcleo de pensamento que proporcione aos professores um repensar da sua prática pedagógica, revisando e avaliando sua própria trajetória profissional, preferencialmente fundada em sua história de vida, como vetor da identidade dos sujeitos envolvidos. Fundamentado na dialógica Freiriana. O objetivo do artigo é evidenciar o quanto os fundamentos pedagógicos de Paulo Freire possibilitam uma pedagogia dialógica como expressão real do ser humano em sua integralidade. Nesse caso o diálogo se apresenta como condição de possibilidade do elo profundo entre teoria e prática, como substância de uma formação humana integral e emancipadora, para além de uma educação puramente instrucional. Para a elaboração do artigo em pauta, a metodologia utilizada foi centralmente bibliográfica, o método dialético e baseou-se na análise da categoria diálogo, a partir das principais obras de Paulo Freire, notadamente Pedagogia do Oprimido, obra imprescindível que apresenta a dialógica Freiriana, em detrimento de uma formação inicial e continuada reduzida nos princípios atuais do neoliberalismo. Por fim, trouxemos como principal autor, Paulo Freire, (seguido de seus comentadores,) considerando que o diálogo freiriano, torna-se estratégia da práxis docente, como base substancial formativa dos que atuam nesse nível de ensino. Como salienta Paulo Freire a leitura de mundo é um caminho imprescindível para a leitura da palavra (FREIRE, 1989), como encontro dialógico emancipador tanto do educando como do educador.

Palavras-chave: Paulo Freire. Práxis. Prática Pedagógica.

¹Professora do Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara. E-mail: mnascimentopereira@yahoo.com.br.

²Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. E-mail: otavianopereira@iftm.edu.br.

DESIGN THINKING NA FORMAÇÃO DE DOCENTES MEDIADORES LITERÁRIOS: UMA PROPOSTA PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES

Marissol Ferreira Batista Cavalcanti¹

Resumo

O presente estudo apresenta como a utilização da abordagem do “Design Thinking” pode auxiliar na identificação e resolução de desafios no ambiente das bibliotecas escolares ao mesmo tempo em que, diante do desafio identificado, sugere a implementação de um projeto para formação de docentes mediadores de leitura literária nesses espaços. Durante o estudo, foram utilizadas as etapas da abordagem “Design Thinking” - análise, síntese, ideação, prototipagem e teste, finalizando com a elaboração do “Project Model Canvas” com a proposta de implementação do projeto de formação de docentes mediadores de leitura literária. Os dados da pesquisa foram coletados em campo, por meio de observação, entrevistas e aplicação de questionário, e analisados qualitativa e quantitativamente. A representação dos dados qualitativos se deu por meio das ferramentas utilizadas na abordagem “Design Thinking” e, os quantitativos, graficamente. Os resultados e discussões apresentam cada etapa da abordagem que foi aplicada durante a pesquisa, com seus achados e descobertas. Todo o processo descrito nessas etapas fundamentou o estudo e indicou uma possibilidade de solução, o kit Forma Literabrincando, que foi prototipado e testado pelos usuários dos serviços da biblioteca. Como considerações finais, apresenta a relevância do Design Thinking na identificação de desafios e geração de soluções como uma possibilidade aplicável e exitosa no contexto da biblioteca escolar.

Palavras-chave: Formação de professores. Leitura literária. Design Thinking. Escola.

¹Mestranda em Estudos Linguísticos do PPGEL - ILEEL da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Capes. Atua como bibliotecária escolar e ministrando oficinas de formação de professores. E-mail: marissol.cavalcanti@ufu.br.

POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS: O NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO MECANISMO DE APAGAMENTO DO SUJEITO HISTÓRICO

Mayza de Carvalho Faustino¹

Marcelo Sousa Alves²

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise crítica da reforma do Ensino Médio brasileiro considerando-a um desdobramento de políticas educacionais de orientação neoliberal que visam mercantilizar a educação. Nesse contexto, exploramos a abordagem tecnicista da educação como um mecanismo de apagamento do sujeito histórico que habita nos espaços de educação formal e que se traduz enquanto perspectiva que enxerga a escola exclusivamente como local de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Deste modo, em confluência com o GT 1 - “Educação Básica, Trabalho e Formação Docente” do 5º Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI, essa pesquisa levou em conta dois eixos temáticos: a educação básica e o mercado de trabalho. Conectando nossa investigação com o terceiro subtema desse grupo de trabalho, intitulada “reforma do ensino médio e educação para o mercado”, tivemos como objetivo principal pensar sobre a maneira como o novo Ensino Médio impacta os indivíduos de classe baixa no que tange a construção de criticidade sobre o mundo. Dito isso, importante destacar que alçados em contexto de avanço neoliberal em que a ascensão do capital financeiro investiu de maneira concisa na reformulação da educação pública, foram construídas novas diretrizes dissimuladas em categoriais ditas universais, técnicas e neutras para o ensino nos países da periferia do capitalismo. Com isso, foram reduzidas de forma significativa do espaço educacional disciplinas que estimulam o pensamento crítico, como a Sociologia e a Filosofia. No lugar, foram introduzidas trilhas como os itinerários formativos, cuja função dúbia é espaço também utilizado pelo setor privado para, através de parcerias público-privadas, estimular o ingresso direto ao mercado de trabalho. Metodologicamente, realizamos esse estudo através de uma pesquisa bibliográfica utilizando bases teóricas das Ciências Sociais, em especial das subáreas da sociologia do trabalho e da sociologia da educação. No debate envolvendo as políticas educacionais sob as perspectivas neoliberais, tivemos como base a “*Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*” (2013), livro organizado por Pablo Gentili. Para trabalhar a investida do livre mercado sob a educação pública de maneira sistêmica para impor o fim da universalização e da gratuidade do ensino, utilizamos a obra de Luiz Carlos de Freitas intitulada “*A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias*” (2018). Por fim, os resultados da pesquisa versam sobre trazer luz as principais bibliografias sobre a temática, apontando como a reforma do Ensino Médio vem de um avanço profundo no neoliberalismo nas políticas públicas e mostra de que maneira ela se embasa na Teoria do Capital Humano e em outras teorias liberais de produtividade para apontar o mercado de trabalho como principal base social da atualidade e fonte de desenvolvimento social e humano. Com isso, apontamos que a reforma busca o fim da universalização e gratuidade do ensino, implementando uma pedagogia conformista que siga a ideologia hegemônica do capital.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Mercantilização do ensino. Educação Pública.

¹Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mayza.faustino@ufu.br.

²Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: marcelosousa@ufu.br.

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib¹

Valéria Peres Asnis²

Elaine Mendes de Souza Silva

Paula Cristina Nunes Avelino

Verônica Patrícia Alves Pereira

Resumo

Este estudo foi o produto desenvolvido na disciplina de Fundamentos Epistemológicos Interdisciplinares: Informação e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, como requisito final de conclusão da disciplina. O trabalho tem como objetivo apresentar as discussões realizadas em artigos e dissertações na área da educação, nos últimos três anos, em relação ao processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação infantil. Delimitamos a coleta em estudos do período de pós-pandemia que abordassem o tema proposto, apresentamos os marcos legais e históricos sobre a inclusão dos estudantes com TEA, a partir da Constituição Federal de 1988, trazendo, ainda, os documentos oficiais que regem a educação brasileira como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei nº 12.764 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que ressalta a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas. Diante do objetivo proposto, optamos pela metodologia da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Uma vez que pretendemos analisar as produções e discussões realizadas nas pesquisas desenvolvidas na área da educação, em relação ao processo de inclusão dos estudantes com TEA na educação infantil, acreditamos que esta abordagem metodológica se faz adequada. Para o levantamento dos artigos e dissertações, analisados e tabulados neste trabalho, recorremos ao repositório da CAPES e elaboramos uma tabela com as seguintes descrições: “Estudo, Tipo de produção/ano, Delineamento de estudo, Objetivo, Metodologia e Principais resultados”. A partir da leitura crítica e análise minuciosa dos sete trabalhos elencados, identificamos os seguintes assuntos e problemáticas: i. importância da formação continuada dos professores; ii. dificuldades no processo de inclusão de estudantes com TEA; iii. falta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro das escolas; iv. falta de implementação de políticas voltadas à inclusão de estudantes com TEA na educação infantil. Concluímos que a temática é atual e existe uma problemática em relação à inclusão destas crianças na Educação Infantil. Sugerimos que novas pesquisas ampliem os critérios e bases de dados. Entendemos que estudos como este, que propomos, se fazem cada vez mais necessários para que possamos fomentar o campo do saber através de questionamentos das pesquisas produzidas e o incentivo de produção de novos trabalhos na área.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro do Autismo. Educação infantil.

¹Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: cairo@ufu.br.

²Doutora em Educação Especial, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: valeria.asnis@ufu.br.

STRESS OCUPACIONAL: POSSÍVEIS CAUSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Priscilla Andrade Faria Cabral¹

Cílson César Fagiani²

Resumo

Este estudo será desenvolvido no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba e terá como objetivo, compreender, através de uma revisão bibliográfica com base nas discussões educacionais de Saviani (2011), Fagiani (2018) e Antunes (1953), a relação da força do trabalho com as situações do stress ocupacional entre os profissionais do setor educacional. Como objetivos específicos, delinearam-se para o estudo: 1) Abordar as discussões de Dermeval Saviani, Cílson César Fagiani e Ricardo Antunes quanto à Educação e Trabalho; 2) Estabelecer a relação entre essas discussões e o stress ocupacional dos profissionais da Educação. O texto dissertativo será de caráter qualitativo, descritivo e explicativo, através de pesquisa bibliográfica e documental, de acordo com Antônio Joaquim Severino. O estudo documental será realizado no período de 2015 a 2023, na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão-SEPLAG/MG. A pesquisa permitirá compreender o sentido do trabalho no âmbito do capital e sua relação com a desvalorização docente como profissional da Educação. Compreendemos que professores são trabalhadores cujos esforços em suas ações e práticas pedagógicas são pouco reconhecidos. A desvalorização desses profissionais e os conflitos gerados pelo trabalho e sobrecarga de funções, são fatores estressores que agredem com frequência os professores. A escolha do sujeito social pela profissão docente pode ter sido a opção que lhe foi apresentada no contexto acadêmico, mas ao iniciar a sua carreira, entrega-se e se empenha em estabelecer vínculos com a sua prática, no relacionamento com a instituição em que se insere e nas relações interpessoais e dialógicas com os educandos. É necessária a motivação docente para a execução de uma tarefa onde impere o esforço pessoal e o desejo de perceber e sentir a valorização de suas ações, haja vista que, o encantamento que o inspirou no início de sua carreira não pode fenecer diante da desmotivação para um labor que deve ter significados a fim de se constituir campo de ação, sendo o trabalho essencial à constituição do homem, porém numa dimensão humanizada e não escravagista.

Palavras-chave: Educação Básica. Força de Trabalho. Desvalorização Profissional. Stress Ocupacional.

¹ Mestranda da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais – Brasil, Convênio UNIUBE - SEE/MG - Projeto Trilhas de Futuro - Educadores. E-mail: priscilla.cabral@educacao.mg.gov.br.

² Doutor em Educação da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

OS EFEITOS DA PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Rafaela Cunha Vargas Laureano

Resumo

O presente trabalho aborda é fruto da dissertação de mestrado que analisou os efeitos da precarização, intensificação e controle do trabalho dos professores do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RME) no período da pandemia de Covid-19 (2020 a 2022). A presente pesquisa buscou compreender como as mudanças ocorridas no contexto da crise sanitária, com a implementação do Ensino Remoto e Híbrido, impactaram o trabalho dos professores. A temática está diretamente atrelada ao GT1 por se tratar de uma pesquisa sobre o trabalho dos professores da Educação Básica, em especial, do Ensino Fundamental, etapa que carece de mais estudos críticos. O método proposto para a pesquisa está ancorado na abordagem Dialética, sendo esta um conjunto de processos calcado na base material e histórica. A abordagem metodológica utilizou método qualitativo envolvendo procedimentos de revisão bibliográfica, questionário com professores, análise de documentos oficiais do município de Florianópolis, do estado de Santa Catarina e Federais, documentos das escolas selecionadas como campos de pesquisa e pautas das reuniões do Conselho Municipal de Florianópolis. Deduzimos que a reforma Gerencialista, iniciada no Brasil na década de 1990, acarretou muitas mudanças na gestão pública em todas as esferas do serviço público. Aliado a isso, os recorrentes ataques à classe trabalhadora, em especial a Reforma Trabalhista de 2017, impulsionam a precarização e intensificação do trabalho. Aliado a isso, os recorrentes ataques à classe trabalhadora, em especial a Reforma Trabalhista de 2017, impulsionam a precarização e intensificação do trabalho. A educação como locus de disputa do fundo público sofre com reformas educacionais que objetivam, além de canalizar os recursos públicos para a iniciativa privada com a compra de mercadorias educacionais, cumprir exigências de Organismos Multilaterais na perspectiva de esvaziar e expropriar tanto a formação quanto a prática docente de conhecimento. Desse modo, com a entrada da Pandemia de Covid-19, o setor privado enxergou uma excelente oportunidade para obtenção e criação de outros nichos de negócios na Educação Básica, em especial no Ensino Fundamental. Diversos experimentos nas escolas foram testados durante as aulas remotas e híbridas, modelos esses escolhidos pelos gestores públicos como única alternativa viável. Salientamos, também, com base na sistematização das medidas adotadas na área educacional durante a pandemia e a percepção dos professores respondentes ao questionário sobre decisões por parte da gestão municipal de Florianópolis, como o processo decisório foi articulado de forma unilateral. Após análise do questionário e cruzamento com outros dados da pesquisa, para a maior parte dos professores do Ensino Fundamental de Florianópolis, há o entendimento de que houve ainda mais precarização e intensificação do controle sobre seu trabalho, aspectos que foram incorporados ao labor docente após o fim da pandemia e consequente retorno ao ensino presencial.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Precarização e Intensificação do Trabalho. Ensino Remoto e Híbrido.

“PROGRAMA BAIRRO EDUCADOR”: A EXPANSÃO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS E O FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM FLORIANÓPOLIS/SC

Rebeca Torres Taveira¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e compreender a expansão da atuação das Organizações Sociais Civis na oferta e gestão de políticas públicas educacionais, no contexto da cidade de Florianópolis/SC, considerando a educação como Direito Social. Analisaremos a implementação de Políticas Públicas Educacionais, assim como suas formas de financiamento, quando ocorrem mediante a concessão da oferta e da gestão à uma Organização Social Civil. Para tanto, assumimos como objeto de investigação o “Programa Bairro Educador”, implementado em 2019, e descrito como espaço de educação não formal. Destacamos aqui o conveniamento do município a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), entidade com sede na cidade de Barcelona, na Espanha, como um elemento condicionante à elaboração da política pública, à medida que Florianópolis necessitava, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2023), certificar-se como “Cidade Educadora”. Realizamos pesquisa de caráter documental, examinando a documentação orçamentária municipal destinada ao seu financiamento, a documentação referente a prestação de contas da Organização Social Civil, Instituto Escola de Esporte Cidadã, responsável por sua gestão, a legislação regulamentadora da política pública e os seus documentos norteadores, todos cotejados a partir de referenciais teóricos que tratam da reforma de Estado no Brasil de 1996, reformas essas que implicaram na instituição de uma nova lógica na elaboração de políticas para a educação (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2007), a regulamentação das Organizações Sociais e a atuação de associações da burguesia na formulação de políticas públicas remetidas ao atendimento dos direitos sociais (FONTES, 2018) estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no mesmo período, e as políticas públicas de financiamento da educação e de políticas públicas sociais (SALVADOR, 2012). Identificamos, ao longo da produção deste trabalho, os avanços, em âmbito municipal, de projetos de caráter privatistas, por meio do privilegiamento das parcerias público-privadas, que implicaram na transferência do fundo público para associações e instituições privadas, além de se apropriarem de partes da função social da escola.

Palavras-chave: Organizações Sociais Civis. Políticas Públicas Educacionais. Políticas Públicas Sociais. Fundo Público.

¹Pedagoga, Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). E-mail: rebecattaveira@gmail.com.

CURSO GI-GAMIFICAÇÃO NA INTERDISCIPLINARIDADE

Shirlei Santos Cardoso¹

Paula Teixeira Nakamoto²

Resumo

O Curso GI, resultado da pesquisa de Mestrado Profissional, em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), o qual foi pensado e reestruturado como instrumento de possibilidade metodológica, numa perspectiva da omnilateralidade dos envolvidos no processo educativo, tem como objetivo propor a adoção do uso da Gamificação na Interdisciplinaridade como metodologia ativa nas aulas do Ensino Médio Integrado (EMI) do IFTM-Campus Uberlândia Centro (CUC). Foi criado com intuito de contribuir com os professores do EMI e com todos os profissionais que atuam na educação por meio de uma formação continuada, com excelentes conteúdos atualizados voltados para aulas gamificadas interdisciplinarmente, ressignificando o ensino no processo metodológico, com tecnologias digitais inovadoras. Nesse sentido, o Curso GI, Produto Técnico Tecnológico (PTT) apresentado, vem contribuir para a efetivação dessa mudança, buscando um suporte de aperfeiçoamento profissional. A escolha deste PTT se deu devido ao perfil profissional e acadêmico da autora. Sua validação e avaliação, foram realizadas por dezoito professores docentes do Curso de Técnico em Comércio, do IFTM-CUC, durante quarenta dias, correspondente ao período de 21 de agosto de 2023 a 30 de setembro de 2023. O convite foi feito presencialmente de forma individual, em loco, a todos professores do Curso, um total de vinte e quatro docentes, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O PTT, Curso GI, foi desenvolvido por meio de um curso online, assíncrono, com uma sequência didática contendo uma playlist de dez videoaula, e grupo no aplicativo WhatsApp, envolvendo conhecimentos sobre a Gamificação na Interdisciplinaridade. O estudo adotou a metodologia de pesquisa de natureza aplicada. Foi utilizado, como instrumentos de coleta de dados, formulários em formato eletrônico via Google Forms, pelo grupo do WhatsApp aos participantes, em dois momentos. A priori, foi enviado o formulário “Diagnóstico do Curso GI” e, posteriori, o formulário “Feedback do Curso GI”. Ao considerar a compreensão dos professores com o estudo, há de se pensar nas “transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas das últimas décadas e em seus impactos de forma significativa a vida das pessoas, as relações estabelecidas entre elas, o mundo do trabalho e, por conseguinte, a escola.” (Diesel, Baldez, Martins, 2017, p.269). As contribuições teóricas da pesquisa apresentaram a metodologia na formação continuada de professores e explicitou os processos de relação com os sujeitos que a constituem, docente-estudante-conhecimento e com as práticas docentes. Entendemos que, talvez, seja melhor apresentar abordagens não somente teórico-metodológicas no processo de formação continuada em relação a gamificação na interdisciplinaridade, por alguns professores demonstrarem dificuldades de entendimento de forma remota e necessitarem experienciar presencialmente uma formação continuada sobre a temática por um período mais longo.

Palavras-chave: Gamificação. Interdisciplinaridade. Formação Docente.

¹Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: shirleicardoso3@gmail.com.

²Doutorado em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: paula@iftm.edu.br.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/MG

Tahiana da Silva Sérgio¹

Cilson César Fagiani²

Resumo

No contexto de um mundo globalizado, onde o trabalho exige cada vez mais qualificação por parte dos trabalhadores, este projeto de pesquisa de iniciação científica, visa uma reflexão sobre como o Estado a partir dos anos 1990 vem conduzindo as políticas públicas para a educação básica, trabalho e emprego, direcionadas à juventude no Brasil, com enfoque na região do Triângulo Mineiro, e como a sociedade responde a estas políticas educacionais, bem como identificar os avanços, obstáculos e desafios que transformam a busca do efetivo direito ao trabalho em uma jornada árdua e muitas vezes sem o sucesso esperado. Nos recentes anos, especialmente a partir do final dos anos 1990, os meios de produção têm passado por um intenso processo de reestruturação e internacionalização, sendo que as reformas educacionais também têm se mostrado intensas para se garantir uma competitividade mais qualificada da região e do país. Este estudo será desenvolvido no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba e para fundamentar esta análise, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, cujas principais referências teóricas são: PREVITALI; FAGIANI, 2014., ANTUNES, 2000., FRIGOTTO, 2012., PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, 2012; FAGIANI, 2014 e FAGIANI 2018. Esta pesquisa busca também analisar se o Estado enquanto detentor do poder de criação e execução de políticas públicas para a Educação Básica visando preparar o jovem para ingresso no mundo do trabalho, tem cumprido esse papel, respeitando suas demandas e necessidades, compreendendo este jovem a partir de sua construção social, cultural e histórica, se isentando de interesses conflitantes ou contraditórios, sendo este quesito de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação Básica. Jovem trabalhador. Estado. Sociedade.

¹Graduanda em Psicologia da Universidade de Uberaba – Campus Uberlândia – Minas Gerais – Brasil, Fapemig. E-mail: tahianasilva02@gmail.com.

²Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba – Campus Uberlândia – Minas Gerais – Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

A GESTÃO EDUCACIONAL E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ENSAIO TEÓRICO NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Thais Parreira de Freitas Oliveira¹

Klívya de Cássia Silva Nunes²

Resumo

Tendo em vista a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), desde a construção e a consolidação das propostas contidas nele, esse estudo tem como objetivo refletir sobre ação da gestão educacional como contribuição para uma educação democrática, para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local, contribuindo assim, para melhoria da qualidade social da educação ofertada para todos voltadas para a inclusão e igualdade de acesso, visando o sucesso dos educandos. Destaca-se que não se constrói uma gestão sem a participação e autonomia de todos que dela participam (professores, diretores, pais, estudiosos, comunidade externa, entre outros), considerando os limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. Neste sentido, “o projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão” (Veiga, 1995, 13-14). Destarte, há necessidade de alguns enfrentamentos, como aponta a questão norteadora deste trabalho: até que ponto a gestão educacional pode ter como base as concepções das dimensões política, social, pedagógica e técnica que embasam o PPP das escolas em vista de uma educação democrática? Deste modo, o presente trabalho trata-se de um ensaio que se realiza uma pesquisa teórica e análise documental, através da realização de uma revisão de literatura, com base nos seguintes interlocutores: Dourado e Oliveira (2009), Paro (2007), Peroni (2003), Rossi (2002), Saviani (1983), Vasconcellos (2002), Veiga (2009, 2010 e 2017), dentre outros que trazem contribuições pertinentes sobre PPP e Gestão Educacional. Para coleta de dados e análise, trabalha-se com categorias apreendidas a partir da realidade concreta que se apresenta no estudo bibliográfico e documental, considerando a apreensão dos dados em seu movimento dialético no qual apresenta o objeto de estudo. A relevância é situar a discussão quanto ao PPP tendo como norte a função social da escola e a importância do envolvimento de toda a comunidade interna e externa para a garantia de uma escola democrática e com qualidade. Portanto, tratar sobre o PPP não é um assunto esgotado, mas necessário, pois como destaca Saviani (1983, p. 93), ao afirmar que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Neste caso, o PPP ainda carece de ser compreendido e materializado a partir dos interesses reais e concretos do coletivo escolar na indissociabilidade entre a dimensão política, pedagógica e social, sendo estas a base para o trabalho pedagógico acerca da realidade da instituição

Palavras-chave: Gestão Educacional. Projeto Político Pedagógico. Educação Básica.

¹Mestranda, PPGPEDU_UFU. Professora da Educação Básica. E-mail: thaisparreira45@gmail.com.br.

²Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: klivia.nunes@ufu.br.

PLANO DE CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DO SETOR EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA

Teresa Virgínia de Camargos¹

Cílon César Fagiani²

Resumo

Nesta pesquisa abordaremos os direitos trabalhistas dos profissionais do setor educacional de Minas Gerais quanto ao plano de carreiras entre outros benefícios adicionais. Será desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade de Uberaba. Inicialmente apresentaremos um panorama geral do plano de carreira profissional entre os servidores do Setor Educacional, discutindo a Lei nº 15.293/2004. O objetivo delineado é compreender os impactos do plano de carreiras para os profissionais do setor educacional previsto na referida lei, através de revisão bibliográfica tendo como parâmetros os aportes teóricos de Saviani, Antunes, Brito, Fagiani. Os objetivos específicos delineados são: 1) Dialogar sinteticamente com as postulações de Ricardo Antunes, Vera Lúcia Ferreira Alves Brito, Demerval Saviani e Cílon César Fagiani, dentre outros, referente a Educação e suas características, sua integração na sociedade moderna e relação com o capital; 2) Abordar as concepções dos respectivos autores quanto as características marcantes entre as relações do capital e as propostas do planos de carreiras adotado em Minas Gerais e as consequências na vida dos profissionais da educação. A Lei em questão estabelece o Plano de Carreiras da SEE/MG. Destacamos a burocracia que define a ascensão do profissional a cada cinco anos, sem considerar as suas conquistas acadêmicas de pós-graduações que, por si somente, já seriam uma plataforma para o reconhecimento de que ele merece melhor qualificação e ocupação de cargos mais significativos. De acordo com Antônio Joaquim Severino caracterizamos a pesquisa como qualitativa, descritiva, exploratória e explicativa com ênfase na dialética marxiana, contemplando pesquisa bibliográfica e documental com revisão bibliográfica que permitirá um entendimento entre as relações do trabalho no setor educacional com as normatizações do Estado, ancoradas nos mandos do poder do capital. Temos que o ser humano é um elemento constituído e histórico e criar uma visão sintetizada sobre as pressões do capital junto ao Estado e a força de trabalho pública faz-se necessário.

Palavras-chave: Educação básica. Profissionais da educação. Plano de Carreiras. Desvalorização Profissional.

¹Mestranda da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais – Brasil, convênio UNIUBE - SEE/MG - Projeto Trilhas de Futuro - Educadores. E-mail: teresa.camargos@educacao.mg.gov.br.

²Prof. Doutor em Educação da Universidade de Uberaba - Campus Uberlândia - Minas Gerais - Brasil, CNPq e Fapemig. E-mail: cilsoncf@gmail.com.

A (DES)VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM JATAÍ-GO: AS CONSEQUÊNCIAS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA SOBRE O PLANO DE CARREIRA DE JATAÍ/GO

Verônica de Assis Gori¹
Elizabeth Gottschalg Raimann²

Resumo

Essa pesquisa tem por escopo a análise do Plano de Cargos e Vencimentos e do Plano Municipal de Educação, ambos vigentes no município de Jataí – estado de Goiás, com enfoque na verificação dos reflexos causados pela Nova Gestão Pública (NGP) sobre o trabalho docente, com recorte a partir dos anos de 2000, tendo em vista que a NGP está vigente desde a Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, quando o modelo gerencialista foi inserido na administração pública brasileira. Para tanto, investiga a coerência das leis municipais com as normas estaduais e nacionais, verificando o respeito à hierarquia legal, com recorte sobre o plano de carreira ao qual o magistério local se submete. O objetivo é apresentar a desvalorização docente ocorrida, desvelando os mecanismos utilizados pelo executivo municipal para reduzir custos na educação de sua responsabilidade; a compreensão dos desdobramentos da NGP sobre o trabalho docente no setor público e analisar o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos dos Profissionais do Magistério no município de Jataí/GO. Esse artigo decorre de pesquisa realizada para o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (PPGE-UFJ), em andamento. A pesquisa realizada tem cunho bibliográfico e documental, com análise de legislação nacional, estadual e federal, jurisprudências dos tribunais superiores e tribunais locais, bem como documentos disponíveis nos portais oficiais do município de Jataí-GO. O referencial teórico obtido da pesquisa bibliográfica culmina na identificação da racionalidade econômica e social sobre o trabalho do professor, que deve formar profissionais aptos para o trabalho (Oliveira e Catani 2002), sujeitando os professores a formações continuadas específicas e fornecidas pelo Estado, preparando-os para atender às novas necessidades (Gatti, Barreto e André, 2011), perdendo o foco principal na formação do indivíduo; essas alterações do trabalho do professor e o culto do capital, culminam em um ataque ao docente e ao conhecimento clássico (Oliveira, 2021), o que reflete na desvalorização dos professores, incluindo políticas de redução de salários e dificultando o crescimento pelos planos de carreira, marcado pela implementação do Piso Nacional (Raimann, 2015). Os resultados deste trabalho foram a elucidação das políticas implementadas pelo município de Jataí para redução da remuneração docente, demonstrados pelo Plano de Cargos e Vencimentos vigente que, conforme demonstrado na pesquisa, apresenta inconsistências com a legislação hierarquicamente superior; também pelas políticas e procedimentos adotados pelo município que criaram obstáculos para as progressões, levando os professores a buscar a justiça para haver seus direitos. Portanto, esse artigo demonstra os mecanismos de desvalorização docente implementados, como forma de redução dos gastos da máquina estatal, como difundido pela NGP.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Estatuto do Magistério. Plano de Cargos e Vencimentos.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (PPGE-UFJ), bolsista FAPEG. E-mail: veronicadeassgori@gmail.com.

²Docente do curso de Pedagogia e do PPGE da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, Estado de Goiás. E-mail: elizabeth_raimann@ufj.edu.br.

DEMANDAS FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO TRANSPORTE ESCOLAR NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA - MG

Yara Borges Franco Rodovalho¹

Vlademir Marim²

Resumo

O interesse em desenvolver esta pesquisa originou-se a partir da atuação como pedagoga e no exercício da prática como gestora na rede municipal de ensino, que sempre se preocupou e acompanhou, os alunos que utilizam o transporte escolar, foi motivado ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica PPGPEDU, Mestrado Profissional, no sentido de servir de subsídios para um repensar sobre as demandas formativas dos profissionais que atuam no transporte escolar público na microrregião de Ituiutaba - MG, com a preocupação de assegurar uma política pública de qualidade e de acesso à educação, buscando, assim, um maior conhecimento da atuação das práticas desenvolvidas pelos gestores e funcionários que atuam no setor do transporte escolar nesta região. Este projeto delimitou-se em, compreender como os municípios se apropriam das políticas públicas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e do Programa Caminho da Escola nessa microrregião, conhecendo as boas práticas, como se desenvolve o cadastro dos alunos na rede municipal, identificando o perfil dos usuários, conhecendo a gestão dos recursos oferecidos pelo governo federal no transporte escolar público, além de comparar as diferenças e semelhanças das demandas formativas dos profissionais que atuam neste setor. O objetivo geral deste estudo é analisar as diferenças e semelhanças entre as demandas formativas dos profissionais que atuam no transporte escolar em relação aos aspectos operacionais e legais, que orientam esse serviço à população escolar. A metodologia deste estudo constituirá da pesquisa bibliográfica e exploratória, da educação comparada, numa abordagem qualitativa, sendo muito apropriada para as pesquisas em educação, conforme Lüdke e André (2013), Minayo (2002), Lakatos (2007). O procedimento metodológico contará com entrevistas semiestruturadas, com questionários a serem aplicadas aos gestores e prestadores de serviços que atuam no transporte escolar da microrregião de Ituiutaba.

Palavras-chave: Educação. Transporte Escolar. Formação de Gestores.

¹Prefeitura Municipal de Ituiutaba. E-mail: yara.bfr@hotmail.com

²Professor da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. E-mail: vlademirmarim@gmail.com

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA EM CONTEXTO AMAZÔNICO: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM PROFESSOR EM BELÉM¹

Ana Larissa Matos Da Silva²

Márcia Malcher³

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educativa destinada aos indivíduos que não tiveram acesso ao ensino formal na idade prescrita pela lei federal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a evasão de jovens de 14 a 29 anos no ensino médio era de 9 milhões, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a terem frequentado. Apesar do crescente reconhecimento, em termos de legislação, do direito à escolarização do jovem e do adulto que não teve a oportunidade de obtê-la no período adequado (Haddad, 1992), a EJA continua sendo a modalidade mais suscetível de ser afetada por condicionantes sociais. Prova disso foi que, de acordo com o Censo Escolar (2020), ela registrou, como efeito da pandemia da Covid-19, a queda mais acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, com redução de 8,3% em relação à 2019. Tendo em vista, portanto, a relevância da temática, este artigo se vincula aos esforços em torno da necessidade de pensar práticas didático-pedagógicas que sejam efetivas na EJA (Educação de Jovens e Adultos), mais especificamente, no âmbito do ensino de Sociologia no contexto amazônico, considerando a importância do conhecimento sociológico para a experiência dos educandos e para a reafirmação de seus direitos enquanto sujeitos históricos. A partir desse objetivo, será realizada uma breve contextualização da EJA no estado do Pará. Em seguida, abordaremos fatores relacionados à prática docente na modalidade e no ensino de Sociologia. E por fim, tendo como base as reflexões realizadas, será analisada a prática docente de um professor da EJA que atua em uma escola pública na cidade de Belém. Desse modo, ao investigar a atuação docente em uma modalidade educacional não-regular, o presente trabalho está alinhado às discussões do GT 1, intitulado Educação básica, Trabalho e Formação docente. Para tanto, foi feita pesquisa de tipo qualitativa a partir de observação de campo, com a realização de entrevista semiestruturada e aplicação de um formulário de perguntas a fim de entender as condições de trabalho e as ações didático-pedagógicas do professor. Os dados obtidos foram/estão sendo interligados com discussões teóricas pautadas em uma ampla revisão de literatura sobre a temática, ressaltando, como faz Arroyo (2001; 2006; 2018), as especificidades relacionadas à EJA enquanto modalidade educativa. Nessa perspectiva, em articulação com a teoria da dialogicidade de Freire (2011; 1987), propomos um uso específico do conceito de “Comunidades de Prática”, desenvolvido por Jean Lave e Etienne Wenger (1991), para analisar as práticas didático-pedagógicas no ensino de Sociologia do professor. Os principais resultados apontam que a docência na EJA paraense, especificamente na região de Belém, é marcada por várias limitações relacionadas à estrutura física e organizacional da escola e às

¹Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

² Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: larissams911@gmail.com

³Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. E-mail: marciamalcher@ufpa.br

condições de trabalho, fatores que impactam a execução da prática didático-pedagógica aplicada pelo docente investigado, embora ele se filie a uma perspectiva dialógica e busque construir uma comunidade de prática com os alunos, nos termos definidos teoricamente.

Palavras-chave: Pará. Educação. Trabalho.

HISTÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Cristiane Angélica Ribeiro¹

Maria Geni Pereira Bilio²

Resumo

Este estudo tem como objetivo traçar um panorama histórico da educação especial no Brasil, destacando suas evoluções, desafios e as perspectivas futuras. A metodologia adotada foi de cunho bibliográfico, realizada por meio de pesquisa em plataformas digitais, utilizando-se de bases de dados acadêmicas, artigos científicos, livros, documentos legais e publicações relevantes sobre o tema. O referencial teórico ancorou-se nas obras de Vygotsky (1984), que discute o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, e em autores como Mantoan (2006) e Sassaki (2005), que abordam a inclusão escolar e os direitos das pessoas com deficiência. O estudo inicia-se com a análise do surgimento e desenvolvimento da educação especial no Brasil, abordando desde as primeiras iniciativas institucionais, influenciadas por modelos segregacionistas, até a transição para um modelo inclusivo. Destaca-se a influência de marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, que garantiu direitos fundamentais às pessoas com deficiência, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que formalizou a educação inclusiva como um direito de todos. Em seguida, o trabalho explora os principais desafios enfrentados pela educação especial no Brasil, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e a insuficiente formação de profissionais capacitados para atuar na educação inclusiva. Além disso, são abordados os obstáculos culturais e sociais que dificultam a implementação efetiva de práticas inclusivas nas escolas regulares, ainda prevalecendo preconceitos e resistências. A análise avança para a discussão das políticas públicas contemporâneas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e as diretrizes do Ministério da Educação, que reforçam a necessidade de promover a inclusão e acessibilidade nas escolas. O estudo destaca, também, as contribuições de teóricos como Freire (1996), que enfatiza a educação como prática de liberdade e o empoderamento dos oprimidos, e como essas ideias podem ser aplicadas para promover uma educação mais inclusiva. Por fim, são apresentadas as perspectivas futuras da educação especial no Brasil, considerando o cenário internacional e as inovações tecnológicas que podem favorecer a aprendizagem e a inclusão de estudantes com deficiência. Enfatiza-se a importância de uma abordagem colaborativa, envolvendo a escola, família, comunidade e profissionais de saúde, para garantir o desenvolvimento integral desses estudantes e para que ocorra se faz necessário o acesso a uma educação equitativa e transformadora.

Palavras-chave: Desenvolvimento cognitivo. Educação Inclusiva. Abordagem Colaborativa.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU – Mestre em Educação – Professora da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia. E-mail: crysangelyca@hotmail.com.br

²Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra em Ensino – Universidade de Cuiabá/MT- Formada em Pedagogia e Professora da Rede Pública de Ensino Municipal de Várzea Grande/MT. E-mail: genibilioprofessora@gmail.com.

O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Vieira Silva Pereira

Flander de Almeida Calixto

Resumo

O artigo aborda o trabalho das Assistentes Sociais no atendimento das famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escola municipal de ensino infantil. O tema da pesquisa se enquadra na proposta do GT1 “Educação básica, trabalho e formação docente na abordagem de educação infantil. Objetivou-se conhecer no espaço da escola, as estratégias integradas do trabalho do/a assistente social com a equipe multiprofissional, e as famílias das crianças com TEA por meio das mediações interventivas de políticas sociais públicas. As crianças estão na faixa etária entre 10 meses a 4 anos. A pesquisa buscou as principais referências em MARTINS, 2012; IAMAMOTO, 2000; MARÇAL, 2024; MESZAROS, 2002; MICHEL 2022; considerando a importância da inserção e inclusão da criança com TEA na escola de ensino infantil, com foco na instrumentalidade utilizada pelo/a assistente social para garantir a inclusão e permanência, articulando o atendimento multidisciplinar com as famílias. É necessário conhecer o trabalho educacional realizado com o apoio da rede disponível na cidade. O assistente social atua conforme a racionalidade inscrita na totalidade, ao conduzir a intervenção de modo crítico e comprometido com a garantia dos direitos, considerando os aspectos contraditórios que envolvem as relações sociais. Busca com seu trabalho a construção de estratégias para emancipação dos usuários. A pesquisa se desenvolveu com o método de pesquisa exploratória e um instrumental de nove perguntas abertas que foram respondidas por assistentes sociais de 4 escolas sorteadas no município conforme a faixa etária das crianças. Os resultados foram colhidos através da observação assistemática e sistemática, por meio do questionário aplicado às assistentes sociais das escolas selecionadas, pôde-se chegar aos resultados descritos pelas participantes. Na observação assistemática, foi possível perceber como é cotidianamente o trabalho do Serviço Social, com as crianças com TEA e suas famílias, durante o período de estágio. A observação sistemática coletou dados das participantes, por meio de um formulário, com questões abertas sobre o cotidiano do trabalho multidisciplinar na escola de ensino infantil. Com base nas respostas ao instrumental, verificou-se haver uma importância do Serviço Social ao cooperar com a equipe multidisciplinar, a família e a Rede para garantir a inserção e permanência de crianças com TEA nas escolas pesquisadas. A realização da pesquisa foi importante no sentido de buscar entender o trabalho do Serviço Social diante da complexidade que envolve a inclusão e inserção social da criança com TEA na escola.

Palavras-Chave: Assistente Social. Inserção e permanência. Crianças com TEA.

TENDÊNCIAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO NO GT 09 – TRABALHO E EDUCAÇÃO DA ANPED

Gislaine Lima de Resende¹

Camila Alberto Vicente de Oliveira²

Resumo

Uma sociedade só se desenvolve e perpetua por meio do trabalho e da educação. Em nossa sociedade atual que se encontra imersa no capitalismo de ordem global, o trabalho docente desponta como protagonista na tarefa de formação das novas gerações. O trabalho docente é perpassado por dificuldades e limitações desde a formação inicial, passando pelas condições precarizadas de atuação e de desenvolvimento profissional, culminando com a desvalorização social da categoria. Considerando este contexto, esta pesquisa buscou responder quais foram as tendências nas pesquisas publicadas no Grupo de Trabalho (GT) – 09 - Trabalho e Educação na ANPEd entre os anos de 2011 a 2021. Neste texto, destacar-se-á, especialmente, as temáticas predominantes entre os pesquisadores oriundos do Estado de Goiás ou cujo objeto de análise referia-se ao mesmo Estado. Para responder à essa questão buscamos - inicialmente - um lastro teórico que embasasse nossa compreensão de alguns conceitos basilares dentro da temática proposta. Quanto à metodologia realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estado do conhecimento; a base de escolha para a coleta de dados foram os anais da ANPEd. Assim, pautamo-nos em Gil, André e Lüdke e Romanowski e Ens (2006) para o percurso metodológico da pesquisa e para nossa fundamentação teórico-conceitual valemo-nos de Brandão (2007), Saviani (2011), Mézaros (2008), Barboza (2023), Jacomini e Penna (2016), Oliveira (2004), Previtali *et al* (2019). O levantamento dos dados nos permitiu um mapeamento da produção acadêmica do Grupo de Trabalho 09. Do ponto de vista quantitativo, no período analisado, foram publicados 154 trabalhos nas Reuniões Nacionais da ANPEd no GT Trabalho e Educação. Desses, 9 são comunicações orais 3 foram posters de autores goianos ou cujo objeto de estudos referiam-se a educação em Goiás. As temáticas predominantes na produção goiana do GT 09 versam especialmente sobre as relações entre homem, educação, trabalho e sociedade no contexto do ensino médio, com uma lacuna bastante expressiva em trabalhos relativos à Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, formação docente, carreira e profissionalização, dentre outros. Por meio da análise do resultado destas pesquisas, observou-se o distanciamento entre que está expresso nas propostas e políticas voltadas para a etapa do Ensino Médio – no sentido das modalidades e também da expansão – e o que acontece na prática dentro das salas de aulas; convergentemente à essa dissidência, mostrou-se também os interesses do sistema educacional privado provocando reflexos no currículo e na atuação de seus professores. Por fim, levanta-se a hipótese de que os temas silenciados no GT podem ter sido abordados em outros Grupos diante da especificidade de cada objeto abordado.

Palavras-chave: Pesquisa educacional. Grupo de trabalho. Produção acadêmica.

¹Graduada em Pedagogia, Universidade Federal de Jataí. E-mail: gislaine.lima@discente.ufj.edu.br.

²Doutora em Educação, Universidade Federal de Jataí. E-mail: camila.oliveira@ufj.edu.br.

SEMINÁRIO REGIONAL DE INCLUSÃO DO PONTAL: IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2015-2019)

Lucas Diniz Teixeira¹

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela²

Resumo

O presente trabalho trata sobre o Seminário Regional de Inclusão do Pontal - Serip e suas possíveis contribuições para a formação continuada de professores(as) de Ituiutaba, Minas Gerais, e região. Portanto, dialoga, diretamente com o Grupo de Trabalho (GT) 1 - “Educação Básica, Trabalho e Formação Docente”, uma vez que o referido evento se constitui pela construção de espaços formativos para os(as) profissionais da educação. O Serip é um evento de extensão universitária que teve sua primeira edição em 2015, realizado pela Divisão de Ensino, Pesquisa e Extensão e Atendimento em Educação Especial - Depae, atualmente Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Dacin, da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é apresentar reflexões acerca da formação continuada e, por conseguinte, do trabalho docente frente aos desafios escolares, especificamente no que diz respeito à inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial. Salientamos que esse Seminário aconteceu anualmente até o ano de 2020 com palestras, oficinas, minicursos e apresentações culturais e de trabalho. Para a construção deste texto foram consideradas cinco edições do evento, de 2015 a 2019. A delimitação do período se deu por se tratar da primeira edição do evento (2015) e a última edição em formato presencial (2019). A partir de 2020, as atividades presenciais nas escolas públicas e privadas foram interrompidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência da pandemia de covid-19. Essa restrição trouxe modificações para as relações humanas, impondo, por segurança, o distanciamento e o isolamento social. Para este artigo, realizamos uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como procedimentos técnicos uma análise documental, por meio da leitura dos projetos dos eventos realizados, bem como de seus relatórios finais, por meio dos quais foi possível identificar a proposta de cada edição do Seminário, sua programação, participantes, número de trabalhos apresentados, resultados alcançados, dentre outras informações relevantes. Para o alcance do objetivo desta pesquisa, embasamo-nos em Mendes (2006; 2010; 2019), Mantoan (1997; 2003), Mazzota (2011), Freitas (2007), Freire (2013) e Michels (2011; 2017), a fim de nos fundamentarmos sobre educação especial, inclusão escolar e formação continuada de professores(as). Como resultados da pesquisa, ressaltamos a participação significativa e efetiva de professores(as) da educação básica de Ituiutaba e região nas atividades proporcionadas, principalmente, nas oficinas e minicursos, em que puderam, coletivamente, refletir a respeito de sua formação e trabalho docente realizado em prol da inclusão escolar, principalmente, dos(as) estudantes com deficiência e transtornos do espectro do autismo. Além do mais, as sessões para apresentações de trabalhos se tornaram relevantes por possibilitar e veicular artigos e relatos de experiências, frutos de intervenções nos espaços escolares, versando sobre suas práticas e atuação docente. Por meio dos trabalhos socializados, foi possível identificarmos também, os desafios

¹Graduado em Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal. E-mail: lucas_diniz@ufu.br.

²Doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal. E-mail: cidasattoo@gmail.com.

enfrentados por esses(as) profissionais, tais como: a incipiente formação de recursos humanos a respeito da inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial, os poucos recursos didático-pedagógicos e tecnológicos para o trabalho com esse grupo de pessoas, a dificuldade para adaptação curricular, dentre outras problemáticas mencionadas.

Palavras-chave: Público-alvo da Educação Especial. Profissionais da educação. Evento de extensão.

CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: AVANÇOS E DESAFIOS NO TRABALHO DOS PROFESSORES DE APOIO

Núbia Pereira Cintra¹
Klivia de Cássia Silva Nunes²

Resumo

Diante do crescente número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) em escolas comuns, observa-se um novo cenário em que as propostas pedagógicas devem ser pensadas e planejadas para acolher todos os estudantes, garantindo a acessibilidade à sistematização do conhecimento, independentemente de suas peculiaridades. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à inclusão têm disponibilizado recursos e serviços importantes para que as escolas alinhem suas propostas pedagógicas aos princípios norteadores de um sistema de ensino inclusivo. Entre esses recursos, destaca-se a figura do Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA), cuja função é apoiar o processo pedagógico de escolarização de estudantes com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme expressa a Resolução SEE N° 4.256/2020. Consciente da importância e representatividade do professor de apoio para o fortalecimento do movimento de inclusão escolar, bem como das problemáticas em torno de sua função, este estudo tem como objetivo analisar as atribuições do professor de apoio com base em documentos orientadores do estado de Minas Gerais entre os anos 2014 até 2024. Este trabalho é um ensaio teórico, de abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos o estudo bibliográfico de autores que discutem o tema, assim como a análise de documentos oficiais, com destaque para: Baptista (2020), Beyer (2007), Freitas (2013), Jesus (2020), Saviani (2013), Resolução SEE N° 4.256/2020, entre outros que oferecem contribuições relevantes para este trabalho. Para coleta de dados e análise, trabalha-se com categorias apreendidas a partir da realidade concreta que se apresenta no estudo bibliográfico e documental, considerando a apreensão dos dados em seu movimento dialético no qual apresenta o objeto de estudo. Assim, o processo é reflexivo, pois a razão reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto, caminho este muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações (Pontes, 1997). A relevância desta pesquisa reside na necessidade urgente de uma análise crítica das políticas públicas destinadas à garantia de espaços escolares inclusivos, de modo a evidenciar tanto o papel dessas políticas quanto as implicações no direcionamento do trabalho do professor de apoio, visando à garantia do "acesso ao conhecimento como modo de efetivação da aprendizagem" (JESUS, 2020, p.129). Logo, destaca-se a centralidade dos professores como mediadores nesses processos, com ênfase nos professores que exercem a função de apoio (ACLTA), sem excluir a responsabilidade que os demais docentes têm na educabilidade de todos os estudantes. Essa é uma questão delicada, que tem gerado muitas tensões, especialmente nas relações de parceria entre os professores, na compreensão do que é função de cada um e no planejamento de estratégias e práticas pedagógicas fundamentais para aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. A partir das considerações apresentadas nas linhas introdutórias deste trabalho, percebe-se que,

¹Mestranda, PPGPEDU_UFU. Professora da Educação Básica. E-mail: nubiacintrap2@gmail.com.

²Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: klivia.nunes@ufu.br.

inquestionavelmente, compete aos órgãos governamentais a criação de instrumentos legais que garantam o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, numa perspectiva pautada nos princípios da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: O CENTRO DE ESTUDOS CONTINUADOS DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, MG, BRASIL (2003-2023)

Roseline Martins Sabião Sousa¹

Selva Guimarães²

Resumo

Este estudo faz parte de uma tese de doutorado em desenvolvimento que se realiza no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), MG, na linha de pesquisa I Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo de Ensino – Aprendizagem, conta com o apoio da CAPES-PROSUP e faz parte das propostas alinhadas ao Grupo de Pesquisa formação docente, direito de aprender e práticas pedagógicas (FORDAPP). Em consonância ao GT1 com o tema “Formação continuada de professores da educação básica: o Centro de Estudos Continuados do Município de Patos de Minas”. Objetivou-se compreender a formação contínua de professores da educação básica, investigar as ações do programa de formação de professores para o aprimoramento de suas práticas, explorar os desafios que os professores enfrentam ao participar de programas de formação, analisar como o programa de formação influencia a motivação e o engajamento dos professores em suas carreiras, o uso de tecnologia e as abordagens pedagógicas utilizadas. A metodologia do desenvolvimento deste estudo situa-se no campo da abordagem qualitativa por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados artigos, encontrados na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), dissertações e teses, pesquisas publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a seleção dos textos corresponde aos últimos cinco anos, os quais possuem aderência com o objeto de estudo, utilizando-se os seguintes descritores: formação continuada docente, ação educativa, processos formativos e modelo de formação de professores. O estudo dialoga com a teoria dos autores da área da educação: Carlos Marcelo García (1999;2013), Donald Schon (1992), Imbernón (2009; 2019), Ken Zeichner (1998), Maurice Tardif (2014; 2019), dentre outros. Portanto, espera-se com a elaboração desse estudo crítico reforçar a formação como direito docente fundamental para educação básica, a transformação da escola, em várias dimensões e o desenvolvimento profissional docente.

Palavras-chave: Formação Continuada Docente. CEC. Política Pública. Aperfeiçoamento de Habilidades Pedagógicas.

¹Doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação Universidade de Uberaba – UNIUBE “Beneficiário(a) de Bolsa CAPES – PROSUP”. Mestre em Educação: Formação Docente para Educação Básica Universidade de Uberaba – UNIUBE . Graduada em Letras (UEMG). Pós-graduação em Letras - Língua Portuguesa, Arte e Linguística (FIJ). Pós-graduação em Docência e Didática do Ensino Superior(FPM). E-mail: roselinesabiao@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2280-9674>

²Mestrado e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação PPGPE - Mestrado e Doutorado Profissional Universidade de Uberaba, UNIUBE - Campus Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: selva.guimaraes@uniube.br <https://orcid.org/0000-0002-8956-9564>.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O NEOLIBERALISMO: ALGUNS APONTAMENTOS

Sabrina Coimbra¹

Klivia de Cássia Silva Nunes²

Resumo

Este trabalho aborda a disputa entre diferentes grupos sobre a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relacionando-se ao Grupo de Trabalho "Educação Básica, Trabalho e Formação Docente". O objetivo da pesquisa é analisar o espaço social onde a BNCC foi definida, destacando as estratégias de legitimação, as diversas vozes envolvidas no processo elaboração e materialização, bem como a maneira do neoliberalismo está associado a formação da classe trabalhadora através da BNCC. A metodologia utilizada é qualitativa, com coleta de dados por meio de análise bibliográfica e documental, a análise se baseia na teoria sociológica de Pierre Bourdieu e em estudos de Fairclough sobre discurso e prática social. O referencial teórico principal considera as contribuições de Bourdieu, que explica como as práticas sociais possuem um componente simbólico e Fairclough (2001) sobre a manifestação da prática social. Para compreender o contexto histórico da BNCC, utilizou-se o trabalho da Ludmila Dimitrovicht (2019) e Robert G. Bianchetti (1999) o conceito de neoliberalismo e suas implicações. A pesquisa revela que a BNCC, como proposta curricular, é um campo de disputa entre as classes sociais, que envolve, também, agentes do poder executivo e legislativo, além de associações civis sem fins lucrativos, como o Movimento pela Base (MPB) e o Todos pela Educação (TPE), tem um caráter homogeneizador, elitista e mecanicista, com base no neoprodutivismo. A análise aponta que esses grupos, especialmente aqueles ligados as fundações e institutos empresariais, buscam legitimar suas posições e influenciar o debate educacional, como forma de convencer a sociedade de que sua proposta educacional seja melhor para formação dos alunos brasileiros. Os principais resultados indicam que o MPB, composto por "especialistas" e "lideranças da sociedade civil organizada", utiliza tanto a legitimação técnico-científica quanto a da vontade geral para avançar suas prerrogativas alinhadas aos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para financiar a Educação Básica no país, submetendo a classe trabalhadora aos interesses do mercado de trabalho precarizado. Além disso, a pesquisa evidencia a inserção do setor privado na educação pública se utilizando da justificativa de uma educação mais "moderna", de moderno não tem nada, mas tem de uma sólida abordagem transformista da educação. Em consideração às conclusões, este estudo ressalta a complexidade das relações de poder e a necessidade de um debate que traga o entendimento de Educação como um direito universal e não uma mercadoria.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Neoliberalismo. Educação Básica.

¹Graduando em História, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sabrina.coimbrac@outlook.com.

²Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: klivia.nunes@ufu.br.

REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Victor Hugo José Mirrha Rodrigues¹

Adriano R. De La Fuente²

Resumo

O presente estudo, inserido no contexto deste grupo de trabalho dedicado à temática da educação, tem como objetivo central analisar a precarização do trabalho docente em escolas públicas brasileiras, com foco na percepção dos professores. A pesquisa buscará compreender as razões que levam à desvalorização da profissão docente, seus impactos no processo de ensino e aprendizagem e as consequências para a qualidade da educação. Adotar-se-á uma abordagem qualitativa, com a aplicação de questionários semiestruturado a professores em três Escolas Estaduais localizadas no Município de Ituiutaba, MG, Brasil. Os dados coletados serão analisados a fim de identificar a formação acadêmica dos docentes, a percepção social sobre a profissão, os motivos para permanecer na carreira e os sentimentos de valorização ou desvalorização vivenciados. O estudo se baseia em autores que discutem a precarização do trabalho docente e seus impactos na educação. Sobre isso, Enguita (1991), destaca a perda de autonomia dos professores em determinar o que e como ensinar, resultando em uma desvalorização progressiva da profissão. Os resultados preliminares serão importantes para indicar se os professores entrevistados percebem a desvalorização da profissão como um problema, identificado fatores como: cargas de trabalho; sobrecarga de atividades, planejamento e execução das aulas; remuneração: salários e a complexidade da tarefa docente; materiais didáticos e infraestrutura adequada, impactos no desenvolvimento do trabalho. Além disso, abordar-se-á sobre desvalorização social em que a profissão tem frequentemente sido subestimada tanto pela sociedade quanto pelo estado, se isso, impacta na autoestima e a motivação dos professores em sala de aula. Por fim, a pesquisa poderá evidenciar a necessidade de políticas públicas que valorizem a profissão docente, garantindo condições de trabalho dignas. Por fim, acreditamos que a desvalorização do trabalho docente tem consequências diretas para a qualidade da educação, afetando a aprendizagem dos estudantes, portanto, impactando diretamente no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Precarização Docente. Ensino Público. Coleta de dados.

¹Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil. E-mail: victormirrha@ufu.br.

²Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, campus pontal, Ituiutaba, MG, Brasil. E-mail: adrianodelafuente@ufu.br.

GT 2

TRABALHO, UBERIZAÇÃO E LUTAS POR DIREITOS

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INSTRUMENTALIZADA PARA PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL

Alexandre Bispo de Aragão Filho¹

Qelli Viviane Dias Rocha²

Resumo

Os processos de mediação da mudança de uma consciência econômico-corporativa para uma ético-política são explicitados por Gramsci quando este destaca três momentos do grau de homogeneidade, de organização e consciência ideopolítica alcançado pelos vários grupos sociais: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico"; finalmente, o terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de classe ou da fase hegemônica, "em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo [...] e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta fase [...] além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal' [...]" (Gramsci, 2000b, p. 41 *apud* Alonso, 2009, p. 42). Tomando por pressuposto os escritos de Gramsci este trabalho de revisão bibliográfica e empírico tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos empregados dos correios que se ativam como Carteiros, e o assédio moral nesses locais. As informações aqui levantadas se deram por meio do relato de experiência, o autor, como ex-empregado dos correios e posteriormente como advogado do sindicato dos trabalhadores nos correios de Mato Grosso (SINTECT- MT), se constituiu como informante privilegiado (fonte primária). Para atingir alta produtividade, os gestores utilizam métodos, como vigiar o trabalhador escondido atrás de pilares e cronometrar o tempo de trabalho utilizando um relógio denominado SAP- Sistema de Avaliação e Produtividade. Em tempos atuais e tecnológicos essa pressão se dá por meio de monitoramento por câmeras e sistema de computador. Com o desenvolvimento de novas formas de gestão do trabalho desde o processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores dos correios têm sofrido assédio e pressão através do monitoramento por meio de GPS do Smartphone da empresa. A forma como são tratados na estatal, segue um regulamento, manual, ou melhor vários manuais, ao todo chegam a aproximadamente 60 manuais, com centenas de módulos e milhares de capítulos quase sem fim, sendo eles: 1) MANDIS – Manual de Distribuição e Coleta: Utilizado para fazer pressão e acelerar o processo produtivo. 2) MANPES – Manual de Pessoal (Mod 46) Utilizado para realizar ameaças de demissão, com caráter punitivista. 3) MANCOD – Manual de Controle Disciplinar. Importante destacar que, tal trabalho se encontra em andamento e faz parte do desenvolvimento do projeto de pesquisa de mestrado, não obstante, se constitui juridicamente numa tese que objetiva amparar e fortalecer os trabalhadores no processo de organização e ideopolítica, portanto, espera-se que subsidie outros trabalhos científico e acadêmico.

Palavras-chave: Precarização. Inovação Tecnológica. Assédio Moral.

¹ Graduação – Advogado – e-mail: aragaoalexandreadv@gmail.com.

² Doutora – Docente Universidade Federal do Triângulo Mineiro e-mail qelli.rocha@uftm.edu.br.

“ALGO NECESSÁRIO PARA SOBREVIVER”: EDUCAÇÃO, TRABALHO E SUBJETIVIDADES NO ENSINO BÁSICO

Ana Laura de Castro Vieira¹

Gustavo Gonçalves Vaz²

Sérgio Paulo Morais

Resumo: Interligado ao projeto “HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)”, APQ-02063-17, este trabalho busca discorrer sobre as experiências teóricas e práticas do desenvolvimento de um projeto, proposto pela disciplina de Projeto Interdisciplinar (PROINTER), sobre a precarização do trabalho e do trabalhador, desde o processo de Revolução Industrial até os dias atuais, de modo a estabelecer um diálogo entre passado, presente e as experiências particulares dos estudantes de Ensino Médio. O desenvolvimento dessa pesquisa está atrelado às competências específicas apresentadas na BNCC para a disciplina de História, em particular a 4ª competência, que propõe a análise das relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Autores como E. P. Thompson, Friedrich Engels, Tiago Finzi e Maria Carolina Bovério Galzerani são referências que possibilitam a articulação e a problematização entre a educação e o reconhecimento da precarização da situação trabalhista. Além disso, as produções feitas pelos estudantes sobre suas percepções após a exposição do projeto também serão fonte de análise.

Palavras-chave: Ensino de História. Trabalho. Precarização.

¹ Graduanda em História, Universidade Federal de Uberlândia, analauradcv20@gmail.com

² Graduando em História, Universidade Federal de Uberlândia, gustavo_gvaz@live.com

A GEOGRAFIA DOS ENTREGADORES POR APLICATIVOS EM CATALÃO: UM ESTUDO SOBRE AS NOVAS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO URBANO

Arcilon de Sousa Filho¹

Resumo

Nos últimos anos, a crescente utilização de aplicativos de entrega de alimentos tornou-se uma característica marcante nas cidades contemporâneas, revelando novas formas de precarização do trabalho. Na cidade de Catalão/Goiás, esse fenômeno tem um impacto direto e abrangente sobre entregadores, fornecedores e também consumidores, alterando significativamente o uso e a dinâmica do território urbano. Esta pesquisa busca investigar essas transformações, abordando conceitos como território, paisagem e lugar, e aplicando a teoria do sistema de ações e sistema de objetos de Milton Santos. A metodologia combina análise qualitativa e quantitativa, empregando desde entrevistas, geoprocessamento, até a observação participante para obter uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. Os resultados indicam uma intensificação da precarização do trabalho, evidenciada pelas condições adversas enfrentadas pelos entregadores, que incluem a falta de garantias trabalhistas, a insegurança financeira crescente e o risco inerente ao trânsito e a própria violência decorrente da exposição constante. Além disso, também os hábitos de consumo urbano mudaram significativamente, com um aumento na demanda por entregas e uma maior dependência desses serviços, refletindo mudanças nas preferências e estilos de vida dos consumidores. Esses resultados permitem uma reflexão sobre as relações de poder entre os diversos atores envolvidos, como empresas de entrega, trabalhadores e clientes, e como essas relações moldam o cenário urbano em constante transformação. A pesquisa também sugere a necessidade urgente de implementação de políticas públicas e intervenções para mitigar a precarização do trabalho e promover um equilíbrio mais justo e sustentável no sistema de entregas. Compreender esses impactos e suas implicações é crucial para garantir um desenvolvimento urbano que seja tanto sustentável quanto equitativo, beneficiando de maneira justa e eficaz todos os envolvidos neste multifacetado processo. A implementação de soluções eficazes, a propósito, pode ajudar a melhorar a qualidade de vida urbana das pessoas e garantir melhores condições de trabalho.

Palavras-chave: Precarização. Geografia Urbana. Aplicativos de entrega.

¹ Aluno da pós-graduação em Mestrado, UFCat, professorsousafilho@hotmail.com.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO IFOOD NE ERA DA UBERIZAÇÃO

Bruna Carneiro de Oliveira¹

Resumo

Nas últimas décadas, houve mudanças significativas na dinâmica do trabalho. O surgimento de plataformas digitais, como *IFood*, *Uber*, *Rappi* e outras, influenciou o aumento do trabalho informal e precarizado e, como consequência, surgiram novas dimensões para o mercado de trabalho. Esse fenômeno está ligado a visões neoliberais que idealizam o indivíduo como empreendedor de si mesmo. Esse processo é fruto de uma reestruturação produtiva que começou com o modelo de produção do Toyotismo, rompendo com a ideia de trabalhador mecanizado e levando ao surgimento do conceito de colaboradores e sujeitos autônomos. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as narrativas e argumentos utilizados pela plataforma digital *Ifood* e entender como essa empresa vende a ideia de trabalho autônomo para os seus colaboradores. Para isso, como metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico focando, principalmente, em obras sobre as mudanças sociais na sociedade contemporânea, tais como as de Ricardo Antunes sobre a uberização do trabalho, de Giovanni Alves sobre as dimensões da reestruturação produtiva, de Ludmila Abílio sobre a era do trabalhador *just-in-time*, entre outros autores relevantes para a temática. Além disso, foi feita uma análise dos conteúdos empregatícios disponíveis nas páginas do aplicativo dessa empresa e das narrativas utilizadas para captar novos trabalhadores. Os resultados da pesquisa mostraram que a empresa-aplicativo a todo momento retira a sua responsabilidade sobre os seus empregadores, logo, é atribuído a eles a ideia de colaborador, desse modo, fica evidente a precarização do trabalho, já que esses não possuem nenhum tipo de apoio ou segurança laboral. Sendo assim, a pesquisa buscou fornecer uma análise sobre os debates que envolvem as novas dinâmicas e a precarização no mundo do trabalho na era digital.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Neoliberalismo. Trabalho informal.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFU, apoio FAPEMIG, bruna.carneiro.oliveira@hotmail.com

O TRABALHO DOCENTE NA INDÚSTRIA 4.0: TECNOLOGIA E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA (COVID-19)

Bruna Tamara de Souza Ferreira¹

Andressa Garcia Castilho²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender de que maneira as potencialidades da ação econômica são invadidas pela lógica do mundo digital, através das conexões da luta por direitos e educação e a crescente uberização do trabalho. Observa-se no mundo do trabalho novos rearranjos nas formas de organização da força produtiva. A indústria 4.0 desvela-se como o cenário da crescente automatização e robotização do trabalho e da vida de modo geral, acarretando na fusão do tempo de vida dentro e fora do trabalho. Embora o termo “uberização” (ANTUNES, 2020) faça referência a plataforma de transportes Uber, e as novas formas de organização do trabalho invisibilizadas pela falta de vínculo e segurança, esta análise busca aprofundar as consequências da tecnologia para garantia de direitos no âmbito da educação. Nesta pesquisa, utilizou-se a perspectiva do materialismo histórico-dialético, para análise dos resultados obtidos após a coleta de entrevistas com professores a respeito dos impactos sentidos após o contexto pós-pandemia do COVID-19. Neste cenário, foi observado por esses profissionais, uma ampliação de exigências no domínio das novas tecnologias como condição de inserção do professor à nova realidade do mundo digital, ao mesmo tempo em que desigualdades estruturais são negligenciadas. Por meio dos dados, foi possível identificar como as formas de precarização do trabalho tem se intensificado nos últimos anos na profissão docente. Além da análise de dados, foi realizada uma revisão bibliográfica com vistas a compreender as novas formas de organização e conceitos relacionados ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: Uberização. Precarização docente. Educação pública

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Servidora da SRE-MG. E-mail: bruna.14101075@educacao.mg.gov.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Servidora da Prefeitura de Uberlândia e da SRE-MG. E-mail: andressa.castilho@educacao.mg.gov.br

A INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: O CASO DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO EM UBERLÂNDIA/MG EM 2021

Débora Borba¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo

A partir do colapso do modelo fordista/toyotista na década de 1970, o capitalismo passou a enfrentar uma crise estrutural no padrão de acumulação, expondo diversas fragilidades do seu sistema de funcionamento. Essa crise destacou a dependência do capital sobre o trabalho e reforçou a teoria do valor-trabalho, evidenciando que o processo de valorização é intrínseco à relação entre trabalho e capital. Em resposta a essa crise, iniciou-se uma reestruturação produtiva, com o objetivo de adaptar o sistema para manter a hegemonia e o controle social, reorganizando tanto os processos produtivos quanto às condições de trabalho. O artigo analisa o mercado de trabalho para os/as jovens no Brasil a partir da Reforma Trabalhista de 2017 e sob a difusão do trabalho por plataformas e aplicativos. O foco recai sobre os entregadores de comida por aplicativo em Uberlândia/MG a partir de 2021, sob a crise pandêmica da Covid-19. A pesquisa tem caráter exploratório e baseia-se na revisão da literatura sobre o tema e em pesquisa empírica, com a realização de entrevistas semiestruturadas junto aos entregadores de app, em Uberlândia/MG. Os resultados demonstram que são jovens e de baixa escolaridade que trabalham sob condições precárias e de alta vulnerabilidade.

Palavras-Chave: Trabalho e Educação; Juventude; Uberização.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU). Apoio: Capes.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Apoio CNPq-PQ N-2.

A GREVE DOCENTE FEDERAL DE 2024, AS DISPUTAS SINDICAIS INTERNAS À CATEGORIA E A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA.

Eliane Soares¹

Resumo

O objetivo do trabalho foi evidenciar como as disputas e conflitos sindicais entre o ANDES-SN e a PROIFES-Federação no decorrer da greve docente federal de 2024 e a atuação do governo federal no conflito contribuíram para elucidar contradições ainda vigentes entre a estrutura sindical brasileira e a efetivação de um sindicalismo autônomo e combativo. Para proceder à análise foi necessário contextualizar a greve docente federal na conjuntura política nacional, bem como inserir o movimento grevista e os conflitos sindicais mais recentes na história do movimento sindical docente das últimas décadas. Além disso, buscou-se entender como a estrutura sindical brasileira – caracterizada por Armando Boito Júnior como de sindicalismo de Estado - influenciou e segue influenciando até mesmo a organização dos trabalhadores do serviço público onde essa estrutura foi mais questionada. A metodologia incluiu revisão bibliográfica pertinente às temáticas centrais abordadas, análise de publicações jornalísticas e material documental, tanto das referidas entidades sindicais, como do governo federal e da grande imprensa. Verificou-se que a greve docente federal de 2024 trouxe à tona inúmeras contradições, dentre as quais o desencadeamento de uma greve em uma categoria com duas entidades sindicais com posicionamentos contrários, a atuação de um governo federal caracterizado como progressista que, por um lado, teimava em não ceder a simples reivindicações do movimento grevista e, por outro, favorecia a divisão sindical do movimento docente, numa postura aparentemente contrária à unicidade sindical legalmente vigente, um sindicato ideologicamente reformista e com postura conciliatória que reivindicava a pluralidade sindical, enquanto um sindicato combativo e com ideologia classista recorria à justiça para garantir a unicidade. Entretanto, a pesquisa revelou que a existência do PROIFES, como segundo sindicato no movimento docente universitário, não implicou o questionamento efetivo da estrutura do sindicalismo de Estado. Pelo contrário, o PROIFES-Federação não apenas lutou para se inserir na estrutura sindical de Estado, como atuou desde sua fundação em 2004 como sindicato de governo. Por outro lado, o ANDES-SN mesmo lutando por uma perspectiva classista e combativa para o movimento docente universitário, não conseguiu se desvencilhar totalmente da estrutura sindical vigente. Deste modo, os resultados indicaram a permanência de limites à organização autônoma e combativa dos trabalhadores docentes universitários, apesar dos esforços do ANDES-SN em mobilizar a categoria em defesa das suas reivindicações mais sentidas e da Universidade pública federal.

Palavras-chave: Greve docente federal. ANDES/PROIFES. Estrutura sindical brasileira.

¹ Professora doutora do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e-mail: eliane.soares@ufu.br

OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS DO SOCIALISMO POR DIÁLOGOS ENTRE OS FILÓSOFOS KARL MARX E ISTVÁN MÉSZÁROS

Elisângela de Araujo Rotelli¹

Sérgio Paulo Morais²

Resumo

O presente texto busca contribuir com os esforços investigativos abordados pelo GT2, em que a centralidade teórica se baseia no debate da luta por direitos, precarização, intensificação e controle do trabalho. O objetivo aqui é o de analisar e fornecer elementos iniciais sobre os aspectos históricos e estruturais do socialismo em István Mészáros, localizando-o em seu tempo histórico e buscando as origens que estão nele, concentrando os diálogos existentes com Karl Marx, Friedrich Engels e Georg Lukács. A origem de tal problematização se deu nas conclusões obtidas na pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí, entre os anos de 2019 e 2021, intitulada por *Formação Humana e Socialismo em István Mészáros*. Para o desenvolvimento da dissertação, importou o movimento de continuidade e descontinuidade dos conceitos, mas especificamente da formação humana enquanto uma alternativa necessária ao sistema do capital, via socialismo, na perspectiva de István Mészáros. Já para o desenvolvimento da tese, pesquisa atual, buscaremos encontrar no tempo histórico de Mészáros em quem o filósofo se apoiou para constituir a noção teórica do socialismo, tornando possível hoje, pensarmos nos princípios norteadores da transição socialista a partir da consciência de classe desenvolvida no trabalhador e para o trabalhador. No que se refere ao método, esta pesquisa está fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético e em relação a metodologia, a pesquisa se caracteriza como teórica por envolver uma investigação na literatura envolvendo o objeto apresentado. Diante disso, e com orientações das pesquisas e das aulas públicas de pensadores e professores contemporâneos marxistas como Ricardo Antunes, partimos da necessidade de analisar os sumários e apêndices do tripé estruturante mais denso da obra meszariana, que são: “A teoria da alienação em Marx” (1970); “O poder da ideologia” (1989); e, “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição” (1995), para então, encontrar e responder aos questionamentos que desde a dissertação estão inquietando o percurso da pesquisa: como o socialismo e a consciência de classe desenvolvida a partir de István Mészáros e dos filósofos pertencentes ao seu tempo histórico, dialoga com a luta de classe hoje estabelecida? Identificando e partindo da compreensão que as mediações de segunda ordem, mediação da mediação alienada decorrente da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho desvirtuam as mediações de primeira ordem enquanto uma atividade produtiva e como tal, um fator ontológico absoluto da condição humana de sobrevivência. Para Mészáros, a obra de Marx clamava a necessidade de uma nova síntese sobre o funcionamento do capital, cada vez mais crítica, considerando-a como algo inacabado, no entanto, com os caminhos abertos e as direções a se seguir claramente indicadas e que aqui buscaremos encontrá-las.

Palavras-chave: Socialismo. Tempo histórico. István Mészáros.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Capes. rotelli.ufg@gmail.com

² Doutor em História e Professor nos cursos de História e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e História (PPGH) da Universidade Federal de Uberlândia. sergio.paulo@ufu.br

O QUE NOS AFETA? AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE FRENTE OS CONTEXTOS EMERGENTES COMO AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Fernanda Silva do Nascimento¹

Resumo

O trabalho docente é produzido conforme os movimentos históricos, políticos, econômicos, biopsicossociais e culturais que variam nos diferentes territórios. Com o passar dos séculos, compartilhamos de discontinuidades, imprevisibilidades e antigos desafios que nos exigem continuar refletindo e resistindo contra a precarização do trabalho do professorado. Noções e indicadores de mal-estar e adoecimento docente ressaltam a complexidade e importância de questionar os fenômenos, fatores associados às condições do trabalho. Dessa forma, este estudo tem como objetivo discutir como se dão as relações entre o trabalho docente e os contextos emergentes, especialmente, a catastrófica enchente de 2024 no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. A análise é fundamentada nas contribuições de autoras(es) que pensam o trabalho docente no Brasil e na América Latina, incluindo Oliveira (2020, 2022) e Penteado (2018, 2019), as relações da profissão com a Pedagogia Desobediente proposta por Hernández-Hernández, Marisol Anguita (2024), bem como a Pedagogia da Emergência de Bernard Ruf (2021). Identificou-se que 1.044 escolas, em 243 municípios, foram consideradas afetadas pela enchente. Este fenômeno expressou a urgência em pensar a inter-relação das questões climáticas, docências e escolas. Em meio a projetos neoliberais e ultraconservadores, observa-se íntima conexão entre seus ideais e a produção de desigualdades sociais, econômicas, ecológicas. Entre políticas substancialmente danosas ao meio ambiente, também identificamos aquelas que ferem a autonomia docente, através de movimentos de controle, desvalorização e precarização do trabalho. Apesar dos ataques à profissão e à sobrevivência das instituições escolares públicas, laicas e democráticas, que têm sido promovidos por grupos políticos conservadores e fundamentalistas, as escolas se destacaram durante as enchentes como espaços de abrigo e segurança, oferecendo suporte físico, alimentar e psicológico em meio a novas incertezas. O evento das enchentes, combinado com o contexto da pandemia de coronavírus, revelou-se traumático para milhares de pessoas e sublinhou a necessidade de um debate coletivo sobre a reestruturação e reforma das escolas, políticas de assistência para reconstrução de moradias, e apoio psicossocial para docentes e estudantes afetados. Frente aos desafios apresentados por eventos como enchentes e pandemias, é crucial continuar a refletir sobre como enfrentar emergências e angústias, tanto novas quanto antigas. Um grupo de pesquisa em uma universidade comunitária de Porto Alegre tem avançado com oficinas que visam escutar os docentes e construir investigações participativas para entender o trabalho docente a partir de suas necessidades, experiências e vivências. O enfrentamento das patologias sociais, do individualismo e da desvalorização é essencial para promover realidades possíveis e melhores condições de trabalho para o professorado. Portanto, reforça-se a importância das dimensões: resistir-conviver-transformar, que evidenciam a relevância de novas abordagens para pesquisas e práticas visando o cuidado e formação do/no trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho docente. Afetos. Emergência Climática.

¹ Doutoranda em Educação (PUCRS), Mestra em Educação (PUCRS), Especialista em Gestão da Educação (PUCRS), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (PUCRS), Graduada em Pedagogia – Licenciatura Plena (Unb), Professora da Educação Básica no Rio Grande do Sul, Apoio: Promot PUCRS/CNPq/CAPEs, fernanda.n91@edu.pucrs.br

Economia Moral e as greves dos entregadores (2020-2021): REVOLTA COLETIVA DIANTE DO “EMPREENDEDORISMO DA SUBSISTÊNCIA”

Gustavo Gonçalves Vaz¹

Sérgio Paulo Moraes²

Resumo

Interligado ao projeto “HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)”, APQ-02063-17, esta comunicação discorre acerca das greves dos entregadores de aplicativo nos anos de 2020 e 2021. A partir da análise de uma Economia Moral, a partir das reflexões feitas por E. P. Thompson, como um processo coletivo de conscientização acerca das injustiças sociais impostas à classe trabalhadora, dialoga-se com uma leitura marxista das relações transversais entre os grupos sociais. Desse modo, este estudo busca investigar as ressonâncias da ideologia neoliberal no cotidiano laboral dos sujeitos inseridos na lógica dos serviços informais, que ganham cada vez mais espaço no capitalismo brasileiro após a década de 80, - Auxiliado por autores como, Ricardo Antunes, E. P. Thompson e Ludmila Aubílio, almeja-se abarcar o processo de deterioração das condições laborais frente às novas formas de gerenciamento promovidas pela uberização, - a resistência dos trabalhadores diante do desmonte dos direitos trabalhistas e a situação de precariedade do trabalho que cresce paralela a “uberização” dos setores produtivos.

Palavras-chave: E. P. Thompson, Greves dos entregadores, Economia Moral, Uberização.

¹ Graduando em História, Universidade Federal de Uberlândia, gustavo_gvaz@live.com

² Doutor em História, professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, sergio.paulo@ufu.br

CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE INOVAÇÃO E NOVAS FACES DO TRABALHO NO CAMPO BRASILEIRO: ECOSISTEMA DE *STARTUPS* E *AGTECHS* EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS

Joel de Souza Carvalho Neto¹

Isadora Rodrigues de Oliveira²

Laís Ribeiro Silva³

Mirlei Fachini Vicente Pereira⁴

Resumo

O presente período histórico é marcado por novas condições do modo de produção capitalista, muito caracterizado pelo avanço técnico-informacional, pelo neoliberalismo e pela acumulação orientada pela alta finança. Justamente quando as condições técnicas do período conferem à produção extensão e forma globais, com forças produtivas que potencialmente permitiriam uma nova condição material à vida no planeta, o quadro social, na quase totalidade das formações territoriais, é em muito marcado por novas estruturas de poder e controle sobre o trabalho e a produção. No campo brasileiro, tal contexto não é diferente. Marcado pelo aprofundamento e atualização de uma condição primário-exportadora desde os anos 1990, o Brasil atual conhece o estabelecimento de um campo moderno, típico do que poderíamos denominar como agronegócio globalizado, hoje imerso em uma nova vaga de modernização guiada pelo discurso do empreendedorismo e da inovação. Discursos e práticas, além de novos agentes econômicos (também modernos e atualizados), compõem e afirmam tal situação no mundo e no Brasil. Trata-se de uma forma nova de trabalho e modalidade nova de investimento, mirando negócios passíveis de valorização extrema (próprios do contexto de economia financeirizada), e que arrastam comportamentos do Estado, mercado e sociedade civil. A intenção do trabalho é avaliar como tais condições compõem a configuração territorial e ações sociais em Uberlândia, principal núcleo da região Triângulo Mineiro, porção oeste do estado de Minas Gerais, e espaço de referência da moderna produção agropecuária, avaliando a afirmação do que hoje convencionou-se chamar de “ecossistema” local de inovação, que promove, articula e potencializa a criação de empresas do tipo *startup*. A análise foca essencialmente as startups voltadas às atividades do agronegócio, comumente denominadas de *agtechs*, visando caracterizar o arranjo de tais agentes, o tipo de atividade e as potenciais transformações do trabalho na produção agropecuária que tais empresas oferecem no lugar. A metodologia de pesquisa residuiu na leitura e análise de bibliografia oriunda de campos como a Economia Política e a Geografia Econômica, a partir da seleção de argumentos construídos especificamente em torno das elaborações que hoje regem um discurso de desenvolvimento econômico e territorial ancorado nas práticas típicas do neoliberalismo. Tal referencial dá suporte à argumentação do tema e foi tensionado a um exercício de avaliação empírica, a partir de análise de dados para a caracterização do ecossistema local de *startups* de Uberlândia, e de modo particular as *agtechs*. Os resultados permitem reconhecermos a forma como Uberlândia acolhe impulsos globais típicos do período, internaliza um discurso de

¹ Discente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU). Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG. Email: joelneto0408@ufu.br

² Discente do Instituto de Geografia (IGUFU). Bolsista de iniciação científica, CNPq/UFU. isadoraderodrigues@gmail.com

³ Doutora em Geografia pela UFU. Profa. IGUFU. Bolsista de Pós-Doutorado, CAPES. silva.laisrs@ufu.br

⁴ Doutor em Geografia pela UNESP. Prof. Associado, IGUFU. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. mirlei@ufu.br. O texto resulta de pesquisa financiada pela Fapemig (APQ-01694-23) e CNPq/Brasil.

empreendedorismo e inovação de modo geral, e, particularmente, no que tange ao trabalho no campo moderno, sustentando o surgimento de um número expressivo de empresas que oferecem novos serviços e técnicas que aprimoram e reproduzem as práticas do agronegócio no país.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Trabalho e inovação. Agronegócio.

ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS NA CONJUNTURA NEOLIBERAL DO TRABALHO

Rita de Cássia Dias Akegawa¹

Adriana Cristina Omena dos Santos²

Maria Geni Pereira Bilio³

Resumo

A temática tem como foco os sindicatos no Brasil nos tempos atuais dada o seu enfraquecimento em torno das políticas neoliberais capitalistas, o que associa com as discussões do grupo de trabalho que analisa os movimentos sindicais na luta por direitos e a uberização do trabalho. Busca-se compreender os dados divulgados pelo IBGE (2024) apontando no ano de 2023 o menor número de trabalhadores filiados aos seus sindicatos, são 100,7 milhões de brasileiros ocupados, os quais somente 8,4 milhões são sindicalizados, representando o percentual de 8,4% retratando o menor contingente desde o ano de 2012. Há o levantamento de hipóteses que recaem na reforma trabalhista do ano de 2017 que permitiu a adesão dos trabalhadores não serem compulsória, isto é, passou a ser facultativa a contribuição mensal com o desconto sobre os salários dos trabalhadores destinado aos sindicatos das categorias. O que é uma flagrante manobra neoliberal incutida aos interesses do capital. Ademais, verifica-se no mesmo banco de dados do IBGE (2024) que houve aumento nos postos de trabalhos formais com carteira de trabalho registrada o que aparenta uma possível contradição sob a ótica de relacionar números de sindicalizados com os números de pessoas trabalhando formalmente, aparentando um enfraquecimento dos sindicatos e perda de consciência de classe. Indicando haver reestruturação do capital na oferta de trabalhos precarizados como os intermitentes, aumento de trabalhos autônomos, pejotização, trabalho informal e subempregos. É notório ainda, segundo a divulgação do IBGE (2024) a queda de trabalhadores filiados aos sindicatos no setor de transportes, pode estar relacionado com os reflexos da uberização do trabalho por meio das plataformas digitais. A metodologia se consolida na pesquisa quali-quantitativa, considerando o levantamento de dados no número de associados nos sindicatos pela base do IBGE, com compreensões de hipóteses de cunho qualitativo na tentativa de buscar respostas ao comportamento dos trabalhadores. E para compor o entendimento dos conceitos do referencial teórico teve a pesquisa bibliográfica, documental, além de leis, especialmente a Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943). E há a pesquisa descritiva na narrativa dos resultados. O referencial teórico se baseia, principalmente, em Ricardo Antunes (2009 e 2020) no entendimento da classe-que-vive-do-trabalho na totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e a reestruturação do capital no ambiente de plataformas da uberização; e Teones (2013) na compreensão do novo sindicalismo brasileiro. Conclui que os sindicatos vêm perdendo forças, vez que se sujeitam aos mandos do Estado, ainda que resistam alguns trabalhadores com consciência

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra em Educação (UFU). Professora de Gestão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) *campus* Ituiutaba/MG - ritaakegawa@gmail.com.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq/Brasil, Doutora em Ciências da Comunicação (USP), com pós-doutorado em Políticas Públicas na Ottawa University e docente no Programa de Pós-graduação em educação e no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, ambos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - adriomena@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra em Ensino – Universidade de Cuiabá/MT- Formada em Pedagogia e Professora da Rede Pública de Ensino Municipal de Várzea Grande/MT- genibilioprofessora@gmail.com.

de classe se organizando e se permitindo estar filiados aos seus sindicatos de categoria laboral em protesto aos limites de dominação e pressão que tenta ganhar legitimidade através da conjuntura neoliberal.

Palavras-chave: Enfraquecimento dos sindicatos. Neoliberalismo. Resistência.

ENTRE O NEOLIBERALISMO E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO SETOR DE SAÚDE: OS DESAFIOS DO TRABALHO DO FISIOTERAPEUTA

Lara Maria Previtali Fagiani¹

Ana Julya Santana Miranda²

Fabiane Santana Previtali³

Resumo

O artigo resulta das discussões na disciplina Indivíduo e Sociedade do Curso de Graduação em Fisioterapia. O objetivo é problematizar as condições e relações de trabalho dos profissionais de fisioterapia sob o avanço do empreendedorismo e das formas terceirizadas de trabalho na gestão pública. Partimos das teses de Antunes (2019) da centralidade do trabalho para o processo de humanização, mas que no capitalismo é também trabalho explorado para obtenção do lucro. Se antes os profissionais mais qualificados em nível superior estavam mais protegidos da precarização, sob o capitalismo da era digital, tendem às condições e relações de trabalho com instabilidade e insegurança. Tem sido cada vez mais comum os profissionais da saúde, como os fisioterapeutas, serem prestadores de serviços para mais de uma empresa privada ou mesmo para o setor público na crescente mercantilização desse serviço público (SOUZA; ABAGARO, 2020). Nesse contexto, o fisioterapeuta é cada vez mais visto como agente autônomo, sem vínculo típico com empresa pública ou privada e desprovido de proteção social trabalhista e estabilidade, situação que se torna ainda mais grave quando se considera que diversos custos são repassados para ele, como a compra/aluguel de alguns meios de trabalho e sua manutenção. Na pandemia Covid-19 foi autorizado o teletrabalho em atendimento on-line, abrindo-se novos meios de precarização desse profissional. Houve um significativo crescimento a partir de 2020, quando da Pandemia Covid-19, do teletrabalho e tele-reabilitação em saúde, com as tradicionais operadoras de planos e seguros de saúde ampliando sua atuação na direção da telemedicina ou, também, com emergentes *startups* criando aplicativos para a oferta de telemedicina (SOUZA; ABAGARO, 2020). Com o argumento da profissionalização da ‘mediação’, essas *startups* avançaram no mercado, conseguindo adesão, cada vez maior, de médicos e outros profissionais da saúde, dentre eles os fisioterapeutas, sob a ideologia do empreendedorismo e da autogestão. A metodologia diz respeito a uma pesquisa bibliográfica e de caráter exploratório em base de dados do scielo realizada no segundo semestre de 2023, considerando as palavras-chave: fisioterapia, relações de trabalho e empreendedorismo no período 2020-2023. Os resultados indicam o crescimento da precarização do trabalho dos fisioterapeutas sob a pandemia Covid-19 e no período pós-pandêmico com a naturalização do tele-reabilitação.

Palavras-chave: Qualificação Profissional; Fisioterapia; Empreendedorismo.

¹ Estudante de graduação em Fisioterapia FAEFI/UFU. E-mail: laramaria.previtali@gmail.com

² Estudante de graduação em Fisioterapia FAEFI/UFU. E-mail: anamirandajulya@outlook.com

³ Professora INCIS/PPGED/PPGCS/UFU, responsável pela disciplina. Pesquisadora Produtividade CNPq/PQ-N2. E-mail: fabiane.previtali@gmail.com.

O TRABALHO DOCENTE SOB OS EFEITOS DAS NORMATIVAS DO CME AO LONGO DA PANDEMIA COVID-19

Bruna F. B. Machado¹

Elizabeth G. Raimann²

Resumo

Esta pesquisa situada na linha de políticas educacionais, gestão e formação de professores do Programa de pós-graduação em Educação da UFJ, problematizou o impacto das normativas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí/GO no trabalho docente durante a pandemia. Este trabalho traz como recorte o trabalho docente e as atividades remotas/aulas não presenciais, avaliação e planejamento ressaltando a relação entre discurso e poder existente entre os documentos oficiais e o trabalho do professor. A pesquisa de cunho bibliográfico e documental analisou as normativas emitidas pelo CME em relação ao trabalho docente, abordando o processo de transição do ensino presencial para ensino remoto, discorrendo sobre a intensificação do trabalho do professor da educação básica pública na pandemia. Como resultado os professores se viram à frente da educação, utilizando os recursos disponíveis, afirmando que a implementação das políticas não garantiu, em sua maioria, o suporte necessário aos gestores e educadores, comprometendo a acessibilidade e a qualidade da educação durante o período de ensino remoto emergencial.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Trabalho docente. Legislação Educacional.

¹ Mestranda em Educação, na Universidade Federal de Jataí, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Professora efetiva da rede municipal de educação de Jataí anos iniciais. bruna.machado@discente.ufj.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Docente na Universidade Federal de Jataí. Exerce atividades de ensino na graduação e pós-graduação Mestrado em Educação, área de políticas educacionais, gestão e formação de professores. Membro do Núcleo de Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas (NuFOPE) Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí, Membro do GEP-CMEBr- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Conselhos Municipais de Educação no Brasil

A UBERIZAÇÃO DA DOCÊNCIA COMO AFRONTA À POLÍTICA DE BEM-ESTAR, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

François Silva Ramos¹
Leilane Virgínia Vieto Penariol²
Nayara Beatriz Borges Ferreira³

Resumo

A Globalização não é um fenômeno recente, mas resta evidente a aceleração deste processo a partir do final do século XX (Chiavenato, 1998). A precarização do trabalho docente, agora agravada pela legalização da “pejotização”, promovida com a reforma trabalhista de 2017, tem acarretado consequências negativas para a saúde e a qualidade de vida dos professores. Em 2023, o Poder Legislativo compreendeu a necessidade de ações voltadas para a atenção à saúde integral e a prevenção do adoecimento dos profissionais da educação. Como explicam Vicente, Ferreira e Ramos (2024), com a Lei nº 14.681/2023, foi determinada para a educação nacional promover a adoção de práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura. Neste estudo, o objetivo perseguido foi compreender a “Uberização” e a fragilização contratual que dela decorre (Moura; Segundo; Aquino, 2021), para então analisar sua possível relação com patologias de origem laborativa e perceber de que forma esta realidade afronta a política instituída com a Lei nº 14.681/2023. Com um delineamento metodológico que incluiu as pesquisas bibliográfica e telematizada (Moresi, 2003), a reflexão proposta permitiu identificar a existência de contradições entre as determinações normativas vigentes e a práxis do mercado de trabalho. Entretanto, a recente dinâmica normativa não se apresenta como instrumento eficaz frente aos desafios da Uberização do trabalho docente. Os profissionais da educação encontram-se imersos em um cenário voraz de precarização do trabalho, pois, a Uberização do magistério acentuou problemas relativos à baixa remuneração, aumentou a instabilidade laboral e fomentou ambiente propício para desenvolvimento de doenças ocupacionais. Estes são apenas alguns dos males que emergiram como uma consequência das novas práticas de mercado (Vicente; Ferreira; Ramos, 2024). Estas constatações demonstram que existe a necessidade de uma maior fiscalização por parte das instituições competentes acerca das diretrizes instituídas pela Lei nº 14.681/2023, mas também um novo aperfeiçoamento normativo capaz de ampliar seu alcance e incluir as novas formas de contrato de trabalho, o que pode contribuir para mitigar o contexto criado.

¹Doutor em Ciências da Educação, FACUMINAS/Unipac de Uberaba, francois.ramos@hotmail.com.

² Mestre em Educação, Faculdade Prisma/Educaler, leilane_penariol@hotmail.com.

³ Mestre em Educação, Uniube/Unipac de Uberaba, nayaraferreira@unipac.br

GT3

**TRABALHO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOB O
NEOLIBERALISMO-GERENCIALISMO**

GERENCIALISMO E O TRABALHO DOCENTE: ASPECTOS RECORRENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ari Raimann¹

Resumo

O texto ocupa-se de apresentar aspectos do gerencialismo e suas implicações diretas ou indiretas no trabalho docente na Educação Básica brasileira. A temática está vinculada à linha de pesquisa Políticas Educacionais, Gestão e Formação de Professores de um programa de pós-graduação de uma das universidades supernovas do Centro-Oeste, estando vinculada ao projeto de pesquisa interinstitucional “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal”. A pesquisa teve como objetivo analisar as mudanças no trabalho docente no âmbito da Nova Gestão Pública e das políticas neoliberais. O trabalho está estruturado em três partes, aspectos do gerencialismo, trabalho e trabalho docente na educação básica. A pesquisa empírica apresenta dados referentes ao trabalho docente em Goiás e Mato Grosso, procurando demonstrar similaridades no que se refere ao trabalho docente nesse contexto. A parte introdutória do texto se ocupa de relacionar a presente temática ao GT3 – Trabalho e Políticas Educacionais sob o Neoliberalismo-Gerencialismo, uma vez que os princípios neoliberais se impõem no campo do trabalho, modificando profundamente o sentido deste, que deixa de ser categoria central, cedendo lugar à categoria do lucro. Tal transformação tem afetado diretamente o trabalho docente nas escolas. A coleta de dados se deu via formulário do Google, tendo sido aplicado a professores e professoras da Educação Básica nos Estados de Goiás e Mato Grosso. Como resultado, conclui-se que há similaridades nos contextos dos dois estados no que tange ao trabalho docente. Este profundamente precarizado, cada vez mais intensificado, submetido sistematicamente a metas e princípios do mundo da produção capitalista.

Palavras-chave: Estado Gerencial. Nova Gestão Pública. Educação Básica.

¹ Doutor em Educação, Universidade Federal de Jataí/UFJ, e-mail: raimann04@ufj.edu.br

DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL DE ITUIUTABA-MG EM 2020

Carlos Aparecido Soares Filho¹

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela²

Resumo

Este trabalho versa sobre o direito à educação pelas crianças e adolescentes brasileiros(as), considerando o acesso e, principalmente, a permanência na escola, em diálogo com o Grupo de Trabalho 3 – Trabalho e Políticas Educacionais sob o Neoliberalismo – Gerencialismo. Tem como objetivo precípua analisar o quantitativo de matrículas de estudantes da educação básica nas escolas estaduais da cidade de Ituiutaba-MG no ano de 2020 em comparação ao número de concluintes. A delimitação do período de início se deve pelo começo do ano letivo de 2020 ter sido anterior à oficialização da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, cotejando com o final do ano, no qual já estávamos em um contexto pandêmico. Para alcançar o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa quantitativa, por meio de análise documental das informações existentes no Sistema Mineiro de Administração Escolar - Simade, referentes às escolas estaduais do estado de Minas Gerais. Os dados extraídos do Simade foram organizados em tabelas com o total de matrículas por escolas, bem como o número de reprovações, com base no preenchimento e entrega dos Planos de Estudo Tutorados – PET no fim de 2020, que serviram também para contabilizar a frequência dos(as) discentes. Em Minas Gerais, os PET foram utilizados com o objetivo de minimizar os prejuízos da pandemia, pois o(a) estudante realizava suas atividades e os(as) professores(as) sanavam as dúvidas nos encontros síncronos ou aulas assíncronas. Após a tabulação dos dados, tendo em vista o objetivo da pesquisa, entrecruzamos com documentos e legislações orientadoras da educação brasileira como direito humano, subjetivo e social, a saber: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), Lei n.º 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/1996. Também nos fundamentos em Richard Pierre Claude, no artigo “Direito à educação e educação para os direitos humanos” (2009); em Pierre Dardot e Christian Laval, no livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016); e em Loiane Prado Verbicaro, no artigo “Pandemia e o colapso do neoliberalismo” (2020), dentre outros referenciais, os quais subsidiaram nossas reflexões sobre a educação como um direito no contexto do século XXI, o neoliberalismo e suas estratégias, tendo em vista a conjuntura pandêmica. Os resultados indicaram que 373 estudantes não concluíram os estudos ao final do ano letivo de 2020. Eles(as), por algum motivo que escapa ao objeto desta pesquisa, ingressaram, mas não permaneceram na escola, talvez por falta de ações efetivas do Estado. Nesse sentido, a continuidade dos estudos foi afetada em razão da pandemia de Covid-19, mas também pelas condições socioeconômicas e pela necessidade de ampliação de investimentos públicos em ações que contribuíssem com a formação integral e desenvolvimento pleno dos(as) educandos(as).

Palavras-chave: Reprovação. Pandemia. Minas Gerais.

¹ Graduação em Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal, carlos.filhoitb@gmail.com.

² Doutorado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal, cidasattoo@gmail.com.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA

Claudiane Mara Braga Belmiro¹

Resumo

Este ensaio, apresentado ao V Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI (no GT3 - Trabalho e Políticas Educacionais sob o Neoliberalismo-Gerencialismo) tem como objetivo expor os pressupostos e fundamentos da Reforma do Ensino Médio materializada pela Lei nº 13.415/2017 (oriunda da MP 746/2016) a fim de fomentar os debates sobre os efeitos dessa proposta para os estudantes da classe trabalhadora. Em um primeiro momento foi realizada uma exposição da conjuntura política que contextualizou a elaboração dessa lei e, posteriormente, são apresentadas as suas características. A pesquisa que deu origem a esse texto ainda está em andamento e utiliza o Materialismo Histórico-dialético como base epistemológica e a análise bibliográfica como método de investigação. A exploração do contexto histórico marcado por políticas neoliberais e de ajuste do Estado em que essa proposta de reforma do ensino se processou, permite conduzir à conclusão de que ela está diretamente ligada aos interesses do capital e não representa, nos aspectos práticos, um avanço no que diz respeito aos direitos sociais garantidos em lei e está a serviço do sistema produtivo. Apesar das várias mudanças e alterações na legislação, a escola continua reproduzindo a lógica do capitalismo e prevalece a histórica dualidade estrutural do sistema educativo brasileiro: uma formação mais ampla e intelectual aos jovens da elite e uma mais aligeirada e técnica aos jovens da classe trabalhadora, de acordo com suas posições na hierarquia do trabalho produtivo. Dessa forma, esse texto representa um esforço empreendido no sentido de colaborar para os debates acerca do tipo de formação que tem sido ofertada à classe trabalhadora e quais as suas reais necessidades. Outrossim, manifesta-se, nesse breve ensaio, a defesa de uma educação de qualidade que seja para todos e com vistas à humanização e à transformação social, assim como postulado por Karl Marx por meio do conceito de educação omnilateral – uma concepção de educação que busca o desenvolvimento integral dos indivíduos; ou seja, uma educação que contemple todas as dimensões humanas considerando, sobretudo, as condições objetivas e subjetivas que envolvem o processo educativo.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação. Neoliberalismo.

¹ Mestra em Educação pela UFU; Doutoranda pelo PPGED Universidade Federal de Uberlândia- UFU, e-mail: claudiane@ufu.br

EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO EM KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Dayane Silva¹

Maria Socorro Ramos Militão²

Resumo

Este trabalho explora a relação entre educação, trabalho e emancipação na sociedade capitalista contemporânea, com base no pensamento dos filósofos Karl Marx e Friedrich Engels. O objetivo é analisar os conceitos desses autores para desenvolver uma proposta educacional que subverta as características mercantis da educação formal imposta pela classe burguesa. A metodologia utilizada é teórica, com uma abordagem exploratória e explicativa, focada na análise crítica do sistema capitalista através do materialismo histórico-dialético. A pesquisa examina como a estrutura capitalista influencia os processos educacionais, impedindo o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos trabalhadores. O referencial teórico principal baseia-se nas obras de Marx e Engels, que, embora não tenham desenvolvido uma teoria específica sobre educação, forneceram princípios fundamentais para a compreensão das relações entre trabalho e educação na sociedade capitalista. Os resultados indicam que a educação capitalista funciona como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e da ideologia dominante, servindo aos interesses do capital. A pesquisa conclui que, para promover uma educação verdadeiramente emancipatória, é necessário romper com as práticas educacionais neoliberais e desenvolver um sistema educativo que contribua para a transformação social e a luta contra a alienação e a opressão.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Emancipação

¹ Graduada em Filosofia, UFU, e-mail: dayane4silva@gmail.com

² Professora Doutora em Ciências Sociais – IFIL/UFU.

O PROGRAMA “COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA” E OS DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Diule Cristina Jesus da Costa¹

Valéria Moreira Rezende²

Resumo

No contexto das políticas educacionais atuais, esta pesquisa em fase inicial de elaboração do projeto tem como objetivo analisar o Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e seus desdobramentos no processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, levando em conta o processo de produção e implementação da política e os atores que interferiram em sua elaboração. Para obter uma compreensão aprofundada do Programa, temos como objetivos específicos: investigar as bases e os pressupostos ideológicos contidos nos documentos que influenciaram a produção e implementação do Programa; analisar os princípios organizativos e operacionais dos documentos que referenciam o Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; problematizar o conteúdo contido nos documentos e as políticas implementadas no âmbito dele; analisar a metodologia de monitoramento e avaliação do Programa CNCA por parte do governo federal; e contribuir para um melhor entendimento sobre a política pública de alfabetização no Brasil, dando visibilidade ao modo pelo qual o sentido de política pública se produz. A metodologia adotada será a análise documental, com o intuito de identificar nos documentos os elos que traduzem as influências e parcerias do Programa. A pesquisa documental permite investigar tanto o conteúdo escrito quanto a concepção ideológica dos documentos, revelando significados e implicações subjacentes. Utilizaremos a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball como metodologia de análise, pois sua abordagem crítica possibilita uma investigação metodológica aprofundada das políticas educacionais. Não por acaso, os programas governamentais adotam concepções hegemônicas de domínio que favorecem a classe dominante e moldam a formação dos futuros trabalhadores. Por isso, usaremos a Pedagogia Histórico-Crítica, uma pedagogia socialista baseada no materialismo histórico-dialético, para refletir sobre formas de resistência a certas proposições das políticas educacionais. O referencial teórico para essa análise inclui: Saviani (2008), que discute a relação entre educação e democracia; Saviani (2019), que apresenta a fundamentação da Pedagogia Histórico-Crítica baseada no materialismo histórico-dialético e suas implicações práticas; Malanchen (2022), que analisa a interseção entre políticas educacionais, trabalho pedagógico e a Pedagogia Histórico-Crítica; Hermida (2021), que defende a educação pública com base nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica. Para analisar a alfabetização, utilizaremos a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural com base em Dangiό e Martins (2018), que discutem um método de alfabetização histórico-crítico e a superação dialética dos métodos existentes. Martins e Marsiglia (2015) exploram os fundamentos da alfabetização e propõem uma nova perspectiva para superar suas limitações. Martins (2013) destaca a unidade entre a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica, com foco no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Vygotsky, Luria e Leontiev (2019)

¹ Mestranda, Universidade Federal de Uberlândia, diule.costa@ufu.br

² Prof.^a Dra. Valéria Moreira Rezende, Universidade Federal de Uberlândia, valeria.rezende@ufu.br

investigam a psicologia cognitiva, incluindo percepção, memória, atenção e linguagem, e analisam os processos neurofisiológicos e suas interações com cultura e pensamento, com implicações para neurologia, psiquiatria e educação. O Programa CNCA surge como uma iniciativa complexa em um contexto educacional e político marcado por desafios históricos e contemporâneos, como interesses econômicos e a privatização da educação. Sendo ainda um projeto em desenvolvimento, sua implementação precisa ser cuidadosamente monitorada e analisada para avaliar os seus impactos na alfabetização.

Palavras-chave: Políticas de Alfabetização. Programa CNCA, Pedagogia Histórico-Crítica.

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR

Drielle Fernanda de Azevedo¹

Robson Luiz de França²

Resumo

O artigo está vinculado à temática da precarização das condições laborais discutida pelo Grupo de trabalho 3 do V Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no século XXI, visto que examina como o trabalho foi transformado dentro do sistema de produção capitalista para atender às demandas do capital. Assim, o objetivo do estudo foi abordar sobre a formação do jovem trabalhador a partir das discussões de três eixos principais: trabalho no capital, educação no capital e a formação do jovem trabalhador na atualidade. Quanto ao trabalho, foi possível perceber que os processos de reestruturação do modo de produção, com destaque para os que ocorreram a partir da década de 70, visaram e visam apenas a garantia da acumulação e expansão do capital, não se relacionando com os interesses e garantia do direito dos trabalhadores. Sobre a educação, esta sempre foi influenciada pelo regime capitalista, desde os seus primórdios até a atual sociedade de acumulação flexível, na qual ela se configura como requisito para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania. Por fim, a formação do jovem trabalhador na atualidade é marcada por um discurso que promove a ideia de que a educação é o caminho seguro para o sucesso profissional. No entanto, essa visão é bem distante da realidade enfrentada por jovens. A promessa de que a frequência à escola e a obtenção de diplomas garantirão empregos bem remunerados é desmentida pela realidade de um mercado com salários cada vez menores e condições de trabalho mais precárias para a população. As políticas neoliberais incentivam a ideia de aperfeiçoamento contínuo, mas ignoram as condições estruturais que limitam as oportunidades e a qualidade de vida dos jovens trabalhadores. Para constituição desse estudo usou-se pesquisa bibliográfica, e o referencial teórico adotado foi o materialismo histórico-dialético (Marx; Engels, 2007), pois a essa base epistemológica fundamenta-se na ideia de que a produção material da vida constitui a base real de toda a formação social, econômica e política. Por fim, a partir desse estudo foi possível notar que o projeto pedagógico da acumulação flexível exige uma formação contra-hegemônica, voltada para a emancipação do trabalhador; em outras palavras, em vez de apenas preparar os indivíduos para se ajustarem a um sistema flexível e extremamente injusto, a formação deve dar autonomia aos trabalhadores, a fim de promover uma visão crítica e uma capacidade de resistência e transformação social.

Palavras-chave: Acumulação flexível. Formação contra-hegemônica. Precarização.

¹ Assistente Social da Prefeitura de Uberlândia-MG. Especialista em Proteção integral à criança e ao adolescente pelo EDUCAMINAS e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia UFU. E-mail: drielle-azevedo@hotmail.com

² Doutor e mestre em Educação. Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Faculdade de Educação/FACED; Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Coordenador da Linha de Trabalho Sociedade e Educação (TSE). E-mail: rlfranca@ufu.br.

EDUCAÇÃO CONTRAHEGEMÔNICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE RESISTÊNCIA À LÓGICA IMPOSTA PELO NEOLIBERALISMO

Dileno Dustan Lucas de Souza¹

Antônio Cláudio Moreira Costa²

Fabiane Lemes³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central tecer uma análise crítica das políticas educacionais brasileiras a partir do contexto neoliberal, o que justifica a possibilidade dialógica com o Grupo de Trabalho escolhido. Nesse sentido, busca-se, especificamente, destacar diferentes perspectivas e resistências ao modelo gerencial imposto pelo neoliberalismo no campo educacional, cuja concepção de educação é mercadológica, fazendo com que sua oferta, gestão e organização sejam estruturadas não mais pelo Estado, mas por grupos empresariais. Com esse intuito, são analisadas e contextualizadas as mudanças na política educacional desde os anos 1990 até os dias atuais, as quais foram responsáveis pelos moldes educacionais brasileiros após a ditadura, cujo desenvolvimento se deu pela influência das políticas neoliberais estruturadas tanto pelos Estados Unidos da América quanto pelo Reino Unido. Nessa esteira, este trabalho identifica as principais transformações na gestão da educação, como a mercantilização e a desestatização dos serviços educacionais, bem como os impactos dessas políticas na qualidade da educação pública. Compreende-se que, ao consolidar a estratificação educacional, a lógica neoliberal perpetua desigualdades, haja vista a precarização progressiva do sistema público de educação, já que privilegia a expansão de mercados ao mesmo tempo em que sustenta a meritocracia, minimizando, assim, questões relacionadas à equidade e justiça social no acesso à educação. Em contrapartida, mapeiam-se experiências pedagógicas que, com base numa perspectiva de educação libertadora e dialógica, epistemologicamente freireana, buscam resistir aos processos de deseducação e desumanização provocadas pelo neoliberalismo. Tal proposta envolve a criação de políticas públicas voltadas à realidade das comunidades, com vistas a formar sujeitos críticos e capazes de compreender o mundo e suas múltiplas conexões, resgatando o poder transformador da práxis educativa comprometida com um mundo mais justo. Exemplo desses modelos pedagógicos de resistência, destacam-se as práticas educativas promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais organizados, voltados, especificamente, para as comunidades do Campo, das águas e das florestas.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Capital Financeiro. Justiça Social.

¹ Prof. Titular – Universidade Federal de Juiz de Fora - dilenodustand@gmail.com

² Prof. Titular – Universidade Federal de Uberlândia - acmoreira@ufu.br

³ Profª. Ms. Doutoranda – Universidade Federal de Uberlândia – CAPES - fabiane.lemes@ufu.br

OS USOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DOS MATERIAIS NORTEADORES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Francielle Correia Rodrigues¹

Resumo

Alvo de diversos estudos e importantes contribuições, as políticas educacionais bem como as suas influências na construção dos materiais norteadores, cooperam para a construção de um debate sobre a formação docente e o papel das diretrizes públicas na educação básica, com implicações diretas para a prática pedagógica no ensino. Nesse aspecto, este estudo sendo parte das discussões realizadas em pesquisa de mestrado, visa apresentar uma análise e compreensão da organização institucional da educação; dos usos políticos da educação; e de como essas abordagens resultam na efetivação de políticas educacionais, bem como, na construção de materiais norteadores, como a Base Nacional Comum Curricular, que acabam por não proporcionar aos profissionais da educação e aos alunos a possibilidade de construção de uma aprendizagem crítica, plural, inclusiva e que rompa com os padrões dominantes, como no caso do ensino decolonial, no currículo do ensino de história. A metodologia deste estudo, está pautada em uma abordagem qualitativa, representada por uma perspectiva analítica e crítica acerca das políticas educacionais e de suas implicações no ensino de história no Brasil. Para este exercício, o referencial teórico está baseado nas reflexões quanto a relação entre as políticas educacionais, a influência do neoliberalismo e a reforma educacional, dos quais versam Previtall e Fagiani (2017) que contribuem quanto a influência do neoliberalismo e a globalização nas reformas educacionais, destacando a ênfase no ensino tecnicista e a preparação para o mercado de trabalho; Saviani (2010) que analisa os obstáculos históricos à consolidação de um sistema educacional nacional no Brasil, incluindo os problemas econômicos, políticos, filosófico-ideológicos e legais; Coutinho e Lagares (2017) que contribuem acerca da Nova Gestão Pública e suas implicações na privatização da educação e na gestão democrática; Adrião (2018) que apresenta uma discussão quanto a privatização do currículo e o seu impacto nas definições do que, como e quando ensinar; Oliveira (2010) que analise o papel das políticas públicas educacionais em decisões governamentais, bem como, os seus impactos no ambiente escolar e na qualidade da educação; e por fim, Silva e Leal (2022) que contribuem com um estudo no que se refere ao compromisso social das políticas públicas educacionais com princípios como igualdade de acesso e a valorização dos profissionais da educação. Os resultados, sobretudo para a temática principal do projeto de mestrado, incluem uma compreensão aprofundada das influências políticas e sociais na construção do currículo de história e das possíveis lacunas na incorporação de perspectivas decoloniais. Estes resultados são apontados partindo da análise da influência do neoliberalismo e da globalização nas reformas educacionais, destacando o impacto do ensino tecnicista na formação crítica dos alunos e a importância da perspectiva decolonial na educação, sobretudo, no ensino de história, e por fim, a avaliação das políticas públicas educacionais e da Nova Gestão Pública que afetam a gestão e a qualidade da educação.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Neoliberalismo. Ensino Descolonial.

¹ Mestranda em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Licenciada e Bacharel em História (UFU-ICHPO)., francielle.correia@educacao.mg.gov.br.

LUTA DE CLASSES NO ESTADO BRASILEIRO UMA ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS NEOFASCISTA, DURANTE O PERÍODO DE 2018 A 2022

Gerusa Emília da Silva Lima¹

Carlos Alberto Lucena²

Resumo

Esta pesquisa surge a partir das elucidações, inquietações e questões a serem investigadas/pesquisadas que foram suscitadas durante a disciplina curricular Neofascismo e Educação do curso de Pós-graduação em Educação na modalidade Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Uberlândia. Para Almeida (1990, p. 18) na lógica neoliberal, o Estado de Bem-estar Social pertence à iniciativa privada, suas fontes são naturais: a família, a comunidade e os serviços privados, ou seja, Bem-estar Social não é para os pauperizados ou para a classe trabalhadora. A temática desta pesquisa, alinha-se com o GT3 por analisar as interlocuções que o neofascismo segundo Ianni (1998, p. 114) no séc. XX - seja pelo menos *“uma das religiões das classes, grupos ou blocos dominantes.”* Desta maneira, na lógica da barbárie, que no neoliberalismo-gerencialismo permeia a sociedade pelo encanto de sermos empresários de nós mesmo, a educação por meio das políticas educacionais institucionalizadas abraça essa faceta. Pelo discurso da escolarização para sermos empreendedores de nós mesmos, sustentado na padronização, na competência ao invés de conhecimento, e habilidades ao invés de qualificação. É por este caminho que o Estado brasileiro andou sob o neofascismo durante o período de 2018 a 2022, o que não sumiu, esteve e ainda está presente no Brasil. Criando suas guerras para amedrontar a sociedade e assim surgir, que eu diria permanecer como herói que livra o povo das guerras que o comunismo causa. Comunismo que no atual momento do tempo citado nesta, não é com quem/que governos neofascistas travam suas lutas, mas sim, contra a república e a democracia que contemplam as *“massas trabalhadoras”*, como bem nos apresentou Marx, é por meio desta que se é possível existir o Estado. Assim, como nos apresenta Marx (1967, p. 35) a efetivação do socialismo dar-se-ia pelas *“próprias massas, com o proletariado à frente.”* Ou seja, a luta de classes é o meio pelo qual trabalhadores poderão fazer transformações/revoluções na sociedade. Destarte, esta pesquisa visa evidenciar a presença neofascista no Estado brasileiro entre 2018 e 2022, suas tensões na luta de classes e como estas se materializaram no período pesquisado. Utilizar-se-á de estudos teóricos de revisão bibliográfica, de autores da filosofia, sociologia e ciências sociais/aplicadas, os quais se alinham com a Teoria Social de Marx. Na pesquisa, pretende-se analisar as mutações que o fascismo vem sofrendo ao longo do tempo, e como o neoliberalismo se reinventa cunhado em princípios neofascistas. Considera-se a relevância da pesquisa, por contribuir com a luta de classes frente a sedução violenta e cruel que o neoliberalismo apresenta de maneira encantadora tendo as portas abertas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Classe Trabalhadora. Políticas Públicas. Neoliberalismo-Gerencialismo

¹ Mestranda em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, assistentesocial.gerusa@gmail.com.

² Profº Doutor, Universidade Federal de Uberlândia, carlos.lucena@ufu.br.

PROFISSIONALIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Heitor Humberto do Nascimento Carvalho¹

Resumo

O presente trabalho almeja evidenciar a significância da escola enquanto ambiente social e político relevante. Nesse contexto, examina a influência do neoliberalismo na configuração das políticas públicas educacionais, abordando a concepção da profissionalização docente como marco das exigências mercantil, neoliberal e de cunho gerencialista. A seguir, trata da questão da desprofissionalização docente como resultado da própria concepção capitalista, cujos contornos foram adquiridos a partir da criação, aprofundamento e expansão da nova gestão pública, ocasionando o enfraquecimento do caráter específico da profissão de professor e, por consequência, um fator que atua negativamente na qualidade da educação e no bem-estar dos professores. A pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a profissionalização e desprofissionalização docente e a qualidade da educação no Brasil, considerando os impactos das políticas neoliberais e gerencialistas na formação e no trabalho docente. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando como método de coleta de dados a revisão bibliográfica e documental. O referencial teórico principal utiliza-se das contribuições de Barroso (2005), Souza (2007; 2018), Melo e Fucidji (2016), Duarte (2019), Ferreira e Bueno (2023), Libâneo (2018), Chauí (2019; 2020), Shiroma e Evangelista (2003), Jedlicki e Yancovic (2010), Ximenes e Melo (2022), Melo e Cavalcante (2019), e, Butlen (2023). A pesquisa identificou que a profissionalização docente no Brasil enfrenta diversos desafios e é marcada por contradições. Desafios tais como a baixa remuneração, a precarização das condições de trabalho, a falta de autonomia profissional e a desvalorização social da profissão. Contradições, pois por um lado, observa-se a valorização da carreira docente, com a criação de cursos de licenciatura mais rigorosos e a exigência de formação continuada para os professores. Por outro lado, verifica-se a precarização das condições de trabalho, com baixos salários, jornadas excessivas de trabalho e falta de infraestrutura adequada nas escolas. O estudo conclui que a construção de uma profissão docente forte e autônoma é fundamental para a garantia de uma educação de qualidade para todos. Para isso, é necessário superar os desafios impostos pelas políticas neoliberais e gerencialistas, presentes no processo de profissionalização docente e implementar políticas públicas que valorizem o trabalho dos professores e garantam suas condições de trabalho dignas.

Palavras-chave: Profissionalização docente. Desprofissionalização docente. Políticas Públicas Educacionais.

¹ Mestre em Formação Docente para Educação Básica pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação PPGPE da Universidade de Uberaba, email: heitorhnc@live.com

PROGRAMA TRILHAS DE FUTURO NO BOJO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Jacqueline Oliveira Lima¹

Robson Luiz de França²

Cristiane Betanho³

Leonardo José Silveira⁴

Márcio de Queiroz Murad⁵

Resumo

O presente trabalho apresenta o Programa Trilhas de Futuro, projeto empreendido pelo governo do estado de Minas Gerais lançado oficialmente em 16 de junho de 2021 com expectativa de gerar 40 mil vagas gratuitas de Educação Profissional em 425 municípios mineiros, para estudantes matriculados no Ensino Médio ou na Educação de Jovens e Adultos. Atualmente na sua 4a edição, já foram disponibilizadas até o momento, mais de 170 mil vagas, de acordo com a plataforma criada pelo governo especificamente para o acompanhamento do Programa. Tal empreendimento, se insere na perspectiva da teoria da Nova Gestão Pública à qual o representante do executivo estadual, o governador Romeu Zema, é signatário e sobre a qual foi eleito em 2018 e reeleito em 2022. O trabalho discorre sobre a concepção expressa nos documentos oficiais sobre o tema da “Nova Gestão Pública” e como o Programa Trilhas de Futuro se insere nesta perspectiva. A abordagem metodológica considera a pesquisa qualitativa de natureza exploratória, ancorado pela pesquisa bibliográfica sobre políticas públicas para a Educação Profissional e uma análise de conteúdo dos documentos produzidos no âmbito da governo de Minas, de modo a fornecer elementos que comprovem ser o Programa Trilhas de Futuro mais uma estratégia de governo que visa amenizar a grave crise no mundo do trabalho especialmente para jovens que, sem perspectiva abandonam a educação escolarizada formando uma grande reserva de força de trabalho barato e à margem dos direitos sociais. No campo epistemológico, procurar-se-á revelar o movimento e a historicidade dos fenômenos, à luz do materialismo histórico-dialético, ou seja, a proposição de um programa de formação de trabalhadores e sua relação com a sociedade em um sentido mais amplo, identificando contradições, desafios e possibilidades.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais. Trabalho e Educação. Neoliberalismo-Gerencialismo.

¹ Doutorado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro - CEFORES, jacqueline.lima@uftm.edu.br

² Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, rlfraanca@ufu.br

³ Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, crisbetanho@ufu.br

⁴ Doutorando, Universidade Federal de Uberlândia, leonardo.silveira@uftm.edu.br

⁵ Doutorado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – CEFORES, marcio.murad@uftm.edu.br

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE PARIS

Julio Cesar Francisco¹

Resumo

A pesquisa teve por objetivo identificar e analisar as concepções e as práticas pedagógicas desenvolvidas por educadores com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação na Fundação CASA e no Centre Éducatif Fermé - CEF, tendo como *locus* de pesquisa os municípios de São Paulo e de Paris. De maneira a atingir o objetivo proposto, a pesquisa se orientou pela lógica do materialismo dialético no processo científico, fazendo uso de levantamento documental, entrevistas e observações etnográficas das práticas educativas dos educadores sociais e dos professores com os jovens privados de liberdade em unidades de internação nos municípios de São Paulo e de Paris. Os dados coletados foram analisados a partir das contribuições das pedagogias socialistas, pedagogias marxistas e das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. Os resultados apontam a predominância das pedagogias repressivas, tecnicistas e empresariais na formação dos internos. A escola pública praticamente inexistente na formação dos jovens. Não há secretaria escolar, gestores e professores com vínculo efetivo nas unidades de internação. A formação geral escolar fica sob responsabilidade de professores e profissionais do mercado contratados temporariamente pela Secretaria de Educação, articulada às práticas profissionalizantes ofertadas por organizações empresariais e às rotinas formais da educação não escolar conduzidas por “socioeducadores” ou “agentes de segurança” do Estado. O estudo verificou, pois, uma forte promiscuidade entre os interesses públicos e privados na formação dos adolescentes, justificada basicamente com o discurso puerocêntrico, moderno e humanista de desenvolvimento de habilidades e de competências para a inclusão dos internos no mercado de trabalho local, à vista de mitigar a marginalização e a violência social.

Palavras-chave: Jovens Infratores. Pedagogia Histórico-Crítica. Neoliberalismo.

¹ Pedagogo, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Foi pesquisador visitante de doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers, Paris, França. Realizou Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sob supervisão do Prof. Dermeval Saviani. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. E-mail: juliofcf@unicamp.br.

A PANDEMIA DA COVID -19 E O PERMANENTE “LOCKDOWN” DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA

Kellen Aparecida Dos Santos Leal Da Fonseca¹

Valeska Guimarães Rezende da Cunha²

Aldiôney Pereira de Melo³

Resumo

O presente artigo coloca como pauta de discussão os impactos das políticas neoliberais aplicadas no período da Pandemia do Covid 19, como elemento importante da desestruturação escolar e da fragmentação do conhecimento. Políticas estas, que transcorre a temporalidade da educação pública brasileira, e que se evidenciaram neste período. De tal modo, ao adoecimento da estrutura escolar que, elucidou, também, a prerrogativa de se discutir a escola em uma conjuntura transformacional e política, fornecendo subsídios e reflexões valiosas para a prática dos educadores. Radicalmente, em um curto espaço de tempo a pandemia destacou, de forma incontestável, as profundas disparidades sociais que permanecem enraizadas na sociedade capitalista. Para Saviani (2013), nesse enquadramento a educação escolar se situa como elemento da conjuntura que caminha contra história, quer dizer, reprimi o processo histórico. Desta maneira, notou-se como relevante elaborar uma pesquisa com ênfase na reflexão e problematização das consequências formativas educacionais, que viera deste período medonho. O objetivo da pesquisa é investigar as consequências da ideologia neoliberal no contexto educacional pandêmico. Para a elaboração do artigo em pauta, a metodologia utilizada foi biobibliográfica, tendo como referencial o método dialético, para construção do diálogo – alicerçado à luz das teorias pedagógicas de Dermeval Saviani e Paulo Freire, em busca de produzir compressão mais ampla do cenário. Nesta discussão, não nos interessam as divergências epistemológica existentes entre eles, mas as diferentes e essenciais contribuições metodológicas que cada teórico oferece ao fenômeno educativo. Saviani na denúncia da dominação cultura na educação neoliberal. Coexistentemente, Freire, na luta de uma educação libertadora que rompa o sistema de opressão. Neste sentido, partimos da hipótese de que a educação brasileira não é plenamente autônoma, como entendemos e desejamos, mas, sim, ainda, uma política dualista e de dependência ao projeto neoliberal ainda vigente. Sendo possível a ruptura do silenciamento histórico e do status quo a partir da instrumentalização das massas. À vista disso, educar é um ato essencialmente político. (FREIRE, 1991).

Palavras-chave: Educação bancária. Pandemia. Neoliberalismo.

¹ Pós-graduada em Alfabetização e Letramento. Professora de Educação Básica do município de Uberaba e do Colégio F.A.S. E-mail – Kellen.ap.fonseca@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora na Universidade de Uberaba. E-mail – valeska.gumaraes@uniube.br

³ Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Professor na Universidade de Uberaba. E-mail – aldioney@gmail.com

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Laila Maria Medeiros Tavares¹

Robson Luiz de França²

Resumo

Por meio deste artigo, buscou-se investigar os impactos do uso da inteligência artificial (IA) no trabalho docente, intentando-se compreender, à luz do materialismo histórico-dialético, como as políticas educacionais têm atuado com relação à incorporação dessas transformações, no contexto neoliberal. A IA é um assunto cada vez mais recorrente em nosso cotidiano e sua aplicação tem sido observada nos mais diversos cenários, especialmente no mundo do trabalho e da educação, reconfigurando de forma significativa tanto a prática quanto as condições de trabalho docente. Recentemente, o governo de São Paulo anunciou um novo projeto que pretende utilizar recursos de IA para a preparação de aulas e atividades escolares a partir do segundo semestre deste ano. Dessa forma, a escolha desse tema deve-se ao fato de que o mesmo constitui um dos principais desafios contemporâneos: se, por um lado, essa tecnologia pode, aparentemente, otimizar o tempo de trabalho, automatizar a execução de determinadas tarefas, auxiliar em demandas como elaboração de planejamentos, correção de provas e atividades, além de analisar dados e criar experiências personalizadas e mais eficazes para cada turma ou estudante a partir da detecção de informações fornecidas por algoritmos, por outro lado a IA esbarra em questões importantes, que dizem respeito ao acesso e à democratização desse recurso, num contexto econômico pautado pelo favorecimento de um sistema que preza cada vez mais pelo produtivismo, competitividade e eficiência, minando, por meio da dependência tecnológica, a criatividade, a autonomia, a habilidade e o controle das práticas pedagógicas. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, utilizando-se a revisão bibliográfica e análise de dados já existentes sobre a temática, para compreender como as políticas educacionais têm atuado com relação ao uso da IA nesse contexto. A fundamentação teórica desta pesquisa foi alicerçada nos estudos de Marx e Engels (2007), Antunes (2018), Alves (2023), Bandiera (2023), Lima e Kochhann (2023), entre outros. A partir da análise das contradições suscitadas pelas novas dinâmicas promovidas pela IA nas práticas pedagógicas e nas condições de trabalho docente, verificou-se a urgente necessidade de políticas educacionais que direcionem o uso dessa tecnologia de forma ética, crítica e responsável, para que a mesma não se consolide apenas enquanto mais um artifício no avanço da agenda neoliberal, mas como uma ferramenta cuja utilização, de forma consciente, possa também garantir benefícios no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Neoliberalismo.

¹ Doutoranda em Educação pelo PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. E-mail: lailaufu@gmail.com

² Pós- Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal - PT (2010). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação. E-mail: rlfranca@ufu.br

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A BNCC NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS

Laissa Conceição Mota¹

Lucineia Scremin Martins²

Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano³

Resumo

Educação e trabalho são temas que para uma perspectiva de transformação social andam lado a lado. Tanto precisamos lutar por um trabalho transformador da vida humana, combatendo as formas de precarização e escravidão, quanto é fundamental garantir o acesso da classe trabalhadora à uma educação emancipatória, cidadã e omnilateral que seja capaz de alavancar as lutas populares pela vida plena de todas as pessoas. No cenário atual, o capital age no sul global e, portanto, na América Latina de forma a frear os objetivos traçados para a transformação social, financiando retrocessos de direitos para a classe trabalhadora no âmbito do trabalho e da educação. Um exemplo, ocorrido no Brasil, foi a implantação do chamado novo ensino médio. Neste artigo buscamos analisar o processo de implantação deste modelo no Estado de Goiás, desencadeada pelo decreto de uma Medida Provisória (nº 746/2016, BRASIL, 2016) no bojo do golpe de 2016, convertida na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) da Reforma do Ensino Médio, ancorada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e que segue em mudanças com as novas discussões e mudanças que ocorreram nos anos de 2023 e 2024, com o novo governo federal. Esse processo iniciou-se em 2021 e segue em curso. Esta pesquisa se propõe a buscar e analisar bibliografias e documentos pertinentes ao tema em questão e buscou traçar um histórico do processo de implantação do novo ensino médio em Goiás até o presente, por meio das informações disponibilizadas no sítio da Secretaria de Estado da Educação – Seduc, assim como também da análise da nova BNCC. Constatamos, ao cotejar o histórico produzido pela secretaria da educação e a bibliografia revisada, que há questões relatadas na história oficial do processo de implantação do novo ensino médio que estão sendo questionadas e criticadas. No contexto nacional, mesmo com a vitória de um candidato considerado progressista nas urnas em 2022 e a força dos movimentos sociais reivindicando a revogação do Novo Ensino Médio, esta pauta não foi alcançada. Com resistências de diversos movimentos e organizações populares, ocorreram mudanças, mas não o que se esperava, que era a revogação. Este artigo busca contribuir com o debate acerca da educação, sobretudo do Ensino Médio como fase final da educação básica, para a classe trabalhadora e suas demandas de justiça social.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Novo Ensino Médio. Goiás.

¹ Graduanda em Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás. Email: laissa.mota@discente.ufg.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Email: luascresmin@ufg.br

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Ciências Sociais - FCS). Email: daisy.caetano@ifg.edu.br

A ESPECIALIZAÇÃO EM TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO HC-UFU DE 2018 A 2022

Laura Maria de Araújo Vencio¹

Caio Matheus Neves Araújo²

Resumo

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde é uma especialização em trabalho, preconizada pelo Ministério da Educação (MEC), Instituição também responsável pelo seu fomento em Hospitais de Universidades Públicas do Brasil. As características dessa formação também envolvem a prática profissional e atualmente sofre as inferências do modelo neoliberal, tal qual é colocado como discussão desse Grupo de Trabalho. O presente artigo, a partir de um relato de experiência, tem o objetivo geral de desvelar a especialização em trabalho da(o) assistente social residente. Bem como, utilizando-se de bibliografia pertinente, procurou-se responder a indagação “Quais as nuances da residência como formação continuada no serviço social aplicada junto ao trabalho?”, sendo assim, nesse sentido faz-se necessário responder à partir de uma perspectiva teórica crítica. Infere-se a partir de Brown (2020) que com o avanço do neoliberalismo no ocidente, ocorre o desmonte das políticas públicas, que no caso desse relato, reverbera no contexto do trabalho e educação no Brasil. Visto que, se relaciona, em termos laborais, com o produtivismo e a precarização, após a crise do capitalismo de 2008 (ANTUNES, 2018). Para compor a reflexão elencou-se como objetivos específicos: “expor o processo de especialização em trabalho no Brasil dentro dos programas de Residência Multiprofissional” e “problematizar o processo de formação continuada das(os) assistentes sociais, a partir da experiência no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) no período de 2019 a 2022”. Aos quais, foram expostos sob a perspectiva da importância do direito à Educação, a qual é dever do Estado promovê-la em todos os níveis de ensino em conjunto com a sociedade (estes que também estão interligados com a gestão educacional) e enquanto direito constitucional universal, conforme define o Art. 205 da constituição (Constituição, 1988); da formação continuada que é expressada na lei de nº 9.394 de 1996 à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Título II, Art. 3º cita: a garantia do direito à educação e formação continuada ao longo da vida (LDB, 1996), conjuntamente com o documento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) “Política de Educação Permanente” (2012) que norteia a educação permanente para a profissão. As considerações acerca da pesquisa apontaram pontos de melhoria e potencialidades na Residência Profissional, como a democratização do ensino e acesso à educação permanente, porém não se esgotaram os tópicos do tema e é importante que ocorram outros estudos a respeito da discussão da ótica neoliberal na execução do Programa.

Palavras-chave: Residência Multiprofissional. Serviço Social. Formação continuada.

¹ Especialista, mestranda em Educação do PPGED/UFU, vencio.laura@gmail.com.

² Especialista, graduado pela UFTM, caiomna@hotmail.com.

AS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

Luana Paula Nascimento¹

Robson Luiz de França²

Resumo

O presente estudo pretende investigar a perenidade do Senai frente às políticas públicas, uma vez que a instituição atua por mais de oito décadas no Brasil. O tema da pesquisa está relacionado à Educação Profissional e à classe trabalhadora que faz uso deste ensino, por meio do Sistema S, delimitado ao Senai. Desse modo, a pesquisa dialoga com o GT Trabalho e Políticas Educacionais sob o neoliberalismo-gerencialismo. No processo de criação do Senai percebe-se iniciativas governamentais e de políticas públicas que o sustentam, indícios do que o torna perene. Por isso, tem-se a situação problema: qual a relação das políticas públicas com a perenidade do Senai e a Educação Profissional por ele ofertada? Para responder a esta pergunta foi adotado o objetivo geral: investigar a política de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e de modo específico, a implementada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, voltada a atender às demandas por qualificação profissional dos setores produtivos brasileiros. Assim sendo, os objetivos específicos foram: descrever historicamente as principais transformações que aconteceram na Educação Profissional do Brasil e no contexto a ênfase conferida ao Sistema S e especificamente ao Senai como órgão fomentador de formação de trabalhadores da Indústria; traçar um quadro sobre como se conformam os diversos agentes da qualificação profissional diante das novas situações e referenciais trazidos com as mudanças que vêm atingindo as formas de produção e o mundo do trabalho no país e mundialmente; apresentar as políticas públicas especialmente voltadas para a Educação Profissional e tecnológica (EPT) no Brasil a partir do ano de 2002, considerando o cenário contemporâneo e a atuação do Governo Federal para atender a demanda por formação técnica e profissional, descrever a infraestrutura do Senai e o que está em seu entorno. Com o intuito de alcançar o primeiro objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica com as palavras-chave: Sistema S, Senai e contexto histórico, na busca por autores que contextualizaram a legislação, o surgimento de cada instituição do Sistema S, inserido em um contexto das políticas de Educação Profissional e tecnológica no Brasil. Com o propósito de alcançar o segundo objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental que narra o cenário do Senai dentro do Sistema S com base em autores que discutem essa temática. Para o alcance do terceiro objetivo foi realizada uma pesquisa documental conforme a legislação promulgada a partir de 2002 até os dias atuais em conformidade com as políticas públicas voltadas para atender a demanda do país por formação técnica e profissional. Além disso, foi realizada uma coleta de dados no Portal da Indústria. Em seguida, foram analisados os dados que representam o desenho operacional e a articulação intersetorial do Senai, bem como os aspectos relacionados à expansão, cobertura territorial, setores econômicos atendidos e cursos ofertados nessa modalidade

¹ Mestre em Trabalho, Sociedade e Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (FACED - UFU), Professora dos Cursos de Gestão da Universidade de Uberaba (UNIUBE), luanapn1@hotmail.com.

² Pós Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal, Professor Titular da Faculdade de Educação (FACED - UFU), rlfranca@ufu.br.

do Programa. O percurso metodológico utiliza revisão bibliográfica e a pesquisa documental qualitativa. O presente estudo identificou que as políticas públicas exercem um papel fundamental na perenidade do Senai.

Palavras-chave: Educação Profissional. Senai. Sistema S.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA RELAÇÃO COM O NEOLIBERALISMO-GERENCIALISMO

Nayara Guerra da Silva¹

Mara Rubia Aparecida da Silva²

Maria Geni Pereira Bilio³

Fabiane Santana Previtali⁴

Resumo

Este estudo analisa os impactos do neoliberalismo-gerencialismo no trabalho docente, com o objetivo de entender e examinar as condições que levam à precarização do trabalho dos/as professores/as. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O estudo parte do pressuposto de que novos temas são introduzidos em um cenário de precarização do trabalho docente, agravando essa condição à medida que os/as professores/as assumem responsabilidades que nem sempre estão diretamente relacionadas ao seu papel. Segundo Pontuschka (2007), são atribuídas cada vez mais responsabilidades aos/as professores/as. O neoliberalismo-gerencialismo, entendido como uma estratégia que integra os princípios neoliberais de livre mercado e privatização com métodos de gestão empresarial para reformar as instituições públicas, incluindo a educação, tem impactado significativamente nas políticas educacionais e nas condições de trabalho dos/as professores/as. No âmbito das políticas educacionais, é possível observar alguns impactos. A privatização e mercantilização da educação têm contribuído para a criação de escolas charter e outras formas de terceirização da administração escolar para empresas privadas. Os testes padronizados têm sido adotados como principal método de avaliação do desempenho estudantil e da eficácia das escolas, resultando na avaliação das escolas e professores/as com base nos resultados desses testes. Os cortes orçamentários têm reduzido o financiamento público para a educação, forçando as escolas a operarem com recursos escassos. Em relação às condições de trabalho dos/as docentes, também são observadas repercussões significativas. O aumento dos contratos temporários diminui a segurança e os benefícios dos/as professores/as. A terceirização de serviços educativos e administrativos contribui para condições de trabalho menos favoráveis. Há um aumento na carga de trabalho administrativa e burocrática dos/as professores/as devido à necessidade de cumprir normas, bem como uma pressão crescente sobre os/as docentes para melhorar os resultados dos testes padronizados. Além disso, a padronização do currículo e dos métodos de ensino reduz a autonomia dos/as professores/as na sala de aula, enquanto a redução dos salários e benefícios desincentiva a profissão. Infelizmente, o

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – PPGED/UFU. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba (2020). Atualmente é professora da Prefeitura Municipal de Uberlândia-nayaraguerrads@hotmail.com

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – PPGE/UFU - Mestre em Educação PPGED/FACED UFU (2017-2019) linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Participa do grupo de Pesquisa GPETS - mararubia470@hotmail.com

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em Ensino – Universidade de Cuiabá/MT- Formada em Pedagogia e Professora da Rede Pública de Ensino Municipal de Várzea Grande/MT- genibilioprofessora@gmail.com

⁴ Professora Titular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) - Pós-doutorado em História Social pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/INL), Portugal (Apoio Capes). Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo (FEUSP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPETS/UFU) - fabianeprevitali@gmail.com

neoliberalismo-gerencialismo na educação promove a desigualdade, pois a privatização e a escolha aumentam a segregação e a desigualdade educacional, além de desmotivar os/as docentes. As condições precárias de trabalho e a desvalorização profissional afetam a qualidade do ensino. Conforme Lefebvre (2002), algumas políticas públicas na área da educação têm agravado mais a precariedade do trabalho dos/as professores/as do que promovido uma formação crítica e consciente dos/as discentes, pois são formuladas sem levar em conta a realidade da comunidade escolar, baseando-se em interesses distantes.

Palavra-chave: Privatização e mercantilização. Desvalorização profissional. Terceirização.

TRABALHO DOCENTE E A PRODUÇÃO DA IGNORÂNCIA: ENTRE A HUMANIZAÇÃO NECESSÁRIA E A DESUMANIZAÇÃO CONSERVADORA NEOLIBERAL

Klivia de Cássia Silva Nunes¹

Maria Cristina dos Santos²

Resumo

Desde o ano de 2016, quando o Brasil sofreu um golpe midiático, jurídico e parlamentar que culminou com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a extrema direita ocupou o espaço deixado pela esquerda e, ao assumir o governo, aprofundou a desigualdade social no país, com políticas econômicas que privilegiaram os interesses da burguesia enquanto processou o desmonte das políticas sociais voltadas à massa da população brasileira o que gerou, em todo o país, um clima de incerteza, insegurança e insanidade. A exemplo disso Krawczyk e Lombardi (2018) reuniram diversos autores e organizaram um conjunto de reflexões publicadas no livro intitulado: “O golpe de 2016 e a educação no Brasil”. Entre outros temas, os autores destacam a reorganização imperialista em tempo de globalização; a crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil; a mercantilização da educação; a reforma trabalhista e os professores; e a formação de professores e gestão escolar. Em um dos textos deste livro, José Claudinei Lombardi e Marcos Lima (2018) mostram que o golpe de 2016, não só tinha como pauta o conservadorismo, mas também, era contra a classe trabalhadora e pró-imperialista, com intuito de garantir a acumulação do capital, o monopólio internacional, com o uso crescente da repressão e da violência institucionalizada. O que resultou disso foi que, dos seis anos pós golpe, quatro (2019-2022) foram de governo da extrema direita, que expressa incompatibilidade com a ordem democrática e recusa ao cumprimento da Constituição Federal de 1988. Uma das estratégias adotadas foi a guerra ideológica que envolve diferentes aparelhos e sujeitos históricos, o que gerou uma incerteza, insegurança e insanidade com a difusão de *mentiras deliberadas*, com afronta e cerceamento ao pensamento científico e crítico do trabalho docente. Nesse período, trouxe de volta ao país retrocessos no campo social, como o aumento da miséria, precarização nos serviços básicos de saúde, educação, moradia e segurança e, ainda, a disseminação do ódio e violência contra as minorias. Neste texto vamos refletir sobre o trabalho docente e a proposta de formação humana desenvolvida entre os anos 2019 e 2022, com base na barbárie, desumanização e alienação, forjada dentro de um ideário que privilegia a produção da ignorância, que tem como uma das consequências, a alienação científica e política. Tomamos como ponto de partida interlocutores que tratam sobre a sociedade e educação na perspectiva de desumanização com o avanço do capital. O trabalho é um ensaio teórico, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, de uma síntese do processo vivido nos anos de 2019 a 2022. Assim, vamos procurar traçar algumas reflexões profícuas sobre os caminhos da formação humana e as políticas neoliberais, no campo da educação e conhecimento, dentro das condições que vigoram hoje na sociedade. A relevância desse trabalho, consiste em compreendermos a dinâmica de reprodução da violência neoliberal e reafirmar a

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: klivia.nunes@ufu.br

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal de São Carlos. Email: cbezerra@ufscar.br

importância da escola e do trabalho docente na difusão de conhecimentos sobre a realidade concreta pautada em valores humanísticos, imprescindível para a (re)construção do país.

Palavras-chave: Política Educacional. Trabalho Docente. Conhecimento.

O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: OS LIMITES DO ESTADO CAPITALISTA NA GESTÃO DA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Merielle Martins Alves¹

Mário Borges Netto²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a base teórica constitutiva do liberalismo, tido como uma corrente de pensamento político e econômico que defende a liberdade individual, a propriedade privada, a livre iniciativa e a limitação do poder do Estado. Esta corrente faz parte da ideologia do sistema capitalista e influencia a gestão estatal na condução das ações políticas, econômicas e sociais. A educação no Brasil sofre no decorrer dos anos impactos da gestão liberal explicitando assim aspectos contraditórios em relação à aplicabilidade do princípio da universalização de acesso a educação e permanência estudantil garantida por lei. Neste sentido, será apresentado também o arcabouço legal que sustenta o direito a educação na sociedade brasileira e reflexões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES enquanto possibilidade de permanência dos estudantes no ensino superior público. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica, utilizando-se de autores como, Tocqueville (2005), Marx e Engels (2002), Locke (1994), Chaves (1999), Camenietzki (2019), entre outros, além de pesquisa documental. Concluiu-se que apesar da assistência estudantil ser um marco significativo para a permanência dos estudantes no ensino superior público, suas ações ainda são incipientes, pois sofrem impacto das agências neoliberais com programas focalizados e com critérios cada vez mais restritos e por isso demanda o fortalecimento enquanto política pública de direito à educação e à assistência, como um conceito ampliado de permanência estudantil.

Palavras-chave: Educação. Liberalismo. Permanência Estudantil.

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGED da Universidade Federal de Uberlândia- UFU e Assistente social da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, lotada na Divisão de Assistência e Orientação Social – DIASE, vinculada a Pro - Reitoria de Assistência Estudantil PROAE - UFU. E-mail: merielle.martins@ufu.br.

²Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós - Graduação em Educação- PPGED da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e Formação Humana – HISTEDBR. E-mail: mario.netto@ufu.br.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL E SEUS IMPACTOS NO PROFESSORADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pablo Augusto Ribeiro Santos da Silva¹

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a expressão fiscal da crise vivenciada pelo estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2017, bem como seu produto jurídico-institucional - o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - e, especificamente, compreender como o conjunto de vedações impostas por este ordenamento impactou a educação pública fluminense, particularmente o professorado vinculado à rede pública estadual. A análise focou centralmente na questão salarial e na variação quantitativa na composição interna da categoria, ou seja, seus impactos nas múltiplas jornadas de trabalho semanal e tipos de vínculo. Metodologicamente, foi escolhido um recorte temporal entre os anos de 2014 a 2022, justificando-se por demarcar o período que abrange o último concurso para o professorado da rede pública estadual fluminense (2014) e a homologação do Plano de Recuperação Fiscal para o Novo RRF, após os resultados consolidados de sua primeira versão. O procedimento de pesquisa foi de natureza qualitativa e documental. Utilizou-se o software "Publish or Perish" para buscar, a partir de palavras-chave, pesquisas relacionadas ao tema nos principais bancos de dados. Não foram identificadas pesquisas no campo educacional sobre o Regime de Recuperação Fiscal, destacando a inediticidade do trabalho proposto. Por outro lado, a análise documental, visando superar a aparência do problema e aproximar-se do real, necessitou da solicitação, classificação e tratamento de um conjunto de fontes primárias do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, acessadas via Lei de Acesso à Informação. Os dados solicitados versam sobre os dispêndios com pessoal no orçamento do estado do Rio de Janeiro, os custos com remuneração variável, o quantitativo de docentes por carga horária e tipo de vínculo, e os decretos e resoluções sobre contratação temporária. Observou-se que o Regime de Recuperação Fiscal resultou na perda de cerca de 10 mil matrículas ativas entre professores no estado do Rio de Janeiro, uma perda salarial acumulada de 70% no professorado, a diminuição de 24 mil servidores ativos vinculados à Secretaria do Estado de Educação, e um aumento de 224,5% nos custos com gratificação especial.

Palavras-chave: Crise fiscal. Precarização da educação. Austeridade.

¹ Mestre em Educação, UFRJ, pabloribeiro@live.com

A NOVA GESTÃO PÚBLICA EM GOIÁS: RELAÇÃO ENTRE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS, AS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E AS (TRANS) FORMAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR NO PERÍODO DE 2015 A 2023

Rosângela Henrique da Silva Farias¹

Robson Luiz de França²

Resumo

Esta pesquisa, intitulada “A Nova Gestão Pública em Goiás: relação entre as avaliações externas, as tecnologias de comunicação e as (trans.) formações na gestão escolar no período de 2015 a 2023”, vincula-se à linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. Tem como objetivo conhecer e analisar as Diretrizes Operacionais que embasam o trabalho do gestor escolar em Goiás no período de 2015 a 2023 e os aspectos gerencialista que permeia a proposta. A pesquisa será realizada em etapas articuladas, abrangendo o levantamento bibliográfico, pesquisa teórica e análise de documentos oficiais contemplando aspectos relativos à concepção de gestão; a influência das avaliações externas e a relação das tecnologias de comunicação no processo gestor; as ações implantadas pela Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc) em prol dos resultados destas avaliações, bem como o cumprimento das metas estabelecidos pelo IDEB, dentre outros aspectos que mostrem como estas avaliações e a utilização das TICs vêm interferindo e/ou modificando a gestão escolar. A pesquisa está orientada pelos objetivos secundários: identificar nas Diretrizes Operacionais da Secretaria de Estado da Educação em Goiás nos últimos 8 anos as políticas públicas de avaliação externa que norteiam o trabalho do gestor; identificar nos meios de trabalho da equipe gestora das unidades escolares a que serve as tecnologias de comunicação; localizar nos documentos oficiais indícios de domínio ou de autonomia nas ações do diretor escolar e por fim analisar o modelo de gestão escolar que emerge no contexto da nova gestão pública em Goiás. Em meio a esse contexto, a pergunta de pesquisa é: O que está velado nas políticas públicas de performatização do gestor escolar em Goiás? Neste sentido, esse campo de investigação foi fundamentado nos seguintes aportes teóricos: Braverman, Castel, Coutinho, Gramsci, Gamboa, Manacorda, Marx, Mészáros, Paro, Saviani e outros. Optamos por uma pesquisa qualitativa para análise dos documentos, utilizando de tabelas e quadro demonstrativos, em seguida faremos análise do conteúdo, interpretação e construção do discurso para responder o nosso objetivo geral e os específicos. No primeiro capítulo desta pesquisa apresenta-se como emerge a Nova Gestão Pública no Brasil e em Goiás. No segundo capítulo apresenta-se contextualizações das avaliações gerais no Brasil – INEP e em Goiás, evidenciando as formas como foram instituídas no Brasil. O terceiro capítulo apresenta os fatores de complexificação do uso das

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Regional de Jataí (UFG/REJ). Professora Coordenadora Pedagógica na SME/Jataí-GO. E-mail: rosangelahenrique72@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2886-3564> e lattes: <http://lattes.cnpq.br/5602118023563963>.

² Pós- Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal - PT (2010). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia atua do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação - TSE. É membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e Formação Humana. Participa também como Pesquisador do Centro de Investigação em Educação - CIE da Universidade da Madeira - Funchal em Portugal e desenvolve estudos e pesquisas sobre Currículo e formação profissional, Trabalho e educação, cidadania, direito, educação e trabalho. E-mail: rlfranca@ufu.br, e lattes: <http://lattes.cnpq.br/6494919511957208>.

tecnologias na gestão da escola em Goiás. Por fim, no quarto e último capítulo analisa-se os dados da pesquisa e identifica a performatização da gestão escolar em Goiás: o que desvelam os documentos oficiais. No Brasil, nos anos 1990, a NGP é instituída tendo a suposta profissionalização dos servidores públicos, a democratização do acesso ao ensino e a gestão democrática como alguns de seus princípios. A análise confirmará ou refutará a hipótese de que a figura do diretor escolar é um instrumento para captar resultados e números considerados pelos governos de extrema importância para o desenvolvimento da educação. Nessa ótica o estudo mostrará a demanda.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Performatização. Políticas Educacionais

A FUNÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Sofia Domingues Carvalhaes¹

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC se constitui em uma política educacional construída e aprovada sob o avanço da ofensiva liberal-conservadora sobre as instituições sociais brasileiras, como mostra a contundente presença de aparelhos privados de hegemonia – APHs na determinação de sua forma e conteúdo. A partir do discurso da crise da educação, sustentado pelos APHs nacionais, e do discurso produzido e reiterado pelos organismos internacionais da necessidade de adequação dos currículos escolares à sociedade moderna em constantes mudanças, a BNCC é apresentada como instrumento fundamental para solução da suposta crise e melhoria da qualidade educacional no país. As relações históricas entre escola e trabalho que levam a esse cenário, se materializam em uma configuração escolar mercantilizada em todas as suas esferas e amparada em uma concepção neoliberal de sociedade, ser humano e educação, o que é evidenciado pelas ideias pedagógicas que orientam essa política educacional, quais sejam: a pedagogia das competências, o neotecnicismo, o neoprodutivismo, o neopragmatismo, o neoescolanovismo e o neoconstrutivismo. O presente excerto se debruça em discutir as implicações dessas relações para o conhecimento curricular no ensino de ciências, amparando-se na concepção de currículo e função social da escola para a pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2021) e na conceituação de forças produtivas e relações de produção realizada por Marx (2008). E para isso foi realizada a leitura dos textos introdutórios referentes à área de ciências da natureza na BNCC, buscando identificar a sua definição da função do ensino de ciências. Por meio dessa análise constatou-se que a essa área de conhecimento é atribuída, como já presente em políticas curriculares nacionais anteriores, o papel de possibilitar a tomada de posição e ação em uma realidade altamente científica e tecnológica, e que, assim, exige a apropriação desse conhecimento para que esse posicionamento seja informado e consciente, o que se daria por meio da formação de competências e habilidades. Embora o documento analisado pareça dar relevância ao conhecimento científico na escola, a sua presença no currículo conformada à pedagogia das competências, denota que a sua real importância na BNCC está subjugada à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Em outras palavras, em uma sociedade dependente das objetivações produzidas pelo conhecimento científico e tecnológico, o ensino de ciências é fundamental, porém somente na medida em possibilita a formação estritamente necessária à reprodução das relações de produção hegemônicas. Por meio dessa discussão, buscou-se contribuir com o desvelamento de alguns dos fatores que conformam o ensino de ciências a partir da política educacional curricular nacional vigente e apoiando-se na pedagogia histórico-crítica realizar a defesa de um currículo escolar e fundamentalmente de uma escola que, em contraponto ao empresariamento e mercantilização da educação, se coloque a favor de uma educação socialmente referenciada norteadada pelos interesses da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Pedagogia histórico-crítica. Currículo de ciências. Política educacional.

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sofiaominguescarvalhaes@gmail.com.

BÔNUS E PREMIAÇÕES COMO ESTRATÉGIAS PARA CRIAÇÃO DO CONSENSO DO PROJETO EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO

Valéria Prazeres dos Santos¹

Wellington Araújo Silva²

Roseane Oliveira Rios³

Resumo

O presente artigo apresenta parte dos resultados levantadas no projeto de pesquisa desenvolvido em rede denominado “A BNCC no controle da educação pública: mecanismos neoliberais para conter as perspectivas educacionais emancipatórias”, coordenado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Federal de Alagoas – UFAL e pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Constitui-se de uma proposta de pesquisa matricial, envolvendo professores(as) de 33 instituições de ensino superior espalhados por todas as regiões do país, além de professores e coordenadores pedagógicos da Educação Básica. Discutiremos, como recorte da pesquisa, a atuação do empresariado brasileiro que organizados como Aparelho Privado de Hegemonia - APH vêm atuando para a criação do consenso em seus projetos. Argumentamos que desde a redemocratização brasileira, os APH têm desempenhado um papel significativo na influência sobre o debate, desenvolvimento e implementação de políticas públicas em diversas áreas, mas focaremos especificamente na sua influência no setor educacional. Partimos da premissa de que há uma estratégia articulada para influenciar governos na adoção de políticas educacionais, particularmente provenientes do campo empresarial como são a Base Nacional Comum Curricular e com a Reforma do Novo Ensino Médio, sendo que esses APH com seu trabalho em rede se articulam nos mais variados setores da educação com venda direta de produtos, livros, plataformas de cursos e de gestão da aprendizagem, cursos de curta e média duração, apostilas, revistas, consultorias, dentre outras formas de ações que vêm impactando no trabalho e na carreira docentes. Mais especificamente neste texto, pretendemos tratar de duas estratégias utilizadas pelos APH para a criação do consenso em torno do seu projeto: a política de bonificação a partir de resultados de avaliações e as premiações por concursos como o Prêmio Educador Nota 10 e Prêmio LED - Luz na Educação. Com o Materialismo Histórico-Dialético como método, trabalharemos a partir da análise documental de artigos científicos que abordam a temática em questão, a exemplo: (Casimiro, 2018; Freitas, 2012; Martins, 2016; Oliveira, 2019, dentre outros), além de dados das próprias plataformas dos institutos e fundações que compõem o Todos pela Educação e no Movimento pela Base. Pretendemos apontar os impactos das políticas de bonificação no que tange aos planos de carreira docente, salário, acentuação da competição entre professores e escolas de um mesmo estado ou município e a forma como os concursos e premiações corroboram para a homogeneização das práticas de ensino, colocando um modelo como o ideal a ser seguido, sob o sofisma de que tudo que está alinhado à BNCC (leia-se ao mercado) é o melhor. As conclusões da pesquisa matricial apontam para o caráter de rede dos APH com ações em todas as regiões do país e nas mais variadas áreas de atuação. Quanto às premiações gestadas pelos próprios APH, bem como a política de bonificação (e sua visão gerencial da educação), estas vêm corroborando para

¹ Doutoranda em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina. Email: prof.valeriah@gmail.com

² Doutor em Educação - Universidade Federal da Bahia. Email: wasilva@uefs.br

³ Mestra em Desenvolvimento Territorial na América latina e no Caribe (Universidade Estadual Paulista - UNESP). Email: roseane_rios@hotmail.com

tornar o trabalho pedagógico e o ambiente escolar ainda mais parecido com o de uma empresa e precisam ser conhecidas, compreendidas e colocadas junto ao campo de resistências por parte dos professores.

Palavras-chave: Bônus. Premiações. Empresariamento da Educação.

A EDUCAÇÃO NA ERA NEOLIBERAL: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO OU MERCADORIA DE CONSUMO?

Vanderlei Balbino da Costa¹

Resumo

No adormecer do século XX, registra-se no cenário mundial diversas transformações políticas que marcaram a história do planeta. Isto posto, vimos ruir o socialismo no Leste europeu, a remoção do muro de Berlim entre as duas Alemanhas, o fim da Guerra Fria que dividiu o mundo em dois blocos e a dissolução das quinze Repúblicas Soviéticas. Na esteira dessas transformações políticas, presenciamos mundo afora o processo de Globalização Econômica que abalou as estruturas de centenas de países espalhados pelos diversos continentes. A presente investigação, ora em sua fase inicial intenciona fazer uma reflexão sobre as influências das políticas neoliberais na educação brasileira que borbulharam ao redor do planeta no fim do século XX e adentrou também nas duas primeiras décadas do século XXI. O exposto fez minar no nosso imaginário a seguinte indagação: E a educação carcomida pelo discurso neoliberal como se apresenta neste cenário de intensas mudanças? Desse modo, os objetivos que sulcaram essa reflexão foram: Entender as causas políticas pelas quais a educação brasileira nas últimas décadas passa por processos de mercantilização; discutir porquê o trabalho docente nas últimas décadas vem passando por intensos processos de precarização; averiguar por quais razões políticas têm sido avassaladoras as influências do neoliberalismo na gestão da educação pública brasileira. Nossa opção nesta proposta de pesquisa reflexiva foi pela investigação qualitativa, (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Apoiamos também em pesquisas bibliográficas, (SEVERINO, 2016). Considerando ainda as legislações, conferências e declarações, apoiamos em pesquisa documental, (PIANNA, 2009), referenciais esses que embasaram essa investigação. Teóricos utilizados nesta proposta investigativa vem nos mostrando que com a propagação do globalitarismo espalhado mundo afora, das políticas neoliberais e do gerencialismo na gestão pública, em especial na educação brasileira, o trabalho docente e a autonomia da escola vêm perdendo sua função precípua que é de oferecer uma educação libertadora, pautada nos princípios da cooperação e humanização. Resultados preliminares garimpados nesta investigação vem nos mostrando que na esfera internacional as políticas neoliberais centradas no gerencialismo, na postura mercadológica do Banco Mundial tem contribuído para que a educação a cada momento seja controlada pelas leis do mercado. Quando referimos ao Brasil, presenciamos um aumento vertiginoso de fundações privadas "sem fins lucrativos", como fundação Lemann, Itaú, Votorantin, [...] que em nome da "qualidade" se propõe gestar a educação. Considerações, obvio, não conclusivas nos faz refletir que cada vez mais a gestão pública, em especial, a brasileira vem perdendo sua autonomia política, principalmente quando referimos à educação carcomida pelo discurso neoliberal que proliferou nas últimas décadas no cenário mundial. Nossas considerações nos fazem refletir sobre o quanto as influências das políticas neoliberais implementadas nos Países em desenvolvimento nos últimos trinta anos foram decisivas para que a cada momento nossa autonomia fosse se perdendo, sendo controlada pelos mecanismos internacionais como o Banco Mundial.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Precarização do Trabalho Docente. Gerencialismo na Gestão Pública.

¹ Doutor em Educação Especial, Universidade Federal de Jataí, Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFJ, vanderleibalbino@ufj.edu.br

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DO CENTRO PAULA SOUZA NO GOVERNO JOSÉ SERRA (2007-2010): ATUAÇÃO NEOLIBERAL ATRAVÉS DA MERCANTILIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Bruna Juliane Queiroz Tome¹

Henrique Tahan Novaes²

Resumo

O neoliberalismo possui presença marcada em diversas estruturas da sociedade, tendo forte atuação, principalmente, no complexo educacional, interferindo através de suas políticas de caráter gerencialista, promovendo a mercantilização e, por consequência, a privatização e a precarização do ensino. Dessa forma, objetiva-se analisar como ocorreram as reformas dentro do Centro Paula Souza (CPS), durante o governo de José Serra, quem era filiado ao PSDB, partido alinhado com as políticas neoliberais. Assim, quer-se descobrir se as reformas seguiram o caráter neoliberal do então governador. O foco nesta instituição acontece, pois ela possui várias Escolas Técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs), fazendo parte do sistema educacional paulista, um dos mais importantes do país. A fim de se chegar aos objetivos, utilizou-se do método com caráter qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica, com obras relacionadas às temáticas da educação, neoliberalismo, mercantilização e o Centro Paula Souza, através de uma abordagem materialista dialética, de modo a estabelecer relações entre as reformas educacionais e o contexto mais amplo que englobe elementos de caráter econômico, político e social próprios do período estudado, nos quais estão submetidos, considerando as relações existentes entre a economia e a educação brasileira. Seguiu-se, assim, a perspectiva metodológica de Karel Kosik (1976), na qual se deve sair da pseudoconcreticidade, onde se entende que a realidade é uma aparência, devendo, então, descobrir sua essência, relacionando os fatos, não os entendendo isoladamente. Ou seja, através do estudo, entender que a realidade das reformas não são o que as mídias e o neoliberalismo propagam, de modo a chegar na compreensão de que as atuações neoliberais não são qualitativas para os alunos, nem para profissionais da educação, sendo essa a verdadeira essência da realidade. Nesse sentido, tem-se como referência teórica István Mészáros (2011), com o intuito de se compreender o contexto da crise estrutural do capital, a qual alcança o todo de um complexo social, atingindo, então, o complexo

educacional, fazendo com que este se reorganize de acordo com os interesses do capital. Além disso, Mészáros (2008), fala que a educação institucionalizada oferece os conhecimentos tanto para a expansão da máquina do capital, quanto para legitimar os interesses das classes dominantes, de modo que se percebe como não há a devida relevância aos verdadeiros envolvidos e afetados por esse tipo de educação mercantilizada, aberta às privatizações e precarizações neoliberais. Diante disso, obteve-se como conclusão de que as reformas aconteceram dentro dos moldes neoliberais, ao encontro da mercantilização da educação, por causa da falta de autonomia orçamentária, forçando parcerias com instituições privadas, a fim de obterem financiamento aos projetos, aproximando educação e mercado. Ademais, houve precarização do trabalho docente, pois ocorreu

¹ Graduanda em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP MARÍLIA, bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP, bruna.jq.tome@unesp.br.

² Graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp, professor Livre Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília, henrique-tahan.novaes@unesp.br.

intensificação e flexibilização do seu trabalho, de modo a ocuparem cargos que antes não eram de suas responsabilidades, ocasionando um acúmulo de funções. Nesta perspectiva, a formação do CPS detém um caráter imediatista, que objetiva o mercado de trabalho e não uma formação integral, colaborando com o capital, de forma a precarizar o ensino e o trabalho inserido na instituição.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Reformas neoliberais. Expansão do Centro Paula Souza.

IMPLICAÇÕES DOS PROGRAMAS FUTURE-SE E REUNI DIGITAL IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL (2019-2022)¹

Cleide Francisca de Souza Tano²

Robson Luiz de França³

Resumo

A Pandemia da covid-19 foi um acontecimento mundial que deixou marcas no mundo inteiro, muito além das relacionadas à saúde. No Brasil, impactou diversos setores. De modo especial, os reflexos da pandemia apareceram visivelmente na economia, na saúde, no emprego e em outras atividades. Aumentaram os gastos com saúde; o número de pessoas em condições de vulnerabilidade subiu consideravelmente; reduziu a renda das pessoas; impactou as relações de trabalho e o convívio social dentre outras implicações sociais. Na educação não foi diferente. As implicações das políticas educacionais implantadas pelo Governo Federal (2019-2022) evidenciaram a ampliação da mercantilização da educação nacional e a reedição dos objetivos da educação. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. É parte integrante da Pesquisa de Pós-doutorado da autora e do supervisor de estágio de Pós-doutorado. O objeto de estudos deste trabalho são dois programas; o programa Future-se e o Reuni Digital. Metodologicamente desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental, descritiva e analítica seguindo a perspectiva histórico-crítica. Os autores que fundamentam esta pesquisa discutem as transformações no mundo do trabalho e na educação. De modo especial, os autores nacionais problematizam os determinantes da educação nacional. Dentre os autores que fundamentam a pesquisa destacam-se Marx (2013); Hobsbawm (2015); Elias e Alves (2022); Passamai e Silva (2023) Frigotto (2016); França (2016); Kuenzer (2001); Mészáros (2011). Os resultados da pesquisa apontam questões e dilemas inerentes a educação nacional, agravaram-se no contexto da pandemia. Os programas analisados trouxeram implicações para a educação nacional para além dos problemas que já existiam. Os estudos mostram que a implantação de programas como esses visam a massificação da educação e a reeditar os objetivos da educação, tornando-os funcionais à reprodução capitalista e não mais são comprometidos com o objetivo de formação integral do educando. A justificativa deste trabalho está na importância de ressaltar o papel transformador da educação para uma sociedade mais inclusiva e humanitária e de discutir sobre as políticas educacionais implantadas no neoliberalismo, problematizando suas implicações sociais. Acredita-se que este trabalho contribui com a politização dos cidadãos sobre as políticas educacionais implantadas neste curto intervalo de tempo. Espera-se poder contribuir com novos olhares sobre as políticas educacionais implantadas neste período.

Palavras-chave: Pandemia. Neoliberalismo. Programas educacionais.

¹ Este trabalho é parte integrante da pesquisa de Pós-doutorado da autora publicada no livro intitulado: Estado, Democracia e Educação: Igualdade, liberdade e questões sociais no século XXI, publicado pela Editora Navegando em 2024. É também parte integrante de trabalho aceito para Comunicação Oral no Congresso Nacional de Educação, Fortaleza, 2024.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Técnica em Educação da Universidade Federal de Viçosa, cleidetano@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, rlfranca@ufu.br

AS CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE

Eulália Gonçalves Souza Oliveira¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo

O presente texto objetiva discutir as concepções da dialética na história da filosofia, apresentar a dialética marxista como uma das abordagens possíveis de interpretação da realidade e trazer as principais características da perspectiva materialista histórico-dialético. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico e bibliográfico fundamentado nos trabalhos e obras de autores que discutem o tema, sendo Marx (2013); Kosik (1976); Tonet (2011), Frigotto (2001); Netto (2011) e outros. Os autores em questão, apresentam criticamente o método como um fundamento importante para conhecer as conexões, as características da realidade, considerando as contradições presentes no movimento do objeto, bem como superar a aparência da realidade em direção à sua essência. Em síntese, conclui-se que o Materialismo Histórico-dialético propicia pensar a organização da pesquisa científica fundamentada em uma concepção crítica, tomando-a como uma atividade política ainda mais necessária no contexto político e social vigente.

Palavras-chave: Dialética. Método. Materialismo Histórico-Dialético.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFU) Uberlândia - MG - Brasil, laliacaua54@gmail.com.

² Professora Titular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), fabiane.previtali@gmail.com

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO RESULTADO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS IDEAIS NEOLIBERAIS DE COMPETÊNCIA

Fernanda Cavaleiro Zecchinelli¹

Mario Borges Netto²

Resumo

Esta pesquisa trata-se de uma crítica à institucionalização da Base Nacional Comum Curricular como resultado das políticas neoliberais no campo da educação, isto é, a partir da hegemonia da pedagogia das competências e do lema aprender a aprender. O objetivo do trabalho foi apresentar criticamente a relação dialética entre o currículo escolar - a BNCC - e as transformações no mundo do trabalho, frutos de uma reestruturação produtiva do capital que reduziu o papel da escola ao desenvolvimento de competências e habilidades, desvinculado de uma perspectiva de formação humana. Este trabalho é organizado metodologicamente como uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, ou seja, é uma pesquisa bibliográfica que relaciona um dos principais documentos oficiais e normativos que fundamentam a educação nacional (a BNCC), às críticas apontadas pelo marxismo. Nesse sentido, tomou-se como aporte teórico o método Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 2009), a Pedagogia Histórico Crítica (Saviani, 2013), a crítica à pedagogia de competências (Ramos, 2001) e o dismantelamento e precarização do trabalho no capitalismo - mais especificamente na chamada Indústria 4.0 - (Antunes, 2020). Assim, através dessa pesquisa pôde-se compreender que a institucionalização da Base Nacional Comum Curricular relaciona-se com as condições político-econômicas e sociais propiciadas pela mundialização do capital e o alinhamento à ordem da pedagogia das competências e aos ideais do “aprender a aprender”, que têm por objetivo o apassivamento e a conformação das trabalhadoras e trabalhadores a um mundo do trabalho que, a partir da reestruturação produtiva do capital, de acordo com as bases político-econômicos do neoliberalismo transfere para a escola o papel de uma formação voltada ao desemprego e à naturalização da exploração e da miséria, de um lado, e da conquista de sua riqueza através das ações individuais de outro, como é o lema do empreendedorismo. Assim, a educação pautada nos interesses socioeconômicos da classe dominante não forma os indivíduos para desenvolverem suas máximas potencialidades e sua humanidade de maneira integral, mas sim forma para a imediatividade do saber fazer cotidiano.

Palavras-chave: Educação. Pedagogia das competências. Neoliberalismo.

¹ Graduanda em Letras - Língua Portuguesa com Domínio em Libras, Universidade Federal de Uberlândia, fernanda.zecchinelli@ufu.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós - Graduação em Educação- PPGED da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Educação e Formação Humana – HISTEDBR. E-mail: mario.netto@ufu.br.

METODOLOGIAS ATIVAS E O PARADOXO EDUCACIONAL

Mara Rubia Aparecida da Silva¹

Cecília Barreto Almeida²

Fabiane Santana Previtali³

Resumo

O artigo analisa a integração das metodologias ativas no contexto da nova gestão pública (NGP) e das políticas neoliberais na educação básica no Brasil, onde a mesma têm moldado a educação. Temos como metodologia a revisão de literatura, buscando em periódicos artigos que refletem o trabalho dos professores e as metodologias ativas pós pandemia. As metodologias ativas, que incentivam o protagonismo do aluno, a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de competências para o século XXI, são frequentemente promovidas como soluções inovadoras para melhorar a qualidade da educação em um mundo globalizado e competitivo. No entanto, o artigo argumenta que essas metodologias enfrentam um paradoxo quando implementadas em um contexto de políticas neoliberais, que priorizam a eficiência, a responsabilidade e a redução de custos. A Nova Gestão Pública, com suas práticas inspiradas no setor privado, tem influenciado a administração educacional, focando em resultados mensuráveis, *accountability* e a terceirização de serviços. Dentro desse paradigma, as metodologias ativas são vistas como ferramentas para aumentar a eficiência educacional e preparar os alunos para o mercado de trabalho. No entanto, o artigo critica essa visão utilitarista da educação, que pode desviar o foco da formação integral dos alunos e da promoção de valores democráticos e críticos. O paradoxo surge quando as metodologias ativas, que deveriam promover a autonomia e o pensamento crítico, são aplicadas em um ambiente regido por métricas e avaliações padronizadas, muitas vezes em detrimento da criatividade e da reflexão profunda. Além disso, o artigo aponta que a implementação dessas metodologias em um contexto neoliberal pode acentuar desigualdades, uma vez que escolas com menos recursos podem não ter a capacidade de oferecer as mesmas oportunidades de aprendizado ativo que instituições mais privilegiadas. Conclui-se que, para que as metodologias ativas cumpram seu verdadeiro potencial transformador, é necessário reavaliar as políticas educacionais sob uma perspectiva que vá além dos imperativos do mercado, promovendo uma educação que valorize o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Palavra-chave: Neoliberalismo, Tecnologias, Metodologias Ativas.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – PPGE/UFU - Mestre em Educação PPGED/FACED UFU (2017-2019) linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Participa do grupo de Pesquisa GPETS - mararubia470@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1992), especialização em Docência do Ensino Superior e mestrado em Educação. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU/PPGDE. Professora Efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros. Professora de Fundamentos e Metodologia de Alfabetização no curso de Pedagogia - Unimontes

³ Professora Titular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPETS/UFU) - fabianeprevitali@gmail.com

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO “SÉCULO XXI”: PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO - SP

Stephanie Fenselau¹

Resumo

O objeto de análise da pesquisa é o Programa Inova Educação (SP), conduzido por parcerias entre fundações empresariais, com destaque para o Instituto Ayrton Senna, e a Secretaria de Educação de São Paulo (SEDUC-SP). Implementado em 2020 na rede estadual paulista, como adaptação inicial à Reforma do Ensino Médio, o programa flexibilizou a grade curricular, com o aumento de uma aula por turno, adicionando três novos componentes curriculares: Projeto de Vida, Eletiva e Tecnologia e Inovação. Procurou-se analisar a intersecção entre trabalho e educação, inseridos no contexto das modificações das relações de trabalho no capitalismo neoliberal, para isso, objetivou-se compreender de que forma o trabalho é mobilizado nos diferentes eixos do Programa, sendo assim, acredita-se que o GT Trabalho e Políticas Educacionais sob o Neoliberalismo-Gerencialismo é o que mais dialoga com a análise realizada. A metodologia parte do levantamento de fontes primárias, como os documentos oficiais sobre o Programa, Cursos de Formação para Professores, materiais didáticos dos componentes, editais e dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, além de documentos das próprias fundações privadas envolvidas, com posterior análise a partir do referencial bibliográfico de base marxista e crítica. O referencial teórico circunscreve-se aos estudos sobre a modificações no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva (ANTUNES, 2018; ABILIO, 2017; ALVES, 2011) e as novas dinâmicas impostas pelo capitalismo neoliberal (ANDERSON, 1995; CHAMAYOU, 2020; SAFATLE, 2021; DARDOT; LAVAL, 2016), as quais alteram-se significativamente a dinâmica entre o Estado e as fundações privadas, com destaque para a atuação dos aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2017). Nesse sentido, analisa-se a escola subsumida às novas exigências do capital (LAVAL, 2019), bem como procura-se deslindar a forma escola e sua imbricação com o trabalho (ENGUITA, 1989), na atual fase de acumulação (CATINI, 2020; 2021). Os resultados da investigação indicam que o Programa Inova Educação consolidou a flexibilização curricular no Estado de São Paulo em todas as etapas de ensino, com ênfase na conformação de comportamentos adequados à essa sociabilidade (PRONKO, 2019), a partir das competências socioemocionais desenvolvidas no Projeto de Vida, bem como organizam, através do protagonismo juvenil e do empreendedorismo uma forma de gestão da juventude com a mobilização para o trabalho precário, positivados pelos diferentes eixos do Programa Inova Educação. Ao mesmo tempo, observou-se a subsunção da escola básica estatal, à mecanismos privatizantes, com destaque para diversos acordos de cooperação “não onerosos” que dirigiram o conteúdo e a forma do programa.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Neoliberalismo. Privatização.

¹ Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Crítica Social (GEPECS – UNICAMP). E-mail: fenselau_s@hotmail.com

EDUCAÇÃO PÚBLICA E INTERESSES PRIVADOS (ENDÓGENOS E EXÓGENOS): PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E CONFLITOS ENTRE CLASSES.

Vanessa Batista de Andrade¹

Resumo

O presente trabalho traz a discussão sobre as mudanças ocorridas ao final do século XX e início do século XXI, no campo educacional, devido às políticas públicas direcionadas ao sabor dos interesses privados. Coadunando com o tema do GT3, sob os aspectos neoliberais que foram aplicados em nosso país e na América Latina, graças aos acordos macroeconômicos e suas condicionalidades. Traremos uma discussão ampla de como o setor público se transformou no foco dos interesses privados, abordaremos como se constituiu a senda privatista ao longo do século XX, e como isso se manifestou através das ditaduras, que foram usadas para reconfigurar e reordenar a educação nacional aos interesses exógenos, e como algumas instituições internacionais, foram usadas para isso, como é o caso da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development), mais conhecida por seu acrônimo USAID, em acordo com o MEC (Ministério Educação), que passou organizar os conteúdos e a estruturas da educação brasileira. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, e seu referencial teórico é amplo e de cunho crítico, pautado grandemente em autores do campo marxista, e também foi utilizado de forma explicativa algumas categorias de Bourdieu, para ajudar a aclarar as dicotomias entre as classes sociais, no atual estágio de desenvolvimento social. Este artigo é resultado de uma disciplina, do doutorado realizado da UNICAMP, cujo tema tinha como foco principal a Classe média brasileira e o conservadorismo liberal. A pesquisa teve a liberdade de tratar de temas relevantes ao movimento do real, educação, privatização e neoliberalismo etc., por isso apresentamos neste seminário, uma vez que compatibiliza ao tema do mesmo.

Palavras-chave: Educação. Privatização. Conflitos de Classes.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – IFCH-UNICAMP, Professora de Sociologia adjunta do Centro de Educação, Letras e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Foz do Iguaçu), e-mail:vanessa.andrade@unioeste.br.

GT4

ENSINO SUPERIOR E LICENCIATURAS E TRABALHO DOCENTE

CIÊNCIAS SOCIAIS E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS PRESSUPOSTOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO MODO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Bruna Beatriz Lemes Carneiro¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo

O positivismo tornou-se desde o fim das sociedades aristocrático-feudais o principal referencial teórico metodológico de compreensão dos fenômenos sociais, tendo como seus principais precursores Comte, Durkheim, considerados os fundadores da Ciência Social enquanto disciplina autônoma do conhecimento e dos quais somos herdeiros diretos. A concepção positivista se fundamenta em algumas premissas: a) a sociedade é regida por leis naturais invariáveis, independentes da vontade e da ação humana de modo que na vida social reina uma harmonia natural; b) a sociedade pode ser epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos das ciências naturais, e por fim, c) a ciência da sociedade, assim como as ciências da natureza deve se limitar a observação e explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva e neutra, longe de juízos de valor ou ideologias. Mais do que ter se tornado o principal referencial teórico metodológico de compreensão realidade e dos fenômenos sociais, é visto como o positivismo ao se desenvolver no bojo das sociedades capitalistas, valendo-se dos pressupostos tomados das ciências da natureza, assume um caráter ideológico de naturalização e legitimação das relações de produção baseadas na propriedade privada. Em contraposição as concepções positivistas, na esteira o desenvolvimento histórico onde as contradições se aprofundam com as transformações do mundo do trabalho e o desenvolvimento da indústria, em que a catástrofe se torna recorrente na vida social da grande maioria de população ao redor do mundo, o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels inaugura uma nova concepção da realidade e se destaca como um importante referencial teórico-metodológico para uma formação humanizada que tenha como horizonte fundamental a superação das profundas contradições que se colocam diante do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a pesquisa realizada em nível de mestrado nos ajuda pensar criticamente sobre os pressupostos que estão na base da formação docente e coloca em relevo a atualidade do materialismo histórico-dialético ao evidenciar a relação fundamental entre a educação e as transformações do mundo do trabalho no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo. Ciências Sociais. Materialismo-histórico-dialético.

¹ Mestrado em Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, com apoio Fapemig, bbialec24@gmail.com.

² Professora Titular na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), atuando junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Pesquisadora CNPq/PQ N-2.

A GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO PROCESSO DE MASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Clébia Reis¹
Mariana Mello²

Resumo

O trabalho é fonte de subsistência, e meio inerente para se ter um mínimo de dignidade, é o que está expresso em nossa Constituição Federal de 1988 em seu artigo 23º. Contudo, em se tratando de Ensino Superior, a crescente onda de globalização e a reprodução massificada do conhecimento, tem produzido efeitos próprios do discurso mecanicista. Assim, o presente trabalho, propôs-se a estudar a educação superior e o crescente processo de uberização do trabalho docente, isto é, o processo educacional com as mesmas características de precarização provocadas nos setores de serviços. A uberização em seu sentido amplo, é compreendido como uma nova forma de instabilização do trabalho, com a estruturação dos modelos de negócio por meio de aplicativos ou plataformas *on-line*. Para tanto, realizou-se um estudo teórico-metodológico descritivo, consistente na análise de teóricos que abordam a temática e coleta de informações, sem a preocupação com dados estatísticos ou numéricos, mas com o aprofundamento do assunto, sem a pretensão de esgotá-lo. Em relação à sua natureza, caracteriza-se por ser uma pesquisa básica, não sendo trabalhada a sua aplicação, preocupando-se apenas em obter o conhecimento teórico sobre o tema. No que tange à técnica utilizada, o estudo está estruturado em uma revisão bibliográfica. Como resultado e alcance, houve a discussão e proposição de meios de se evitar que o processo de globalização, atendendo às demandas econômicas, não tenha apenas o viés utilitário no ensino superior, mas, sobretudo, que comporte a possibilidade de formação de um corpo docente com viés crítico, reflexivo e inovador. Ademais, abordou-se também a formação por meio digital e à distância, e suas consequências no mercado de trabalho. Considerando o tema, o presente estudo salienta a importância de se repensar a crescente demanda da uberização e precarização do trabalho docente, e a crescente flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, que contribuem para a efetivação de impactos negativos nas relações de trabalho docente.

Palavras-chave: : Uberização. Trabalho Docente. Globalização.

¹ Mestre, FACTHUS, docente, clebiabarbosadosreis@gmail.com

² Especialista, FACTHUS, docente, marymello20@gmail.com

A CIÊNCIA QUE VOCÊ FAZ SERVE PARA QUÊ E PARA QUEM? REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE NA UNIVERSIDADE

Fernando Santos¹

Maria Eduarda Moraes da Silva²

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados preliminares da pesquisa “A educação superior e a nova gestão pública: reflexões sobre a formação acadêmica, o trabalho docente e a consciência de classe”, parte integrante do projeto interinstitucional “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil, Argentina e Portugal. Nossa intenção foi identificar as principais concepções ideopolíticas presentes no processo de formação acadêmica. Partindo da análise documental, especialmente de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) dos cursos de graduação da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e de ações do programa Jovem Pesquisador da mesma Instituição, o estudo possibilitou o aprofundamento teórico e metodológico com o aporte de contribuições sobre a educação e o mundo do trabalho. A fundamentação teórica-metodológica se vincula a crítica da economia política em Marx (2013, 2014 e 2017), para uma aproximação das principais influências ideológicas do projeto societário que se expressa no desenvolvimento das forças produtivas materiais e que corresponde, ao fim e ao cabo, em pensamento hegemônico no interior das universidades - moldando, assim, o perfil da comunidade acadêmica e principalmente de docentes. Essas expressões podem ser compreendidas, em seu conjunto, no desenvolvimento de pesquisas, atividades de ensino, de extensão e na gestão do aparato burocrático, essa última com grande tendência a adoção explícita em suas atividades, quase que exclusivamente, para o atendimento das demandas do modo de produção capitalista. A nossa perspectiva é de que a pesquisa possa evidenciar a constituição e implementação de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005, 2010), como ela se articula aos pilares do capital, do trabalho e do Estado (MÉSZÁROS, 2015) e de que maneira sua predominante influência na gestão do aparelho estatal e nas práticas de aparelhos privados de hegemonia conformando as principais características de novos trabalhadores. Dessa forma, avaliamos a articulação entre disciplinas, conteúdos curriculares e a promoção de atividades do Programa Institucional de Iniciação à Pesquisa da UFJ, por meio do Programa Jovem Pesquisador, verificando se há articulação e como elas estão presentes na conformação do pensamento acadêmico contemporâneo e relação com as concepções pedagógica hegemônicas. Nosso percurso expositivo destaca, na primeira etapa, a concentração dos esforços na análise documental avaliando quais as principais concepções teórico-metodológicas e didático-pedagógicas estão presentes nos currículos. Na segunda etapa, nos debruçamos na análise do conjunto de atividades desenvolvidas pelo programa institucional na expectativa de compreender a capilaridade do programa na formação acadêmica e, finalmente, nas possíveis alterações do PPCs, já referenciados, sob a influência de um programa que se destacava como possibilidade de “capacitação da comunidade para as atividades de empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia”. Esperamos, ao final, compreender as feições do processo de

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente da Universidade Federal de Jataí, projeto financiado pelo CNPq, fernandosantos@ufj.edu.br

² Estudante do curso de Pedagogia, Universidade Federal de Jataí, Bolsista CNPq/Universal maria.moraes@discente.ufj.edu.br

formação acadêmica no âmbito da formação da força de trabalho especializada, sob a luz das mudanças que se processam no capitalismo da era da acumulação flexível (ANTUNES, 2018) operadas pelo ideário neoliberal e difundidos pelas ações do Estado Gestor.

Palavras-chave: Educação Superior. Formação Acadêmica. Mundo do Trabalho.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Giana Carla Laikovski¹

Resumo

Este artigo é fruto de uma tentativa de interlocução de alguns autores estudados na disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, do PPGSS/UFSC, cursada em 2023, com autores estudados em outras disciplinas, tendo como tema o processo de colonização da América Latina, constituição do capitalismo dependente e a universidade nesse contexto. Essas leituras são basilares para compreensão da inserção do ensino superior na América Latina, tema que fundamenta o projeto de tese desta doutoranda que busca estudar as experiências de universidades populares na América Latina no contexto do capitalismo dependente. Por abordar a constituição do Ensino Superior na América Latina e sua conformação para atender aos interesses do capital nas suas diversas fases, entendemos que esse trabalho está diretamente relacionado ao GT4- Ensino Superior e Licenciaturas e Trabalho Docente. Sendo assim, nesse artigo, contextualizamos o processo de ocupação das terras latino-americanas pelos invasores europeus, para situar a criação das primeiras instituições de ensino superior. Apresentamos breves considerações sobre a inserção periférica dos países latino americanos no capitalismo mundial, procurando relacionar com o papel e caráter que a universidade assume nesses países, utilizando principalmente as contribuições de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Concluimos que o caráter instrumental adotado pelas universidades na atualidade é reflexo da dinâmica das relações de produção que impõem aos países periféricos uma função de integração subordinada ao capitalismo. Nesse sentido, no último período, essa realidade se reflete no constante contingenciamento de recursos para as universidades públicas brasileiras abrindo margens para terceirizações de determinados setores, como é possível observar na adesão a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH para a gestão dos Hospitais Universitários, bem como na adesão de estratégias de trabalho e produtividade que colocam o caráter público e democrático da universidade em cheque, como a adesão ao ensino remoto e teletrabalho, a nomeação de reitores interventores e a falta de investimentos em políticas de permanência que garantam a manutenção dos estudantes mais vulnerabilizados na universidade. Apesar de se constituir como importante espaço de disputa e potencial instrumento de transformação social, a universidade continuará respondendo aos interesses do capital, enquanto não houver uma ruptura com esse sistema.

Palavras-chave: América Latina. Ensino Superior. Dependência.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: giana.carla@posgrad.ufsc.br.

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL NORTE GAÚCHO

Jonas José Seminotti¹

Resumo

O presente trabalho analisou o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFRGS Litoral do Rio Grande do Sul a partir do entendimento dos estudantes do curso em relação a concepção, a contribuição para o desenvolvimento sustentável e a relação entre Educação do Campo e ciências da natureza. Trata-se de um estudo de caso e adotou-se a pesquisa qualitativa com uma turma composta por doze alunos, alguns deles oriundos dos povos tradicionais. O Litoral Norte do RS apresenta seis categorias sociais ligadas ao campo: Quilombolas; Indígenas; Pescadores; Agricultores familiares; Ribeirinhos e Artesões. A proposta de Educação do Campo nasce no Brasil sob a perspectiva dos movimentos sociais do Campo, procurando desmistificar o campo como um lugar do atraso. De acordo com Buarque (2006), o campo não pode se limitar apenas ao fator econômico do desenvolvimento, mas a valorização social, ambiental e cultural. Cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9394/96), no Art. 28, expressa a necessidade de reformulação de medidas de adequação da escola do campo: I) Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural; II) organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III) adequação à natureza do trabalho rural. A pesquisa com os estudantes teve as seguintes questões e apresentamos algumas das respostas coletadas: a) Qual é a sua compreensão sobre a proposta do curso da Educação do Campo da UFRGS Litoral Norte? Respostas: “Preparar professores para trabalhar com os sujeitos do campo, de acordo com a realidade desses sujeitos”. “Trazer uma nova perspectiva sobre educação e reconhecimento do sujeito do litoral norte”. b) Que relação se estabelece entre Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável? Respostas: “A educação do campo vem para contribuir com os conhecimentos já existentes levando-os a um melhor desenvolvimento social”. “A partir do reconhecimento de seus direitos, seus valores e suas qualidades o sujeito pode atuar no seu meio de outro modo”. c) Que contribuição a área das Ciências da Natureza pode dar a partir da perspectiva interdisciplinar da Educação do Campo? Respostas: “Dar subsídios científicos para vida, produção e autossustentação no campo.” “Um olhar socioambiental, para se construir um cidadão consciente, com olhar analítico, crítico para os problemas ambientais”. O conjunto de respostas dialoga com o que Paulo Freire (1987) já defendia, ou seja, que teoria e prática devem contribuir para a formulação de conceitos que dialoguem com o contexto da comunidade escolar. No mesmo sentido Arroyo; Caldart; Molina (1998) afirmam que a Escola se torna um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde está inserida.

Palavras-chave: Educação. Campo. Desenvolvimento.

¹Doutor em sociologia, prof. adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Jonas.seminotti@ufrgs.br

GLOBALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE FRAUDE ACADÊMICA

Mayron Nascimento Boaventura¹

Nayara Beatriz Borges Ferreira²

François Silva Ramos³

Resumo

Imersa no contexto da Globalização e seus processos de atendimento aos objetivos neoliberais, a precarização do trabalho docente foi acelerada no Brasil com a reforma trabalhista de 2017. Aos desafios que emergiram como consequência da Lei nº 13.467, que trouxe consigo a legalização da “pejotização” e o achatamento da remuneração, é necessário agregar outros, como o excesso de cobranças patronais, a falta de tempo e de estrutura para o profissional do magistério lidar, por exemplo, com o mau uso da tecnologia pelos discentes, em especial no que se refere à fraude acadêmica, uma prática que compromete o processo de avaliação (RAMOS, 2012). Neste trabalho, o objetivo é analisar impactos do uso da Inteligência Artificial (IA) na educação jurídica de nível superior, o que exigiu identificar os desafios decorrentes da interseção entre o uso fraudulento do recurso tecnológico e o arcabouço jurídico existente, bem como a precarização do magistério representa obstáculo ao eficaz enfrentamento desta realidade a cada dia mais presente no contexto acadêmico. A justificativa para este esforço não se concentra apenas em compreender dilemas legais e éticos resultantes da criação de obras por algoritmos, mas também das consequências que uma prática amplamente difundida na internet, em especial nas redes sociais, que se tornaram ferramenta para venda de aplicativos de IA com a finalidade, por exemplo, de resolver questões de avaliação e até mesmo produzir trabalhos acadêmicos, corrompendo, além da titularidade dos direitos autorais e a mensuração da originalidade textual, o processo de aprendizagem e avaliação. Emerge ao final do estudo, uma reflexão fundamental sobre a importância da análise crítica deste contexto para, diante da constante inovação tecnológica e os desafios que ela contempla, criar políticas que possam mitigar os efeitos da precarização na qualidade de vida dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Educação Superior. Desafios. Políticas.

¹ Acadêmico de graduação da Faculdade de Direito da Unipac de Uberaba, mn.boaventura1@gmail.com

² Mestre em Educação, Uniube/Unipac de Uberaba, nayaraferreira@unipac.br.

³ Doutor em Ciências da Educação, FACUMINAS/Unipac de Uberaba, francois.ramos@hotmail.com.

DETERMINAÇÕES TEÓRICO FILOSÓFICAS DO TRABALHO DOCENTE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Jheniffer Sabino Dias¹

Michele Silva Sacardo²

Resumo

A pesquisa refere-se à produção do conhecimento sobre o trabalho docente na Pós-Graduação em Educação de Goiás. A questão central da pesquisa anuncia-se: como se caracteriza o trabalho docente e quais os fundamentos teóricos filosóficos que os orientam na produção científica de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação de Goiás? Posto isto, foram delimitados os objetivos da pesquisa, a objetivação central delimitou-se em: revisar a caracterização do trabalho docente e as concepções teóricas filosóficas que os orientam na produção do conhecimento de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação de Goiás. Como objetivos específicos, propôs-se a: mapear a trajetória da produção científica desenvolvida na região sobre o objeto, a fim de identificar os fundamentos teóricos filosóficos que orientam as pesquisas; identificar e examinar os referenciais teóricos utilizados pelos autores que fundamentam a produção científica analisada, bem como, analisar as concepções de trabalho docente, explorando suas possíveis ramificações. O estudo caracteriza-se como bibliográfico documental com análises a partir da aproximação ao Materialismo Histórico-dialético, tendo em vista a compreensão da realidade e do objeto investigado. No contexto da coleta, análise e interpretação dos dados da pesquisa, revelou-se fundamental o movimento interno da produção e para respeitar o rigor teórico-metodológico e manter o caráter dialético da pesquisa, compreendeu-se ser fundamental a análise conjuntural do movimento externo da produção. Foram identificadas em Goiás, com o recorte temporal de até 2020, um total de cinquenta e oito (58) pesquisas, disponíveis para acesso. As produções estão distribuídas entre quatro Instituições: Universidade Federal de Goiânia (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Palavras-chave: Trabalho Docente. Educação. Produção do conhecimento.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí, CAPES, jheniffersabino05@gmail.com.

² Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí, smichele@ufj.edu.br.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE CIBERCULTURA NA OBRA DO FILÓSOFO PIERRE LÉVY E A SUA RELAÇÃO COM A SUBJETIVIDADE

Maria Cândida de Jesus Santos Dâmaso¹

Armando Quillici Neto²

Resumo

A presente pesquisa tem como temática estudar sobre o conceito de Cibercultura e a sua relação com a subjetividade e possui como objetivo principal, analisar como a cibercultura proposta por Pierre Lévy vem afetando a subjetividade dos indivíduos. Essa pesquisa teve como metodologia uma pesquisa bibliográfica e quantitativa, onde o principal referencial teórico foi o livro Cibercultura (1999) do filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy. Pierre Lévy nesse livro explica e exemplifica como o avanço da tecnologia e conseqüentemente do ciberespaço estava em ritmo acelerado, dois termos utilizados pelo autor passaram toda a pesquisa, são eles ciberespaço e cibercultura. Nenhum dos dois conceitos são criações de Lévy, ciberespaço foi inventado em 1984 por William Gibson e cibercultura mesmo não sendo criação dele, no seu livro ele tenta definir e para ele cibercultura é “o conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p.17). O ciberespaço vem tendo um desenvolvimento e crescimento considerável nos últimos anos e os responsáveis por isso, são em sua maioria anônimos e não os chefes de governo. Assim como Lévy (1999) explica “aqueles que fizeram crescer o ciberespaço são em sua maioria anônimos, amadores dedicados a melhorar constantemente as ferramentas de software de comunicação e não os grandes nomes, chefes de governo” (Lévy, 1999, p.126). Além dele, se utilizou como referencial teórico Santos (2022); Ferigato (2017); Oliveira (2020); Machado, Arruda e Passos (2021); Soares (2002) e Borges (2016). Os principais resultados observados nesse trabalho de pesquisa é que o que Lévy previa sobre o crescimento desenfreado do ciberespaço se concretizou e a cibercultura vem modificando a sociedade, sem idade mínima. Assim como Borges cita “o cenário atual é resultado da mudança de paradigma exercida pela cibercultura” (Borges, 2016, p.705). Contudo, após a realização da pesquisa foi possível concluir que a tendência é que a cibercultura influencie cada dia mais as pessoas, mas no caso das crianças cabe aos responsáveis controlar o acesso a essa cibercultura.

Palavras-chave: Cibercultura. Pierre Lévy. Subjetividade.

¹ Graduanda, Universidade Federal de Uberlândia, maria.damaso@ufu.br

² Professor Doutor, Universidade Federal de Uberlândia, armando@ufu.br

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CENÁRIOS DE APAGAMENTO, PRECARIZAÇÃO E NARRATIVAS: REFLEXÕES ATUAIS

Warley Carlos de Souza¹

Mauro José de Souza²

Regina Silva Bonfim³

Ricardo Roberto de Andrade⁴

Resumo

O movimento de solidificação neoliberal no mundo gradativamente questiona a validade da ciência produzindo deslocamentos e apagamentos, fomentando uma base para a política de formação de professores com características instrumentais e obscuras, desencorajando ações de resistência (Antunes, 2018; Barbosa, 2021). Neste escopo, a institucionalização da formação continuada do docente universitário, quando existente, tem se mostrado frágil, fragmentada e individualizada, conduzindo a uma compreensão limitada acerca da realidade sociopolítica e dos valores éticos presente na docência (Cunha, 2020). Isto nos leva a questionar de que maneira, na atualidade, docentes universitários refletem sobre as influências do neoliberalismo, e como os impactos desta reflexão estimulam seus processos formativos? Na direção deste entendimento, este estudo teve como objetivo explorar as implicações advindas do reconhecimento do docente universitário sobre a necessidade de compreensão do processo formativo como um desenvolvimento permanente associado a seu processo identitário e como elemento de resistência às constantes investidas da ideologia neoliberal no interior das universidades. Para tanto, utilizamos um fragmento de uma investigação doutoral que, assim como este estudo, teve como base teórico-metodológica a pesquisa narrativa e a tridimensionalidade da experiência (Clandinin; Connelly, 2015; Dewey, 1979). Por meio da entrevista narrativa em profundidade, foram entrevistados quatro docentes universitários diretamente envolvidos com a institucionalização da formação docente em suas IES, sendo dois em uma universidade federal brasileira situada na região Centro Oeste e dois em uma universidade situada no sul da Espanha. Seus relatos ofereceram um panorama sobre a precarização de ações formativas institucionalizadas, reflexo das premissas neoliberais em escala global, assim como seus impactos na instrumentalização de práticas formativas, coadunadas por apagamentos e desestímulo ao enfrentamento desta condição. Não obstante, práticas formativas orientadas por processos dialógicos e horizontais tem se mostrado como possibilidades de resistência a esta ordem instalada, sobretudo quando consideradas em sua proximidade com o cotidiano docente e as experiências subjacentes a este cenário, mediadas por suas narrativas. Esta compreensão tem fomentado uma criticidade sobre a realidade sociopolítica, oferecendo um novo estímulo à formação como desenvolvimento permanente destes docentes, potencialmente se refletindo nas práticas de ensino e nos processos formativos deles.

Palavras-chave: Formação Continuada. Narrativas Identitárias. Neoliberalismo.

¹ Doutor em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, UFTM, warley.souza@ufmt.br.

² Doutor em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, UFTM, mauro.souza@ufmt.br.

³ Especialista em Educação, Secretaria Municipal de Educação – Barra do Garças, MT, reginasilvabonfim@hotmail.com.

⁴ Mestrando em Educação Tecnológica – Instituto Federal do Triângulo Mineiro, IFTM, MG, ricardor.arquivista@gmail.com.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO DAS DCN'S 2002, 2015, 2019 E 2024

Rosana Mendes Maciel Moreira¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo

O estudo consiste em uma pesquisa em andamento de doutorado em Educação, vinculada ao Projeto de Pesquisa “Indústria 4.0 e trabalho digital com qualificação profissional em nível superior: o trabalho docente na educação básica em Minas Gerais numa abordagem nacional e internacional”, com apoio do CNPQ/Universal. A temática da pesquisa consiste na problematização das políticas públicas de formação docente para a educação básica. O objetivo do estudo consistiu em apresentar as principais convergências e divergências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) 2002, DCN/2015, DCN/2019 e DCN/2024, à luz da análise do discurso crítica - ADC proposta por Fairclough (2016) nas categorias: componente curricular, carga horária e gestão. Como metodologia, foi desenvolvido um estudo bibliográfico através de busca por autores que discutem criticamente a temática proposta. Em função da pesquisa documental foram analisadas Resoluções com as Diretrizes de órgãos públicos oficiais no Brasil. De posse dos referenciais teóricos e documentos legais foi realizado um confronto e análise de todos os dados encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Foram utilizados autores como Cintra e Costa (2020), Dantas (2007), Diniz-Pereira (2016), Fichter Filho, Oliveira e Coelho (2021), Freitas (2002), Gamboa (1995), Gatti (2019), Marques *et al.* (2021), Oliveira (2019), Pimenta (1999), Sheibe e Bazzo (1996). Como resultados corrobora-se que, analisados os principais pontos convergentes e divergentes das DCN's de 2002, 2015, 2019 e 2024, percebe-se que, nas duas primeiras, o foco encontra-se na prática como componente curricular, enquanto na DCN/2019, assim como na DCN/2024, o foco passa a ser na aplicação da Base Nacional Curricular Comum - BNCC. Outro ponto importante relaciona-se à ampliação da carga horária de 2.800 da DCN/2002 para 3.200 horas nas DCN/2015 e 2019, que se mantém na DCN/2024. Porém, na DCN/2019 denota-se uma carga horária destinada aos conteúdos da BNCC, enquanto na DCN/2024 surge com uma nova roupagem para esses conteúdos caracterizados enquanto formação de conhecimentos específicos, o que demonstra o caráter reducionista, praticista e tecnicista ainda existente como pano de fundo da formação docente inicial. Outra divergência entre as diretrizes consiste na temática da formação para os cargos de gestão educacional. A DCN/2002 apresenta direcionamento somente sobre a formação profissional para exercício da docência, não especificando sobre a formação em gestão. Já a DCN/2015 aborda todas as atividades pedagógicas envolvidas no ambiente escolar, incluindo a gestão educacional, reforçando a articulação da práxis docente para além da sala de aula. A DCN/2019 surge trazendo uma ruptura dessa formação ao prever uma ampliação de mais 400 horas de formação específica aos cargos de gestão às 3.200 horas já definidas. Em contrapartida, a DCN/2024 retorna com a formação em gestão dentro da carga horária de 3.200 horas, sob a justificativa de que os profissionais do magistério são aqueles

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES, macielrosana28@hotmail.com

² Professora Titular na Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Apoio CNPQ/PQ N-2 e CNPq/Universal, fabiane.previtali@gmail.com

que exercem atividades em todas as áreas pedagógicas, incluindo a gestão escolar. Por fim, ressalta-se que é inevitável pensar na fragilização do princípio de gestão democrática, causada pela discussão vertical e reduzida da implementação de novas diretrizes de formação docente.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; formação docente inicial; licenciaturas.

O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O PIBID NAS TESES BRASILEIRAS: AS PESQUISAS NO PERÍODO DE 2012 A 2018

Paula Junqueira da Silva Rezende¹

Carlos Alberto Lucena²

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado do estado do conhecimento sobre as pesquisas de doutorado relacionadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) até 2018, conforme os dados disponibilizados na plataforma digital on-line do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2022). “O estado do conhecimento sobre o Pibid nas teses brasileiras: as pesquisas no período de 2012 a 2018”, materializam-se os aspectos dialéticos do programa no processo da territorialização na educação brasileira, portanto os resultados condizem com os objetivos do Grupo de Trabalho Ensino Superior e Licenciaturas e Trabalho Docente de V Seminário Internacional: Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI. O recorte temporal da pesquisa se justifica por ser este o período que a pesquisadora atuou diretamente no Programa como coordenadora de área do programa no curso de formação de professores de Geografia na Universidade Estadual de Goiás. Os resultados foram produzidos em consonância com os autores Romanowski e Ens (2006) e diante das orientações de Bardin (2002), fizemos a pré-análise do referido universo e mantivemos 159 resumos de teses validados para a investigação. Com a exploração desse total de trabalhos, verificamos a natureza jurídica das instituições formadoras e suas localizações geográficas, cujos dados foram classificados, quantificados e representados por gráficos. Após as etapas de pré-análise e exploratória, partimos para o tratamento dos resultados e, em atendimento ao ciclo de etapas de análise do conteúdo, codificamos dois agrupamentos de teses, sendo: “Consenso à aparência virtuosa do Pibid como programa inovador” (agrupamento 1) representando 87,42% das teses e “Crítica à essência do Pibid como programa a serviço do capital” (agrupamento 2), totalizando 12,58% das teses. Em cada agrupamento, limitamo-nos à análise dos respectivos resumos (título, corpo do texto e palavras-chave) para aprofundar a exploração dos dados e realizar o tratamento das informações singulares e a codificação dos elementos das pesquisas. Ressaltamos, também, os estudiosos que se empenharam em problematizar, sob a perspectiva crítica, o caráter contraditório do Pibid e aqueles que mantiveram postura reificada quanto à ofensiva ideológica do programa a serviço do capital. Portanto, a produção do estado de conhecimento evidencia, por intermédio dos pesquisadores, a lei da contradição que envolve o Pibid, assim como os consensos e dissensos sobre a iniciativa e como a ideologia dominante está presente nos resultados dos pesquisadores. Ao final tecemos considerações sobre o par dialético da aparência virtuosa-inovadora x essência a serviço do capital, identificado no desenvolver do procedimento metodológico que esclareceu as diferentes concepções sobre o Pibid. Ademais, este trabalho está vinculado como produção do Grupo de Trabalho, Educação e Formação Humana do Histedbr, com a linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação (TSE) e ao Macroprojeto inscrito na Pró-Reitoria de Pesquisa da UEG, denominado “A legitimação das estratégias do

¹ Doutora em Educação pela PPGED UFU, Professora da Universidade Estadual de Goiás, Pró-reitoria de Pesquisa da UEG, paula.junqueira@ueg

² Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp, Pós-doutorado em Educação pela Ufscar, Professor Titular da UFU, carlos.lucena@ufu.br

neoliberalismo na Educação no Brasil e em Goiás: impactos no ensino, no trabalho docente e na sociedade”.

Palavras-chave: Pesquisa bibliográfica. Aparência e essência do Pibid. Reificação da formação docente

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A LÓGICA DO CAPITAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Raul de Freitas Balbino¹

Resumo

O presente artigo se propõe a analisar o impacto da reestruturação produtiva, impulsionada pela tecnologia da informação no trabalho acadêmico realizado na educação a distância. O capitalismo, em sua busca incessante por acumulação, passou por diversas fases e crises, culminando na atual reestruturação que tem suas raízes no modelo toyotista. Essa reestruturação impactou as relações de trabalho e a organização da produção, levando à formação de redes organizacionais complexas e à terceirização em larga escala. O setor educacional, incluindo a educação a distância, não ficou imune a essas transformações. O objetivo é compreender como a terceirização e as novas tecnologias afetam o trabalho acadêmico e a produção do conhecimento, à luz das teorias marxistas e marxianas. A metodologia adotada é qualitativa, baseada na análise crítica da literatura sobre a reestruturação produtiva, o Toyotismo, as redes organizacionais e a terceirização, buscando articular esses conceitos com a realidade da educação a distância, particularmente no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar criticamente a crescente precarização do trabalho acadêmico e a mercantilização da educação, a fim de compreender seus impactos na formação humana. Os resultados obtidos evidenciam a intensificação da exploração do trabalho acadêmico, a partir da terceirização e da introdução de novas tecnologias na educação a distância. A busca por redução de custos e aumento da produtividade tem levado à precarização das condições de trabalho, à desvalorização do conhecimento e à fragmentação das relações interpessoais no processo de ensino-aprendizagem. O artigo conclui que é necessário repensar o modelo de educação a distância, a fim de que este não se torne apenas mais um instrumento de reprodução das desigualdades sociais e da lógica do capital.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Redes organizacionais; Terceirização.

¹ Doutor, UFU – Universidade Federal de Uberlândia, adm.raul@ufu.br

INVENTÁRIO DA REALIDADE, EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADE: OS SABERES E FAZERES DOS POVOS DO CAMPO COMO EIXOS DETERMINANTES DA PRÁXIS DOCENTE

Ricardo Alexandre Castro¹

Valéria Prazeres dos Santos²

Arlete Ramos dos Santos³

Resumo

O presente texto é um recorte de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo refletir e argumentar a importância da categoria Territorialidade na dimensão teórica e prática do trabalho pedagógico de docentes, sobretudo daquelas e daqueles que atuam em escolas do campo, apresentando desta forma um conjunto de sugestões sobre como a Territorialidade pode oferecer argumentos em defesa de processo de formação continuada que atenda às demandas da Educação do Campo. O marco legal que impulsiona o interesse na temática é a resolução CNE/CEB nº 1/2002, que em seu artigo 4º, ao tratar da importância do Projeto Político Pedagógico - PPP das Escolas do Campo, orienta que em sua essência sejam respeitados e atendidos os saberes e fazeres do campo como eixos orientadores para efetivamente promover a construção, a partir das bases materiais, de uma identidade da escola na qual esse PPP é produzido. Pois então, o que propomos, a partir do Materialismo Histórico-Dialético como método, é apresentar, metodologicamente, a partir da análise documental de artigos científicos, pesquisa bibliográfica e discussão a partir dos resultados de questionários advindos dos inscritos no Programa de Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO, o conjunto de algumas das múltiplas determinações da categoria Território a partir de suas bases epistemológicas de orientação marxista. Para isso, farão parte de nossas discussões, teóricos e outros pesquisadores que historicamente auxiliaram na construção do entendimento do espaço geográfico, não apenas como o conjunto de acidentes geológicos e topográficos, mas na sua essência social, e por isso constantemente em transformação dentro do sistema de produção capitalista (Santos, 2023; Santos *et al*, 2023; Castro, 2022; Saquet, 2017; Lefebvre, 2011 e Harvey, 2005). Além desses autores, buscamos também em Caldart (2023), que no próprio berço do conceito do Inventário da Realidade, ou seja, nas discussões do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, ajudou na elaboração do conceito e de sua aplicação direta na prática pedagógica das escolas do campo, inicialmente naquelas localizadas em assentamentos do MST. Por fim, a relevância da discussão aponta para a necessidade de que todos os processos assim chamados de formação continuada e licenciaturas em Educação do Campo, para professoras e professores em escolas do campo precisam atentar para essa especificidade do trabalho pedagógico, escapando do risco da homogeneização tão incoerente e característica da educação rural, antes imposta pelas forças do capital e do Agronegócio e disfarçadamente ainda oferecida, travestida em pacotes oferecidos por instituições e fundações que atuam na lógica dos processos impostos de cima para baixo, forçando uma educação mercantilizada. A autonomia da escola do campo, amparada no PPP e pensada também a partir do Inventário da Realidade como expressão da Territorialidade e suas imbricações com a Agroecologia, agindo como instrumento

¹ Doutorando e mestre em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bolsista FAPESB, ricardoacastro@me.com.

² Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: prof.valeriah@gmail.com.

de construção da identidade daquela comunidade escolar, é elemento fundamental na busca por uma educação humanizada e emancipadora.

Palavras-chave: Formação de Professores. Emancipação. Territorialidade.

DIFUSÃO TERRITORIAL DE CURSOS A DISTÂNCIA NO BRASIL: O CASO DAS LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA

Henrique Caetano Vian¹

Amanda Silva Almeida²

Resumo

Na década de 1990, em meio à propagação de uma agenda neoliberal aos sistemas educacionais de países periféricos (DALE, 2004), educação a distância foi elevada como uma potencial política de democratização do acesso ao ensino superior a países cujos indicadores de escolaridade apresentavam defasagens (LIMA, 2006; SANTOS, 2008). Tal agenda, arquitetada por grandes organismos internacionais como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Unesco, também advogou pela abertura comercial do campo educacional, convertendo-o em um “mercado mundial da educação” (RIBEIRO, 2006) e impulsionando a consolidação de um setor educacional “privado-mercantil” (SGUISSARDI, 2008) no Brasil. Nas décadas que sucedem tais marcos, o Brasil experimentou o crescimento expressivo da modalidade de educação a distância (EAD) e também de seu sistema privado de ensino superior, bem como testemunhou uma contínua imbricação entre os ambos. Hoje, a EAD totaliza 4,3 milhões de matriculados, sendo mais de 1 milhão deles oriundos de cursos de licenciatura (INEP, 2023). O setor privado concentra a maior fatia de matrículas a distância (96% do total), sendo responsável, igualmente, pela maior parte das matrículas em licenciaturas a distância no país (65% do total). No contexto geral dos cursos de Geografia no Brasil, nota-se uma predominância dos cursos de licenciatura, principalmente oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) na modalidade EAD. No entanto, em relação aos cursos presenciais, observa-se uma maior prevalência das Instituições públicas de ensino (MEC, 2023). A expansão dos cursos à distância, embora apresente a ampliação de indicadores e uma nova configuração geográfica (SANTOS, 1994) ao ensino superior, carrega consigo uma série de desafios e problemáticas, sobretudo quando considerada a forma-mercadoria (OLIVEIRA, 2009) assumida por tais cursos no cerne da expansão econômica e territorial de grandes corporações de ensino. Ainda, dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) revelam que a qualidade dos cursos EAD, muitas vezes, é inferior à de cursos presenciais, com relatos frequentes de baixa interação entre alunos e professores, recursos didáticos limitados e falta de suporte pedagógico adequado. Esta realidade é ainda agravada pela padronização do ensino, em que grandes conglomerados educacionais (muitos dos quais, financeiros) (SEKI, 2020; VIAN, 2024) controlam a maior parte da oferta de cursos a distância, impondo um modelo unificado que tende a ignorar as especificidades regionais e culturais dos diversos contextos educacionais do país (MESQUITA, 2023). Este trabalho teve como objetivo discutir a expansão e a difusão territorial de cursos a distância no Brasil, com enfoque em licenciaturas de Geografia. Metodologicamente, ele baseou-se em um levantamento bibliográfico e documental, além da análise de dados secundários do INEP, do MEC e do ENADE. As conclusões indicam que, embora a EAD tenha potencial para ampliar o acesso ao ensino superior, é essencial implementar uma regulação mais rigorosa e políticas públicas que assegurem a qualidade dos cursos oferecidos. Ademais, urge a promoção de um debate crítico sobre a formação de professores de

¹ Doutorando em Geografia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), henriquecvian@gmail.com.

² Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Alfenas (Unifal), amndaalmeida.geo@gmail.com.

Geografia dentro do novo paradigma da EAD, reforçando a importância da produção do saber geográfico (MESQUITA, 2023) nos diversos contextos regionais do país.

Palavras-chave: Ensino Superior. EAD. Saber geográfico.

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL NORTE GAÚCHO

Jonas José Seminotti¹

Izelda Todero²

Resumo

O presente trabalho analisou o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFRGS a partir do entendimento dos estudantes em relação a concepção e a contribuição do mesmo para o desenvolvimento sustentável do Litoral Norte do RS. Trata-se de um estudo de caso e adotou-se a pesquisa qualitativa com uma turma composta por doze alunos, alguns deles oriundos dos povos tradicionais. O Litoral Norte do RS apresenta seis categorias sociais ligadas ao campo: Quilombolas; Indígenas; Pescadores; Agricultores familiares; Ribeirinhos e Artesões. A proposta de Educação do Campo nasce no Brasil sob a perspectiva dos movimentos sociais do Campo, procurando desmistificar o campo como um lugar do atraso. De acordo com Buarque (2006), o campo não pode se limitar apenas ao fator econômico do desenvolvimento, mas a valorização social, ambiental e cultural. Cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.9394/96), no Art. 28, expressa a necessidade de reformulação de medidas de adequação da escola do campo: I) Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural; II) organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III) adequação à natureza do trabalho rural. A pesquisa com os estudantes teve as seguintes questões e apresentamos algumas das respostas coletadas: a) Qual é a sua compreensão sobre a proposta do curso da Educação do Campo da UFRGS Litoral Norte? Respostas: “Preparar professores para trabalhar com os sujeitos do campo, de acordo com a realidade desses sujeitos”. “Trazer uma nova perspectiva sobre educação e reconhecimento do sujeito do litoral norte”. b) Que relação se estabelece entre Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável? Respostas: “A educação do campo vem para contribuir com os conhecimentos já existentes levando-os a um melhor desenvolvimento social”. “A partir do reconhecimento de seus direitos, seus valores e suas qualidades o sujeito pode atuar no seu meio de outro modo”. c) Que contribuição a área das Ciências da Natureza pode dar a partir da perspectiva interdisciplinar da Educação do Campo? Respostas: “Dar subsídios científicos para vida, produção e autossustentação no campo.” “Um olhar socioambiental, para se construir um cidadão consciente, com olhar analítico, crítico para os problemas ambientais”. O conjunto de respostas dialoga com o que Paulo Freire (1987) já defendia, ou seja, que teoria e prática devem contribuir para a formulação de conceitos que dialoguem com o contexto da comunidade escolar. No mesmo sentido Arroyo; Caldart; Molina (1998) afirmam que a Escola se torna um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde está inserida.

Palavras-chave: Educação. Campo. Desenvolvimento.

¹Doutor em sociologia, prof. adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS. Jonas.seminotti@ufrgs.br

²Mestre em Educação em Ciências pela UFRGS. UFRGS. izetodero@gmail.com

BUSCA EXPLORATÓRIA NO LATTES: PROJETOS DE PESQUISA DE PROFESSORES DE PROGRAMA STRICTO SENSU

Ana Laura Borges Ferreira do Nascimento¹

Valeska Guimarães Rezende da Cunha²

Resumo

Este estudo integra um plano de trabalho desenvolvido no âmbito de uma iniciação científica, vinculada à Rede de Pesquisadores sobre Professores do Centro-Oeste (REDECENTRO), um projeto que busca ampliar o conhecimento sobre a prática docente e a produção científica na região. O objetivo principal foi mapear os projetos de pesquisa realizados por docentes de programas de pós-graduação stricto sensu de uma universidade particular entre os anos de 2003 e 2019. Através de uma análise dos currículos disponíveis na plataforma Lattes, revisitou-se o percurso acadêmico desses professores, com o intuito de identificar e categorizar os projetos de pesquisa desenvolvidos, atentando para sua descrição detalhada, especificidade temática e vínculos institucionais e financeiros. A metodologia adotada foi uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, com base em uma pesquisa bibliográfica e documental, para garantir a amplitude e a profundidade necessárias à análise. No total, foram identificados trinta e três pesquisadores que atuaram dentro do período delimitado, permitindo uma visão abrangente da produção acadêmica no contexto estudado. Cada projeto foi examinado quanto ao seu ano de execução, fontes de financiamento e natureza dos alunos vinculados, além de serem categorizadas as áreas de estudo e temas abordados. Os dados coletados revelaram que as áreas temáticas predominantes nos projetos incluíram a Educação Básica, o Ensino e Aprendizagem, a Educação Superior, a Formação de Professores, as Representações Sociais e a Cultura e Arte na Educação. Esses resultados foram organizados em categorias alinhadas ao Thesaurus Brasileiro da Educação, embora, devido à especificidade de alguns temas, parte das categorias tenha sido mantida em sua forma original. Além disso, foram também identificadas as dissertações e teses que emergiram dessas investigações, proporcionando uma visão mais completa do impacto e da continuidade das pesquisas realizadas. Este estudo contribui, assim, para uma melhor compreensão das tendências e das lacunas na pesquisa educacional no contexto específico da universidade analisada, oferecendo subsídios para futuras investigações e políticas de incentivo à pesquisa.

Palavras-chave: Projetos de pesquisa de docentes. Produções acadêmicas stricto sensu. Currículo Lattes.

¹ Graduanda, Universidade de Uberaba, Cnpq, anabf1201@gmail.com.

² Doutora, Universidade de Uberaba, Cnpq, valeska.guimaraes@uniube.br.

A GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO PROCESSO DE MASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Clébia Barbosa dos Reis¹

Mariana Costa de Mello²

Resumo

O trabalho é fonte de subsistência, e meio inerente para se ter um mínimo de dignidade, é o que está expresso em nossa Constituição Federal de 1988 em seu artigo 23º. Contudo, em se tratando de Ensino Superior, a crescente onda de globalização e a reprodução massificada do conhecimento, tem produzido efeitos próprios do discurso mecanicista. Assim, o presente trabalho, propôs-se a estudar a educação superior e o crescente processo de uberização do trabalho docente, isto é, o processo educacional com as mesmas características de precarização provocadas nos setores de serviços. A uberização em seu sentido amplo, é compreendido como uma nova forma de instabilização do trabalho, com a estruturação dos modelos de negócio por meio de aplicativos ou plataformas *on-line*.

Para tanto, realizou-se um estudo teórico-metodológico descritivo, consistente na análise de teóricos que abordam a temática e coleta de informações, sem a preocupação com dados estatísticos ou numéricos, mas com o aprofundamento do assunto, sem a pretensão de esgotá-lo. Em relação à sua natureza, caracteriza-se por ser uma pesquisa básica, não sendo trabalhada a sua aplicação, preocupando-se apenas em obter o conhecimento teórico sobre o tema. No que tange à técnica utilizada, o estudo está estruturado em uma revisão bibliográfica.

Como resultado e alcance, houve a discussão e proposição de meios de se evitar que o processo de globalização, atendendo às demandas econômicas, não tenha apenas o viés utilitário no ensino superior, mas, sobretudo, que comporte a possibilidade de formação de um corpo docente com viés crítico, reflexivo e inovador. Ademais, abordou-se também a formação por meio digital e à distância, e suas consequências no mercado de trabalho. Considerando o tema, o presente estudo salienta a importância de se repensar a crescente demanda da uberização e precarização do trabalho docente, e a crescente flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, que contribuem para a efetivação de impactos negativos nas relações de trabalho docente.

Palavras-chave: globalização; ensino superior; uberização do trabalho

GT5

TRABALHO, EDUCAÇÃO E TDIC

POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS ATRAVÉS DE REPORTAGNES SOBRE EDUCAÇÃO

Adilson Ribeiro¹

Resumo

Esta pesquisa aborda como a mídia jornalística televisiva molda as percepções sobre a educação, trazendo um panorama de reportagens sobre o tema em determinado espaço de tempo. Reportagens sobre educação são essenciais para informar e engajar a sociedade, além de servir como um mecanismo de fiscalização e apoio à melhoria contínua do sistema educacional. O objetivo da pesquisa é destacar os desafios enfrentados pelos alunos, professores e instituições de ensino, como a falta de recursos, desigualdades de acesso, ou problemas de infraestruturas. Ao mesmo tempo, focar em oportunidades de melhoria, como iniciativas inovadoras, programas de apoio e fomentar a elaboração de políticas públicas educacionais. Muitas reportagens têm o designo de inspirar mudanças positivas ao mostrar boas práticas e exemplos de sucesso, incentivando outras escolas, professores e comunidades a adotarem abordagens semelhantes. (Barbosa, Ribeiro, 2007 p. 113) defendem que os meios de comunicação atuam como instâncias midiáticas que, ao tecerem os recortes necessários para um retorno seguro ao passado, ditam, especialmente, o que e quando as lembranças devem ser lembradas. Tais lembranças relacionadas a reportagens sobre a educação podem trazer reflexões e perspectivas para uma melhoria contínua no processo ensino aprendizagem. A pesquisa foi feita a partir de uma intensa análise da plataforma Globo Play, onde foi tabulado diversas reportagens em determinado período de tempo. A partir da coleta dos dados foi criado um template onde se pode acessar as reportagens pelos links disponibilizados. Os resultados obtidos com a pesquisa foi uma visão sistêmica onde ao investigar temas educativos, a cobertura jornalística não só informa o público, mas também pode influenciar políticas públicas, práticas educativas e a percepção social sobre o sistema educacional. A cobertura jornalística de pesquisas sobre educação pode promover um debate público mais informado e crítico, podendo criar uma sinergia entre diversos atores como pais, professores, estudantes, e especialistas, que discutem e avaliam as questões educativas. Neste trabalho foi proposto uma reflexão sobre a educação em três panoramas: passado, presente e um olhar crítico para o futuro educacionais nas diversas instituições de ensino. Passamos um olhar sobre questões levantadas anteriormente e questões que ainda são empecilhos no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Professores. Políticas Públicas. Comunidade.

¹ Mestrando em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Licenciado em Letras Português, Bacharel em Administração (UNA). E-mail: adilson.ribeiro@ufu.br

A EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIAS NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

Antonio Marcos Pantoja dos Santos¹

Maria Desterro Costa Medeiros²

Nádia Cirene Cordovil dos Santos³

Zuila Carvalho dos Santos⁴

Resumo

Neste trabalho apresentamos um estudo que investigou a relação entre educação, tecnologia e trabalho no contexto do agronegócio no Vale do Pamplona, no estado de Goiás. A imersão no cotidiano de uma escola pública, que atende filhos de trabalhadores rurais, proporcionou investigar os processos migratórios dos estudantes e suas famílias em busca de trabalho e melhores condições de vida. O objetivo deste trabalho foi de analisar a realidade educacional de estudantes do Ensino Médio dentro do contexto do programa de educação mediada por tecnologias designado como Goiás Tec, bem como compreender sua abordagem e efetividade no âmbito das escolas rurais. Nesta reflexão, ressaltamos a importância de abordar questões de equidade e acessibilidade na educação, onde todas as escolas, independentemente de sua localização ou recursos, possam acompanhar as mudanças e inovações necessárias para preparar os estudantes para um mundo cada vez mais tecnológico. Sendo assim, para compreender os elementos subjetivos do cotidiano escolar local, utilizamos a pesquisa qualitativa como aporte metodológico. A coleta de dados se deu por meio de vivências e observações in lócus e tomada de depoimentos orais. Inicialmente, é feita a caracterização do lócus da pesquisa: o Vale do Pamplona e, em seguida, são discutidas as abordagens teóricas das categorias educação, tecnologia e trabalho, incluindo nesse debate a evolução do agronegócio com a inserção de novas tecnologias como instrumento propulsor da expansão de suas práticas produtivas e hegemônicas no campo, as configurações do trabalho na agricultura e os objetivos da educação para os jovens filhos de trabalhadores do agronegócio. Aborda-se as finalidades da educação voltada para a formação dos jovens estudantes, filhos de trabalhadores no agronegócio, além de traçar uma discussão sobre as especificidades da educação rural corporativa em contraponto a Educação do Campo. Por fim, analisamos a realidade educacional dos estudantes migrantes, a partir da tomada de depoimentos orais, com destaque para as suas percepções a respeito do programa Goiás Tec, apresentado como ferramenta de mediação tecnológica educacional, substitutivo de professores presenciais. Os resultados da pesquisa mostraram que os impactos do processo migratório na aprendizagem escolar são latentes, uma vez que os jovens estudantes não se consideram aptos do ponto de vista de domínio dos conteúdos abordados no currículo do Ensino Médio, pois as metodologias implementadas não são capazes de promover uma educação emancipatória e de qualidade, que considere a importância de

¹ Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER-UnB). Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas (Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais - FLACSO Brasil). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Email: marcostimor10@gmail.com.

² Pós-graduada em Psicopedagogia (Faculdade Iguazu). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Email: medeirosmariadesterro@gmail.com.

³ Pós-graduada em Psicopedagogia (Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER). Professora da Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC. Especialista em Educação da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). Email: nadiacirene@gmail.com.

⁴ Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Boas Novas). Pedagoga da Secretaria Municipal Educação de Manaus – SEMED. E-mail: zuilacarvalho23@gmail.com.

professores presenciais na atual conjuntura escolar rural. Por fim, apresenta-se a proposta da Educação do Campo como uma alternativa de educação significativa, crítica e libertadora, que considere a realidade dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Educação Rural. Educação Tecnológica. Migração.

TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO: CRESCENTE DESMONTE DE DIREITOS

Belarmina Vilela Cruvinel¹

Adriana C. Omena dos Santos²

Resumo

A educação, na sociedade do capital, sofre constantes reformas legais buscando adequar-se as necessidades do mundo do trabalho. Diante disso, são necessários estudos que considerem os conceitos relacionados com as TDICs e aprofundem análises nas categorias: trabalho, educação, políticas públicas educacionais, trabalho docente e a precarização. Assim, a pesquisa em nível de doutoramento (2022/2026), vinculada à linha de Trabalho, Sociedade e Educação no programa de Pós-graduação em Educação, dialoga com o GT5 e tem como objetivo geral analisar a materialidade da precarização do trabalho docente e sua relação com as TDICs nos documentos oficiais das instituições selecionadas. Para tanto, tem como objetivos específicos: 1) aprofundar os conceitos de trabalho e educação; 2) discorrer acerca do trabalho docente e a precarização; 3) descrever as políticas públicas educacionais (Lei do Piso Nacional n. 11.738/2008 e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb), no início do século XXI, com as conquistas da classe de professores da educação básica; 4) compreender a materialidade da precarização do trabalho docente na Lei Ordinária 2.822/2007 e suas emendas, a qual versa sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos dos profissionais do Magistério, no município de Jataí e no estado de Goiás. Para tal, a metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva e documental com abordagem qualitativa, que realiza o tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Neste contexto, os principais referenciais teóricos utilizados versam sobre o trabalho essencial para as necessidades vitais, bem como para o *labor*, numa perspectiva que partem dos estudos de Marx (2005 e 2017), Braverman (1981) e Antunes (2020). Por outro lado, as abstrações no termo educação como um direito ou como um dever, os referenciais partem dos apontamentos de Saviani (2013 e 2018), Frigotto e Ciavatta (2016) e Gentili e Silva (2002). Nas concepções de políticas públicas educacionais fundamenta-se a pesquisa nos estudos de Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), bem como Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). As conceituações de trabalho docente consideram especificidades do ensino de qualidade socialmente referenciada e a precarização do trabalho docente com os apontamentos de Saviani e Duarte (2021); Previtali, Fagiani e Lucena (2019) e Antunes (2009). Por fim, nos resultados levantados até o momento apontam para a perda de direitos como o fim do Plano de Carreira da classe de professores da educação básica em Jataí/GO, redução salarial, insegurança da classe de docente, devido ao crescente no número de contratos temporários, portanto esses fatores levam a precarização dessa categoria. O alcance deste trabalho

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Regional de Jataí (UFG/REJ). Professora Substituta do Curso de Pedagogia (Universidade Federal de Jataí - UFJ). E-mail: dbelaminavc@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP), com pós-doutorado em Políticas Públicas pela University of Ottawa (UOttawa). Bolsista produtividade junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e professora do Curso de Jornalismo, do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação – PPGCE e do Programa de Pós-graduação em Educação, todos na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, E-mail adriana.omena@ufu.br

de pesquisa contribui para toda classe de docentes da educação básica, a comunidade acadêmica (graduações e pós-graduações) bem como a todos os pesquisadores que interesse pela temática.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Educador.

PRODUÇÃO DE PODCASTS DE QUESTÕES DO ENEM DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

Douglas Carvalho de Menezes¹

Arlindo José de Souza Junior²

Resumo:

Este relato de experiência foi desenvolvido em quatro turmas do terceiro ano do Ensino Médio na Escola Estadual Messias Pedreiro, em Uberlândia (MG). Os estudantes foram desafiados a criar *podcasts* abordando questões de Matemática e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse trabalho se alinha ao GT5 - Trabalho, Educação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário do Google Classroom. O referencial teórico que fundamenta esta experiência inclui Kenki (2007), que discute o uso das TDIC na educação; na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que recomenda a utilização das TDIC para promover o protagonismo, a autoria e a produção de conhecimento por parte dos estudantes, tanto de forma individual quanto coletiva (BNCC, 2018); e em Coradini (2020), que explora a utilização do podcast como uma maneira de ampliar o aprendizado para além da sala de aula. Para orientar a produção dos podcasts, o docente forneceu um guia detalhado e acompanhou de perto o desenvolvimento do projeto ao longo de todo o processo. Os estudantes demonstraram grande entusiasmo pela atividade e expressaram o desejo de realizá-la com mais frequência, reconhecendo os benefícios significativos para seu processo de aprendizagem. Além disso, sugeriram que as questões abordadas nos podcasts fossem formuladas por eles mesmos, em vez de se limitarem apenas às questões do ENEM. Essa sugestão revela o desejo dos estudantes por maior autonomia e participação ativa na criação de conteúdo, destacando a importância de envolver os discentes de maneira mais profunda e colaborativa nas atividades educacionais, fortalecendo o desenvolvimento de suas habilidades críticas e criativas.

Palavras-chave: Estudantes. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Conteúdos Matemáticos.

¹ Doutor, Escola Estadual Messias Pedreiro, douglasmatufu@gmail.com.

² Doutor titular, Universidade Federal de Uberlândia, arlindoufu@gmail.com .

OS DESAFIOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: PARA UMA DIDÁTICA INCLUSIVA OU EXCLUSIVA?

Fernanda Mendonça de Oliveira¹

Resumo

Este trabalho, pretende verificar o papel da escola atual alinhada à tecnologia na formação de alunos proativos e críticos, visto que, atualmente, o processo de ensino-aprendizagem tem sofrido transformações que, na essência, buscam a formação de sujeitos dotados de visão crítica da realidade e de espírito participativo. Com alunos voltados à participação intelectual produtiva nas escolas, elaboram-se produtos escolares para beneficiar o desenvolvimento formativo de estudantes. Mas, como chamar a atenção desses alunos? Tal questão pode ser respondida com o avanço dos meios tecnológicos nas escolas, em especial as públicas, onde se estuda acerca do perfil dos educandos e dos profissionais da educação. Nesse contexto se insere a interdisciplinaridade, a exemplo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) utilizadas para a construção de conhecimentos, ao auxiliarem e movimentarem novos espaços escolares. Ao enfatizar as diferentes compreensões do mundo na sua atualidade, percebe-se que as trocas de experiências humanas favorecem o desenvolvimento das aprendizagens para instigar o conhecimento. Para a aprendizagem ocorrer com significado para o aprendiz, é importante pensar pedagogicamente sobre a realização dos trabalhos dentro da escola. Trabalhar com TDIC atualmente, requer desempenho, formação e informação para professores que também passam por novos processos de constituição profissional. Com o uso das novas ferramentas educacionais, o aluno se torna mais propenso a aprender; logo, novas didáticas e práticas passam a se formar nos diversos anseios educacionais e, ao pensar em equipamentos tecnológicos nas escolas, novas nuances serão percebidas, aliadas a didáticas inovadoras. Diante disso, este trabalho se pauta nos seguintes questionamentos: Quais serão os benefícios norteadores das tecnologias na educação básica brasileira? Governos e agentes educacionais possibilitam os avanços advindos da tecnologia aos alunos da rede pública? Com isso, haverá inclusão ou exclusão na sociedade? O que se pretende mostrar é que se trabalhando com as TDIC nas escolas públicas brasileiras se tem a condição necessária para tornar a educação no espaço escolar, mais abrangente, dinâmico e inclusivo, beneficiando uma sociedade mais justa e equitativa, dando a possibilidade de que cidadãos tenham mais desenvolvimento acadêmico e pessoal, ressaltando que o trabalho escolar é essencial para a formação de jovens capazes de se construir em um futuro significativo para a sociedade.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Inclusão digital. Engajamento.

¹ Licenciatura Plena em História, Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia, fernanda.mendon@ufu.br

CAPITALISMO, TECNOLOGIA E TRABALHO EDUCATIVO: IMPLICAÇÕES DO NEOTECNICISMO À FORMAÇÃO HUMANA

Jeferson Anibal Gonzalez¹

Resumo

O desenvolvimento tecnológico é acompanhado pelo discurso da exigência de transformações no mundo do trabalho em geral e, em particular, no trabalho educativo. Na relação trabalho-educação, a teoria do capital humano é ressignificada em seu objetivo anunciado de formação do trabalhador para o pleno emprego à formação de trabalhador que, por meio da educação, pode aumentar o seu coeficiente de empregabilidade na disputa pelos postos de trabalho existentes (Gentili, 2005), chegando à necessidade de formação do empreendedor, do empresário de si mesmo, numa sociedade na qual não há emprego para todos. Nesse movimento, por vezes contraditório, a propalada sociedade do conhecimento é apresentada como um momento histórico-político e educacional no qual não haveria mais a necessidade de se formar sujeitos que dominem os conteúdos historicamente acumulados pelo conjunto da humanidade, mas que saibam, a partir de um suposto acesso ilimitado às informações, construir conhecimentos imediatamente úteis ao fazer (Duarte, 2003). Esse contexto se expressa no campo das ideias pedagógicas pelo neotecnismo (Freitas, 2013), variante da concepção neoprodutivista na educação brasileira (Saviani, 2007). Com isso em mente, por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, objetiva-se neste trabalho analisar as implicações do neotecnismo à formação humana materializada no apelo ao uso de tecnologias no trabalho educativo como garantia da tríade eficiência, produtividade e neutralidade (Gonzalez, 2022). Considera-se, assim, o neotecnismo como concepção hegemônica no campo ideias pedagógicas no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua necessidade de ampliação da extração de mais-valor e domínio ideológico sobre a formação humana por meio controle do trabalho docente, da organização curricular e da gestão escolar. Para vislumbre das possibilidades de luta contra-hegemônica, compreende-se o uso das tecnologias no trabalho educativo circunscrito ao âmbito das formas, dos recursos e instrumentos didático-pedagógicos, devendo favorecer a atualização histórico-cultural dos seres humanos quando submetido ao objetivo educacional de formar sujeitos para inserção ativa e crítica na realidade social, como defendido pelos pressupostos da pedagogia histórico-crítica (Saviani e Duarte, 2021).

Palavras-chave: Educação e tecnologia. Neotecnismo. Pedagogia histórico-crítica.

¹Doutor em Educação, Professor EBT/ no IFPR/Campus Astorga, jefersonanibalgonzalez@gmail.com.

O HUMANISMO MARXISTA E O CONCEITO DE HOMEM PÓS-ORGÂNICO NO CONTEXTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

Marcelo Gomes¹

Resumo

O presente trabalho, resultado de nossa pesquisa, visa debater e contribuir com as discussões sobre os impactos das tecnologias informacionais e cognitivas no desenvolvimento humano em geral e na revisão do humanismo marxiano em particular. Como se sabe, na compreensão filosófica da teoria marxiana o humano é produto e um devir constituído por si mesmo mediante o trabalho, categoria central e fundante de seu em-si. O conjunto cultural criado e reapropriado pelos indivíduos, as necessidades e forças produtivas são polos constitutivos desse processo autopoiético e, portanto, a transformação da natureza (*physis*) implica uma transformação de si próprio. Contudo, a intensidade e as tecnologias envolvidas são elementos determinantes no que tange o alcance e a velocidade desse processo. Ao contrário das tecnologias meramente produtivas, as tecnologias cognitivas constituem um momento singular, uma vez que não somente as tecnologias são extensões humanas, seu corpo inorgânico transformado e ampliado segundo objetivos específicos, mas igualmente as tecnologias cognitivas podem passar a assumir e constituir não só meios de produção, mas meios de distribuição, apropriação e, no limite, constituição do novo ser. Esta pesquisa de cunho bibliográfica buscou articular categorias e conceitos de alguns autores que trabalham com o tema, mas mediado pela teoria materialista da história e pelo método da dialética materialista.

Palavras-chave: trabalho. homem pós-orgânico. tecnologias cognitivas.

¹ Doutor em sociologia pela Unicamp; Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; e-mail de contato: mgsociais@yahoo.com.br

EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA ERA DIGITAL: A INTERSEÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Maria Geni Pereira Bilio¹

Adriana Cristina Omena dos Santos²

Rita de Cássia Dias Akegawa³

Mirna Tonus⁴

Resumo

A temática "Educação Básica e Formação do Trabalhador na Era Digital: A Interseção entre Trabalho e Educação" é de extrema relevância no contexto atual, onde as novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) transformam tanto o mercado de trabalho quanto os processos educativos. Esta pesquisa se relaciona diretamente ao Grupo de Trabalho GT5 - Trabalho, Educação e TDIC, que busca investigar as implicações dessas tecnologias na formação do trabalhador, especialmente no âmbito da educação básica. O objetivo principal é compreender como a educação básica pode preparar os alunos para as exigências do mercado de trabalho digital e como as TDIC podem ser integradas de forma eficaz no currículo escolar para melhorar a formação profissional. A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa, bibliográfica utilizando-se dos métodos digitais realizada em plataformas digitais como Google Acadêmico, SciELO e Repositórios para a coleta de dados. A análise dos dados percebidos no material pesquisado permite a identificação de padrões e tendências na utilização das tecnologias digitais no ambiente educativo. O referencial teórico baseia-se nos estudos de autores como Manuel Castells (2010), que aborda a sociedade em rede e a importância das tecnologias digitais na reconfiguração do trabalho e da educação, e Paulo Freire (2005), que enfatiza a pedagogia crítica e a necessidade de um ensino contextualizado e emancipador. A integração das TDIC na educação básica, segundo esses autores, deve ir além do mero uso instrumental, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica que prepare os alunos para serem cidadãos ativos e profissionais competentes na era digital. Os principais resultados da pesquisa indicam que a utilização das TDIC na educação básica tem o potencial de transformar a formação do trabalhador, preparando-os para as novas demandas do mercado de trabalho exigido pela sociedade. As escolas que implementam de forma eficaz as tecnologias digitais conseguem engajar mais os alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para o ser humano se tornar mais pensamento crítico e reflexivo diante das adversidades, resolução de problemas e colaboração, e proporcionar um aprendizado mais personalizado e relevante. No entanto, a pesquisa também identifica desafios significativos, como

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra em Ensino – Universidade de Cuiabá/MT- Formada em Pedagogia e Professora da Rede Pública de Ensino Municipal de Várzea Grande/MT- genibilioprofessora@gmail.com.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq/Brasil, Doutora em Ciências da Comunicação USP), com pós-doutorado em Políticas Públicas na Ottawa University e docente no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)- adiomena@gmail.com

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra em Educação (UFU). Professora de Gestão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) *campus* Ituiutaba/MG – ritaakegawa@gmail.com.

⁴ Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq/Brasil, Doutora em Ciências da Comunicação (USP), com pós-doutorado em Políticas Públicas na Ottawa University e docente no Programa de Pós-graduação em educação e no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, ambos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), orientadora da pesquisa, e-mail: adriomena@gmail.com

a necessidade de formação contínua para os professores, infraestrutura adequada e a superação de desigualdades no acesso às tecnologias. Em termos de alcance, este trabalho contribui para a compreensão das melhores práticas na integração das TDICs na educação básica e oferece subsídios para a formulação de políticas educacionais que visem a formação de trabalhadores aptos a atuar no mercado de trabalho. Além disso, destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva no uso das tecnologias, conforme preconizado por Freire (2005), para que a educação cumpra seu papel de promover a autonomia e a cidadania plena dos alunos.

Palavras-chave: Educação Básica. Tecnologias. Trabalho e Educação.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ATIVIDADE DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA PLATAFORMA WORDWALL

Cristiano Silva Ribeiro¹

Patrícia Aparecida da Cunha²

Andréia Heloisa Arantes³

Nadylla Calixto Resende⁴

Liliane Cristina de Mesquita⁵

Resumo

A Educação Básica está em constante evolução devido às novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). No contexto da era digital, a relação entre educação e trabalho torna-se cada vez mais dinâmica, exigindo que a formação dos professores se adapte às demandas de uma sociedade em rápida transformação, especialmente em relação à inclusão de alunos com deficiência. Dessa forma, este estudo examina a interface entre a Educação Básica, TDICs e inclusão a partir de uma atividade de ensino que explora a criação de jogos digitais na plataforma Wordwall, utilizada como recurso de apoio para práticas educativas voltadas à Educação Ambiental. Os objetivos são analisar a plataforma quanto às suas potencialidades e desafios para a inclusão de alunos surdos na Educação Básica; propor recursos de acessibilidade para alunos surdos a serem integrados à plataforma, visando contribuir para o ensino de Libras a alunos ouvintes, a capacitação de educadores na criação de jogos digitais educacionais inclusivos e a inclusão efetiva de alunos surdos; e promover a visibilidade da língua de sinais, fortalecendo a integração e a conscientização sobre a diversidade linguística e cultural. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, que visa integrar conhecimentos teóricos e práticos na solidificação da aprendizagem científica adquirida no componente Tópicos Especiais em Práticas Docentes na Educação Básica: Educação Ambiental e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Mestrado e Doutorado (PPGPE), da Universidade de Uberaba (Uniube). Segundo Fonseca Miranda (2020), o Wordwall é uma plataforma projetada para criar, em modelo gamificado, atividades personalizadas. Essas atividades podem ser interdisciplinares e inseridas nas metodologias ativas. Para Kenski (2012), o espaço digital atua como um possível locus de integração e articulação de todas as pessoas conectadas ao ciberespaço. Conforme Araújo e Villaça (2016), um ensino que permita uma perspectiva interdisciplinar com o auxílio das tecnologias é fundamental para preparar o sujeito para conviver e cooperar em uma sociedade cada vez mais globalizada. Bacich e Moran (2018) definem as metodologias ativas como estratégias pedagógicas centradas nos processos de ensino e aprendizagem do aluno; e Volpato e Dias (2017) ponderam que, ao utilizá-las, o aluno se torna mais participativo, colaborativo e construtor do conhecimento. Já Camargo (2017) defende que a

¹ Doutorando em Educação, Uniube, Quali-UFU, cristianoribeiro@ufu.br.

² Doutoranda em Educação, Uniube, Quali-UFU, patriciaacunha@ufu.br.

³ Doutoranda em Educação, Uniube, deialbv@gmail.com.

⁴ Mestranda em Formação Docente para a Educação Básica, Uniube, nadylla@edu.uniube.br.

⁵ Mestranda em Formação Docente para a Educação Básica, Uniube, lilianeigor33@gmail.com.

inclusão é um paradigma aplicável aos mais variados espaços físicos e simbólicos e é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e na percepção das coisas, de si e do outro. Durante a implementação dessa atividade, foram identificadas barreiras para a inclusão dos alunos surdos, dada a ausência de acessibilidade da plataforma. O estudo enfatiza a importância de adaptá-la para atender às necessidades específicas desses alunos, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz. Além disso, destaca a necessidade de capacitar educadores para desenvolver jogos digitais educacionais inclusivos. Com essa abordagem, o estudo busca contribuir para uma educação mais equitativa e acessível, que prepare os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Jogos Digitais. Acessibilidade.

ASPECTOS DE TERRITÓRIO ENTRELAÇADOS ÀS DESIGUALDADES DIGITAIS: ESCOLA E CIDADE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.

Wesley Avellar Vendola¹

Resumo

Na cena contemporânea as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) são estruturais nas práticas sociais e culturais das pessoas. No entanto, ainda que os dispositivos digitais estejam popularizados e junto com a expansão da conexão à internet em todo território nacional, esses avanços não se traduzem em benefícios para toda a população brasileira. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2022, uma parcela significativa ainda se mantém alheia ao mundo digital devido à falta de interesse e de habilidades com tecnologias digitais (CGI.BR, 2023). Esse resultado indica que um fator importante para o aproveitamento dos benefícios oferecidos pela internet, além do acesso a um dispositivo digital e conexão à internet, é ter habilidades digitais. Portanto, nota-se que há um problema de segunda ordem de exclusão, em que apenas o acesso à infraestrutura não basta para incluir digitalmente. Tendo isso em vista, estudos recentes percebem que a localização geográfica e a composição social dos espaços urbanos devem ser consideradas na investigação sobre formas de uso e habilidades com as TDIC e a internet (SENNE, 2019; NIC.BR, 2019). São estudados elementos do local de moradia como: infraestrutura de conexão domiciliar, sociabilidade entre indivíduos da região, existência de espaços formais de ensino, aparelhos urbanos, aspectos socioeconômicos etc. Assim, a perspectiva geográfica sugere haver uma associação entre as desigualdades do mundo off-line e o uso da internet. Essa noção ajuda-nos a compreender como as habilidades e o uso das tecnologias se manifestam de diferentes formas em diferentes contextos geográficos. Desta forma, a presente pesquisa de mestrado em andamento tem como objetivo analisar o impacto da dimensão espacial na forma como indivíduos aproveitam os benefícios da internet, considerando que a maneira como a cidade está organizada, estratificações sociais preexistentes e a localização geográfica influenciam no processo de inclusão digital. Os objetivos específicos são aprofundar os conceitos de inclusão digital, letramento digital e efeito-território, além disso, identificar de que forma as escolas estão agindo para mitigar processos de exclusão sociodigital, assumindo que um caminho oportuno para enfrentar a exclusão digital é utilizar as escolas como espaço estratégico para a inclusão digital, principalmente as públicas. Quanto ao trabalho de campo, será utilizado o método de pesquisa grupo focal, endereçado o caso para duas escolas públicas estaduais situadas em bairros diferentes na cidade de Uberlândia - MG, compondo dois grupos focais, um em cada escola e contando com a participação de estudantes para debater questões sobre como esses grupos percebem as tecnologias digitais em suas próprias vidas, que tipo de atividades realizam online, quais habilidades consideram ter com os dispositivos e o que poderia ser melhorado nesse aspecto, além disso, que tipos de espaços de socialização e convívio presenciais esses participantes costumam circular. Por último, para o tratamento e análise dos dados combina os conceitos de inclusão digital, letramento digital e efeito-território

Palavras-chave: Inclusão digital; território; escola; cidade.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade de São Paulo e mestrando na Universidade Federal de Uberlândia, MG. wesley.vendola@alumni.usp.br

GT6

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISE AMBIENTAL

AS BASES FREIREANAS DA EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Aline de Jesus Peixinho¹

Mario Borges Netto²

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de nossa pesquisa, que trata dos princípios teóricos e educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nosso objetivo é apresentar os princípios freireanos que compõem o referencial teórico educacional do MST. Metodologicamente, foi realizada pesquisa documental - documentos produzidos pelo MST - e bibliográfica - a obra de Paulo Freire. Selecionamos como fonte da nossa pesquisa uma produção teórica do Movimento cujo conteúdo são os seus princípios educacionais e pedagógicos, intitulado e conhecido no meio acadêmico como Caderno nº 8 do MST. Nossa pesquisa identificou conceitos educacionais que compõem a educação do Movimento, dentre eles os defendidos por Paulo Freire, o qual acredita numa educação para a emancipação do indivíduo e não para a alienação pautados numa educação de concepção liberal burguesa. Para tanto, os conceitos identificados neste estudo foram dois: 1) a tomada de consciência como fim do processo educativo; 2) educar para uma ação transformadora que possibilite o/a educando refletir sobre o mundo e sobre si no mundo com o outro, tornando-se um agente de transformação no contexto social que está inserido. Sendo assim, os/as militantes se articulam no coletivo para problematizar as relações sociais e de produção da sociedade capitalista e a educação oferecida pelo Estado às camadas populares, a qual atende os interesses do mercado, segundo a orientação da ideologia liberal burguesa. Portanto, as teorias educacionais freireanas contribuem para o Movimento pensar e elaborar ações de cunho formativo, articuladas pela e para a classe trabalhadora do campo com a finalidade de promover em cada sujeito a tomada de consciência de si (na relação com o outro no mundo), tendo em vista a conquista da emancipação humana pelos/as trabalhadores/as e a transformação radical da sociedade. Conclui-se que as teorias elaboradas no interior das lutas do Movimento inspiram na criação de documentos educacionais para serem colocados em prática nas escolas criadas pelos militantes. Tais documentos, em especial o Caderno nº 8, intitulado “Princípios da Educação no MST”, apresentam forte inspiração no pensamento de Paulo Freire quando trata dos princípios pedagógicos da educação no MST. Destaque para os princípios “a realidade como base da produção do conhecimento”, “vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos” e “vínculo orgânico entre educação e cultura”.

Palavras-chave: Educação. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Conscientização.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista CAPES. Pesquisadora do grupo de estudos e pesquisas “Trabalho, educação e formação humana” (HISTEDBR/UFU). E-mail: aline.peixinho@ufu.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Faculdade de Educação (FACED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mario.netto@ufu.br

A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA: RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Lidianny Nascimento Fonseca¹

Claudiane Mara Braga Belmiro²

Resumo

Este ensaio, apresentado no V Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI (no GT6: Trabalho, Movimentos Sociais e Crise Ambiental) tem como objetivo expor os pressupostos e os fundamentos filosóficos da proposta educacional do Movimento Sem Terra (MST), a fim de fomentar os debates acerca do tipo de formação promovida pelo movimento, contribuindo, assim, para a defesa de uma perspectiva de educação integral em que os indivíduos sejam educados ‘pelo e não para o trabalho’. Utilizando o Materialismo Histórico-dialético como ferramenta analítica, a pesquisa que deu origem a este texto analisou as contribuições de Pistrak (2011) na construção da proposta pedagógica do MST, chegando à conclusão de que o movimento experimenta e incentiva modelos educacionais baseados na pedagogia socialista e destaca-se, principalmente, por seu compromisso com a classe trabalhadora, ao propor uma “escola para todos” e uma formação com vistas à transformação social. Assim, esse texto apresenta o MST como um processo de resistência e de enfrentamento contra o avanço e os efeitos do capitalismo, apontando que sua proposta pedagógica está referenciada no conceito de ‘educação *omnilateral*’ discutido por Marx - uma concepção de educação integral, que busca o desenvolvimento histórico do indivíduo em todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e reconhece as condições objetivas e subjetivas em que se dá esse processo. Por considerar o trabalho como princípio educativo, a educação integral proposta pelo movimento articula escola e trabalho, rompendo com a tradicional pedagogia centrada nos conteúdos e se constitui, assim, numa pedagogia da ação, da prática, posto que o educando é considerado sujeito ativo do processo. Dessa forma, observa-se que a pedagogia desenvolvida pelo MST se apoia numa perspectiva pedagógica que considera os processos sociais e históricos e sua relação com os fatores econômicos, e pode ser tomada como um importante mecanismo de embate com o Estado e de instrumentalização dos trabalhadores na superação da sociedade de classes.

Palavras-chave: Educação. MST. Omnilateral.

¹ Mestra em Educação pela UFMT; Doutoranda pelo PPGED Universidade Federal de Uberlândia- UFU, email: lidianny@hotmail.com.

² Mestra em Educação pela UFU; Doutoranda pelo PPGED Universidade Federal de Uberlândia- UFU, email: claudiane@ufu.br.

ESPACIALIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NO CAMPO EM SÃO PAULO: AS RELAÇÕES COM OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Danilo Felisberto de Souza¹

Maria Cristina dos Santos²

Resumo

A presente pesquisa investiga a espacialização das unidades escolares de Ensino Médio localizadas no campo, nas dezesseis regiões administrativas do estado de São Paulo, e suas relações com os arranjos produtivos locais e a presença de movimentos sociais de luta pela terra. O estudo tem como objetivo mapear a distribuição geográfica dessas unidades escolares no território paulista e examinar como elas se relacionam com os Arranjos Produtivos Locais e os movimentos sociais, no contexto da reestruturação produtiva do estado. O Ensino Médio passou por diversas mudanças nos últimos anos, especialmente após a reforma de 2017, e continua sob constante pressão por parte dos agentes econômicos. Considerando a importância dos movimentos sociais de luta pela terra, como esses atores percebem as mudanças ocorridas no Ensino Médio?

Palavras-chave: Mapeamento das unidades escolares paulistas. Movimentos socioterritoriais. Reestruturação produtiva do capital

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) UFSCar. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Política e Educação Escolar (GEPEDUC). Email: danilofelisberto@ufscar.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Política e Educação Escolar (GEPEDUC). E-mail: cbezerra@ufscar.br

O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: CONFLITOS E TENSÕES

Felipe Duarte¹

Resumo

Este estudo aborda o processo de terceirização dos trabalhadores na Universidade Federal de Uberlândia, investigando suas origens e implicações dentro do contexto das políticas neoliberais, que se explicitaram a partir das décadas de 1980 e 1990. O neoliberalismo, conforme discutido por autores como Anderson (1995) e Assunção (2013), representou uma reconfiguração global caracterizada pela redução do papel do Estado e pela desregulamentação do trabalho pelo capital. A terceirização emergiu como uma estratégia dentro desse contexto, visando a desarticulação dos trabalhadores e a redução de custos de produção, tendo impactos profundos nas condições de trabalho e nos direitos dos trabalhadores. Este estudo utiliza entrevistas orais com trabalhadores da universidade para explorar e contextualizar as contradições e as transformações geradas pela terceirização. Os relatos dos trabalhadores destacam o processo de precarização das condições de trabalho dos terceirizados, que frequentemente enfrentam salários mais baixos, menos benefícios e maior insegurança no trabalho em comparação com os contratados diretamente pela universidade. A fragmentação do vínculo trabalhista, dificulta a solidariedade entre os trabalhadores e as diferentes formas de articulação entre eles. Se demonstra que a implementação da terceirização na Universidade Federal de Uberlândia não é apenas um fenômeno local. A entrada de trabalhadores terceirizados no espaço universitário modifica as noções de espaço público e vínculo na comunidade universitária, alterando a dinâmica do ambiente acadêmico. Em síntese, este estudo contribui para uma compreensão crítica das relações sociais e das contradições entre terceirização, políticas neoliberais e condições de trabalho na Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras chaves: Terceirização. Neoliberalismo. Conflitos sociais.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/MG – linha trabalho, sociedade e educação. Graduado em História (UFU). E-mail: felipeduarte.2102@gmail.com

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2024-2034

Fernanda Franz Willers¹

Mário Borges Netto²

Resumo

A nossa pesquisa está inserida na temática trabalho, movimentos sociais e crise ambiental, pois abordamos a relação entre entidades representativas do agronegócio e o debate sobre as políticas educacionais. Nesse trabalho, nosso objetivo é analisar a ofensiva de entidades representativas do agronegócio no debate educacional, a partir da disputa pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. Para tanto, consideramos os seguintes pontos: 1) o que diz o documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) sobre o agronegócio; 2) a reação de entidades representativas do agronegócio à publicação do documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE); 3) os desdobramentos dessa reação na disputa pelo PNE; 4) os interesses de classe que orientam essa ofensiva. A etapa nacional da CONAE teve como tema: *Plano Nacional de Educação (2024-2034) - política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*, e foi realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024, em Brasília, com mais de 2.400 participantes, entre delegados, observadores e convidados. O documento de referência da CONAE define esses grupos como ultraconservadores e demanda por uma contraposição do Estado às intervenções dos diversos grupos que desejam promover o agronegócio por meio da educação e. Além disso, o documento também estimula uma educação para a proteção ambiental, a partir dos temas: Educação Ambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para a Sustentabilidade; Alfabetização Ecológica; Ecopedagogia; Educação Agroecológica; Educação Ambiental Crítica. A crítica a grupos ligados ao agronegócio e a proposição de políticas voltadas à preservação ambiental promoveram uma reação do setor. Em dezembro de 2023, a Associação de Olho no Material Escolar publicou uma nota pública com críticas ao documento, que foi assinada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB). A partir da teoria marxista e do método do materialismo histórico-dialético, constatamos que as entidades do agronegócio estão disputando as políticas educacionais para garantir a sua hegemonia. Sustentamos que há uma disputa pela hegemonia que ocorre dentro do bloco no poder, ou seja, intraclasses burguesa, pela política de Estado (Poulantzas, 2019) e outra luta pela hegemonia em sentido amplo, de uma fração ou do bloco no poder sobre o conjunto das classes sociais (Gramsci, 2022). Nesse sentido, para o agronegócio brasileiro, tornou-se prioritário o debate ideológico no ambiente escolar para a legitimação das suas atividades econômicas. Esse interesse pela pauta educacional está relacionado com a intensificação das discussões internacionais sobre a comercialização de *commodities* e a pauta ambiental (Destacam-se o Acordo de Paris - 2015, a proibição de entrada de *commodities* provenientes de áreas desmatadas nos países membros,

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: fernanda.willers@ufu.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mario.netto@ufu.br.

aprovada pelo Parlamento Europeu - 2022, o Consenso dos Emirados Árabes Unidos, o acordo final da COP28 - 2023).

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação (PNE). Agronegócio e Educação. Hegemonia.

CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO DO SÉCULO XXI PARA A QUESTÃO AMBIENTAL E PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANTICAPITAL

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo

O marxismo do século XX ignorou ou subestimou a questão ambiental. As ideologias do progresso técnico de alguma forma contaminaram até mesmo autores marxistas e partidos de esquerda. Não foram poucos os aplausos de intelectuais e militantes marxistas a capacidade do capitalismo de “desenvolver as forças produtivas”, a sua capacidade de gerar progresso técnico e revolucionar os meios de produção, dando origem a uma interpretação “prometeica” de Karl Marx. Para estes, o problema do capitalismo não está nas forças produtivas, mas nas relações sociais de produção. O capitalismo teve uma enorme capacidade de revolucionar os meios de produção – dizem eles. Ainda que o progresso técnico gere desemprego e mais valia relativa, no futuro, ao tomarmos os meios de produção, iremos utilizá-los para melhores fins, e as forças produtivas serão usadas para diminuir a jornada de trabalho (Novaes, 2022). Nada como uma longa crise, e dentro desta crise uma brutal crise ambiental para colocar a questão da natureza na ordem do dia. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), classifica a crise atual como uma crise civilizatória que recoloca para os socialistas a questão ambiental, deixada por muito tempo em segundo plano pela maior parte da esquerda. István Mészáros (2009) vai dizer que a partir de 1970 estamos enfrentando uma longa crise estrutural – que se diferencia da crise conjuntural e passageira. A crise estrutural possui inúmeras dimensões, mas poderíamos destacar neste momento a crise do desemprego qualificado, do subemprego estrutural, a crise ambiental e a crise civilizatória. Este artigo pretende abordar as contribuições do marxismo do século XXI para a questão ambiental e para a educação ambiental anticapital. No nosso entendimento a questão ambiental foi subestimada ou negligenciada pelo marxismo no século XX. Intelectuais do final do século XX e início do século XXI estão tentando dar a devida importância ao debate, “completando a crítica da Economia Política de Karl Marx” (Saito, 2019). Na segunda parte do artigo delineamos algumas contribuições para uma educação ambiental anticapital.

Palavras-chave: Questão Ambiental. Educação Ambiental. Marxismo. Ecosocialismo.

¹ Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP Marília. henrique-tahan.novaes@unesp.br

SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE: EFEITOS TERRITORIAIS DA MINERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO E OUVIDOR (GO)

Patrícia Francisca de Matos¹

Resumo

A mineração no Brasil representa a base de um importante segmento da economia nacional. À medida em que os recursos minerais são empregados na produção de objetos de consumo, a mineração vai ganhando força ao mercado global. É nesse cenário que o Estado de Goiás se consolida como um dos maiores produtores de minérios no Brasil, principalmente, cobre, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita. Com uma estrutura produtiva sólida, lucrativa e apoiada no modo de produção industrial, o setor de mineração passou a desempenhar um importante papel na economia goiana. Na década de 1970, foi iniciado no Sudeste Goiano, nos municípios de Catalão e Ouvidor a exploração de nióbio e o fosfato. Desde então, as indústrias mineradoras passaram por diversas transformações para expandir as operações e o ritmo da extração mineral, criando novas paisagens, novos usos do território materializando a perversidade do capital no processo de exploração os recursos naturais e territoriais. O município de Ouvidor com 7.200 habitantes tem a mineração como principal pilar da economia. Já Catalão tem economia diversificada com prestação de serviços qualificados, montadora de veículos e máquinas agrícolas e agropecuária. É a quinta economia do Estado e a quinta cidade em industrialização. Na agropecuária ocupou a 7ª posição estadual, com destaque para o cultivo de soja e no setor de serviços a 5ª posição. (IMB, 2020). A população totalizou 114.427 pessoas, conforme o Censo do IBGE de 2022. As Comunidades rurais adjacentes as mineradoras sofrem há décadas os efeitos da exploração mineral: econômicos com a ocupação de suas terras e diminuição, estagnação e impedimento da produção; sociais com a desestruturação das famílias, das relações de pertencimento das Comunidades com seu lugar e suas histórias e ambientais com a poluição do ar, poluição sonora, contaminação da água e do solo e alteração drástica das paisagens com as barragens de rejeitos e montanhas de estéril criadas artificialmente entre outros. Outrossim, o trabalho tem como centralidade mostrar os efeitos territoriais (socioeconômicas e ambientais) da mineração nas Comunidades rurais de Catalão e Ouvidor.

Palavras-chave: Mineração. Território. Comunidades Rurais.

¹ Doutora em Geografia pela UFU. Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. patriciafmatos@ufcat.edu.br

EDUCAÇÕES AMBIENTAIS EM TEMPOS DE ANTROPOCENO, PLANTATIONCENO E CAPITALOCENO: MODOS DE CRIAR E RESISTIR NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.

Karen Daniela de Souza Custodio¹

Mike Nascimento dos Santos²

Tiago Amaral Sales³

Resumo

O seguinte trabalho foi desenvolvido durante a realização da disciplina Biologia e Cultura do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal. Foi-nos dada a oportunidade de dialogar e elucubrar sobre o Antropoceno, proposta de nome para compreender a era geológica, histórica, social e ambiental planetária atual. A partir das discussões realizadas no âmbito da disciplina, compreendemos que as dinâmicas ambientais estão entrelaçadas também com questões culturais, em naturezas-culturas emaranhadas, como ensina a bióloga, filósofa e antropóloga da ciência Donna Haraway (2023). Haraway (2023) diz que outros nomes podem falar desses tempos, como o Capitaloceno e Plantationceno, marcando o capitalismo e o modo de exploração da Terra/terra como instâncias impactantes do mundo. Além disso, é razoável questionar o conceito de natureza, que segundo Carlos Walter (2006) não é natural. Junto disso e da discussão do pesquisador em Educação em Ciências, Luís Santos (2000), entendemos que a biologia tem uma história que não é natural. Percebemos que a chamada Crise Ambiental inicialmente foi tratada como um problema do futuro, posteriormente passou a ser um problema da atualidade, no entanto reconhecemos que o problema é antigo, cíclico e se modifica de acordo com as necessidades mercadológicas. Ou seja, na sociedade capitalista, à qual estamos inseridos, as relações dos sujeitos com os “recursos naturais” estão alicerçadas na lógica mercadológica, fundamentada na utilização de tudo que há de elementos naturais e dos espaços na Terra, de acordo com Rocha (2023). Nesse contexto, a humanidade deixa de ser percebida como parte integrante da Terra, que passa a ser tratada exclusivamente como uma fonte de recursos. Segundo Ailton Krenak (2020, p. 10), “fomos durante muito tempo embalados com a história de que somos humanidade [...] enquanto isso fomos nos alienando desse organismo que somos parte, a Terra”. Resultando em uma desconexão entre os seres humanos e não humanos com o ambiente, e agravando a crise ambiental de forma organizacional social característica: o modo de produção capitalista, na relação de mercadorização da natureza, nas perspectivas do materialismo histórico-dialético, compreendemos como a produção capitalista se torna responsável pela degradação ambiental (Santos, 2015). Isto remete a uma necessária reflexão sobre os obstáculos para mudar as formas de pensar e agir em torno de questões ambientais numa perspectiva contemporânea. O desafio é desenvolver e explorar a educação ambiental em dois níveis: formal e informal. Nesse sentido de

¹ Licencianda em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, Karen.de@ufu.br.

² Licenciando em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, Mike.santos@ufu.br.

³ Professor adjunto do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, Tiago.sales@ufu.br.

ser um ato político e de resistência disposto a transformar socialmente, desenvolvendo uma ação holística que integra o ser humano à natureza ao perceber-nos responsáveis por um mundo vivo e em movimento.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Formação de Professores/as. Antropoceno. Capitaloceno. Resistência.

GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE A INDÚSTRIA DA MODA E OS DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI

Tiago Amadeu Borges Diniz¹

Magda Valéria da Silva²

Resumo

Historicamente, o trabalho na indústria da moda - qual seja as grandes corporações transnacionais - está associado a condições precárias, sejam do ponto de vista das condições de trabalho ofertadas pelos(as) empregadores(as), do descumprimento da legislação trabalhista ou da remuneração dos(as) trabalhadores(as) do segmento, por exemplo. Tais questões remetem a constantes violações de direitos humanos, reverberando em ocorrências identificadas por instituições fiscalizadoras e penalizadas pelo sistema judiciário. O trabalho se insere na dinâmica dos estudos sobre Geografia, Trabalho e Direitos Humanos, enquadrando-se no Grupo de Trabalho 6 uma vez que se propõe a abordar temas, como: precarização do trabalho, reestruturação produtiva do capital nas sociedades capitalistas contemporâneas e os diálogos entre os espaços rural e urbano. Nesse sentido, objetiva discutir as principais questões relativas à indústria da moda e as violações de direitos humanos cometidas contra trabalhadores(as) do setor no século XXI, tendo como objetivo específico investigar as possíveis causas para a ocorrência de violações e as ações e medidas tomadas pelo Estado para coibir tais práticas. Considera-se que as violações sobre trabalhadores(as) ocorrem, principalmente, nas etapas de plantio e colheita de algodão e na confecção/fabricação de peças de vestuário, marcando notadamente a precarização do trabalho. Para cumprir com o objetivo proposto, utiliza-se como técnica investigativa a pesquisa bibliográfica ao realizar um levantamento de teses, dissertações e artigos produzidos que relacionem a indústria da moda e as violações de direitos humanos contra trabalhadores(as) do setor. Na pesquisa documental, a coleta de dados utiliza relatórios e publicações de órgãos públicos brasileiros, informações disponibilizadas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil, por organismos internacionais independentes e do Sistema das Nações Unidas, além da jurisprudência das principais Cortes internacionais, tratados e princípios. Este trabalho, traz uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória sobre o tema. Para tal, utiliza-se das contribuições científicas de Milton Santos acerca dos circuitos superiores e inferiores da economia urbana, considerando que o(a) trabalhador(a) integra ao circuito inferior e a indústria da moda está no circuito superior, de forma a compreender que ambos os circuitos são influenciados pela mundialização da economia e do espaço. Por fim, o presente estudo identifica a ocorrência e recorrência de violações de direitos humanos contra trabalhadores(as) da indústria da moda como consequências decorrentes das transformações espaciais e territoriais desiguais impulsionadas pela mundialização da economia.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Direitos Humanos. Indústria da moda

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCat) com bolsa CAPES. E-mail: tiagodiniz039@gmail.com

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pós-doutorado em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos de Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Adjunta na Universidade Federal de Catalão (UFCat), líder do Grupo de Pesquisa e Estudos CNPq/UFG - Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação - GEEUAÇÃO. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Geografia UFCat. E-mail: magvaleria@ufcat.edu.br.

AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA DE ITUIUTABA-MG: IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E REGULATÓRIOS

Diego Oliveira de Aquinos¹

Resumo

O uso de agrotóxicos na agricultura, especialmente em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, é um tema de grande relevância devido aos seus impactos tanto no meio ambiente quanto na saúde humana. Ituiutaba é uma das regiões com maior uso de agrotóxicos no estado, aplicando uma média de 6,5 litros por hectare anualmente, o que reflete a intensiva atividade agrícola na área (Fonte: SINDAG, 2023). A predominância de monoculturas, como milho e soja, leva a uma aplicação frequente desses produtos, com cerca de 80% dos agricultores na região utilizando agrotóxicos regularmente (Fonte: UFMG, 2022). Esse cenário revela a complexidade da situação e a necessidade de uma abordagem integrada para compreender e resolver os problemas associados ao uso de agrotóxicos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) são responsáveis pela regulamentação e fiscalização desses produtos. O conceito de território, segundo Raffestin (1993), também é crucial. O território é visto como uma construção social e política que influencia as práticas de gestão dos recursos naturais. Isso se reflete na forma como os agrotóxicos são usados e regulamentados em Ituiutaba, afetando tanto o meio ambiente quanto a saúde local. A abordagem regional, como proposta por Haesbaert (2004), permite situar Ituiutaba dentro de um contexto mais amplo, ajudando a identificar padrões e desafios comuns na gestão ambiental. Milton Santos (2002) descreveu o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e ações interligados, o que é essencial para entender como as práticas agrícolas moldam e são moldadas pelo ambiente. A visão crítica de Karl Marx pode lançar luz sobre essas questões. Marx argumentava que "a produção não é um simples processo natural, mas um processo social ligado às condições de produção e às relações de propriedade" (Marx, 1867). Essa perspectiva ajuda a entender como a demanda por alta produtividade influencia a escolha dos métodos agrícolas, incluindo o uso de agrotóxicos. Marx também observou que "as relações sociais de produção são moldadas pelas condições materiais da vida" (Marx, 1859), indicando que fatores econômicos e estruturais impactam diretamente as práticas agrícolas. Este estudo visa explorar essas dimensões para oferecer uma visão mais abrangente dos desafios e oportunidades na agricultura de Ituiutaba, propondo estratégias para uma gestão mais sustentável dos agrotóxicos e minimizando seus impactos adversos.

Palavras-chave: Monoculturas. Conceitos geográficos. Saúde Pública.

¹ Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Licenciado e Bacharel em Geografia (UFU-ICHPO). Diego.aquinos@educacao.mg.gov.br.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO NO CAMPO: CULTIVANDO SABERES E PRÁTICAS PARA TRANSFORMAR REALIDADES

Sandra Alves Reis de Queiroz¹

Iara Vieira Guimarães²

Resumo

A educação do campo desempenha um papel crucial na valorização das comunidades rurais, bem como na construção da justiça social e ambiental. A partir dessa compreensão, o presente estudo tem como problema central a seguinte questão: quais são os principais desafios enfrentados por professores e estudantes da educação no campo ao abordar temáticas ambientais de maneira crítica e criativa, de modo a cumprir os princípios da Educação Ambiental Crítica? A proposta é realizar um estudo bibliográfico em um periódico importante na área, a Revista PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (<https://encr.pw/cC8gR>), editada por três instituições paulistas: UFSCAR, UNESP e USP, nos últimos dez anos (2015-2024). A pesquisa é qualitativa e adota procedimentos próprios da pesquisa bibliográfica integrativa. Compreende-se que uma pesquisa bibliográfica em periódicos acadêmicos permitirá identificar as tendências mais recentes e relevantes sobre o tema, bem como as lacunas existentes na literatura. A revisão de artigos científicos e relatos de experiência permitirá mapear os principais desafios expostos pelos autores que se debruçam sobre a Educação Ambiental e a Educação do Campo. A pesquisa é de suma importância, visto que a educação ambiental é um pilar fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e responsáveis. A educação no campo, em particular, apresenta características e desafios únicos que merecem ser compreendidos em profundidade para que estratégias pedagógicas significativas e mobilizadoras possam ser desenvolvidas e implementadas nas escolas rurais. Nos últimos anos, a Educação Ambiental Crítica tem ganhado destaque no cenário acadêmico por sua abordagem holística e transformadora, que vai além da mera transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente, buscando promover uma compreensão profunda das relações entre sociedade e natureza, além de fomentar atitudes que contribuam para a sustentabilidade e justiça social. Contudo, a aplicação dessa abordagem em contextos rurais e escolares enfrenta diversos obstáculos que precisam ser investigados. A presente pesquisa permite a análise das diferentes metodologias propostas e testadas em diversos contextos, oferecendo um panorama sobre as práticas que se mostram significativas para superar os desafios identificados. Isso enriquecerá o debate acadêmico sobre a Educação Ambiental Crítica nas escolas do campo e fornecerá subsídios para a formulação de políticas públicas e programas de formação de professores que sejam sensíveis às especificidades e necessidades da educação rural. Assim, o artigo foi estruturado em três seções baseadas no estudo dos artigos coletados/selecionados, expressando o processo crítico e reflexivo da pesquisa. Na primeira seção, aborda-se o perfil da educação do campo, que visa não apenas a escolarização, mas também a valorização dos saberes locais e a promoção da compreensão de uma sociedade sustentável nas comunidades rurais. Na segunda par-

¹ Mestranda pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Orcid: 0009-0008-3793-6108.

E-mail: sandra_queiroz@ufu.br

² Professora Doutora, pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Orcid: 0000-0002-5509-8805. E-mail: iaravg@ufu.br

te, descreve-se a metodologia do trabalho e os principais dados coletados. Por fim, a última seção destaca uma análise dos dados coletados, apontando os principais pontos para responder ao problema da pesquisa enunciado.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação do Campo. Práticas pedagógicas.

GT7

**TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS DIMENSÕES DE GÊNERO E
RAÇA/ETNIA**

EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVELAÇÕES A PARTIR DA LUTA DO MOVIMENTO SOMOS TODAS PROFESSORAS

Alexandre Tortorella Mandl¹

Resumo

O presente artigo traz reflexões preliminares da pesquisa de doutorado sobre as relações de trabalho na educação infantil, a partir de revelações da luta do movimento “Somos Todas Professoras” quanto ao reconhecimento da função docente na primeira infância. Busca-se caracterizar as raízes da exploração dessa força de trabalho da base da pirâmide do serviço público municipal, em que se constata a desvalorização do trabalho pedagógico na primeira infância, potencializada pela divisão sexual do trabalho. Relaciona-se, assim, ao Grupo de trabalho nº 7, a partir da análise das relações de trabalho sob o nó de gênero, raça e classe (CARNEIRO, 1994; HIRATA & KERGOAT, 1994; SAFFIOTI, 1999). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ao recuperar bibliografia pertinente, a partir do marco teórico do materialismo histórico-dialético, combinando dimensões interdisciplinares na análise do objeto de estudo. Ao mesmo tempo, compreende-se que há necessidade de complementariedade com levantamento de dados quantitativos (Censo Escolar de 2022/INEP (BRASIL, 2022)), superando perspectivas que colocam como incompatíveis (GAMBOA, 2013; MARTINS, 2004). Compatibilizando a recuperação histórica das referências bibliográficas, com pesquisas empíricas, em campo, como observador participante, pela *práxis* como advogado do referido movimento, com entrevistas semiestruturadas e formulários (*survey*), objetiva-se sistematizar os embates que acabam por revelar a defesa do serviço público e garantia de direitos sociais historicamente conquistados, por um lado, e, por outro, o desmonte da educação pública e das condições de trabalho de seus servidores, marcado pelo prisma classe, gênero e raça. Nesse sentido, a partir desta base estrutural, temos que a condição do trabalho docente na educação infantil traz enormes desafios porque há um embate sobre a caracterização da função docente na primeira infância e como as atividades, inerentemente lúdicas e recreativas, são falsamente imputadas como auxílio à criança, como um eufemismo que esconde o significado pedagógico da educação infantil (ROSEMBERG, 2015), do significado destas lutas para as mulheres (TELES, 2018) e como um dever do Estado, e direito da crianças e comunidade escolar (FARIA & FINCO, 2011). Há grande fragilidade no ambiente de trabalho, com sobrecarga excessiva, descumprimentos de direitos básicos, alta rotatividade da força de trabalho. Como primeiros resultados há elementos objetivos e subjetivos que corroboram a constatação de que se trata do segmento da educação mais desvalorizado, com esmagadora maioria de mulheres e ampla maioria de mulheres negras; com salários muito baixos, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sem ter direito à 1/3 da composição da jornada de trabalho sem aluno, sem ser reconhecido como parte da carreira do Magistério, sem direito à aposentadoria especial, sem uma evolução funcional, sem adicionais de penosidade ou insalubridade, sem qualquer motivação, sem respeito às proporcionalidades de quantidades de criança por docente e, por isso, sem perspectivas, o que reflete no alto nível de adoecimento e vítimas de assédios institucionalizados (HELOANI, 2018). Neste diagnóstico percebe-se como é conveniente, sob o prisma jurídico e financeiro, manter uma relação desigual na relação da estruturação da educação

¹ Doutorando pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Bolsista CAPES, alexandremandl@gmail.com.

infantil. Portanto, é importante sistematizar as contradições de classe, raça e gênero que o Movimento Somos Todas Professora tem revelado.

Palavras-chaves: Relações de Trabalho. Primeira Infância. Gênero, Raça e Classe.

JOVENS, MULHERES, UNIVERSITÁRIOS E A PRECARIZAÇÃO: O PERFIL DOS TRABALHADORES DE TELEATENDIMENTO EM CONTACT CENTERS NO BRASIL

Amanda Silva Almeida¹

Resumo

O segmento dos *Contact Centers*, também conhecido como as antigas Centrais de Atendimento ou *Call Centers*, configura-se como um importante setor econômico que opera ininterruptamente e demanda alta disponibilidade de mão de obra. Para tanto, este estudo tem como objetivo investigar o perfil dos trabalhadores de teleatendimento no Brasil, analisando aspectos de gênero, faixa etária, escolaridade e estratégias de gestão adotadas pelas empresas. A partir da contextualização teórica e empírica, busca-se entender as dinâmicas de precarização e suas implicações na estrutura do mercado de trabalho contemporâneo, (BRAGA, 2009; ROSENFELD, 2009), com ênfase nas questões de gênero, classe e trabalho. A pesquisa tem como base metodológica, o uso de dados secundários extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS, 2021), e uma análise crítica fundamentada na literatura acadêmica sobre o setor. Por sua vez, a coleta de dados compreende a análise de gráficos referentes à faixa etária, escolaridade e composição de gênero dos trabalhadores, enquanto a análise é orientada pela teoria da precarização do trabalho e a divisão sexual do trabalho (SILVA, 2021; VENCO, 2009). O referencial teórico se apoia principalmente nas obras de Braga (2009), que discute a operação contínua dos *Contact Centers*; Rosenfield (2009), que identifica perfis distintos entre trabalhadores temporários e permanentes; Moraes e Oliveira (2019), que analisam a relação entre a presença de centros universitários e a atração de mão de obra jovem e qualificada; e Venco (2009), que aborda a predominância feminina e a desvalorização do trabalho no setor. Nesse âmbito, os resultados apresentam que a maioria dos trabalhadores de teleatendimento no Brasil está na faixa etária de 18 a 24 anos (cerca de 40%), com predominância de mulheres (71%) e uma crescente presença de indivíduos com ensino superior (17,6%) (RAIS, 2021). O estudo destaca que as empresas do setor utilizam estratégias para atrair trabalhadores jovens e qualificados por meio de benefícios acadêmicos, refletindo a crescente busca por uma força de trabalho barata, mas com formação acadêmica. A análise evidencia que o trabalho em *Contact Centers* é frequentemente visto como temporário e transitório, uma vez que muitos trabalhadores buscam oportunidades mais duradouras e menos desgastantes (ROSENFELD, 2009). A presença predominante de mulheres, vinculada à ideia de que elas buscam empregos com jornadas flexíveis devido às responsabilidades domésticas, reforça a construção social da divisão sexual do trabalho (VENCO, 2009). Este estudo contribui para a compreensão das características do trabalho em teleatendimento e das relações de poder e desigualdade presentes no setor. As evidências empíricas e a análise crítica revelam como as estratégias empresariais e as características do perfil dos trabalhadores estão entrelaçadas com a precarização do trabalho e as dinâmicas de gênero e classe no Brasil. Em termos de considerações finais, o trabalho aponta que a crescente formalização da mão de obra qualificada e a predominância feminina no setor implicam uma persistente estrutura

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Alenas (UNIFAL-MG). E-mail: amndaalmeida.geo@gmail.com

de precarização, na qual o teleatendimento se configura como um espaço de trabalho desigual e com condições laborais degradantes.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Escolaridade e Trabalho. Trabalho no Século XXI.

EDUCAÇÃO E RACISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIEDADE DE CLASSES

Cheliman Alves Rodrigues¹

Drielle Fernanda de Azevedo²

Amabile Maria de Moura Passos³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a relação dialética entre racismo e educação, não como um guia de boas práticas, mas através da crítica da economia política, compreendendo o racismo como um elemento determinante na gênese e perpetuação do sistema econômico vigente. O estudo concorda com Oliveira (2021) e entende que se faz necessário apreender o racismo, como síntese de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Uma vez que o racismo desempenha um papel central na manutenção da dependência econômica dos países periféricos, como o Brasil, ele auxilia o processo de superexploração, que em nosso país tem como alvo principal trabalhadores e trabalhadoras negras. Nesta mesma direção, Sabino de Souza (2020) aponta que a formação sócio-histórica da América Latina é profundamente moldada pelo racismo, que se transformou em uma força ideológica central para sustentar a estrutura desigual responsável pela produção de valor nos territórios colonizados. Essas regiões, após a colonização, só puderam se desenvolver dentro de um capitalismo dependente e subordinado às dinâmicas das nações imperialistas. A educação, enquanto instituição fundamental na sociedade capitalista, é estruturada para robustecer e reproduzir as relações de produção vigentes, em que desempenha um papel central na perpetuação da ordem social e econômica, moldando os indivíduos de acordo com as exigências do sistema capitalista, e, assim, garante a continuidade da estrutura desigual que sustenta o próprio sistema (Mészáros, 2008). Neste sentido, a educação vigente, por sua vez, não está apartada das demandas deste sistema econômico, pelo contrário, ela responde, endossa e reafirma estas desigualdades, e perpetua a dinâmica de exploração e opressão, ao promover uma aprendizagem mecânica e alienante, que desestimula o pensamento crítico e a emancipação dos sujeitos. Dessa forma, a educação como está posta nesse modo de produção, reforça a manutenção das estruturas de poder e hierarquia social, por tanto reafirma o racismo, ao invés de fomentar a transformação social e a construção de uma sociedade para além do capital. A partir do materialismo histórico-dialético, o estudo busca revisar a literatura de diversos autores e autoras, incluindo Moura (1994; 2014), Mészáros (2007; 2008), Marini (2005), Davis (2016), Gonzalez (2020), Oliveira (2021), Williams (2012), entre outros (as). Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica. Em síntese, o artigo destaca a importância de uma análise crítica e aprofundada das interações entre racismo e educação, e enfatiza como essas relações são produzidas e sustentadas pelo sistema econômico dominante.

Palavras-chave: Capitalismo. Antirracismo. Sistema educacional.

¹ Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM). E-mail: cheliman.rodrigues@ufu.br

² Assistente Social da Prefeitura de Uberlândia-MG. Especialista em Proteção integral à criança e ao adolescente pela Faculdade Serra Geral (FSG) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia UFU. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM). E-mail: drielle-azevedo@hotmail.com

³ Assistente Social. Mestre e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP - Campus de Franca. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM) e do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do Capital. E-mail: amabile.passos@gmail.com

AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DO PROTAGONISMO NEGRO NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Daniel Antônio Coelho Silva¹

Resumo

O campo educacional trilhou caminhos semelhantes ao da Historiografia tradicional e as Ciências Sociais, ao reduzirem a condição do negro como sinônimo de escravizado e, portanto, praticamente reduzido à violência e ao arbítrio dos senhores, de maneira quase absoluta fez com que imperasse um olhar genérico e fatalista sobre a experiência negra. Em relação ao campo das Ciências Sociais e Humanas, mais recentemente, o volume e a qualidade dos estudos passaram a incorporar as estratégias de resistência, de acomodação e de negociação dos negros, adotadas ao longo de suas experiências históricas e, assim, foram de fato incorporadas às análises científicas ou acadêmicas. Tal fenômeno também ocorreu no campo da Historiografia educacional, isto é, até bem recentemente os estudos relativos aos processos educacionais desconsideravam os afrodescendentes como sujeitos relacionados ao processo, mas novos pesquisadores e pesquisas indicaram realidades históricas que ajudaram a desconstruir uns tantos equívocos praticados com relação ao assunto, como aponta o professor Marcos Vinicius Fonseca (2016). Este trabalho é de natureza bibliográfica e buscou, por meio da revisão da literatura sobre a história do negro na educação, destacar as contradições entre o discurso que tornava invisíveis as ações dos alunos e professores negros e a realidade objetiva.

Palavras-chave: Escola. Invisibilidade. Negros.

¹ Doutorando em Educação, UNIUBE, SEE-MG, daniel.coelho@educacao.mg.gov.br.

RETRATO DA QUESTÃO DA MULHER NO BRASIL DIANTE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DE UMA PERSPECTIVA JURÍDICA

Fabiane Santana Previtali¹

João Pedro Ribeiro Carrijo²

Resumo

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) foi um marco crucial no processo de democratização do Brasil, prometendo igualdade e justiça social, especialmente em relação à cidadania feminina (Souza-Lobo, 2021). Ela consagrou a igualdade de gênero como princípio fundamental, resultando em avanços na garantia de direitos e na luta contra a discriminação. No entanto, apesar de reconhecer a mulher como sujeito de direitos, rompendo com tradições patriarcais, a cidadania feminina ainda estava vinculada a uma visão utilitarista que enfatizava o papel reprodutivo e a contribuição da mulher ao mercado de trabalho. A Constituição cristalizou visões estereotipadas, dificultando a plena realização da igualdade de gênero. Problemas como a invisibilidade do trabalho doméstico e a discriminação no mercado de trabalho permanecem obstáculos significativos (Siqueira, 2019). A análise da cidadania feminina no Brasil sob a perspectiva jurídica também destaca a intersecção de gênero, raça e classe (Collins; Bilge, 2021). Desse modo, para a análise dos documentos e dos textos, foi adotada a abordagem qualitativa, orientada pelo materialismo histórico-dialético. Este fundamento teórico é essencial para as Ciências Sociais e para o Direito devido ao seu caráter abrangente na análise dos fenômenos sociais, situando-os na "totalidade sócio-histórica" que os conforma, e sua ligação com a práxis social transformadora, uma vez que nosso conhecimento progride da superfície à 'substância' das coisas (Lefebvre, 1991). Assim, os(as) principais autores(as) utilizados(as) como referencial teórico foram Previtali e Fagiani (2017), Antunes (2011), Souza-Lobo (2021) e Saffioti (1987). Para concluir, embora a Constituição de 1988 tenha sido um avanço, muitas mulheres, como trabalhadoras domésticas e donas de casa, continuaram excluídas da cidadania plena. O movimento feminista desempenha um papel essencial na luta por transformações sociais, desafiando as estruturas patriarcais e capitalistas (Cisne; Gurgel, 2009; Gurgel, 2004; Cisne, 2018). Para além dos progressos legais, a emancipação feminina ainda encontra barreiras estruturais e culturais. O artigo conclui que, embora a Constituição de 1988 tenha representado um passo importante na direção da igualdade de gênero, sua implementação prática permanece incompleta, e a luta pela cidadania plena das mulheres no Brasil continua. Mudanças jurídicas são necessárias, mas insuficientes sem transformações sociais mais profundas.

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Direito. Constituição Cidadã.

¹ Professora titular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora CNPq/PQ N-2. Coordenadora do GPTES/UFU. fabiane.previtali@gmail.com.

² Graduando do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Iniciação Científica CNPq (Edital DIRPE N° 2/2023). joaopedroribeirocarrijo@hotmail.com.

“TE EXPLICANDO, PRA TE CONFUNDIR, TE CONFUNDINDO, PRÁ TE ESCLARECER” OS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CULTURAL DE GÊNERO

Inambê Sales Fontenele¹
Antônio Cláudio Moreira Costa²

Resumo

Assim como Tom Zé, na música *Tô*, convida reconhecer a necessidade de ter um movimento/comportamento que permite ver, rever, ler e reler o mundo por outras perspectivas, desejamos, com esta proposta de trabalho, ocasionar movimentos reflexivos e por consequência educacionais ao partilhar as percepções, as significações e os aprendizados adquiridos com a atividade, Gênero: uma construção cultural, coordenada pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEDS do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Campus Itapipoca. O NUGEDS, fundado em 2023, segue a Resolução nº 78, de 13 de dezembro de 2022, configurando uma das propostas de pesquisa e extensão mais recentes do IFCE. Define-se como, “um núcleo interdisciplinar, estruturado para estudar, planejar, apoiar colaborativamente e promover, nas áreas de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de ações educativas, culturais e políticas que objetivem a formação, nas comunidades interna e externa à instituição, de uma consciência crítica, atualizada, inclusiva, mobilizadora em relação às temáticas de gênero e diversidade sexual”. Neste sentido, ciente da responsabilidade e necessidade de promover reflexões e desconstruções de pautas historicamente e socialmente negligenciadas e invisibilizadas nas instituições educacionais, definiu nesta ação educacional: Gênero uma construção cultural, realizar uma metodologia qualitativa de pesquisa ação utilizando como recursos metodológicos os círculos de cultura mediados por perguntas capazes de gerar esses movimentos de fazer ver e rever, ler e reler a categoria gênero de forma desnaturalizada e interseccionada com outras categorias sociais, dentre elas: capitalismo, sexismo, ideologia e emoções. Nesta perspectiva metodológica multicultural, compreende e defende a educação e os processos educacionais como meios para ocasionar transformações sociais, capaz de gerar processos, individuais e coletivos, de identificação, significação e ressignificação das suas posturas e consequentemente das suas condutas sociais. Neste sentido, elegemos como referências, bell hooks e Paulo Freire na perspectiva da educação transformadora e nas demais categorias gênero, interseccionalidade e educação sexual as autoras Joan Scott, Valeska Zanello, Carla Akotirene e Luciane Vicente. Como aspectos relevantes, identificasse as análises e reflexões construídas no momento da atividade educacional e nas que foram posteriormente desenvolvidas e expressas no questionário de pesquisa disponibilizado para todos/as alunos/as. Apreensões que permitem identificar o ver e ler de gênero naturalizado, acompanhado, após a realização dos círculos de cultura, com o movimento do rever e reler os gêneros em novas significações e ressignificações, para além de um olhar binário. Dados que geraram aprendizados para todos/as envolvidos/as, docentes e discentes, proporcionando inclusive o movimento/comportamento de revisitar e

¹ Prof.^a Dra. Instituto Federal do Ceará – inambe.fontenele@ifce.edu.br

² Prof. Titular – Universidade Federal de Uberlândia - acmoreira@ufu.br

reformular os próprios processos metodológicos educacionais desenvolvidos. Nos fazendo acreditar que é possível contribuir com uma educação cidadã, quando escolhemos, assim como o Tom Zé, criar um movimento educacional capaz de explicar e confundir com o intuito de esclarecer as relações de poder e desigualdade que existem na categoria de gênero e suas diversidades.

Palavras-chave: Gênero. Cidadania. Educação Transformadora.

A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS RIO VERDE DO IF GOIANO: IMPLEMENTANDO AS BANCAS DE VERIFICAÇÃO

Jeanne Mesquita de Paula Leão¹

Bruno Cardoso de Menezes Bahia²

Adaildes Bispo Dourado³

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutoramento acerca das bancas de heteroidentificação realizadas nos Institutos Federais, cujo objetivo consiste em refletir a trajetória das ações afirmativas, considerando um movimento amplo em direção à equidade e inclusão de grupos historicamente excluídos. As reflexões têm como base as ações já materializadas no Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano, desde que sua obrigatoriedade foi instituída por meio da Lei nº 12.711, de 2012, “Lei de Cotas nas Universidades”, que determina a reserva de 50% das vagas aos alunos oriundos de escolas públicas de Ensino Médio, considerando critérios étnico-raciais e socioeconômicos, pessoas com deficiência, com destaque para os declarados pretos, pardos e indígenas. O material utilizado para esta pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, consiste no texto da lei supracitada e em documentos institucionais, como, portarias, regulamentos dos cursos, projetos pedagógicos dos cursos, editais de processos seletivos, dentre outros. Para análise dos dados levantados utilizamos referenciais que abordam temáticas, como, equidade, inclusão social e políticas públicas, dentre eles, GOMES, 2005; SANTOS, 2018; OSÓRIO, 2004; NOGUEIRA, 1998; CAMILLOTO, 2022; NUNES, 2018; GARCIA 2006. Os estudos estão em fase inicial, mas já é possível afirmar que a legislação, mesmo que tardia, é um instrumento importante para a inclusão de grupos excluídos e que ações inclusivas têm avançado significativamente dentro das instituições. No entanto, faz-se necessário refletir se a Lei e os ajustes realizados ao longo dos anos no seu texto legal, como a obrigatoriedade das bancas de heteroidentificação e a autodeclaração, são suficientes para alcançar os indivíduos excluídos e garantir o seu acesso às instituições de ensino e por consequência, a continuidade de sua jornada acadêmica.

Palavras-Chave: Institutos Federais. Lei de Cotas. Bancas de Heteroidentificação

¹ Mestre em Educação. Instituto Federal Goiano – campus Rio Verde.
jeannempleao@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6790051559983366>

²Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. brunobahia@ufrj.br<http://lattes.cnpq.br/0728241677912831>

³ Mestre em Educação. Instituto Federal Goiano – campus Rio Verde.
adabispo@ufrj.br. <http://lattes.cnpq.br/5071117918809717>

QUALIDADE DE VIDA DAS ESTUDANTES TRABALHADORAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

João Pedro Ribeiro Carrijo¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo

A qualidade de vida é determinada pelas condições materiais de existência do indivíduo, moldadas pelas relações de produção de determinada sociedade, e pela posição que esse(a) ocupa na estrutura de classes da sociedade (Carrijo; Previtali, 2024). A autopercepção individual, o contexto cultural e as crenças são influenciadas por essas condições materiais, e as metas, expectativas e preocupações são condicionadas pela posição do indivíduo na estrutura social (Marx, 2024). Nesse sentido, as estudantes do curso de graduação em Direito sofrem impacto direto em suas vidas não devido somente devido à sua escolha acadêmica, mas também da atividade laboral realizada. Isto posto, o presente estudo tem como objetivo geral compreender e avaliar a qualidade de vida das estudantes do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que trabalham de forma concomitante à faculdade, considerando a atual morfologia do mundo do trabalho, essa última impactada pela Indústria 4.0 e pela Reforma Trabalhista, Lei 13.467 de 2017 (Brasil, 2017). Desse modo, esta pesquisa trata-se de um estudo observacional, descritivo, transversal de abordagem qualitativa, com análise de dados sociodemográficos e de qualidade de vida. Para coleta e análise dos dados sociodemográficos foi utilizado um questionário elaborado pelos autores do estudo, contendo as seguintes variáveis: idade, sexo, cor/raça, turno matriculado do curso, semestre de ingresso no curso, estado civil, cidade de origem, instituição onde cursou a educação básica, ensino fundamental e médio (pública ou privada), atividade laboral, doenças e atividade de ensino superior. Em um momento posterior, foram realizadas entrevistas semiestruturadas para compreender os fatores que impactam na qualidade de vida das estudantes pesquisadas. Assim, os(as) principais autores(as) utilizados(as) como referencial teórico para se compreender o atual mundo do trabalho foram Antunes (1995, 1999), Braverman (1974) e Marx (2013); ainda, os autores(as) utilizados(as) para se compreender como a dimensão de gênero impacta a vida dos(as) trabalhadores(as) foram Saffioti (1987) e Bourdieu (2003). Para concluir, esta pesquisa contribuiu para elucidar quais os fatores e como eles impactam a qualidade de vida das mulheres que compõem a classe trabalhadora qualificada do setor de serviços, a partir do recorte realizado entre as estudantes do curso de Direito da UFU. Dentre os resultados encontrados, foi demonstrado que a atual organização do trabalho, a inserção das novas tecnologias, o gênero, a remuneração, o ambiente educacional laboral, dentre outras variáveis, podem influenciar de maneira negativa a autopercepção da qualidade de vida das estudantes do curso de Direito da UFU.

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Marxismo. Trabalho.

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Iniciação Científica CNPq (Edital DIRPE Nº 2/2023). joapedroribeirocarrijo@hotmail.com.

² Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora Produtividade CNPq/PQ N-2. Coordenadora do GPTEs/UFU. fabiane.previtali@gmail.com.

BEIRADEIROS DO RIO DOCE: AS VOZES DA LAMA. A EVASÃO DOS ESTUDANTES DO IFES PRETOS E INDÍGENAS AFETADOS PELO DESASTRE DE MARIANA

Maria Dorotea dos Santos Silva¹

Astrogildo Fernandes da Silva Junior²

Resumo

O Ifes é uma instituição federal que foi criada a partir da Lei Nº 11.892/2008, com o principal objetivo de: Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, apoiando processos educativos que levam à geração de trabalho e renda. Em uma atividade de rotina como Pedagoga da Pró-Reitoria de Ensino, utilizando o Sistema Acadêmico, foi possível perceber que, a partir de 2016, um quantitativo de alunos oriundos dos Povos Originários e das Comunidades Beiradeiras do Médio Rio Doce, que se identificaram em suas matrículas como pretos e indígenas, descontinuaram os seus cursos por não lograrem êxito acadêmico. Paralelo a essa questão, o “desastre” de Mariana ocorrido em novembro de 2015, provocou rejeitos de minério que atingiram a bacia do Rio Doce e prejudicou as comunidades beiradeiras, que dependiam do entorno ambiental do rio para suas atividades de trabalho e sustento. Visando entender se o “desastre” tem relação com a evasão desses alunos, o presente estudo busca investigar, levantar, discutir e analisar a evasão de cursos dos campi do Ifes localizados nas cidades cortadas pelo Rio Doce, por alunos oriundos dos Povos Originários, Quilombolas, Pretos, Ribeirinhos ou Beiradeiros, entre os anos de 2017 a 2019. Nesse sentido, Freire expõe que o padrão imposto pelas escolas é o reflexo da dominação capitalista que influencia todo um sistema existente na sociedade, assim, a educação escolar é usada para a manipulação, através de padrões e propostas curriculares voltados para a repressão e o enquadramento de saberes, em caixinhas fragmentadas, mostrando “verdades” apenas do ponto de visão da classe dominante, sem considerar outros saberes, outras visões, outras formas de aprendizagem. No eco dessas vozes o racismo grita para a existência padronizada dominante. Todavia tal existência dominante não se percebe como racista, opressor, não enxerga os tratamentos desiguais que indicam a desigualdade pulsando, visível na ótica do oprimido, do diferente. Essa concepção se coaduna com o pensamento de Grada Kilomba, no livro Memórias da Plantação, 2019, que traz a desigualdade na raiz do preconceito, do racismo, abordando fatos vivenciados por pessoas negras cotidianamente. Como o foco desta pesquisa está relacionado ao abandono da vida escolar de pessoas não brancas, de grupos sociais desfavorecidos economicamente, que foram prejudicadas por um desastre ambiental, tomar-se-á por base os pensamentos de Freire e Kilomba como arcabouço teórico. Utilizar-se-á a metodologia qualitativa de cunho etnográfico, articulada entre os dados coletados na pesquisa de campo, a revisão bibliográfica, e o aparato legal, como sustentação do objeto de estudo. A observação em campo será realizada nas comunidades dos alunos que farão parte do estudo, a fim de conhecer as demandas trazidas por eles e/ou suas famílias. A entrevista semiestruturada será o instrumento de

¹ Professora e Pedagoga do Instituto Federal do Espírito Santo. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM/ES. Doutoranda pelo PPGED/UFU. E-mail: mariadorotea@ifes.edu.br

² Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia PPGED/UFU. Coordenador do Programa. E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br

escuta utilizado para captar as falas, informações, discursos e os silêncios, visto ser imprescindível compreender as visões diante dos prejuízos causados pelo desastre de Mariana, se houve ou não impacto em suas atividades profissionais e no percurso acadêmico.

Palavras-chave: Comunidades Beiradeiras. Evasão. Povos Originários.

DESAFIOS DE GÊNERO E RAÇA NA DOCÊNCIA NO BRASIL

Nayara Rodrigues de Oliveira¹

Carlos André Nunes Lopes²

Resumo

A história da educação brasileira se constituiu sob a base higienista e da moralidade cristã- católica (Ribeiro, 2013), marcas que ainda vigem na divisão sexual do trabalho numa sociedade assentada num sistema de capital periférico. Apesar da luta de profissionais da educação que almeja uma sociedade democrática e igualitária, porém, ainda são muitas as barreiras no sistema educacional na implementação de práticas pedagógicas que superem a conjuntura nacional sexista, patriarcal, racista, misógina e LGBTQIAPNfóbica uma vez que estes são marcos em relação à diversidade e inclusão na educação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é principiar uma discussão científica relativa à representatividade de mulheres negras na docência, visto que a realidade revela uma série de barreiras sociais impostas que vão desde o acesso à formação inicial até a valorização e condições de trabalho precárias no exercício do ofício docente. O fenômeno da feminilização da docência, tem sido objeto de análise e debate entre estudiosos das ciências sociais e humanas desde a década de 1990 e ainda se percebe assimetrias entre mulheres brancas e negras. Nos estudos percebe-se que este é um fenômeno contraditório de desvalorização da docência já que a história do Brasil é marcada pela escravidão, pelo racismo estrutural e pelo sexismo que continuam a desvalorizar o trabalho das mulheres, especialmente, mulheres negras. No que diz respeito as modalidades no sistema educacional, se constitui clarificador da desigualdade de oportunidades as professoras mulheres negras, quanto maior o grau no nível de ensino, mais baixo o número de professoras negras ocupantes de cargos públicos. Esse se constitui em indicador sintético dos principais desafios que temos de enfrentar desde a educação infantil até a pós-graduação: *strictu sensu*. Portanto, a referida investigação possibilita verificar uma tensão entre três dimensões da atividade humana, o trabalho docente de professoras negras, a feminilização da docência e o racismo estrutural e suas transformações oculta, isto é: 1) Análise da realidade – análise concreta de situação concreta; 2) visando a projeção de finalidade – ideal desejado de implementação de práticas pedagógicas que não apenas reconheçam, mas também combatam ativamente o racismo e o sexismo estrutural entre professoras e professores; 3) Plano de Ação – o plano de ação é/foi fruto da tensão entre a realidade pesquisada e a finalidade da concreticidade da igualdade substantiva a vir a ser operadas na realidade educacional no Brasil. Assentado na bibliografia acerca das construções de gênero das pensadoras Djamila Ribeiro (2018), Nilma Lino Gomes (2017) e Judith Butler (1990).

Palavras-chave: Docência. Mulheres Negras. Desigualdades.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Formada em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Uberlândia e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Email: nayara.rodrigues@ufu.br.

² Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília. Formado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás e Pedagogia pela UNICID-SP. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Psicólogo na Secretaria de Saúde na Prefeitura Municipal de Uberlândia. E-mail: nuninslopes@hotmail.com

RITMO E POESIA E A LUTA ANTIRRACISTA: O RAP COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO QUE AUXILIA NA COMPREENSÃO DE CLASSE E RAÇA.

Pedro Henrique de Oliveira Tessarin¹

Resumo

O presente trabalho, Ritmo e poesia e a luta antirracista: o rap como instrumento de reflexão que auxilia na compreensão de classe e raça, tem o intuito de apresentar de maneira didática como certos tipos de conhecimentos populares conseguem dialogar com teorias acadêmicas com o intuito de despertar o senso crítico de quem ouve ou lê. O objetivo aqui é explicar como o capitalismo e o racismo se unem para aumentar a exploração da classe trabalhadora e como a ideologia da classe dominante consegue alienar o indivíduo negro de tal maneira que o mesmo não tenha consciência de classe, e acabe sofrendo e reproduzindo o racismo através dos fetiches que o capital cria. Foi realizada pesquisa bibliográfica, levantando letras de rap que conversassem com o livro Racismo Estrutural, de Silvio Almeida e outros autores que escrevem sobre a questão racial e classes sociais. Nossa pesquisa identificou nas letras analisadas em confluência com os textos acadêmicos lidos, possibilidades educacionais presentes em movimentos culturais e sociais, fica evidente que o movimento cultural Hip-Hop, em específico um de seus quatro elementos o rap, guarda conhecimentos que se utilizados com a teoria certa podem servir como ferramenta de ensino, e ajudar na construção de uma consciência crítica da realidade que leva a emancipação do indivíduo, rompendo com a alienação presente numa educação de concepção liberal burguesa. Para tanto, os conceitos identificados neste estudo foram: 1) a tomada de consciência através da reflexão como processo educativo; 2) Pensar os movimentos culturais de origem afro como uma forma de deixar o conhecimento científico em uma linguagem mais acessível e assim educar; 3) demonstrar que o indivíduo que escuta as músicas rap e reflete sobre e suas críticas ao racismo e ao capitalismo conseguem pensar sobre o mundo e sobre si no mundo, o que possibilita que se torne agente de transformação no contexto social que está inserido.

Palavras-chave: Educação. Questão de raça e classe. Conscientização.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista CAPES. Pesquisador do grupo de estudos e pesquisas “Trabalho, educação e formação humana” (HISTEDBR/UFU). E-mail: pedro.tessarini@ufu.br

PATRIARCADO E RACISMO, PROLETARIADO E SUBORDINADO: MECANISMOS DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Qelli Viviane Dias Rocha¹

Alexandre Bispo de Aragão Filho²

Resumo

O presente artigo se inscreve nas elaborações teóricas e políticas do Grupo de Trabalho reflexões do grupo de trabalho e Educação nas dimensões de Gênero e Raça/etnia, constitui parte das reflexões da Tese defendida em 2022: *Luta por dentro da Luta*, apresentada ao programa de Pós-graduação e política social da UnB, constitui parte do adensamento teórico da epistemologia de raça e de gênero e sobre as formas de exploração na sociabilidade capitalista e sua correspondente forma de opressão sobre o gênero feminino e as pessoas negras. Apesar de complexas as relações que inscrevem a exploração do homem pelo homem e o sistema de opressão que se ergue a partir disso para sua manutenção, ampliação e naturalização, é preciso destacar que, nesta complexa relação, há homens que oprimem mulheres, mas também mulheres que oprimem mulheres e homens que oprimem homens, de modo que “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de Gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18). Acrescentamos também que o mesmo fenômeno se processa no transformar-se em negro. Porém, dado que o sistema capitalista emerge no Brasil articulando patriarcado e racismo, salientando o processo de divisão sexual e racial do trabalho, temos o enovelamento destes processos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE) o instituto de pesquisa sobre a população economicamente ativa (IPEA), as amostras da PNAD, dentre outros, têm tido fundamental relevância em evidenciar como o mundo do trabalho se alterou no Brasil e como, desde sempre, as mulheres e os negros/as têm sido tangencialmente contemplados pelos direitos econômicos e sociais. Para Varela (2015), o surgimento substantivo da subalternização da classe trabalhadora precisa estar articulado à teoria do valor, pois, segundo ela, em Marx não há resguardo de algum tipo de equívoco que não contemple as formas híbridas do trabalho e da heterogeneidade da classe trabalhadora. Segundo a autora (2015, *ibidem*), embora seja necessário o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora, a questão, para ela, é quais os nexos causais entre a heterogeneidade, as novas formas de precariedade do trabalho e a permanência de formas híbridas que combinem o trabalho assalariado com os modos pré-capitalistas ou de autoemprego. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica as fontes primárias foram os escritos de (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA 2018; SANTOS; OLIVEIRA, 2010, ANTUNES, 2018; MARX, 2017, MOURA 2011; VAN LINDEN 2015 e FANON 2008) e a pesquisa documental, IBGE 2020. Onde foi possível verificar que, mulheres e homens, pessoas brancas e não brancas são resultantes do modo de reprodução social e das relações sociais O racismo colonial (FANON, 2008) e o patriarcado (SAFFIOTI, 2013) engendram um processo de mistificação, de negação, ocultamento do ser, num processo de amoldamento do indivíduo à sociedade determinando seu modo de ser, sua subjetividade e sua condição psicológica.

Palavras-chave: Superexploração. Gênero. Raça. Patriarcado.

¹ Doutora – Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM - e-mail:qelli.rocha@uftm.edu.br

² Graduação – Advogado- e-mail: aragaoalexandreadv@gmail.com

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE SERVIDORAS E SERVIDORES DA UFU, CAMPUS PONTAL

Stefany de Lima Alves¹

Soraia Veloso Cintra²

Resumo

O presente resumo apresenta os primeiros apontamentos da pesquisa “Olhando para dentro: conhecendo as relações de trabalho dos terceirizados da UFU Campus Pontal”, com ênfase na divisão sexual do trabalho, cujo objetivo é conhecer as relações de trabalho dos servidores terceirizados da Universidade Federal de Uberlândia, UFU Campus Pontal. Os primeiros estudos levam em consideração que a divisão sexual e a desigualdade do trabalho são históricas, pois, as mulheres foram destinadas ao privado, ao doméstico, às funções do cuidar e zelar, enquanto os homens ao público e corporativo, os quais se mantêm nessas posições por serem cuidados e zelados pelas mulheres (Saffioti, 2015). Nesse sentido, entende-se as que as melhores remunerações são dadas as pessoas que são mais qualificadas (Hirata, 2002), ou seja, aos homens, mesmo que pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, apontem que as mulheres são mais escolarizadas do que eles (IBGE, 2022). Vale ressaltar, que mesmo sem qualificação formal as mulheres nunca se ausentaram do trabalho, porém, foram invisibilizadas, visto que, não se reconhece as tarefas manuais e do cuidado como trabalho. Entretanto, o trabalho corporativo, tecnológico é sempre reconhecido e valorizado quase sempre exercido por homens. Por mulheres serem historicamente destinadas ao doméstico, quando conseguem um trabalho formal podem ser inseridas em ambientes que reproduzem o trabalho doméstico e ainda podem remunerar menos como telefonistas, faxineiras, auxiliares de cozinhas entre outros. São trabalhos importantes e fundamentais para o funcionamento dos espaços, como a própria universidade, porém, esperava-se que em pleno século XXI, não houvesse diferença entre cargos e que estes não fossem criados e destinados baseados no gênero, e que houvesse proporcionalidade nos trabalhos de chefias, gerências, nos cargos de decisões e/ou com as ferramentas tecnológicas e ganhos dentro das mesmas condições. No caso da própria UFU, campus Pontal, é de fácil observação que as funções da limpeza e do restaurante universitário são exercidas em sua maioria por mulheres, enquanto seguranças e motoristas são do sexo masculino. Há uma notória divisão sexual e porque ela ocorre? Porque a desigualdade sexual no trabalho é presente e os homens estão mais inseridos em espaços de empregos com mais valor social (motorista e segurança) e que ainda exigem qualificação específica para o exercício profissional. Mas as mulheres também não estariam aptas a tal exercício?

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Divisão sexual do trabalho.

¹Graduanda em Serviço Social, da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: stefany.lima@ufu.br

² Doutora em Serviço Social, docente do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Uberlândia. Email: soraia.veloso@ufu.br

RACISMO ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL E O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE ÀS ESTRUTURAS RACISTAS

Marina Esteves Andriotti¹

Giovanna Costa Silva²

Antônio Cláudio Moreira Costa³

Resumo

O presente artigo considera que o Brasil foi historicamente construído sobre os pilares do racismo estrutural, desde o período colonial até os dias atuais, ou seja, o racismo ainda permeia instituições que refletem e perpetuam desigualdades sociais. Nesse sentido, propõe-se o Letramento Racial Crítico como uma prática pedagógica educacional indispensável para a descolonização do ensino e a promoção de uma educação antirracista e emancipadora. O Letramento Racial Crítico aparece, no artigo, como uma abordagem educacional que revisita criticamente a História e o conhecimento tradicionalmente ensinados; também enfatiza a inclusão de autores negros e indígenas nos currículos escolares, nas bibliografias e nas metodologias de ensino no Brasil. Buscamos elucidar, através do texto, que o Letramento Racial Crítico não apenas visa conscientizar os alunos sobre as dinâmicas raciais presentes na sociedade brasileira contemporânea, como também desafia o modelo eurocêntrico predominante, permitindo uma visão mais ampla e inclusiva das contribuições históricas e culturais das minorias étnicas.

Palavras-chave: Letramento Racial Crítico. Educação. Prática Pedagógica Antirracista. Descolonização.

¹ Graduada em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Prof. Titular – Universidade Federal de Uberlândia - acmoreira@ufu.br

ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA DO CONCEITO LUGAR: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E DE RELATOS DE VIVÊNCIAS NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Dorcas Abigail Nunes de Freitas¹

Josy Dayanny Alves Souza²

Resumo

O presente resumo descreve as atividades desenvolvidas na disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia do Curso de Graduação de Bacharelado e Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Ao longo do semestre foram elaboradas atividades, as quais tinham como categoria de análise: o lugar. Assim, foi dirigido aos alunos a realização dos trabalhos intitulados de Memórias, Cartografias Possíveis e Com Quem Eu Caminho. Com base no GT7- Trabalho e Educação nas dimensões de gênero, raça e etnia, objetivou analisar e refletir sobre como o espaço escolar, o local vivido na infância e atual influenciou na formação pessoal. A metodologia foi qualitativa e descritiva. Baseou-se a disciplina em Moraes (2011), sobre a relação entre espaços urbanos e atividades cotidianas; Xakriabá (2020), com uma visão indígena da escola; Munduruku (2013), que descreve a rotina em uma aldeia e sua relação com cultura e natureza; e Hooks (1994), que vê a educação como ferramenta para superar barreiras raciais, sexuais e de classe. Assim, em "Memórias", foi solicitado que cada aluno respondesse um questionário sobre quais são as memórias de infância na escola, a percepção sobre a escola e professores se era uma relação de prazer ou perigo, se os valores e hábitos pessoais compreendem a educação como prática de liberdade e dentre outras. Já em "Cartografias Possíveis" foi um relato da experiência escolar, com descrição do bairro e cidade na infância, como também descreve a vivência no bairro e cidade atual, para uma reflexão dos diferentes pontos de vista e sentimentos durante as fases na vida sobre lugares vividos. Na atividade "Com quem eu caminho" foram apresentados autores tidos como base referencial no pensamento geográfico e outros como referência na formação crítica e identitária, classificando a raça e gênero para ter uma visão crítica da diversidade tidas nas referências acadêmicas, e com isso podendo compreender a interseccionalidade, onde enquanto sujeito o meio vivido é influenciado por características de gênero, raça e classe social. Em suma, as atividades proporcionaram analisar de forma crítica toda a trajetória da educação básica até o ensino superior, refletindo criticamente aos aspectos socioculturais que moldam o sujeito, aluno e, por conseguinte, o professor.

Palavras-chave: Sujeito. Interseccionalidade. Lugares.

¹ Graduanda em Geografia/Instituto de Ciência Humanas (ICHPO) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dorcas.freitas@ufu.br.

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), geografajosysouza@gmail.com.

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA ACERCA DAS POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Larissa de Matos Pedro¹

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves²

Resumo

A construção das políticas de cotas raciais voltadas para o ingresso e permanência no ensino superior permeia um grande momento dentro do contexto estrutural do Brasil, devendo contar como reparação histórica àqueles que até então não detinham oportunidades de integrar e consequentemente sustentar-se no ensino superior. Mesmo com o sucesso inquestionável desta política pública de ação afirmativa, a universidade ainda não é ambientada por todos os negros que desejam nela ingressar, e isso denota não somente de caráter de merecimento mas ainda reforça que o racismo existe e continua enfiado no social. Partindo deste pressuposto, foram retirados de revistas da área de ciências sociais, sendo elas: *Katálisis*, *Emancipação*, *O Social em questão* e *Civitas* vinte e dois textos para base do estudo, coletando artigos através do sistema de buscas seguindo os tópicos: ação afirmativa no ensino superior e políticas de cotas raciais e todos os artigos selecionados examinam as políticas públicas de cotas raciais no ensino superior na perspectiva de sua execução, refletindo sobre os impactos das mesmas para o atendimento da população negra e como elas se desenvolvem. Diante disto o presente artigo vem contribuindo para a reflexão do Serviço Social na amplitude das políticas de cotas para ingresso na universidade, através de pesquisas que foram realizadas em diferentes universidades públicas e particulares no Brasil. Os estudantes negros egressos do ensino médio sofrem um grande déficit educacional, com o desmonte que a educação sofre a cada instante, assim muitos ainda que se familiarizam com as políticas de cotas estariam desamparados por tal lei, sendo necessário pensar o contexto em que este indivíduo se encontra e refletir como auxiliá-lo a ingressar na universidade. Não há possibilidade de análise das ações afirmativas somente observando-a através do acesso às cotas, mas criando um contexto favorável para que isso aconteça, somente assim deixa-se de reduzir a questão a apenas uma de suas muitas dimensões. A pesquisa indaga como as políticas públicas agem como sinônimo de mudança social pensando a desigualdade racial existente na sociedade brasileira e como ela vem se transformando durante seu período de existência e apesar de ainda se encontrar em fase de desenvolvimento é possível que esta seja de grande aporte para auxiliar ao aquecimento de formas de desenvolver a educação dos negros ampliando as oportunidades de ingresso a universidade. E apesar da mesma ter base no estudo qualitativa ainda sim haverá análises de dados quantitativos, visando complementação dos estudos e conclusão de ideias, pensando em termos comparativos de aumento ou diminuição do número de negros em universidades com enfoque nas ações afirmativas, sendo integralmente bibliográfica exploratória e teórica.

Palavras-chave: Política Pública. Ação Afirmativa. Universidade.

¹ Graduanda, Universidade Federal de Uberlândia, larissa.pedro@ufu.br.

² Pós Doutora pela Universidade de Coimbra - Portugal, Universidade Federal de Uberlândia, luciane.dias@ufu.br.

CRIANÇA E NATUREZA: SUBSTANTIVOS FEMININOS

Patrícia Martins Gonçalves¹

Resumo

A temática acerca da relação das crianças com a natureza vem ganhando espaço em diversas áreas do conhecimento, produzindo discursos, cuja relevância dialoga com as emergências climáticas e com a construção da Educação Ambiental na Educação Infantil, campo ainda incipiente, tanto em pesquisas, quanto na legislação. No entanto, muitos dos discursos produzidos não aprofundam a discussão crítica, deixando de atingir categorias inerentes à vida das crianças e à preservação da natureza. O presente trabalho objetiva, a partir do materialismo histórico-dialético, detalhar a temática e lançar luz às categorias interseccionais de gênero, classe, raça e etnia, contribuindo com o aprofundamento crítico da temática e construindo conhecimentos que possam integrar a disputa discursiva em torno do tema “criança e natureza”, de forma a demarcar os interesses da classe trabalhadora e o aprimoramento da justiça social nas políticas públicas em Educação Ambiental na Educação Infantil. A pesquisa se vale de um levantamento bibliográfico e da construção metodológica a partir da categoria trabalho, o que possibilita a reflexão teórica e filosófica em torno da materialidade da temática. Assim, a leitura da realidade conta com a compreensão das condições materiais da produção e da reprodução da vida (MARX; ENGELS, 2009) e, sobretudo, da visão feminista (FEDERICI, 2019; 2017) que abrange as questões de gênero, raça, classe e dos movimentos sociais. O trabalho desvelou dados da luta de classes em torno da temática “criança e natureza”, integrando mais uma peça no complexo contexto de pesquisas que investigam a apropriação do público pelo privado, a partir da inserção da classe dominante na construção de políticas educacionais para a classe trabalhadora e, na consequente instrumentalização da Educação brasileira para atender aos interesses do capitalismo (MARTINS; KRAWCZYK, 2018; CASIMIRO, 2016; NASCIMENTO, 2013; ARCE, 2001; VIEIRA, 2019). Os discursos provenientes da classe dominante invisibilizam o trabalho docente e suas especificidades; as diferenças de classe, raça, etnia e gênero que exploram os adultos responsáveis pelas crianças, em sua maioria: mulheres. As instituições da classe dominante produzem eventos, livros, artigos e filmes sobre temas relevantes acerca da primeira infância e dos benefícios à saúde do contato com a natureza, mas encobrem o capitalismo e o colonialismo enquanto razões econômicas e ideológicas que privam as crianças, e a maioria das pessoas, do contato e do pertencimento à natureza, bem como, da preservação e do equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Infantil. Feminismo.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), patriciamartins360@gmail.com



Coordenação Geral:



Grupo de Pesquisa
Trabalho, Educação
e Sociedade

